

**Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ**  
**Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde**

**LIA GOMES PINTO DE SOUSA**

**EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DE MULHERES.**  
**TRAJETÓRIA CIENTÍFICA E FEMINISTA DE BERTHA LUTZ NO MUSEU**  
**NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (1919-1937)**

**Rio de Janeiro**  
**2009**

**LIA GOMES PINTO DE SOUSA**

**EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DE MULHERES.  
TRAJETÓRIA CIENTÍFICA E FEMINISTA DE BERTHA LUTZ NO MUSEU  
NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (1919-1937)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Nara Azevedo

Rio de Janeiro  
2009

S725 Sousa, Lia Gomes Pinto de  
Educação e profissionalização de mulheres: trajetória científica e  
feminista de Bertha Lutz no Museu Nacional do Rio de Janeiro (1919-  
1937) / Lia Gomes Pinto de Sousa. – Rio de Janeiro : s.n. 2009.  
174 f.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da  
Saúde)-Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2009.  
Bibliografia: p. 159-174.

1. Ciência. 2. História. 3. Mulheres. 4. Educação. 5. Museu. 6. Rio de  
Janeiro. 7. Lutz, Bertha

CDD:509

**LIA GOMES PINTO DE SOUSA****EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DE MULHERES.  
TRAJETÓRIA CIENTÍFICA E FEMINISTA DE BERTHA LUTZ NO MUSEU  
NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (1919-1937)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Aprovada em 30 de julho de 2009.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ca</sup>. Dr<sup>a</sup>. Nara Azevedo (Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz) – Orientadora

---

Prof<sup>ca</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Martha de Luna Freire (Instituto de Saúde da Comunidade – Universidade Federal Fluminense)

---

Prof. Dr. Luiz Otávio Ferreira (Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz)

**Suplentes:**

---

Prof<sup>ca</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Margaret Lopes (Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/ Instituto de Geociências – Universidade Estadual de Campinas)

---

Prof<sup>ca</sup>. Dr<sup>a</sup>. Dominichi Miranda de Sá (Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz)

Rio de Janeiro  
2009

Aos meus pais, Dagoberto e Marília

## Agradecimentos

Acho que tudo começou com a Michelle, amiga e companheira de graduação, a quem agradeço a oportunidade de conhecer o Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu (IFCH/Unicamp). Foi ali, ambiente riquíssimo em discussões e possibilidades práticas, acadêmicas e humanas, que teve início meu contato com os temas e questões que permanecem nesta pesquisa.

Devo à Margaret, que me introduziu no mundo das discussões de Gênero e Ciências, “mentora” das pesquisas em Bertha Lutz, sempre disposta a elucidações, meus sinceros agradecimentos. Ela me incentivou desde o começo, confiou em mim antes mesmo de eu própria e prestou suas sugestões no exame de qualificação na COC/Fiocruz. Exemplo de dedicação e compromisso, pelo lugar que ocupa com seus trabalhos nos campos da história das ciências, dos estudos de gênero e do feminismo.

À Mariza, para mim a personificação do Pagu, outro exemplo a ser seguido.

À Mariana, pelas questões compartilhadas em nossa fase inicial de pesquisa, pelas nossas apresentações “em conjunto” nos congressos, tão proveitosos. À Regiane, Jadison, Iara, e aos bolsistas do Núcleo de Estudos de Gênero: Dudu, Reginaldo, Helder, Aline, Andressa, Carla (que também começou a se enveredar no estudo sobre Bertha Lutz), Giovana e Grazielle. Também à Érika, doutoranda do Núcleo, que compartilha questões em história das ciências da saúde, e ao pessoal do Cesop.

Todos eles tornaram as horas no Pagu tão instigantes e divertidas!

Entre o Rio e Campinas, à Januária, que também compartilhou das pesquisas e do cotidiano no Pagu, e ao Maringá – queridos amigos aos quais sou eternamente grata por me acolherem em sua casa nos primeiros meses de “ambientação” em terras cariocas, e toda a família a que me apresentaram, pela ajuda nos mais diversos aspectos, antes e durante todo o meu mestrado. Ao casal, pelo interesse em minha pesquisa, e especialmente à Janu, pela paciência, pelos conselhos sábios, pelos telefonemas e cafés, pelas conversas sobre Bertha e Heloisa.

Agradeço a outra ex-ifchiana no Rio de Janeiro, Albina, e seu namorado Ladis, que tantas vezes me salvaram também com conversas, discussões de pesquisa e copos de chopp. À Paula, também minha veterana, não só da graduação na Unicamp como da pós na COC, sempre disponível para dar suas dicas.

À Talita, exemplo de disciplina e paciência, que dividiu comigo seu teto na cobertura da Dona Lourdes e que tanto me ajudou a olhar os problemas sob outras perspectivas. Ajudou-me muito com sua experiência em museologia, com os conselhos, com a convivência diária (ainda que com nossos horários desencontrados) e com a oportunidade de conhecer tanta gente nova em nossa casa. Ao seu namorado Zé Luiz, com quem acabei convivendo também, principalmente aos finais de semana, e com quem compartilhei as aflições da pesquisa em ciências humanas. Aos dois, pelos momentos de tensão e descontração, ao som da DáUmLoudi, e pelas novas pessoas apresentadas.

À Carol, que dividiu seu quarto comigo antes de nos deixar para Minas Gerais. Também à Suvi, a mais recente hóspede recebida em casa, que no último dia (noite) me ajudou no detalhe final. Ao Bruninho, pelos momentos divertidos.

Aos atendentes da banquinha e do bar da esquina de casa no Rio, que me ouviram pedir “um L&M azul, por favor” quase que diariamente, principalmente nos últimos meses da escrita da dissertação.

Aos novos amigos da COC: Andrezinho, Vanderlei, Miriam, Érico, Jackie, Letícia, Arthur, Gabriel e demais colegas de turma, compartilhando das alegrias e dificuldades do processo de nos tornarmos mestres e doutores, na Casa de Oswaldo Cruz, no Bar do Gomes, na Maracangalha...

À Miriam devo um agradecimento ainda mais especial: sacrificou seu momento de descanso pós-defesa e se desdobrou para me ajudar nos reparos finais da dissertação e, principalmente, me deu forças para pensar e reagir nos últimos momentos, mais cruciais. Em casa, pelo telefone, pela Internet, nos preocupamos com o tempo e nos empolgamos com as aproximações de nossos temas de pesquisa, pensando em projetos futuros.

Aos professores da Casa, com quem aprendi um pouco do muito que oferecem sobre história das ciências e da saúde, a diversidade de temas e posturas teórico-metodológicas e, especialmente, à Dominichi, que se tornou também uma conselheira e amiga, entre muitas risadas e preocupações. Qualquer coisa, “telefona”!

À Magali e ao Luiz Otávio, que desde o começo mostraram-se interessados pela minha pesquisa e dispostos a ajudar, principalmente ao Luiz, com suas valiosas considerações e sugestões dadas no exame de Qualificação. À Prof<sup>a</sup>. Martha Freire, que não acompanhou meu trabalho desde o início mas apresentou suas importantes observações no momento da defesa, trazendo novas contribuições.

À minha orientadora Nara, pelas “sacudidas”, pela leitura criteriosa e objetiva da dissertação e pelas novas questões e olhares lançados ao tema da pesquisa, sempre possíveis. Por me ajudar a manter o foco e, ao mesmo tempo, me fazer tomar minhas próprias decisões, confiando e respeitando meu ritmo de trabalho. Pelas precisas reuniões no Prédio do Relógio, onde também as Márcias, Ivana e demais funcionárias me atenderam sempre gentilmente.

Aos funcionários da secretaria, do xerox e do Depes da COC: Maria Cláudia, Paulo, Cléber, Nelson e Sheila. Aos funcionários dos arquivos: Maria José, Sílvia, Márcia, Guilherme, Anderson e Gabriel (Museu Nacional); Bruno e Isabelle (ABL); Sandra e Giselda (CEDIM); Aurora (CCHAT). Sem o auxílio deles meu trabalho também não teria sido possível.

À CAPES, pela bolsa de pesquisa.

Por fim, mas por ordem de importância deveria estar no início: à minha mãe e ao meu pai, profundamente, por acreditarem, por me ensinarem e aturarem meus momentos de histeria – “tenho que voltar pro Rio”, “não posso ir pra Campinas agora”! – e pelas tantas dicas, conselhos e também cobranças. Aos meus irmãos Daniel (e Tatá e Joãozinho), Luisa (e Shawn); toda a família, vó (pelas partidas de baralho e doces-de-leite pra viagem), tios (dentre eles, ao Agliberto, sempre puxando discussões sociológicas e históricas), primos – principalmente Celso e Silas, pela música tocada. Todos, exemplos de vida, cada um a sua maneira, que me ajudaram sempre de alguma forma.

À Kelly, Fabiano e Alice, que por coincidência apareceram por aqui nos últimos dias e me ofereceram apoio. À Suzane que, gentil e prontamente, se dispôs a fazer a revisão da dissertação de acordo com as novas regras ortográficas recém-implementadas.

À Fer, Pati, Jú e Renata – amigas de sempre e para sempre, invariavelmente dispostas a ouvir e a me encontrar assim que eu chegava em Campinas. Ao Victor Lirão, queridão, e tantos que me fizeram muita falta na cidade maravilhosa, enchendo-me de perguntas: “quando você vem, quando você vem??”

Ao Maurício que participou do começo dessa história, mas não do fim.

Pelas agonias e alegrias, muito obrigada a todos vocês!!

## SUMÁRIO

|                                                                                                                             |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Introdução .....</b>                                                                                                     | <b>10</b>  |
| <br>                                                                                                                        |            |
| <b>Capítulo 1. Trajetória institucional de Bertha Lutz no Museu Nacional do Rio de Janeiro (1919 a 1937) .....</b>          | <b>29</b>  |
| 1.1 Funcionamento e estrutura do Museu. O ingresso de Bertha Lutz no Museu Nacional do Rio de Janeiro .....                 | 31         |
| 1.2 Raízes da escolarização do Museu Nacional .....                                                                         | 43         |
| 1.3 Ciência, política e feminismos no Museu Nacional – a atuação de Bertha Lutz .....                                       | 49         |
| <br>                                                                                                                        |            |
| <b>Capítulo 2. “Honrosas comissões” e o papel educativo do museu moderno .....</b>                                          | <b>64</b>  |
| 2.1 Primeiras excursões: museus e instituições de ensino de economia doméstica .....                                        | 69         |
| 2. 2 O relatório de 1932: <i>O papel educativo dos museus americanos</i> e os ideais escolanovistas da década de 1920 ..... | 79         |
| 2.2.1 Profissionalização, escolas, mulheres e crianças.....                                                                 | 94         |
| 2.2.2 Os Museus Infantis .....                                                                                              | 105        |
| <br>                                                                                                                        |            |
| <b>Capítulo 3. Educação e políticas – outros espaços.....</b>                                                               | <b>112</b> |
| 3.1 Mulheres cientistas: “aventureiras” e feministas. O trabalho de campo e a proteção à natureza .....                     | 121        |
| 3.2 Educação e pan-americanismo no movimento feminista e na Câmara .....                                                    | 144        |
| <br>                                                                                                                        |            |
| <b>Considerações finais .....</b>                                                                                           | <b>152</b> |
| <br>                                                                                                                        |            |
| <b>Referências bibliográficas .....</b>                                                                                     | <b>159</b> |
| <br>                                                                                                                        |            |
| <b>Fontes primárias .....</b>                                                                                               | <b>167</b> |



## RESUMO

### **Educação e Profissionalização de Mulheres. Trajetória Científica e Feminista de Bertha Lutz no Museu Nacional do Rio de Janeiro (1919-1937).**

Esta dissertação analisa a trajetória científica da naturalista e líder feminista Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976) sob a ótica de gênero e ciências. Enfocamos os anos iniciais de sua carreira no Museu Nacional do Rio de Janeiro, de 1919 a 1937, onde, embora tenha ingressado no cargo de “secretário” (através de concurso público), já se dedicava a trabalhos em botânica e zoologia. Avaliamos sua atuação no campo educacional, pela divulgação científica de uma maneira geral e, especialmente, para as mulheres. Na instituição onde trabalhou, contribuiu para a modernização de técnicas expositivas e práticas pedagógicas para a popularização dos conhecimentos de História Natural e defendeu a participação feminina como fator importante nesse movimento educativo. As mulheres foram consideradas, em suas proposições, tanto como agentes/educadoras quanto como receptoras/educandas. Pertencendo a uma geração na qual cientistas e mulheres definiam seus papéis na sociedade, Bertha Lutz atuou pela construção de uma nova função social feminina, apoiada tanto em sua inserção científica e institucional quanto no movimento feminista do qual fazia parte. Ciência e feminismo são dimensões inseparáveis em sua trajetória – podemos considerar que suas atividades feministas foram pautadas por valores compartilhados pela comunidade científica, assim como sua atuação científica foi influenciada pela causa feminina. O discurso maternalista foi uma das bases de sua militância e contribuiu, ao contrário do que afirma a bibliografia sobre essa personagem, para reformulações de uma ideologia de gênero no Brasil na primeira metade do século XX. Ao compreender Bertha Lutz inserida em seu contexto histórico, compartilhando valores presentes na comunidade científica e numa mobilização feminina já existente que buscava sua educação e profissionalização, procuramos rever a noção de excepcionalidade conferida a mulheres tidas como “pioneiras”.

**Palavras-chave: Bertha Lutz – Museu Nacional – educação – mulheres – gênero e ciências.**

## ABSTRACT

### **Education and Professionalization of Women. Scientific and feminist trajectory of Bertha Lutz in the National Museum of Rio de Janeiro (1919-1937).**

This thesis analyses the scientific trajectory of the naturalist and feminist leader Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976) from the point of view of gender and sciences. It focuses on the first years of her career in the National Museum of Rio de Janeiro from 1919 until 1937, where she, despite having a position of secretary (through public competition), already dedicated to work in botany and zoology. We evaluate her performance in the educational field, for the scientific divulgation in general and especially for women. In the institution where she worked, she contributed in modernization of expositive techniques and pedagogic practises to popularize the knowledge of Natural History, and defended the female participation as an important factor in that educational movement. The women were considered, in their propositions, as agents/trainers as well as receivers/trainees. Belonging to a generation where scientists and women define their role in the society, Bertha Lutz performed for the construction of a new female social function, supported by scientific and institutional insertion as well as the feminist movement in which she was involved. Science and feminism are inseparable dimensions in her trajectory – it can be considered that her feminist activities were guided by common values of scientific community, whereas her scientific performance was influenced by female cause. The maternalist discussion was one of the bases of her militancy and contributed, in contrast of what it affirms the literature on this person, to reformulations of an ideology of gender in Brazil in the first half of 20<sup>th</sup> century. Understanding Bertha Lutz inserted in the historical context, sharing the values of the scientific community and of a female movement that it searched for education and professionalization, contributes to revise the concept of exceptionality of these women.

**Keywords: Bertha Lutz – National Museum – education – women – gender and sciences.**

## Introdução

Esta dissertação tem como objeto central parte da trajetória de uma personagem influente em diversos aspectos na sociedade brasileira durante o século XX. A naturalista e líder feminista Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976), que atuou de maneira intensa no campo político e científico até os últimos anos de sua vida, povoou a opinião pública de sua época e continua sendo tema de discussões acadêmicas ou militantes até os dias atuais. Este trabalho pretende oferecer uma análise histórica que contemple questões de gênero e da história das ciências, embora não discuta em profundidade os grandes referenciais teóricos de ambos os campos de estudo.

Ademais, a associação dos conceitos “Gênero” e “Ciências” numa mesma linha investigatória, que já conta com inúmeras e instigantes contribuições acadêmicas, apenas recentemente tem encontrado um esforço conjunto e coordenado no contexto brasileiro (LOPES, 2000, 2006c), o que torna ainda mais difícil uma apreciação coerente e sintética de tais contribuições no âmbito de uma dissertação de mestrado como esta. A iniciativa neste trabalho, que contou com grande pesquisa empírica, foi no sentido de se fazer uma análise documental à luz de questões oferecidas pela bibliografia de gênero e de história da ciência, num esforço essencialmente contextual, buscando compreender a atuação de Bertha Lutz e outros sujeitos em relação à geração e ao momento histórico a que pertenceram.

Meu contato com o tema central desta pesquisa teve início em 2002, durante minha graduação em História (IFCH/Unicamp), com um projeto de iniciação científica orientado pela professora Dra. Maria Margaret Lopes (IG/Unicamp), dentro do Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp<sup>1</sup>. Integrando um projeto maior coordenado por Lopes, acerca da atuação científica e política de Bertha Lutz, meus objetivos enfocaram inicialmente a atividade feminista de Bertha, mas sempre buscando compreendê-la de maneira associada à sua atuação profissional. A esses esforços de pesquisa veio integrar-se posteriormente

---

<sup>1</sup> Projeto de iniciação científica (2002-2003): “Ciências e feminismos no início do século: atuação política de Bertha Lutz e a sociedade brasileira de 1918 a 1932” (Pibic/SAE – Unicamp), integrado ao projeto de Margaret Lopes “Feminismos, anfíbios, políticas: a trajetória de Bertha Júlia Maria Lutz nas ciências naturais” (FAEP-Unicamp/Fiocruz,RJ). Posteriormente continuei trabalhando como bolsista de Apoio Técnico (CNPq) nas pesquisas de Lopes desenvolvidas no Pagu/Unicamp, no âmbito do projeto: “A museologia histórica e sua contribuição à construção das culturas científicas no Brasil (I): polemizando em torno das concepções e práticas de museus de ciências naturais no Brasil – Museu Paulista e Museu Nacional, 1890-1940” (CNPq) e colaborando com o Projeto Temático/Fapesp “Gênero, Corporalidades” (coord. Mariza Corrêa -Pagu/Unicamp).

outra colega de graduação, no âmbito do mesmo projeto coordenado por Lopes – Mariana Moraes de Oliveira Sombrio, que também desenvolveu projeto de iniciação científica e defendeu dissertação de mestrado (SOMBRIO, 2007) acerca da atuação de Bertha Lutz no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil (CFEACB).

Do nosso trabalho em conjunto no Pagu, resultaram o levantamento, aquisição e exploração de uma vastíssima documentação existente relacionada a Bertha, que propiciaram a participação em congressos e publicação de alguns artigos (LOPES; SOUSA; SOMBRIO, 2004; LOPES; SOUSA, 2006a, 2006b, 2007; SOUSA; SOMBRIO; LOPES, 2005). O que era um trabalho inicial, ainda em consideração das inúmeras possibilidades e abordagens de análise de uma trajetória de vida, foi se tornando aos poucos um estudo cada vez mais denso, pela coordenação, experiência e objetivação teórica de Margaret Lopes. A referência central idealizada por ela para tais análises era, essencialmente, contemplar uma faceta até então desconsiderada pelos estudos existentes sobre Bertha Lutz: sua atuação científica e as relações existentes entre essa dimensão e questões de gênero na sociedade em que viveu – passando também, mas não somente, pela sua militância política no campo do feminismo.

Buscava-se, assim, a partir desse estudo de caso, uma crítica à “invisibilidade” das mulheres nas ciências – considerada aqui como uma construção historiográfica que, enfatizando mais as ausências do que a presença feminina no campo científico, tendeu a abordar personagens como Bertha Lutz e outras, como figuras excepcionais (LOPES, 2006a). Se mulheres como Bertha estavam longe de ser a regra entre os indicadores científicos de sua época, uma bibliografia recente no contexto intelectual brasileiro<sup>2</sup> – e que vem marcando presença quer dentro do campo dos estudos feministas ou de gênero, quer no âmbito da História das Ciências – reconhece, no entanto, “mais mulheres do que estamos acostumadas a admitir”, participando de práticas científicas, mesmo em seus aspectos formais (LOPES, 2006c: 10).

Bertha Lutz nasceu em São Paulo, mas passou a maior parte de sua vida no Rio de

---

<sup>2</sup> A título de exemplo, o próprio dossiê organizado por Margaret Lopes (2006c), que reúne pesquisas sobre o tema “Gênero na Ciência”, nos *Cadernos Pagu* (27). Ver também o conjunto de trabalhos publicados no número 15 da mesma revista, que já se dedicara ao assunto (LOPES, 2000), e diversos artigos de Lopes nos quais apresenta o debate acadêmico internacional, desde os estudos de Evelyn Fox-Keller que em 1978 relacionou pela primeira vez os termos *gender and sciences*, a complexidade tomada pelas novas abordagens que surgiam, as disputas teóricas e por influências nas diversas áreas disciplinares. Tais questões estão levantadas notadamente na literatura norte-americana, das quais a produção brasileira teria permanecido alheia. Como enfatiza Lopes, apenas recentemente “gênero” tem sido incorporado de forma mais ampla na área da História da Ciência, “como uma perspectiva de abordagem teórica e possível linha de pesquisa

Janeiro, onde trabalhou como botânica e zoóloga do Museu Nacional (ingressando em 1919 através de concurso público para o cargo de “secretário”), e como colaboradora no Instituto Oswaldo Cruz (IOC). Filha de Adolpho Lutz, microbiologista consagrado, e de Amy Fowler, enfermeira inglesa, Bertha pôde concluir seus estudos secundários e superiores na Europa, onde se formou em Ciências Naturais pela Universidade de Paris – Sorbonne em 1918 e, também travou seu primeiro contato com o movimento feminista internacional<sup>3</sup>. Imediatamente de volta ao Brasil, em 1918, Bertha é contratada como tradutora pelo IOC, onde simultaneamente auxiliava Adolpho em seus trabalhos e continua a fazê-lo até o fim da vida deste, mesmo enquanto funcionária, e com o consentimento do Museu Nacional<sup>4</sup>.

Paralelamente à sua atuação profissional, militou como líder de um feminismo que contou com sólida base institucional e projeção internacional. No mesmo ano que ingressa no Museu (1919), funda a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, que em 1922 transforma-se na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) – a principal instituição de agremiação de mulheres até a década de 1970 no país, de onde derivam diversas outras associações. Suas principais reivindicações desde o início de seu ativismo eram os direitos à educação e profissionalização feminina, além do sufrágio.

No plano político *stricto sensu*, após liderar a conquista do voto feminino decretado em 1932, ofereceu sugestões à elaboração da Constituição promulgada em 1934 e foi Deputada Federal de julho de 1936 até o fechamento do Congresso, em novembro de 1937. Suas propostas à Constituição, discutidas nas reuniões promovidas pela FBPF<sup>5</sup> e levadas à Constituinte por Carlota Pereira de Queiroz, única mulher a participar daquela Assembléia,

---

sancionada institucionalmente” (LOPES, 1998, 2006a, 2006c; LOPES; COSTA, 2005).

<sup>3</sup> Segundo Soihet (1974, 2000), na Inglaterra, interessou-se pela campanha feminista que já se desenvolvia antes da I Guerra e na França conhece a brasileira Jerônima Mesquita que compartilhou de seus ideais pela causa feminista. Dona Jerônima, como era chamada, acompanhou Bertha durante sua militância no Brasil, participando da fundação da FBPF e suas atividades durante décadas.

<sup>4</sup> Em 1954, discutindo com a diretora do Museu, Heloisa Alberto Torres, sobre o trabalho de recuperação das pesquisas do pai, projeto financiado pelo CNPq, Bertha afirma em uma de suas correspondências (23/05/1954): “tenho a vantagem de conhecer os lugares e as datas das excursões do Dr. Lutz e acompanhei muitas de suas viagens de 1921 em diante” (LOPES, 2006a: 219). Sobre a incansável dedicação de Bertha aos trabalhos de Adolpho, ver também Benchimol et alii. (2003). Quando Bertha Lutz ingressa no Museu Nacional a instituição estava vinculada, desde 1909, ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e passa a subordinar-se ao Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, quando a pasta é criada no governo de Getúlio Vargas.

<sup>5</sup> A I Convenção Nacional Feminina (Rio de Janeiro, 1933), promovida pela Federação, “comemorou a fundação da Liga Eleitoral Independente (L.E.I), órgão eleitoral da FBPF, aprovou as sugestões formuladas pela autora deste trabalho [Bertha Lutz] ao Anteprojeto da Constituição, resolveu lançar candidaturas femininas a cargos eleitorais e apoiou uma série muito sucinta de resoluções formuladas pela Dra. Ormindia Bastos” (“Resoluções da I Convenção Nacional Feminina” *apud.* HAHNER, 1978: 106-109).

estão reunidas em *13 Princípios Básicos de Direito Constitucional* (LUTZ, 1933), das quais muitas foram incorporadas à Carta. Na Câmara, lutou pela criação de um Departamento Nacional da Mulher de nível ministerial, presidiu a Comissão de Estatuto da Mulher e apresentou o projeto do Departamento de Maternidade, Infância, Trabalho Feminino e Lar. Este foi aprovado e já contaria inclusive com verba no Orçamento, sendo sua criação interrompida pelo fechamento do Congresso<sup>6</sup>.

Bertha formou-se também no curso de Ciências Jurídicas da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro em 1933 (título de bacharel), tendo ingressado em 1928. Outras atuações significativas posteriores são: membro do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil (1939-1951); membro do Conselho Florestal Federal (1956); professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro; membro da Academia Internacional de Zoologia; eleita “Mulher das Américas” em 1956, para citar apenas alguns exemplos. Uma das atuações mais citadas na bibliografia é também a participação na Conferência de São Francisco, sendo uma das 4 mulheres a assinar a Carta das Nações Unidas, criada pela ONU, em 1945.

Os primeiros estudos existentes sobre Bertha Lutz datam da década de 1970, inseridos, eles próprios, num contexto político dos movimentos feministas daquela época. As dissertações de mestrado em História, de Rachel Soihet (1974), e em Ciência Política, de Branca Moreira Alves<sup>7</sup> (1977), são dois trabalhos pioneiros de peso que trouxeram à tona aspectos da militância de Bertha e sua contribuição aos direitos das mulheres, baseados em farta documentação e discussão bibliográfica. À luz de suas inspirações ideológicas, buscaram denunciar um processo de dominação masculina no qual as mulheres estavam excluídas da possibilidade de atuação no mundo público e, para tal, analisar a incansável militância feminista de Bertha durante quase todo o século XX, foi fundamental.

Décadas depois, trabalhos como de Susan Besse (1999), Soihet (1996, 2000, 2002,

---

<sup>6</sup> Segundo requerimento da deputada Lygia Maria Lessa Bastos em homenagem ao 80º. aniversário de Bertha Lutz (1974). A.N. “FBPF”. Cx.10. A tese de Ana Paula Vosne Martins (2000: 225-233) aponta os primeiros esforços empreendidos por médicos pela criação de políticas de assistência à maternidade no início do século XX e especialmente por uma legislação que regulamentasse o trabalho da mulher grávida – inclusive contemplando um período de licença pré e pós-parto, como defendido pelo Dr. Fernando Magalhães em conferência na Associação Brasileira dos Estudantes, em 1913, no Rio de Janeiro. Ainda no âmbito de preocupações com a assistência materno-infantil, foi com Stella Guerra Duval, companheira de Bertha Lutz na FBPF, “e mais 14 senhoras da sociedade carioca”, que Fernando Magalhães criou em 1918 a Associação Pró-Matre – um espaço que forneceria atendimento médico, assistência social e ensino, e que se tornou uma instituição modelo. No entanto, a autora ressalta ainda que foi apenas após a década de 1930 que se desencadeou uma política oficial de saúde materno-infantil.

2006), Hahner (2003)<sup>8</sup> e outros que, abordando diferentes personagens de sua geração, deparam-se com Bertha Lutz cruzando suas trajetórias, continuam avaliando a contribuição política de Bertha na história das mulheres através de sua militância. Para citar alguns exemplos: a escritora e companheira de FBPF, Júlia Lopes de Almeida (DE LUCA, 1999); a médica e deputada, Carlota Pereira de Queiroz que teve sua candidatura à Assembléia Constituinte (1933) apoiada por Bertha e com quem disputou decisões na Câmara (SCHPUM, 1999); a farmacêutica Consuelo Caiado que se correspondeu com Bertha ao longo das atividades da filial da FBPF na cidade de Goiás, fundada por Consuelo em 1931 (KOFES, 2001); ou ainda nas atividades de Pérola Byington à frente da Cruzada Pró-Infância em São Paulo (entre 1930 e 1945), que também se relacionou com a FBPF<sup>9</sup> (MOTT, 2001).

Embora algumas vezes a inserção profissional, científica, de Bertha Lutz, seja citada em tais estudos, suas atividades nessa esfera de atuação nunca foram foco central de análise. Trazendo sensíveis mudanças a essa tendência, pesquisas desenvolvidas na Casa de Oswaldo Cruz acerca de seu pai, Adolpho Lutz, constataram a posição central que ela ocupou na última fase da vida do microbiologista: auxiliando-o em seus trabalhos científicos desenvolvidos no IOC e, após seu falecimento em 1940, reunindo e imortalizando sua memória “como personagem soberano no panteão dos homens de ciência no Brasil” (BENCHIMOL; SÁ; et alii, 2003: 204). No entanto, embora tais atividades sejam consideradas, no âmbito de sua vida profissional, com obstinação comparável à dedicada militância feminista, nessa caracterização de Bertha Lutz permanece a imagem da “filha”.

Toda sua trajetória no Museu Nacional, anterior a 1940, perde em importância frente à condição de assistente no IOC, na qual Bertha parece, através do mestre, apoiar-se para sua própria inserção científica - “ascende a dedicada colaboradora no ocaso de Adolpho Lutz” (*op. cit.*, p.205). Ainda assim, o artigo oferece elementos importantes para compreendermos a influência do pai em sua formação profissional, o que Bertha Lutz já almejava mesmo antes de concluir seus estudos na Sorbonne. Em 1916, pensou em

---

<sup>7</sup> A dissertação de Alves foi publicada posteriormente em livro, pela editora Vozes (ALVES, 1980).

<sup>8</sup> June Hahner também é uma das pioneiras nos estudos sobre feminismo no Brasil, com trabalhos desde o fim da década de 1970. Seu livro *A Mulher no Brasil* (1978) publica alguns documentos do início da militância de Bertha, no capítulo 12 “Um apelo ao voto feminino”. Em outra obra, *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937* (São Paulo: Brasiliense, 1981), também aborda o tema.

<sup>9</sup> Maria Lucia Mott inicia uma profícua discussão acerca do papel das entidades filantrópicas femininas da primeira metade do século XX através do discurso maternalista, chamando a “atenção para a necessidade de uma releitura do movimento feminista brasileiro” (MOTT, 2001: 202).

abandonar o curso na França para auxiliar Adolpho Lutz no Brasil, preocupada tanto com a situação do pai, prestes a se aposentar e isolado da família, como interessada na possibilidade de seu próprio treinamento científico. Segura de suas decisões, mas esperando a aprovação paterna, escreve:

“Não gosto que você esteja tão sozinho, e, além disso, tenho certeza de que aprenderia muito mais com você, na prática, do que na Sorbonne. Se você cogita em se aposentar dentro de alguns anos, parece-me conveniente que eu o auxilie agora e faça com você a parte prática de minha aprendizagem, sabendo que sempre terei a chance de estudar pelos livros. Um diploma não é absolutamente necessário. Depois de termos trabalhado por algum tempo, eu poderia coletar suficiente material para preparar uma tese. (...) Portanto, pense no assunto e decida. E não caia na ilusão de supor que não poderia regressar sozinha, porque posso...”<sup>10</sup>

O artigo apresenta também indícios que podem sinalizar a existência de fases na trajetória científica de Bertha Lutz, inicialmente interessada pela sistemática botânica – “coletar e classificar plantas eram os grandes prazeres de Bertha” (*op. cit.*, p.206). Porém, a partir da experiência que viria a ter com os trabalhos de Adolpho Lutz na área da Zoologia, é nessa especialidade que irá consolidar sua carreira, marcadamente a partir de 1940, com publicações relacionadas às pesquisas do falecido pai. Em outra carta de 1916, a jovem de 22 anos demonstra a preferência pela Botânica e o fascínio pela “lógica da ciência”, ainda que não anteviesse exatamente a construção de uma carreira (e isto pode também ser interpretado como um artifício que justificasse aos olhos do pai o abandono do curso na Sorbonne). Ademais, enfatiza que se ele “não a quisesse” ao retornar ao Brasil, “talvez pudesse ir para os jardins botânicos”. Indagada por Adolpho Lutz sobre o que faria com o diploma, responde:

“Bem, não sei direito. Não sinto nenhum grande entusiasmo por uma carreira científica. Não ligo para os trabalhos muito delicados e difíceis, e a única coisa que me atrai é a botânica, e, ainda assim, mais a parte sistemática do que o resto. Temo que seja a lógica da ciência que exerça maior fascínio sobre mim”. (31/7/1916. *op. cit.*, p.206).

Enfim, buscando compreender a colaboração de Bertha Lutz na construção da memória do pai, a análise empreendida não contempla a própria atuação científica da filha, que parece ser destituída de protagonismo em sua própria trajetória, permanecendo à

---

<sup>10</sup> Carta de Bertha Lutz, em Paris, a Adolpho Lutz, no Brasil (30/01/1916). Após a família ter se transferido de São Paulo para o Rio de Janeiro em 1908, durante a I Guerra Mundial, a esposa (Amy Fowler) e filhos (Bertha e Gualter) do microbiologista partem para a Inglaterra e posteriormente França, enquanto Adolpho permanece “enclausurado” no castelo de Manguinhos, do Instituto Oswaldo Cruz, dedicando-se integralmente às suas pesquisas. Apud. BENCHIMOL; SÁ; et alii, 2003: 205.



sombra de Adolpho. Reconhecemos a importância do pertencimento da naturalista a uma classe social privilegiada, principalmente pelo acesso à educação que teve. Consideramos também o vínculo paterno um fator decisivo em seu rápido ingresso, socialização e mesmo aceitação em meio à comunidade científica. No entanto, mais que um dado de acesso automático no mundo da ciência, configura-se num ponto de partida para buscarmos compreender como ela se utilizou das oportunidades e experiências que essa filiação lhe podia proporcionar.

Acompanhar as pesquisas e excursões do pai ou mesmo relacionar-se com a instituição onde este trabalhava – o Instituto Oswaldo Cruz, referência nacional em pesquisa científica – foram iniciativas suas que lhe renderam o desenvolvimento de suas habilidades e, ao menos em parte, a construção de sua carreira. Ademais, contar com uma rede de relações sólida era fator importante para qualquer indivíduo inserido na comunidade científica de então, o que nos leva a considerar Bertha Lutz mais no sentido de pertencimento de grupo do que de excepcionalidade ou favorecimento.

Para o meu projeto de mestrado desenvolvido na Casa de Oswaldo Cruz (COC)/ Fiocruz (2007-2009), tais considerações continuaram permeando estes esforços de pesquisa – e as contribuições de Margaret Lopes aparecem invariavelmente ao longo da dissertação. Instigada pelas discussões suscitadas na COC acerca da institucionalização das ciências no Brasil, da formação da comunidade científica e de uma preocupação recorrente na geração a que Bertha Lutz pertenceu, enfocamos o tema da Educação como fio condutor de nossa investigação. Orientada pela professora Dra. Nara Azevedo, o objetivo aqui foi analisar uma parte da trajetória profissional de Bertha Lutz, pelo viés de sua atuação no campo educacional, apoiada em sua inscrição institucional no Museu Nacional.

O recorte temporal estabelecido foi de 1919, quando ingressa na instituição, até o final da década de 1930 – alterando sua situação funcional de “Secretário” para Naturalista em 1937 e abrindo o que parece ser uma nova fase profissional, com maior dedicação na área zoológica. Essa periodização marca também uma época em que ocorrem profundas modificações sociais, políticas e culturais – na sociedade como um todo e também no campo científico, em suas propostas de atuação popular e na proliferação e inter-relacionamento de instituições.

Trata-se, portanto, dos anos iniciais da carreira de Bertha Lutz: justamente aqueles nos quais sua ocupação formal não era propriamente científica, embora tenha sido exatamente a partir do cargo na secretaria do Museu que estabeleceu as bases para a sua

profissionalização. Além disso, a partir das atividades desempenhadas nesse período, abriu possibilidades para outras mulheres no campo da história natural, da museologia e no mundo público de uma maneira mais ampla. O que pretendemos aqui é restituir a autonomia intelectual de Bertha Lutz, compreender seus interesses feministas e científicos de maneira articulada e ainda perceber como sua atuação estava em perfeita coerência com seu momento histórico – revendo a noção de excepcionalidade ligada à figura de Bertha Lutz.

Uma orientação teórica geral que norteou a pesquisa foi trabalhar com as noções de *geração* e de *trajetória* – diferente do que ocorre na escrita biográfica, vale-se de um recorte temático que investiga determinados aspectos da vida de uma personagem. Estudos inspiradores de trajetórias, para o caso de mulheres no campo das ciências ou do feminismo, que se cruzam com a experiência de Bertha, são os de Mariza Corrêa (2003), que aborda a atuação de Emília Snethlage, Leolinda Daltro e Heloisa Alberto Torres; e de Suely Kofes (2001), sobre Consuelo Caiado.

O conceito de geração proposto no texto fundacional de Mannheim (1978) também auxilia na análise de “histórias de vida”, no sentido de relativizar a atuação individual, identificando-a a uma espécie de “lógica de grupo”. Vinculados ao que chama de uma mesma “situação sociológica”, que ultrapassa a definição biológica, os indivíduos de uma mesma geração compartilham experiências e valores – “elaboram o material de suas experiências comuns através de modos específicos” (p.87)<sup>11</sup>. A categoria implica numa certa homogeneidade de ações entre os membros, unidos por um vínculo concreto e constringente: são comuns entre si e diferenciados perante outros de sua própria contemporaneidade.

A autoidentificação, o sentimento de pertencimento do indivíduo a uma geração, à semelhança ao que ocorre com o fenômeno de “classe”, pode gerar uma solidariedade grupal e mesmo o desenvolvimento de grupos concretos, constituindo-se numa forma privilegiada de mudança social. A “emergência” de uma nova unidade de geração no processo cultural implica em novas atitudes perante a herança cultural acumulada – e aqui Mannheim considera o poder transformador das “idéias”, apontando como um padrão próprio de interpretação pode ter influência sobre o mundo e desestabilizar uma estrutura

---

<sup>11</sup> Suas atitudes são integradoras e conformam um caráter de coletividade, que se caracteriza pela “identidade de reações, uma certa afinidade no modo pelo qual todos se relacionam com suas experiências comuns e são formados por elas” (MANNHEIM, 1978: 89). Compartilham valores, atribuem os mesmos sentidos a uma ideia ou conceito o que, num efeito socializante, os une enquanto grupo.

social e cultural.

Tal abordagem, no entanto, que prima pelo potencial coletivo e as lógicas constitutivas de grupo, não deve apagar a contribuição pessoal, as apropriações e resignificações de cada indivíduo, tampouco reduzir as experiências humanas a categorias totalizantes ou a um “subproduto de forças produtivas e de meios culturais”<sup>12</sup>. Moema Vergara (1999) utiliza-se do conceito de geração da História Política para fundamentar a análise da trajetória de Flora Tristan (1803-1844) e, justamente no sentido que buscamos aqui, criticar a noção de excepcionalidade na história das mulheres sem ignorar as especificidades do sujeito.

Vergara enfatiza o pertencimento da escritora francesa – que vive as “figuras” de viajante, socialista e mulher – a uma geração descontente com a crise moral, religiosa e de valores políticos após a Revolução de 1830. A insatisfação feminina acerca da situação relativa ao matrimônio, trabalho e experiências sociais, que gerou a formação de uma “opinião pública das mulheres” através de novelas e jornais feministas, também faz parte desse arcabouço contextual. Compartilhando das idéias dos movimentos saint-simoniano e fourrierista, que abrangiam grande número de mulheres, davam-lhes um papel renovador e lhes ofereciam um importante espaço de vivência, Flora Tristan teria relacionado em sua obra *Union Ouvrière*, socialismo e feminismo.

No entanto, a autora ressalta a apropriação particular de Tristan de tais ideais<sup>13</sup>, de acordo com suas experiências pessoais. Baseando-se na abordagem do interacionismo simbólico, Vergara busca compreender “tanto o que Flora tem de comum com sua geração, quanto aquilo que a difere dos outros socialistas. (...) O socialismo de Flora não pode ser reduzido apenas a uma síntese das idéias de sua época, pois há nele algo que é enriquecido pelos acontecimentos pessoais, amplificados pelo alargamento constante de seu interesse social” (*op. cit.*, p. 235-236). Concluindo, “não se pode generalizar a visão de mundo de Flora Tristan para seus contemporâneos. É impossível falar da geração de Flora como um

---

<sup>12</sup> Essa questão apresenta-se nos debates acerca do uso do conceito de “geração” e também do método biográfico para a análise histórica de personagens e “histórias de vida”. A citação acima é de Lawrence Stone (“The revival of narrative. Reflections on a new old history”. *Past and Present*, 85:3-24, 1979), abordado em LORIGA, Sabina. “A biografia como problema” In. REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. Também sobre essa questão, ver os artigos “A Geração” de Jean-François Sirinelli e “Usos da Biografia” de Giovanni Levi em FERREIRA e AMADO (2002).

<sup>13</sup> “Flora fez parte desta geração, compartilhou de seus ideais libertários, fazendo as mesmas leituras. No entanto, ela se apropriou das idéias que estavam circulando naquele momento na Europa de uma forma particular. A abordagem teórica do interacionismo simbólico nos ajuda na compreensão deste processo vivido por Flora, na medida em que assegura que o mesmo acontecimento tem diferentes significados para diferentes pessoas” (Vergara, 1999: 235).

bloco homogêneo. (...) O estudo da geração traz evidências ‘desaparecidas’ e suas contradições” (*op. cit.*, p.229).

Nessa linha de considerações, pensar Bertha Lutz como pertencente a uma geração de cientistas e de mulheres em busca da definição de seus lugares oferece uma percepção de nossa personagem diferente da mera excepcionalidade – uma das poucas mulheres a fazer ciência no Brasil em sua época. Ao invés de apontar para um sujeito “fora” ou “à frente de seu tempo”, preferimos compreender que se ela desenvolveu ali uma carreira profissional sólida é porque houve uma condição histórica para tal – portanto, deve ser analisada. Para isso, consideramos duas dimensões contextuais paralelas e simultâneas: um momento específico do desenvolvimento das ciências no Brasil e um processo de profissionalização de mulheres e de redefinição da ideologia de gênero que vinha se conformando no início do século XX.

O tema da educação é comum a ambas as dimensões e pode ser compreendido como um dos elos existentes entre o contexto “científico” e “feminista”. A questão educacional foi centro de intenso debate público na época e esteve presente entre os interesses de diferentes segmentos da sociedade: cientistas em busca da divulgação, legitimação e “aplicação” de seus trabalhos, e uma vertente do movimento feminista que defendia a emancipação de mulheres através de sua instrução. A educação, para uma parcela de intelectuais, da qual Bertha também fazia parte, era defendida como a forma mais acabada de promover a evolução dos indivíduos e, por conseguinte, o Progresso da Nação. Tais questões passam a ser pautadas também por um crescente interesse governamental, principalmente no regime varguista, a partir de 1930, mas que já vinha sendo incentivado na década anterior pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Estimulada pela discussão historiográfica acerca das Instituições, procuramos também dar ênfase ao papel do Museu Nacional como instituição-chave nesse processo histórico em que, além de marco na consolidação da categoria profissional dos cientistas, abriam-se as portas às mulheres nos espaços formais de ciências, ainda que restrita e lentamente. Neste que era um *locus* privilegiado de formação de naturalistas, focalizamos especialmente a orientação educativa do Museu na época, dedicando-se à instrução pública e divulgação científica – que começou a ter esforços mais significativos durante a direção de Bruno Lobo (1915-1923) e reforçada e levada a cabo na gestão de Roquette-Pinto (1926-1935).

Por um lado, buscamos compreender em que medida o ingresso e a atuação de

Bertha Lutz no Museu Nacional estão relacionados com uma fase de profissionalização e especialização científica de início do século XX no Brasil. E como, assim, participou em meio às culturas científicas – também políticas – e formas de sociabilidade de então. Para o contexto científico, temos como referência as discussões e marcos temporais acerca da institucionalização das ciências no Brasil, das quais a obra de Maria Amélia Dantes (1988; 2001) é expoente, além de outros autores e estudos nessa linha de debate historiográfico.

As primeiras décadas dos novecentos presenciaram a proliferação de instituições, a consolidação de uma comunidade científica cada vez mais ampla, estabelecendo uma rede intrincada de relações e o desenvolvimento de atividades de educação popular e de divulgação. Tais ocorrências, segundo Dantes, estariam inseridas num momento em que se aprofundam as relações da ciência com o sistema produtivo moderno – valorizada por um ideal burguês como fator de desenvolvimento e civilização, obteria amplo apoio governamental, agora sob a égide do regime republicano.

Adquirindo a forma de um “cientificismo difuso”, inicialmente associado ao positivismo e posteriormente ao modelo alemão da ciência experimental, conferiu-se um caráter prático às instituições. Reformulando-se os lugares tradicionais de pesquisa, criando-se outros, bem como inúmeros espaços associativos. É nessa fase que se articula com mais intensidade, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, uma comunidade científica formada por médicos, astrônomos, naturalistas e matemáticos. Estes dividiam seu tempo entre suas atividades de pesquisa e o ensino nas escolas profissionais, iniciam também as publicações de revistas de divulgação e a crescente participação em congressos e eventos científicos internacionais.

A Sociedade Brasileira de Ciências criada em 1916, posteriormente Academia Brasileira de Ciências (1922), surge como importante local de reunião desses cientistas e ponto de ligação com as demais comunidades científicas estrangeiras. Além da interação entre “idéias importadas” e contingências locais, Maria Amélia Dantes aponta para uma mudança da função social da ciência nessa fase de institucionalização no Brasil, como as proposições da microbiologia na formulação de políticas de saúde pública ou o conhecimento geográfico e geológico para a expansão econômica.

Embora nesses primeiros anos o debate em torno da questão educacional já estivesse ocorrendo, Dantes aponta a década de 1930 como a abertura de uma outra fase do processo de institucionalização científica, em que se defendeu o desenvolvimento das ciências básicas num movimento anti-positivista, que culminaria na criação das

universidades. Em realidade, já na década de 1920, paralelamente às contestações políticas ao governo republicano, a comunidade científica se mobilizava frente à sua profissionalização. Esse movimento esteve fortemente relacionado com as iniciativas de divulgação de seus próprios trabalhos, bem como o debate sobre a renovação do ensino em todos os níveis, liderado pela ABC e ABE (Academia Brasileira de Educação, criada em 1924).

O tema educacional tem as primeiras investigações acadêmicas de fôlego com a obra de Jorge Nagle (1978). Fazendo um mapeamento da situação na I República, identifica que, após um “arrefecimento do fervor ideológico” do final do Império, a discussão sobre o desenvolvimento do sistema escolar desponta em 1915, principalmente entre os republicanos “desiludidos” com o novo regime. O “novo entusiasmo” buscava estender o acesso à educação ao alcance de toda a população, num mote moral e nacionalista a fim de promover a unidade do país. A escola primária tornava-se objeto principal para debelação do analfabetismo e vigorava uma percepção “romântica” da educação como solução de todos os males da sociedade, pois teria um poder regenerador. Assim, problemas como a dominação oligárquica, as dificuldades econômicas do país ou o sistema fechado de ascensão social seriam todos problemas derivados da incultura reinante.

Na década de 1920, tal debate sai dos limites do Congresso Nacional e ganha a opinião pública, surgindo mesmo a figura dos “educadores profissionais” e a proliferação de obras e conferências sobre o assunto. No ano de 1920, cria-se a Universidade do Rio de Janeiro, a primeira universidade oficial brasileira, reorganiza-se a escola secundária e superior em 1925 e reformulam-se as de nível técnico-profissional no ano seguinte. No plano estadual surgem inúmeras reformas administrativas, principalmente na escola primária e normal, e dá-se um “novo passo no sentido de ampliação da rede e da clientela escolares” (p.264). Mas ao movimento reformista do “entusiasmo pela educação”, Nagle expõe o momento seguinte de “otimismo pedagógico”, em que se substitui o modelo tradicional pelas idéias sistematizadas da Escola Nova, a partir de 1927.

A questão abordada aqui trata do papel do Estado frente à situação educacional, em que segmentos da sociedade cobram uma postura intervencionista num momento de claro desinteresse governamental e ausência de uma “política nacional de educação”, que permaneceria até o fim da I República. O Estado manifesta-se apenas na administração pública, criando em 1890 o “esdrúxulo Ministério” para alocar Benjamin Constant – a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos - e, no ano

seguinte, passando a instrução pública ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Em 1906, com a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, o ensino profissional passou a ser regulado por essa pasta e apenas com a instituição do Governo Provisório será criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, em novembro de 1930.

É importante lembrar que o Museu Nacional sempre esteve ligado a esses ministérios aos quais os órgãos educacionais/de instrução se subordinavam. Apenas quando da mudança para a pasta da Agricultura, Indústria e Comércio, em 1906, o Museu não migrou imediatamente, fazendo-o apenas três anos depois, em 1909.

Tanto no plano federal como estadual, apesar do acirramento do debate público e de uma certa racionalização da administração escolar na década de 1920, o sistema escolar permaneceria fracionado em seu controle administrativo e gerando “dualismos” entre as escolas secundárias e superiores – reguladas pela União e permanecendo exclusivas à “elite” – e as de ensino primário e técnico-profissional – sob a competência de cada estado e garantidas ao “povo”. A escola normal, destinada à formação de professores primários, apresenta-se como uma instituição à parte. Configura-se como uma espécie de escola profissional paralela à secundária, mas menos qualificada, e convencionou-se freqüentemente a dedicação às “moças burguesas”. Por vezes o acesso ao nível normal era intermediado pela escola complementar que, quando existia, possuía o mesmo currículo da escola primária, com o acréscimo de uma ou duas línguas estrangeiras.

Após sucessivas reformas, constata-se nas escolas primárias e normais os fenômenos de “nacionalização”, “regionalização” e “ruralização”, iniciados na década de 1920 – um esforço em se adaptar os padrões de ensino às “peculiaridades da vida social” e, mais precisamente, coerente com a ideologia de um país essencialmente agrícola. Quanto às escolas técnico-profissionais, o lema era o da “regeneração pelo trabalho”, uma espécie de “plano assistencial” destinado aos elementos das camadas populares. Entre essas, além do ensino técnico-industrial e técnico-comercial, a escola técnico-agrícola, embora alinhada com a ideologia do país agrário, não logrou sucessos práticos em sua implementação, ainda que se tenha formulado uma sistemática legislação para tal (decreto nº 8.319 de 1910).

No nível secundário e superior, suas alterações se davam de forma articulada, sendo consideradas instituições inseparáveis. Sob a normatização e fiscalização da União, o Colégio Pedro II e as escolas superiores federais ditavam os padrões para as escolas de todo o território nacional – sendo que o ensino secundário tinha uma função preparatória

para o ingresso no superior. Este também era de natureza exclusivamente profissional, não existindo ainda instituição de ensino superior de “especialização intelectual”, ou seja, filosófica, científica ou literária. Como tentativas de reorganização desse quadro ocorreram cinco reformas (Benjamin Constant, 1890; Eptácio Pessoa, 1901; Rivadávia Correa, 1911; Carlos Maximiliano, 1915; João Luis Alves Rocha, 1925), além da própria criação da Universidade do Rio de Janeiro em 1920. Destaca-se também o 4º. Congresso Brasileiro de Instrução Secundária e Superior em 1922 – do qual Bertha Lutz participou.

Mesmo com a penetração da Escola Nova, que introduz uma questão teórica de remodelação pedagógica, tais esforços não geraram transformações substanciais, segundo Nagle. Isso se deveria aos obstáculos impostos pelas condições histórico-sociais de então que se configuram, de maneira geral, numa sociedade semi-colonial que passa por um lento processo de transição para o sistema capitalista. Tal condição esclarece os “padrões de pensamento da camada intelectual” e os “níveis de realização alcançados”, num país em que permanece uma estrutura agrária e um sistema político oligárquico. Apenas com o fim da “República Velha” e a instauração de um novo governo a partir de 1930, terá início uma fase de intervenção estatal mais sólida no âmbito da educação.

Esse contexto é o mesmo em que se dá uma mobilização dos cientistas em busca de sua própria especialização e profissionalização e pela consolidação de uma comunidade autônoma. Se os bacharéis se destacaram em fins do século XIX como uma elite intelectual e nas primeiras décadas do XX os literatos freqüentemente provinham de famílias oligárquicas decadentes que buscavam ascender socialmente (Miceli, 1979), os cientistas se organizavam em busca de um *ethos* próprio, diferenciando-se do “homem de letras”. Principalmente na década de 1920, o papel do cientista está sendo definido e negociado e, nesse processo, a “generalidade” é criticada em valoração da especialidade (Sá, 2006).

A questão da “vulgarização científica” é corrente nesse período, importante tanto como instrumento de educação do povo como também para a divulgação e legitimação dos trabalhos desses profissionais. Regina Horta Duarte (2004), por exemplo, aborda os esforços de Roquette-Pinto nesse sentido através da criação da *Revista Nacional de Educação*, editada de 1932 a 1934 pelo Museu Nacional. A revista sustentava o ideal da ciência e da arte como “veículos da esperança” do povo brasileiro, defendendo a educação da população ao invés do “branqueamento” das raças, por exemplo, proposta eugenista das primeiras décadas do século.

As expedições de Cândido Rondon foram especialmente veiculadas, como já o



fizera Roquette-Pinto em 1917, com a publicação de *Rondônia* (ROQUETTE-PINTO, 2005). Outro tema recorrente era a descrição da flora e da fauna brasileira, criando uma espécie de “cartilha” de reconhecimento a partir da contribuição dos pesquisadores do Museu Nacional. A missão “civilizadora” de difundir a ciência educativa ao povo brasileiro que norteou a orientação do Museu na década de 1930, mas que já se iniciara nos anos 1920, se insere no momento de “otimismo pedagógico” abordado pela bibliografia. Duarte salienta ainda que o projeto da *Revista Nacional de Educação* relaciona-se com a crescente preocupação do governo republicano com a questão educacional na sociedade e seu surgimento esteve ligado ao Ministério de Educação e Saúde Pública, recém-criado.

Para uma contextualização no âmbito da “história das mulheres” e de uma ideologia de gênero, é fundamental olhar para as primeiras décadas do século XX no Brasil como um momento inicial de profissionalização feminina, que resultou em grande parte no ingresso maciço de mulheres em instituições educacionais (AZEVEDO; FERREIRA, 2006). Numa análise “qualitativa” de seus papéis ocupados no mundo público, é consensual a idéia de que ainda hoje o contingente feminino permanece em sua maioria em níveis ou cargos inferiores nas hierarquias de poder<sup>14</sup>.

No Brasil, desde as primeiras décadas do século XX, as mulheres têm se profissionalizado majoritariamente em áreas que mantêm o *status* feminino relacionado à domesticidade, como o magistério fundamental e médio ou a enfermagem, por exemplo (AZEVEDO; FERREIRA, 2006; FARIA, 2006). Da mesma forma a ilustração botânica, considerada a “porta de entrada” das mulheres nas ciências – e também uma das atividades menos remuneradas, porque ligada à função de “assistente” – associava arte, sensibilidade e as próprias flores aos atributos de feminilidade, desde meados do século XVIII na Inglaterra e posteriormente nas Américas (DICKENSON, 2000; HENSON, 2000)<sup>15</sup>.

Outros estudos apontam para mulheres em carreiras tradicionalmente masculinas, como a medicina ou engenharia<sup>16</sup>, mas o que chama a atenção aqui é a existência de um

---

<sup>14</sup> “No caso das discussões sobre gênero em ciências, se não se trata mais apenas de darmos a nossa versão ao ‘*Why so few?*’, como muitas continuam fazendo, cabe agora um maior engajamento nas discussões internacionais dessa década, problematizando nossas versões do ‘*Why so slow inside sciences?*’” (LOPES; COSTA, 2005: 83).

<sup>15</sup> Dickenson, com base na obra de Ann Shteir, mostra ainda como, à medida que a Botânica atinge um grau maior de profissionalização, na Inglaterra entre 1830 e 1860, as mulheres vão sendo excluídas da mesma, incorrendo numa “masculinização” da profissão através da substituição das tradições de observação e de campo pela pesquisa e pelo laboratório (p.159-160).

<sup>16</sup> Para exemplos na medicina: RAGO, Elisabeth. “A ruptura do mundo masculino da medicina: médicas brasileiras no século XIX” In LOPES (2000); SCHPUM, Mônica. “De canhão a cartola: meandros de um itinerário emblemático (Carlota Pereira de Queiroz, 1892-1982)” In SCHPUM (org). *Masculinidades*. São

processo lento, mas persistente, de profissionalização feminina que apresenta uma transformação de ideologia de gênero, segundo Azevedo e Ferreira (2006). Uma ideologia que propiciou a redefinição de papéis de homens e de mulheres na sociedade, ao mesmo tempo causa e consequência da atuação de muitos agentes históricos, “pioneiros” ou não, como Bertha Lutz.

Nas análises mais frequentes acerca da contribuição feminista de Bertha, é comum a atribuição de seu ativismo a um movimento de elite, de aspiração burguesa, “bem comportado”. Ainda que as recentes publicações de Raquel Sohiet (2002, 2006) tendam a relativizar a medida de seu “conservadorismo”, explorando o caráter “tático” de suas ações – uma forma cuidadosa e consciente de transgressão, dentro das possibilidades da sociedade em que vivia. Branca Moreira Alves (1977) também é reticente ao fazer o balanço entre as conquistas do movimento liderado por Bertha e transformações sócio-culturais mais profundas uma vez que, ao contrário de outros movimentos contestatórios de então, não pretendia opor-se ao regime político ou ao “sistema geral da sociedade”. June Hahner (2003), Susan Besse (1999), Alves (1977) e também Sohiet (1974; 2002; 2006) dividem o mesmo argumento central de que Bertha Lutz refletia os ideais de uma classe média urbana, que foi muito bem traduzida pela luta pelo voto, instrumento máximo da vontade burguesa.

Dando muita atenção ao sufrágio e não tanto à educação na militância de Bertha, uma das maiores “causas” da emancipação da mulher, tais autoras concluem que, embora houvesse conquistas formais dos movimentos de 1920 e 1930, não acarretaram em mudanças ideológicas de gênero substanciais. Como intitulou Susan Besse (1999), apenas uma “modernização da desigualdade”, em que permanece um sistema patriarcal de dominação, mesmo no que se refere à educação. Segundo a autora, embora as mulheres tenham sido contempladas pelo sistema escolar reformulado, o “conteúdo” dedicado a elas acabaria por manter a ideologia dominante, preparando-as apenas para funções domésticas e relativas à maternidade.

Numa crítica a essa interpretação, Nara Azevedo e Luis Otávio Ferreira (2006) apontam como as sucessivas reformas escolares, ocorridas na década de 1920 e sustentadas a partir de 1930 no governo Vargas por uma política educacional sistemática, contribuíram

---

Paulo: Boitempo/ Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004; MOTT, Maria Lúcia. “Gênero, medicina e filantropia: Maria Rennote e as mulheres na construção da nação”. *Cadernos Pagu* (24), 2005. Para a engenharia civil, ver: COSTA, Vera R. “Perfil: Carmem Portinho. As lutas de uma pioneira”. *Ciência Hoje - Mulheres Cientistas* 1996, p.48-56.

substancialmente para uma transformação do sistema de gênero no Brasil. Resultando numa inserção maciça de mulheres nos diferentes níveis de ensino e, conseqüentemente, num lento acesso a carreiras profissionais anteriormente restritas aos homens (principalmente no meio acadêmico e científico). Os autores mostram como esse ingresso no mundo público está justamente relacionado ao processo de modernização burguesa e de superação do mundo patriarcal rural, do qual as mulheres participaram ativamente.

Tal processo possibilitou uma resignificação de papéis que, ao contrário do que sustenta Besse (1999), gerou transformações significativas no quadro de dominação masculina. Sobre “dominantes” e “dominados”, as proposições de Michelle Perrot, resgatadas aqui, de que “as mulheres nem sempre foram vítimas ou sujeitos passivos”, incorre no debate sobre os limites da liberdade e dos sistemas normativos<sup>17</sup>. Estas mulheres encontrariam, nas reformas educacionais, brechas que seriam inerentes ao processo de modernização burguesa do país, que gerou uma nova paisagem social, novas sociabilidades e identidades, e que se caracterizou também pela crescente intervenção do Estado na família<sup>18</sup>. Abalando o poder patriarcal e incentivando as mulheres nas atividades econômicas e públicas, pois necessárias ao novo quadro de urbanização e industrialização acelerada – no qual o elemento feminino surgia como novo produtor e também consumidor.

Azevedo e Ferreira atentam para os “aspectos mais dinâmicos desse processo, aos quais se pode imputar a transição do perfil educacional da população feminina que, em um curto período de tempo, do início da República à década de 1940, evoluiu do analfabetismo para a formação em nível superior, direcionando-se, em número cada vez maior, para as profissões científicas” (p.217). As escolas profissionais criadas para o público feminino, por exemplo, funcionaram como um verdadeiro “laboratório social”, no qual as alunas vivenciavam papéis inéditos de trabalhadoras fora da esfera privada. A formação do magistério, pela escola normal, passou por uma feminização que, embora gerasse um

---

<sup>17</sup> PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2005. *Apud*. AZEVEDO e FERREIRA (2006, p.217).

<sup>18</sup> Jurandir Freire e Magali Engel produziram trabalhos de impacto sobre o processo de “substituição da lei pela norma” no Brasil, através de um discurso científico higiênico que se disseminava na família, imputando códigos e padrões de comportamento (à maneira da assertiva foucaultiana da medicina social). Reconhecem a penetração de um discurso normativo na esfera privada, na forma de micro-poderes, embora não o identifiquem com o Estado. COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979; ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989. Outros estudos, vinculados à história social da cultura, identificam o recém instaurado Estado republicano como o ator desse processo, por uma necessidade de controlar e disciplinar os indivíduos em seu novo estatuto jurídico, principalmente em decorrência do fim da escravidão

“padrão sexuado” presente até hoje, significou uma mudança efetiva dos papéis sociais das mulheres no mundo público. Os autores, enfim, atentam aqui para a necessidade de se considerar

“certos aspectos inovadores relacionados à educação feminina, induzidos pelas políticas educacionais – tais como co-educação, acesso irrestrito ao ensino secundário, formação profissional em nível técnico, reformulação pedagógica da escola normal e experiências de formação para o magistério em cursos de nível superior” (AZEVEDO e FERREIRA, 2006: 238).

O Capítulo 1 dessa dissertação teve como objetivo “inserir” Bertha Lutz em um dos principais contextos institucionais científicos a que pertenceu, o Museu Nacional do Rio de Janeiro. Buscamos aqui traçar sua trajetória profissional dentro da instituição: as condições de seu ingresso, cargo ocupado e atuação. Enfatizamos, além da estrutura organizacional e o alinhamento aos ministérios aos quais se subordinou – o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (até 1930) e o Ministério da Educação e Saúde Pública (após 1930) –, as preocupações do Museu em relação às coleções de história natural, ao estreitamento com instituições congêneres e sua orientação educativa de maneira mais geral. Avaliamos como a atuação científica de Bertha Lutz no Museu Nacional está em conformidade com tais características dessa instituição e como a dimensão feminista permeou simultaneamente sua trajetória naquele local. A obra de Lopes (1997) é a principal referência bibliográfica existente acerca do Museu Nacional.

No Capítulo 2, enfatizamos especialmente as atividades de Bertha Lutz na proposição de novas práticas educativas do Museu Nacional. Além da publicação de artigos e de palestras de divulgação científica, Bertha empenhou-se na aplicação de cursos de economia doméstica e de novas metodologias para o campo museológico. Abordamos o contexto internacional e as teorias em voga do papel educativo do museu moderno, bem como os ideais escolanovistas da nova pedagogia. Comissionada pelo Museu Nacional, avaliamos como as atividades de Bertha Lutz associam preocupações científicas em termos de divulgação, com o público infantil e também com a educação feminina. A fonte principal deste capítulo é o relatório, inédito, elaborado por Bertha em 1932 acerca dos museus norte-americanos.

O Capítulo 3 contempla a campanha educativa para mulheres empenhada por Bertha Lutz em outros espaços associativos, mas que estão muitas vezes relacionados com

o Museu Nacional. A exemplo da União Universitária Feminina e suas associadas, das alunas da Escola Normal, das assistentes e cientistas de outras instituições, observamos uma rede de mulheres que já se educavam e se profissionalizavam – atuando também em temas caros à comunidade científica, como a proteção à natureza.

As fontes utilizadas para esta pesquisa, nas quais muito frequentemente encontram-se imiscuídos aspectos da atuação científica e feminista de Bertha Lutz, são de diversas naturezas: documentação formal/institucional do Museu Nacional, trabalhos científicos, contribuição legislativa, correspondências e documentos pessoais, registros das associações feministas e reportagens de jornais. Materializam a luta feminista de Bertha Lutz pautada pela ciência, além de oferecerem subsídios contextuais acerca da comunidade científica e política da qual participou. Encontram-se nas seguintes instituições:

Museu Nacional (Fundos “Bertha Lutz”, “Museu Nacional” e “Edgar Roquette-Pinto”); Arquivo Nacional (Fundo/Coleção “Federação Brasileira pelo Progresso Feminino”); Cedim – Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres (Coleção “União Universitária Feminina”); Academia Brasileira de Letras (Coleção “Roquette-Pinto”). A Casa de Cultura Heloisa Alberto Torres (CCHAT/ Arquivo Heloisa Alberto Torres) também foi consultada e ofereceu algumas documentações pontuais e fotos. Utilizamos também parte da documentação da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) que apresenta as contribuições de Bertha Lutz na Câmara, tendo sido coletada anteriormente no âmbito de projeto de pesquisa coordenado por Nara Azevedo.

O extenso fundo de Bertha Lutz no Museu Nacional está parcialmente organizado e a consulta foi facilitada pela disposição de atendimento dos funcionários que trabalham com o acervo. O fundo do Arquivo Nacional está atualmente inacessível por estar em fase de reorganização, sendo que a documentação utilizada provém de pesquisa feita anteriormente ao meu ingresso no mestrado. A coleção do Cedim também não está organizada, mas a instituição concedeu gentilmente total liberdade e acesso direto ao material. Na ABL, a coleção de Roquette-Pinto, que é a segunda maior do arquivo, não está inventariada mas mantém-se aberta para consulta com o auxílio dos funcionários. Além deles, a pesquisa não teria sido possível sem a utilização de um levantamento prévio feito por Dominichi Miranda de Sá (COC/Fiocruz), elaborado no âmbito de projeto anterior desenvolvido na Casa de Oswaldo Cruz. Agradeço a todos pela gentileza e colaboração.

## Capítulo 1

### Trajetória institucional de Bertha Lutz no Museu Nacional do Rio de Janeiro (1919 a 1937)

Acompanhar a trajetória institucional de Bertha Lutz no Museu Nacional, oferece-nos uma compreensão que vai além da mera informação biográfica, factual e cronológica. Seu ingresso e atuação neste que era, em sua época, ainda um dos mais importantes *loci* de pesquisa e formação em ciências naturais lança luz a todo um contexto geracional que diz respeito tanto a um momento histórico de consolidação da comunidade científica brasileira quanto a um processo de profissionalização de mulheres em nosso país – profundamente relacionado ao movimento feminista do qual Bertha também participava.

Assim, nossa personagem apresenta-se como um dentre vários outros nomes representativos da relação entre ciência e política, a partir da qual pode-se abordar questões acerca da função social do cientista. A geração a qual pertencia, no Rio de Janeiro das décadas de 1920 e 30, compartilhava ideais cientificistas nos quais pregava-se a Ciência como instrumento de civilização e progresso da nação. Nesse sentido, a educação surge como tema chave nos debates públicos, entendida aqui também sob a forma de aplicação social da ciência pura: a ampla difusão do conhecimento sistematizado à população através de reformulações no sistema de ensino, bem como técnicas inovadoras de divulgação científica, imbuída de um caráter salvacionista a um país de analfabetos e doentes.

Ao mesmo tempo, conferiu legitimidade a todo um grupo profissional que buscava autonomia e a construção de políticas públicas que viabilizassem a consolidação de uma comunidade científica, já existente. Também possibilitou o ingresso de novos atores, como as mulheres, nesse campo do mundo público uma vez que, aumentando o seu acesso à educação e ao conhecimento científico, abrem-se portas também a sua profissionalização, muitas vezes construída com base em papéis especificamente a elas determinados – como a relação com a função maternal. Nesta questão, tanto o discurso científico quanto o do próprio movimento feminista, pelos direitos à educação e profissionalização, devem ser considerados – analisados tanto à luz da real identificação desses papéis atribuídos à mulher quanto como uma estratégia de aceitação.

A importância institucional do Museu Nacional nesse processo é observada desempenhando um papel fundamental na implantação de práticas científicas, construídas

socialmente. Não só foi ali onde ingressou a segunda mulher a ocupar um cargo público através de concurso no país<sup>19</sup> – e justamente uma ativista da “causa feminina” – como lá foi desenvolvida uma forte orientação educativa, profundamente modernizada em suas estratégias e seu alcance, durante as diretorias de Bruno Lobo (1915-1923), Arthur Neiva (1923-1926) e principalmente Roquette-Pinto (1926-1935).

Aliado ao interesse governamental, o Museu promoveu uma maciça política educacional de difusão e popularização do conhecimento científico, com início na década de 1920 e levada a cabo até o fim dos anos 1930. Buscou modernizar suas técnicas de exposição, estreitando relações e aprendendo novas tendências com diversas instituições museais internacionais e criou novos veículos de divulgação, como revistas especializadas e programas de rádio e cinema.

Se desde sua criação o então Museu Real já teria como objetivo “propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais”<sup>20</sup> e na década de 1920 vinha buscando a modernização desse papel educativo, é com a mobilização de Roquette-Pinto que podemos visualizar a consolidação prática e maciça desse ideal. Inserida nessa orientação do Museu Nacional, Bertha Lutz atuou, também nesse sentido, desde os anos iniciais de sua carreira, ainda lotada no cargo de Secretário do Museu.

Apoiada em sua inscrição institucional científica, conjuntamente com o próprio movimento feminista organizado que liderava, Bertha militou pela educação e profissionalização de mulheres, unindo Gênero e Ciências em sua trajetória. Procuramos aqui traçar alguns marcos de sua experiência profissional no Museu: sua situação institucional e funções que abrangem as áreas da Botânica, Museologia e Educação – uma conquista pessoal que lutou para estender às demais mulheres brasileiras.

---

<sup>19</sup> Bertha Lutz foi a segunda mulher brasileira a ingressar no Serviço Público por concurso. A primeira foi Maria José de Castro Rabello Mendes, através de concurso para 3º oficial da Seção do Comércio do Ministério do Exterior, em 1917 (ALVES, 1980: 136; SOHIET, 1974: 25).

<sup>20</sup> Decreto de fundação do Museu Nacional, de 06 de junho de 1818. *Apud* LOPES, 1997: 42.

## 1.1 – Funcionamento e estrutura do Museu. O ingresso de Bertha Lutz no Museu Nacional do Rio de Janeiro.

De acordo com Regina Dantas (2003), o concurso pelo qual Bertha Lutz ingressou no Museu Nacional, em 1919, durante a direção de Bruno Lobo (1915-1922), fazia parte da estratégia deste para resolver um problema de escassez de funcionários que vinha desde a gestão de Ladislau Netto (1870-1892): “Logo após empossado, com sua preocupação com o quadro de pessoal, Bruno Lobo imediatamente organiza um concurso público para bibliotecários e secretários” (Dantas, 2003: 6-7). A nomeação de Bertha ao cargo dava-se “de acordo com o artigo 30º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 11.896 de 14/jan./1916” (Livro de Assentamentos nºII <sup>21</sup>, p.99), da gestão de Lobo.

A crise no corpo de funcionários surgira com a aprovação, por Ladislau Netto, do Decreto nº 379A de 08 de maio de 1890, que reformava o Museu Nacional. Dentre outras disposições, determinava a proibição de acúmulo de funções estranhas à instituição, o que gerou um grande êxodo de funcionários<sup>22</sup>. Aliás, a admissão na instituição por concurso fora estabelecida justamente durante a gestão de Netto, em 1876 (LOPES, 1997: 188) - ainda que, com a reforma de 1899 (decreto nº 3.211 de 11/02/1899, gestão João Baptista de Lacerda), embora esses se mantivessem, “perderam o caráter mais especializado que Netto lhes conferira. De modo geral, desde o período anterior, aqueles que os prestavam já eram funcionários do Museu e pediam dispensa de título científico” (LOPES, *op.cit.*, p.228)<sup>23</sup>. O que não foi o caso de Bertha Lutz, e talvez sim o de Heloisa Alberto Torres – que era assistente de Roquette-Pinto na Seção de Antropologia desde 1917, antes de ingressar por concurso em 1925, no cargo de Professor Substituto da Seção de Antropologia e Etnografia. Bertha retornara dos estudos na Europa no ano anterior ao seu concurso, nunca

<sup>21</sup> BR MN MN.DR Ass.3

<sup>22</sup> As disposições desse “longo e complicado regulamento vinham a criar um laço de dependência e sujeição dos funcionários do Museu à vontade do Diretor Geral”. Por apoiar o decreto, Ladislau é hostilizado por quase todo o pessoal do Museu, sendo que apenas na direção de João Batista de Lacerda (1895/1915) inicia-se um período de trégua às discussões entre os funcionários (DANTAS, 2003: 6-7). Margaret Lopes (1997), cuja obra é referência para o estudo dos museus de ciências no Brasil e, principalmente, o Museu Nacional, explicita as medidas do polêmico Regulamento de 1890: dentre outras alterações, a “presença obrigatória dos funcionários das 9 às 15 horas, nos dias úteis, quando não estivessem em comissões temporárias relacionadas aos trabalhos da instituição, passando também a ser proibido o acúmulo de funções estranhas ao Museu”. E afirma ter sido essa reforma “a gota d’água, particularmente para o esvaziamento do museu, com a saída de diversos naturalistas nacionais e estrangeiros” (p.162).

<sup>23</sup> Lopes completa, acerca da situação em termos de formação científica no país: “O que, aliás, era concedido alegando-se a inexistência de cursos equivalentes no ensino superior”. A partir de 1890, por exemplo, a Escola Politécnica passaria a formar exclusivamente engenheiros, suprimindo os “cursos científicos” - de Ciências Físicas e Matemáticas, e de Ciências Naturais (LOPES, 1997: 228).



tendo trabalhado para essa instituição até então, ademais, embora possuísse título científico em Ciências Naturais<sup>24</sup>, o concurso a que concorrera era para o cargo de Secretário do Museu. Não obstante, Bertha foi, desde o início de sua carreira, frequentemente “designada em comissão” a desenvolver trabalhos alheios às funções burocrático-administrativas e em 1937 passa para o quadro científico como Naturalista.

O concurso de ingresso no Museu ocorreu em julho de 1919 e suscitou grande debate na imprensa, uma vez que a participação em seleção pública como essa era ainda vedada às mulheres (LOPES, 2008). Bertha concorreu com mais dez candidatos, todos homens, um dos quais teria desistido por considerar uma afronta a disputa com uma mulher<sup>25</sup>. Em entrevista a Branca Moreira Alves, ela teria afirmado que pleiteou a vaga não só pelo interesse profissional como também em função de uma aspiração política – assumindo seu feminismo desde o início, compreendia que as mulheres tinham o dever e o direito de trabalhar e construir uma carreira, assim como os homens<sup>26</sup>.

Ainda de acordo com a tese de Alves, Bertha, acreditando não ter desempenhado bem a primeira prova (de Português, acerca de um trecho de Camões), pensara em abandonar o concurso, mas, aconselhada pela mãe, seguiu no certame, preocupada com as consequências que poderiam sofrer outras mulheres futuras candidatas.

“Ela disse: ‘Você não vai voltar? Pra que você foi se inscrever se agora não vai voltar? Agora você não voltando, toda mulher que for entrar em concurso fica prejudicada pelo que você fez. Porque você se inscreveu e largou no meio. De modo que você pense bem’. E acabou me incitando a voltar... Eu voltei, e foi muito bom, porque aliás eu tinha tirado uma nota muito boa” (p.136).

Assim como a primeira mulher a ser admitida no funcionalismo público no Brasil, foi necessário o parecer favorável do consultor jurídico ministerial para sua admissão –

---

<sup>24</sup> Obtém diploma ès Sciences (Ciências Naturais) pela Faculdade de Ciências da Universidade de Paris – Sorbonne em 01/mar./1918. Certificados de Estudos Superiores da Faculdade: Botânica (20/jun./1916), Química Biológica (18/out./1916), Embriologia Geral (23/out./1917). BR MN MN.DR. Classe 121. Lutz, Bertha Maria Julia. Assentamentos particulares (1941-1977).

<sup>25</sup> “Aliás, tinha lá um candidato, eu achei uma coisa muito curiosa, porque no dia seguinte ele mandou uma carta ao diretor do Museu dizendo que viu uma mulher fazendo concurso e que isso era contra todas as boas normas da moral e da família, de modo que ele então não queria continuar. O engraçado é que ele me viu lá na prova e não disse nada. Foi só depois que ele largou”. Trecho de entrevista de B. Lutz a Branca Moreira Alves, ironizando a possibilidade de o candidato ter desistido por ter ido mal nas provas do concurso (ALVES, 1980: 136-137).

<sup>26</sup> Bertha já iniciara sua campanha pública feminista no Brasil em 1918, assim que retornara da Europa, escrevendo artigos em revistas e jornais. “Aí quando eu fiz o concurso os jornais foram me perguntar se eu era feminista ou se trabalhava porque precisava. Eu respondi que não precisava, que trabalhava porque era feminista e achava que a mulher deve trabalhar como os homens, tem a mesma capacidade e os mesmos direitos” (entrevista de B. Lutz em ALVES, 1980: p.137-138).

Raul Penido, no caso de Bertha, e para Maria José Rabello Mendes, a aprovação de Rui Barbosa (ALVES, *op.cit.*). Ilustrando esta etapa vencida, encontram-se na documentação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) depositada no Arquivo Nacional, dois telegramas de felicitações a Bertha Lutz. Um do grupo de apuradoras da Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura (05/09/1919), e outro de Licínio Dias: “Apologista dos seus méritos excepcionais é com o maior prazer que a felicito pela sua nomeação para secretário do Museu Nacional” (04/09/1919).

Em realidade, Bertha Lutz possuía habilitações que não eram comuns mesmo entre os homens no Brasil, considerando-se a seleta comunidade científica e intelectual da sociedade de então. Além da formação na tradicional universidade francesa, dominava com fluência aquela língua estrangeira, bem como o inglês e o alemão, competências extremamente valorizadas para a secretaria de uma instituição científica. Em 1929, ressaltando seus méritos acadêmicos, enfatiza a não existência de uma Faculdade de Ciências nas Universidades brasileiras, “formando-se os nossos biólogos em Medicina, e especializando-se depois, muitas vezes por processo auto-didático” (BR MN BL. Carta de B.Lutz a Washington Luis, 07/05/1929).

Posteriormente, em 1938, um recorte de jornal lembraria sua “excepcionalidade”: “Formada pela Faculdade de Ciências da Universidade de Paris é talvez o único brasileiro possuidor de diploma especializado em ciências naturais, curso esse só agora instituído no Brasil”<sup>27</sup>. A notícia referia-se à promoção de Bertha Lutz à classe L - Chefe de Seção científica, já no cargo de Naturalista do Museu Nacional, decorrente de suas próprias solicitações de ajustamento funcional. Em seu requerimento, ela apóia-se, além de suas atuações comprovadas na instituição ao longo dos anos, na autoridade de ter sido “discípula dos eminentes especialistas Gaston Bonnier (morfologia), M. Molliard (fisiologia), L. Matrucho e R. Viguier (sistemática: criptógamos e fanerógamos) e Coupin (prática de laboratório)”<sup>28</sup>.

Sem determo-nos apenas na questão do mérito científico de sua aprovação, ressaltamos ainda a importância de outros fatores igualmente relevantes, provenientes de suas redes de relações e capital cultural, comuns e necessários no interior da comunidade científica<sup>29</sup>.

<sup>27</sup> A.N. “FBPF”. Cx.11. “A Sra. Bertha Lutz foi promovida por merecimento”. Sem título (recorte de jornal).

<sup>28</sup> A.N. “FBPF”. Cx.11. Requerimento.

<sup>29</sup> Refletindo a formação social e cultural brasileira desde fins do século XIX, a tradição “relacional” permeia também a dinâmica das práticas científicas ainda no início do novecentos, convivendo com o ideal

O fato de ser filha do microbiologista Adolpho Lutz, além de possibilitar o acesso à educação formal de qualidade ofereceu também uma importante fonte de sociabilidade dentre a comunidade científica. Foi no local de trabalho de seu pai, o Instituto Oswaldo Cruz (IOC), onde, recém-formada, teve sua primeira contratação, antes do Museu Nacional, de 01/set./1918 a 03/set./1919. Oficialmente como tradutora, trabalhou também oficiosamente na organização do Museu Zoológico do IOC com o pai. Esta que foi uma das primeiras atividades profissionais de Bertha Lutz teve continuidade dentre suas funções no Museu Nacional, onde desenvolverá posteriormente estudos acerca de técnicas museológicas de exposição e divulgação de História Natural.

Os antecedentes de Bertha no Instituto Oswaldo Cruz lançam luz também a respeito das relações institucionais no interior da comunidade científica, havendo uma forte articulação entre as instituições. O diretor do Museu Nacional nomeado em comissão<sup>30</sup> de 1923 até 1927, Arthur Neiva, era a esse tempo Chefe de Serviço do IOC, não tendo antecedentes nos quadros funcionais do Museu.

Tal articulação está relacionada com uma política mais ampla, envolvendo o interesse governamental, especialmente do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, ao qual o Museu Nacional se subordinava. Em 1924 e 1925, por exemplo, Neiva é designado por esse Ministério, novamente em comissão, a servir ao governo do Estado de São Paulo, o que o levou a assumir em 1926 a Chefia da Comissão de Estudos e Debelação da Praga Cafeeira<sup>31</sup> – a “broca do café” que assolava as plantações do interior paulista. Se Neiva dedicara-se aos insetos vetores de microorganismos patogênicos no IOC, no Museu Nacional encontravam-se importantes coleções entomológicas e ali fora acolhido o Laboratório de Entomologia Agrícola, fundado em 1910 (SILVA, 2006).

Ambas as instituições, Museu Nacional e Instituto Oswaldo Cruz, embora com perfis e objetivos diferentes, estavam profundamente ligadas e suas relações passavam inclusive por disputas em torno de prestígio científico<sup>32</sup>. O reconhecimento científico e mesmo o auxílio governamental podem traduzir também a preocupação corrente do Museu com questões agrícolas de ordem econômica – e o primeiro trabalho científico de Bertha

---

meritocrático (HOLANDA, 2005; ZARUR, 1994; CORADINI, 1996).

<sup>30</sup> Por Decreto de 24 de janeiro de 1923. Livro de Assentamentos nº III (BR MN MN.DR Ass.5).

<sup>31</sup> BR MN MN.DR Ass.5 (Livro de Assentamentos nº III).

<sup>32</sup> Essas questões são expressões de um contexto maior, amplamente referenciado na bibliografia em história da ciência que trata, dentre outros aspectos, da consolidação dos institutos de pesquisa experimental (ver, por exemplo, STEPAN, 1970 e DANTES, 1988) e o consequente “fim do movimento dos museus” (LOPES, 1997) no início do século XX.

Lutz publicado pelo Museu (*Arquivos do Museu Nacional*, 1926) também demonstrava esse interesse, como veremos mais adiante.

Em realidade, as alterações provocadas pelo Regulamento de 1911 no Museu Nacional<sup>33</sup>, durante a gestão de João Batista de Lacerda – ainda que muitas delas à sua revelia – comprometiam a instituição tanto com “as funções de investigação científica, prestação de serviços e consultoria ao ministério [da Agricultura, Indústria e Comércio]” como com a promoção, “por todos os meios convenientes, da vulgarização do estudo da História Natural” (LOPES, 1997: 229). E é justamente nessa área que Bertha Lutz, enquanto secretária do Museu Nacional, atuará com freqüência a partir da década de 1920, em comissão pelo ministério – que cada vez mais se preocupava com tais questões.

O próprio Lacerda – de maneira muito semelhante a que Bertha fará posteriormente – fora à Europa em 1911 durante três meses, incumbido pelo governo brasileiro de, além de representá-lo e ao Museu Nacional no Congresso Universal das Raças (Londres), também de estudar os principais Museus de História Natural dos países europeus (*op.cit.*, p.243). Suas impressões dessa viagem teriam influenciado seus ideais para a instituição que dirigia e sua principal referência foi o Museu de Paris, por seu “enciclopedismo” e didatismo.

A tese de Margaret Lopes (1997) mostra que, ainda que houvesse sucessivos esforços anteriores nesse sentido, foi apenas com o regulamento de 1911 que se introduziu no Museu “explicitamente sua função escolar para o grande público”<sup>34</sup>, o que contribuía para reduzir seus fins, por um lado, mas tornava-os “mais diretamente aplicativos por outro” (LOPES: 1997, 228). Isto reflete, além de um interesse governamental nesse sentido, uma tendência do Museu, de há muito, se destinar a diversas atividades para adequar-se às contingências políticas e econômicas. Desde a “idade de ouro” do Museu, por exemplo, representada pela gestão de Ladislau Netto (1876-1893), a dedicação ao ensino das ciências visava “sobretudo suas aplicações à agricultura, indústria e artes” (Decreto de 1876).

Mas não apenas uma sujeição política, tais características refletiam, além das

---

<sup>33</sup> Segundo Miranda Ribeiro, essas alterações foram inteiramente organizadas por Domingos Sérgio de Carvalho, da Seção de Antropologia e Etnologia (LOPES, 1997: 228).

<sup>34</sup> "O Museu Nacional tem por fim estudar e divulgar a História Natural especialmente a do Brasil cujos produtos deverá coligir, classificando-os cientificamente, conservando-os e expondo-os ao público com as necessárias indicações; e proceder a estudos e investigações relativas à entomologia e fitopatologia agrícolas, química vegetal e química geral" (decreto nº 9.211 de 15/12/1911. *Apud* Dicionário Histórico-Biográfico/COC – fonte eletrônica).

estratégias próprias à sua realidade local, o pertencimento do Museu Nacional a um contexto maior: eram representativas de um “movimento internacional de museus”, como salientado por Lopes. A partir das últimas décadas do século XIX, a expansão sem precedentes dessas instituições foi acompanhada de suas renovações aos moldes das mudanças de paradigmas pelas quais passavam as Ciências Naturais no período. Tais mudanças acabaram por marcar sobretudo a expansão das diferentes áreas de especialização e profissionalização dos técnicos e cientistas (*op.cit.*, p.153) e, por fim, passariam a conferir cada vez mais um caráter utilitário às suas atividades. Assim, a reorganização das Seções do Museu já durante a gestão de Netto apontava para alterações na ênfase das pesquisas, nas concepções científicas e mesmo a introdução de novas áreas do conhecimento (*op.cit.*, p.159)<sup>35</sup>.

Outra preocupação governamental – de alcance nacional – com a qual o Museu esteve comprometido já no início do século XX, eram as questões relativas à saúde da população, que posteriormente ganharam esforços educativos – no sentido de esclarecimento e difusão de medidas de profilaxia e de higiene. O diretor que precedeu Arthur Neiva, Bruno Lobo (1915-1923), também nomeado por decreto e sem antecedentes funcionais no Museu, fora diretor do Laboratório Anatomo-Patológico do Hospital Nacional de Alienados, médico legista da Polícia do Distrito Federal e professor da Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, nas cadeiras de “Anatomia e histologia patológica” e “Microbiologia”<sup>36</sup>. Em janeiro de 1918, ainda de acordo com seus assentamentos, atuou como diretor do Laboratório de Entomologia Geral e Aplicada, durante o impedimento do efetivo, “por carta do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio”.

A colaboração dos funcionários do Museu com outros gabinetes também é significativa para a relação dessa instituição científica com os diversos interesses de Estado. O antropólogo Roquette-Pinto, por exemplo, no ano de 1920, servia a diferentes pastas<sup>37</sup>. Posto à disposição do Ministério da Justiça e Negócios dos Interiores em fevereiro, esteve em comissão para “estudos de Saneamento e Higiene Rural, na zona

---

<sup>35</sup> Dentre as novas especialidades que surgiam, a Antropologia ganharia cada vez mais espaço no Museu. Com o regulamento de 1888, “mesmo que se mantivesse como Antropologia Física, separava-se formalmente do domínio da Zoologia” (Lopes: 1997, p.160). A área mereceria grande atenção de Netto e também de Lacerda, que o sucedeu na direção.

<sup>36</sup> BR MN MN.DR Ass.5 (Livro de Assentamentos nº III).

<sup>37</sup> As informações que se seguem são de fundos diferentes do acervo do Museu Nacional: BR MN ERP (ARC2) e BR MN MN.DR (Ass5 – Livro de Assentamentos nº3).

marginal da E.F.C. do Brasil, de onde foi transferido para o Departamento Nacional de Saúde Pública, como chefe da Seção de Microscopia do Lab. Bromatológico, até 21/abril”. Dentro desse período “representou o Ministro do Interior no Congresso de Geografia de Belo Horizonte e em 22 desse mesmo mês partiu para o Paraguai”, agora em comissão do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Retornando em 30 de novembro, volta a servir o Ministério do Interior no Departamento de Saúde Pública até 31 de agosto de 1921.

Foi em meados dessa gestão, de Bruno Lobo, que se deu o ingresso de Bertha Lutz no Museu, quando este estava estruturado em 4 Seções, estabelecidas por decreto de 1911 na gestão anterior, de João Batista de Lacerda: 1ª. Zoologia; 2ª. Botânica; 3ª. Mineralogia, Geologia e Paleontologia; 4ª. Antropologia e Etnografia. No período de Lacerda uma “nova fase prática”<sup>38</sup> do Museu foi traduzida pela criação de laboratórios, “onde se pudessem estudar questões relativas à Biologia, com todos os recursos técnicos da ciência moderna”<sup>39</sup>. Assim, em 1910, inauguravam-se os Laboratórios de Química Vegetal, de Entomologia Agrícola e de Fitopatologia - os quais deveriam “atender às requisições que lhe fossem feitas pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio”, de interesse econômico nos impactos da agricultura e indústria rural<sup>40</sup>.

A organização dos laboratórios foi alterada em 1911 e, já na direção de Bruno Lobo, novamente em 1916, reduzindo-os a dois: Laboratório de Entomologia Geral e Aplicada e Laboratório de Química. As seções, no entanto, foram mantidas (COC/Fiocruz. “Museu Real”. *Dicionário Histórico-Biográfico*). Assim apresentou o Decreto nº 11.896,

---

<sup>38</sup> Segundo o verbete “Museu Real” do *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil* (fonte eletrônica) elaborado pela Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, que teve como uma das principais fontes a obra de Lopes (1997).

<sup>39</sup> Lopes, op.cit, p.227. Margaret Lopes, acerca dos ideais de Lacerda em relação ao Museu - os quais não teriam sido completamente levados em conta nas reformas regulamentares de sua gestão -, afirma ter buscado este manter o caráter “enciclopédico e universal”, preferindo um museu “complexo e global” à função utilitária e à crescente especialização das instituições científicas (p. 223-248). Ao que parece ter sido uma contradição nos desdobramentos de sua gestão, “a lição das coisas” (Cap.5) que nos oferece Lopes sinaliza uma saída: “Ao longo de sua história, também os museus tiveram suas funções adaptadas às necessidades que lhe foram colocadas pelas realidades socioculturais, que contribuíram para forjar e nas quais se inseriam. Dos aspectos aqui comentados, depreendemos que essa história dos museus brasileiros é uma história de substituições e transformações de significados e funções, na qual prevaleceram as mudanças institucionais e científicas, pelos novos rumos experimentais tomados pelas Ciências Naturais, as quais forjaram novos *loci* institucionais, coerentemente com seus objetivos” (p.331).

<sup>40</sup> É importante ressaltar que antes disso os estudos experimentais já teriam sido inaugurados no país, “rompendo com a tradição exclusivamente naturalista”, com as pesquisas de Louis Couty e Lacerda no Laboratório de Fisiologia Experimental, criado em 1880 como seção anexa ao Museu Nacional. Desligado do Museu em 1890, o laboratório voltou a ser vinculado em 1895, justamente na gestão de Lacerda (LOPES, op.cit., 157, 161).

de 14 de janeiro de 1916, que deu novo regulamento ao Museu Nacional<sup>41</sup>, com as seguintes seções e laboratórios: 1°. Mineralogia, Geologia e Paleontologia; 2°. Botânica; 3°. Zoologia; 4°. Antropologia e Etnografia; 5°. Entomologia Geral e Aplicada; 6°. Química. Cada seção teria um laboratório destinado “à preparação dos espécimes que devem fazer parte das suas coleções e a qualquer estudo ou pesquisa que interesse sua especialidade”, além dos Laboratórios de Entomologia Geral e Aplicada e o de Química. A Seção de Botânica ainda disporia de um Horto, “destinado a ensaios, pesquisas e demonstrações práticas”, e a de Zoologia, de um “local destinado à coleção de animais vivos” (Art.4°, parágs. 1 e 2).

O Capítulo IV, do Pessoal do Museu, apresentava o quadro de funcionários: “1 Diretor; 4 professores chefes de seção; 3 professores substitutos; 2 professores chefes de laboratório; 2 assistentes de química; 1 assistente de entomologia geral e aplicada; 1 secretário; 1 escriturário; 1 escrevente-datilógrafo; 1 bibliotecário arquivista; 1 sub-bibliotecário; 1 desenhista-calígrafo; 2 preparadores de mineralogia; 1 preparador de botânica; 2 preparadores de zoologia; 1 preparador de antropologia e etnografia; 1 preparador conservador de arqueologia; 2 praticantes; 1 porteiro; 1 modelador; 1 correio; 1 carpinteiro; 4 guardas de 1ª. Classe; 2 guardas de 2ª. Classe; 12 serventes de 1ª. Classe; 5 serventes de 2ª. Classe; 1 jardineiro-feitor; 10 jardineiros”. O Art. 22 descrevia as atribuições do Secretário:

“a) receber, preparar e instruir com os necessários esclarecimentos todos os papéis que tenham de subir ao conhecimento ou deliberação do diretor ou ser examinados pela congregação, fazendo sucinta exposição deles e interpondo a sua opinião; b) todo o serviço da competência da secretaria, previsto neste regulamento; c) lavrar as atas da seção da congregação e as dos concursos que tiverem lugar no museu; d) propor ao diretor todas as medidas que entender necessárias ao bom andamento dos trabalhos da secretaria; e) fiscalizar os trabalhos realizados na tipografia do museu; f) organizar o arquivo em colaboração com o bibliotecário”.

A preocupação com a formação das coleções, a base dos museus de ciências, permaneceu constante durante o período administrativo de Lacerda. Se na gestão anterior

---

<sup>41</sup> Publicado em 18/01/1916 no *Diário Oficial*, “Atos do Poder Executivo”. Assinado pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, José Rufino Bezerra Cavalcanti. Reafirma em seu art. 1° que o Museu Nacional “tem por fim estudar, ensinar e divulgar a história natural, especialmente a do Brasil, cujos produtos deverá coligir, classificando-os cientificamente, conservando-os e expondo-os ao público com as necessárias indicações”. Afirma ainda ser este um “instituto cientificamente autônomo e administrativamente dependente do Ministério da Agricultura, Ind. e Com., com o qual se entenderá diretamente seu diretor. As resoluções da Congregação do Museu subirão diretamente ao ministro, convenientemente informadas pelo diretor”. Ainda sobre a estrutura interna do Museu, as coleções de

essas se incrementaram principalmente com o material resultante da Comissão de Hartt, nesta e nas posteriores foi a Comissão Rondon (1892-1930), de desbravamento dos sertões brasileiros, que mais ofereceu seu implemento<sup>42</sup>. Outras expedições e excursões menores também contribuíram para a formação das coleções do Museu Nacional - a que se seguiam a classificação do material e sua organização ou exposição.

A *Seção de Zoologia*, à época de Lacerda e segundo sua opinião, era a mais rica e a mais bem arranjada do Museu, no início do século<sup>43</sup>. Tivera contribuições do Museu Paulista, do Museu Municipal de Cataguases e principalmente das excursões de Alípio Miranda Ribeiro e Carlos Moreira pelo litoral brasileiro - de onde vieram espécies de peixes desconhecidas de museus estrangeiros. Caracterizada pela riqueza e boa classificação, no entanto, as coleções não estavam organizadas de acordo com as disposições aceitas na época, como a evolutiva, em função da falta de espaço.

Contando com espécimes nacionais e estrangeiros, em 1915 somavam cerca de 60.000 exemplares, dentre mamíferos, aves, répteis, batráquios, peixes, artrópodes (sendo apenas estes, cerca de 34 mil exemplares), moluscos, vermes, equinodermes e zoófitos. Miranda Ribeiro os teria agrupado, em sua resenha de 1919, de acordo com os principais coletores ou classificadores: Freire Alemão e Herbert Smith, Comissão Geológica - Hartt, coleção May, coleção Soldateschi, coleção Friedenreich, coleção Reinisch, além das diversas equipes do museu.

A *Seção de Botânica* foi especialmente incrementada pelas excursões de Ernesto Ule e Pedro Dusen, além de doações de outros naturalistas e instituições. Dusen teria ainda obtido material mediante permuta com botânicos europeus como Engler, de Berlim, Malme, de Estocolmo, e Christ, de Basel. Trabalharam também nessa seção Neves Armond, Ernest Hemmendorff e Alberto José de Sampaio - este, um dos mais ativos botânicos do início do século no Brasil, particularmente em taxonomia. Nos anos de 1920/30 seria Professor-Chefe dessa seção e Bertha trabalharia sob sua supervisão durante anos.

Das coleções, as plantas representadas por suas folhas e órgãos reprodutores, eram

---

arqueologia ficariam a cargo da 4ª seção. (ABL RP Pasta 27-5-06).

<sup>42</sup> Apenas em 8 anos a Comissão Rondon já teria sido responsável pelo acréscimo de 8.837 exemplares botânicos, 5.676 zoológicos e 3.380 antropológicos ao acervo do Museu Nacional (LOPES: 1997, 239).

<sup>43</sup> As informações que se seguem acerca das seções do Museu foram extraídas de LOPES (1997, 231-240), que teve como base a obra de João Batista de Lacerda (*Fastos do Museu Nacional*, 1905), uma resenha de Miranda Ribeiro (1919) e os artigos científicos da instituição. O livro de Margaret Lopes é a única obra de referência, de análise detalhada, existente acerca do Museu Nacional.



conservadas em pastas dentro de caixas e classificadas com seus nomes de família, gênero e espécie, e os frutos e sementes encontravam-se expostos em armários. A seção contava ainda com uma importante coleção de madeiras do Brasil, uma coleção de fibras têxteis e de caules anômalos, e grande variedade de féculas e óleos. Nesse período também foi constituído o herbário Glaziou e, principalmente, com os botânicos da Comissão Rondon (Frederico Carlos Hoehne e João Geraldo Kuhlmann), incrementaram-se os diversos herbários do Museu, com material do Mato Grosso e Amazonas - o que contribuiu para o aumento de oitenta para trezentas caixas no herbário de consulta. Além desses, foram recebidos material proveniente de Minas Gerais, São Paulo e Ceará, oferecidos por diversas excursões ou instituições.

Em 1910 as coleções botânicas registradas estariam organizadas nos herbários: Alemão-Cysneiro; botânico geral e de plantas exóticas; frutos e sementes; madeiras e lianas; fibras e pastas para papel e óleos resinas. Sampaio, em 1919, acreditava que, após concluírem-se os trabalhos de catalogação por fichas das coleções botânicas do Museu, poder-se-iam contar perto de 100.000 exemplares, tornando-se “a mais importante [coleção] da América do Sul” (p.236).

Já a *Seção de Geologia, Mineralogia e Paleontologia* tinha especialmente recomendadas por Lacerda as coleções mineralógicas e petrográficas (salão José Bonifácio de Andrada), “não pelo seu número avultado de espécimes, mas pela escolha deles, formando grupos de real valor instrutivo” - ainda que não representasse a totalidade da riqueza em minerais do Brasil (p.236). A coleção Werner, durante anos a coleção de referência do Museu, perdera já seu significado e as paleontológicas perderiam para as do Museu de Buenos Aires e La Plata, na opinião do diretor do Museu Nacional. Dentre essas encontravam-se esqueletos - como o do megatério de Jacobina -, presas e fósseis de diversos terrenos geológicos, de diversos locais do Brasil, alguns desses enviados também pelo Museu Nacional dos Estados Unidos, da Smithsonian Institution.

Os 5.150 exemplares que totalizavam as coleções dessa Seção - provavelmente apenas as amostras expostas - no início do século estariam organizados, de acordo com Miranda Ribeiro, da seguinte forma: a antiga coleção Werner, coleções mineralógicas e paleontológicas da Comissão Geológica do Império, fragmentos de um gliptodonte trazido por Sellow, restos de um mastodonte, um megatério trazido por Schreiner, uma coleção espeleológica “e pouca coisa mais” (p.237).

Finalmente a *Seção de Antropologia*, que vinha cada vez mais recebendo atenção

da diretoria do Museu, voltava seus estudos para o campo da craniologia, a qual permitiria “a busca das relações étnicas de muitas raças extintas com as raças atuais, mediante o confronto dos crânios e ossos do esqueleto, segundo as teorias do monogenismo” (p.238). As coleções etnográficas seriam riquíssimas em objetos de enfeite e adorno, armas e utensílios brasileiros - como a cerâmica de Pacoval e os objetos de sambaquis do Sul - ou os próprios crânios indígenas estudados por Lacerda. Somavam-se objetos da arqueologia pompeiana, e outros das ilhas Aleutas, China, Japão e África Central. A coleção egípcia, embora menor, possuiria peças inexistentes mesmo no Museu Britânico, como pareceu aos olhos de Lacerda.

Computados por Miranda Ribeiro em 17.565 objetos da seção, 3.000 seriam da coleção arqueológica, de diversa proveniência: da Expedição do Ceará por Freire Alemão, de Marajó por Gustavo Rumbelsperger, da Comissão de Hartt, do Pará por Ferreira Pena e da Comissão Rondon. Além desses, doações de objetos indígenas como dos carajás, pelo bispo de Goiás, dos corobobós de Minas Gerais, pelo Dr. Artur Eugênio Furtado e material bororo por Dona Carminda de Melo Rego - sobre os quais escreveu nos *Archivos do Museu Nacional* e tornou-se talvez a primeira mulher a contribuir em revista científica brasileira<sup>44</sup>.

Para o incremento das coleções contribuía, além do estímulo às excursões, também os intercâmbios institucionais - os quais, sobretudo, rendiam permutas de material. Estabelecidas entre “museus congêneres” tanto nacionais como internacionais - notadamente dos EUA, Europa, mas também da América do Sul, como ressalta Lopes - essas “viagens pelo mundo dos museus” integravam uma tradição entre seus diretores, num “verdadeiro movimento social”<sup>45</sup> que se formava durante este momento de proliferação e diversificação das instituições (p.223-224).

*Estreitar relações* continuou uma prática frequente nas gestões seguintes, como pudermos ver nos assentamentos de diversos funcionários do Museu, função não mais restrita aos diretores. Cada vez mais sua importância estava, não apenas na aquisição de espécimes para estudos e exposição, como também na atualização dos conhecimentos que se produziam nas diversas instituições. E essa prática pode ser sintomática, nas primeiras décadas do século XX, de um novo momento pelo qual passava o Museu Nacional: finda

---

<sup>44</sup> REGO, Maria do Carmo de Melo. “Artefatos indígenas de Mato Grosso”. *Archivos do Museu Nacional*. Vol.X, 1897-1899, pp. 175-84. *Apud*. LOPES, 1997: 242.

<sup>45</sup> Expressão de Laurence Vail Coleman, diretor da American Association of Museums, em um estudo de 1939 sobre os museus americanos, citado em Lopes (1997, p.223).

sua “idade de ouro”, dos tempos idos de Ladislau Netto, o museu lutava pela manutenção de prestígio e reconhecimento como um dos grandes centros de produção científica no Brasil.

Se Lacerda, no Rio de Janeiro, disputava desde fins do novecentos com outros museus que surgiam no Brasil - o Paulista e o Paraense<sup>46</sup> -, com suas diferentes concepções de museu, o que estava em jogo era a conquista por maiores espaços profissionais. Os rumos da especialização das Ciências Naturais caracterizavam, na verdade, o “fim de um movimento” em que os museus cediam seu lugar, “até sua imagem de templos da ciência, aos institutos de pesquisas, com suas novas práticas de investigação” (LOPES, 1997: 292).

Nessa disputa pela manutenção de reconhecimento, de acordo com a documentação pesquisada, além de Bertha Lutz - como veremos adiante -, outros funcionários se incumbiram dessa missão<sup>47</sup>. O diretor Bruno Lobo, por exemplo, em viagem à Argentina para a Conferência Internacional de Microbiologia e Parasitologia em 1916, foi incumbido pelo Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio a “aproveitar a oportunidade de visitar os Museus de Buenos Ayres e realizar permutas de objetos”.

Roquette-Pinto, quando viaja ao Paraguai em 1920, é incumbido pelo mesmo ministério de “realizar estudos de antropologia, colher material para as coleções do Museu e estreitar relações com os cientistas e departamentos daquela República”. De volta àquele país em maio de 1921, inaugura a cadeira de Fisiologia da Universidade de Assunção. Lembrando que tais atividades ocorreram “em comissão”, uma vez que nesse período estava posto à disposição do Ministério da Justiça e Interiores (fev./1920 a 31/ago./1921). Também em 1924, paralelamente à função de representar o Brasil no 21º Congresso de Americanistas em Haia (12-16/agosto) e Gotenburgo (20-25/ago), incumbência do Ministério da Justiça, novamente o ministro da Agricultura, Indústria e Comércio “resolveu comissioná-lo para estudar na Europa a organização dos Museus congêneres deste Instituto” (partindo em 9/julho e retornando em 30/ setembro/ 1924).

Parecem ser essas práticas comuns dentro do Museu Nacional, cujos funcionários frequentemente se incumbiam de atividades diversas para atender aos desígnios governamentais e aos próprios interesses da instituição. E assim fará também Bertha Lutz,

---

<sup>46</sup> Museu Paulista, também conhecido por Museu do Ipiranga, inaugurado em 1894 por Herman von Ihering; Museu Paraense Emilio Goeldi - idealizado por Domingos Soares Ferreira Pena, inaugurado em 1871, e que só em 1894 viria a conhecer o diretor que transformaria seus moldes e posteriormente emprestaria seu nome à instituição.

<sup>47</sup> De acordo com os respectivos assentamentos, nos Livros de Assentamentos do Museu Nacional (BR MN MN.DR).

a partir dos anos 1920, não só enquanto secretária do Museu mas também como liderança de um movimento de mulheres que se articulava desde então.

## 1.2 - Raízes da escolarização do Museu Nacional

Em 1899, a primeira reforma estabelecida no Museu Nacional durante a gestão de Lacerda alterava os quadros funcionais da instituição: os cargos anteriormente existentes de Diretores e Sub-diretores de seção transformam-se em Professores e Assistentes. Da mesma forma, o Conselho de Administração torna-se Congregação, as seções são reorganizadas e o cargo de naturalista-viajante - implementado oficialmente por Ladislau Netto em 1890 - é abolido<sup>48</sup>, “cabendo aos assistentes se encarregarem da realização de excursões sempre que se julgasse necessário” (LOPES: 1997, p.228).

Tais alterações parecem concorrer para uma mudança de orientação do Museu que tornar-se-ia cada vez mais evidente, no sentido deste imbuir-se de um papel essencialmente educativo. Com a reforma de 1911, o objetivo de “vulgarização do estudo da História Natural”, por “todos os meios convenientes”, decretaria a substituição das conferências públicas por cursos, além de manter as exposições abertas à visitação por todos os dias (exceto às segundas-feiras), juntamente com a venda de “guias” organizados por seção.

Outra medida significativa nesse sentido foi a implementação de um Museu Escolar - um serviço de atendimento às escolas -, decretada no artigo 59 das “Disposições Gerais” do Regulamento de 1911. Criticando o objetivo principal do Museu pela atividade educativa, Miranda Ribeiro chegou mesmo a sinalizar que “desenvolver apenas o lado didático” teria mesmo afetado a “relativa movimentação no que tocava a excursões”, prejudicadas pelos regulamentos da administração Lacerda. Em 1916, já na direção de Bruno Lobo, a tendência à “escolarização” é assumida ainda mais claramente, com um novo regulamento que dava prioridade aos cursos, em um capítulo exclusivo sobre o ensino (LOPES, *op.cit.*, 229-230).

Para isso, o Museu deveria valer-se de suas “coleções cientificamente organizadas; conferências públicas; e cursos de especialização e aperfeiçoamento de caráter essencialmente prático realizados nos diferentes laboratórios, a juízo dos respectivos chefes e substitutos, ouvido o diretor” (Cap.VI – do Ensino). E especificamente ao auxílio

escolar, decretava, em suas “Disposições Gerais”, art. 50 (Cap.X), que “aos professores de todos os institutos de ensino da República serão fornecidos mediante pedido ao diretor e sem prejuízo do serviço, sala e material para os seus cursos<sup>49</sup>”.

Já pela reforma de 1911, deveriam ser ministrados pelo Museu e em seus laboratórios, os cursos de especialização da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária - o que demonstra uma das inter-relações institucionais que, por um lado, contribuiu para diversas formações profissionais, numa época em que o ensino superior era ainda escasso. Outro exemplo, mais remoto, é a anexação do Jardim Botânico ao Museu Nacional entre 1819 e 1822 - que continuou se relacionando com este e representou um importante espaço de integração, mesmo de mulheres, nas ciências naturais. Daí partiram muitas ex-alunas para trabalharem como assistentes no Museu, já entrado o século XX<sup>50</sup>.

Ainda de acordo com sua tendência escolarizante, o novo regulamento de 1916 definia a criação de uma Seção destinada a colecionar e conservar objetos históricos de nosso país, material que foi exposto na sala Pedro II do Museu, inaugurada em 1920. Esse esforço contribuiu para a fundação do Museu Histórico Nacional em 1922, para onde foram doadas as coleções daquela seção do Museu Nacional. Inclusive, foi nesse Museu Histórico onde foi ministrado o primeiro “Curso de Museus” do Brasil, criado em 1932, fomentando a especialidade da Museologia em termos de carreira técnica.

Segundo Lopes (1997), a partir dessas reformulações regulamentares “finalmente o Museu Nacional tornara-se uma instituição de ensino”, tornando-se responsável pelos cursos superiores de Ciências Naturais do país (p.230). Além desses, destinava-se também ao ensino elementar e à divulgação científica para públicos leigos, principalmente com o serviço de atendimento escolar. Com isso, o Museu Nacional apresenta-se como uma instituição única, em comparação aos seus congêneres, dedicada à divulgação educativa das ciências naturais no Brasil.

Em realidade, desde o início o Museu atuava como centro aglutinador de ciência e cultura na Corte, manteve vínculos com diferentes instituições e apoiou as atividades de ensino formal. Ao longo do século XIX, foram diversas as incursões concretas nesse

---

<sup>48</sup> Decreto nº 3.211, de 11/02/1899. O cargo de naturalista-viajante seria restituído posteriormente.

<sup>49</sup> Decreto nº 11.896, de 14/01/1916. Dá novo regulamento ao Museu Nacional. *Diário Oficial*, 18/01/1916 (ABL RP Pasta 27-5-06).

<sup>50</sup> Como sugerido nas entrevistas com mulheres cientistas, no âmbito do projeto coordenado por Nara Azevedo (COC/Fiocruz), “Gênero e Ciência: carreira e profissionalização no Instituto Oswaldo Cruz, Museu Nacional e Instituto de Biofísica. 1939-1968” (CNPq), como Paula Laclette e Margareth Emerich, que trabalharam na área de botânica do Museu Nacional.

sentido e, ao fim, entre avanços e retrocessos, no início do século XX, o seu papel educativo se dava de maneira bem diferente do que se tentou no século anterior.

Na primeira metade dos oitocentos, o Museu esteve vinculado à Academia de Belas-Artes, à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, às Escolas Militar e de Medicina, ao Jardim Botânico, Biblioteca Nacional, Sociedade de Instrução Elementar, ou ainda o Colégio Pedro II. De maneira geral, cedia suas salas e seus laboratórios - ou mesmo emprestava seus instrumentos - para os cursos das diversas instituições, exposições e demonstrações práticas.

São justamente essas iniciativas em relação ao ensino - que culminaram na tentativa de criação de um Curso de Ciências Naturais dentro do Museu Nacional - aspectos responsáveis pela ruptura do modelo antigo de museu e a gestão de um novo ideal. Esse “novo ideal” teria as bases iniciais nas propostas de Frei Custódio Alves Serrão, diretor do Museu entre 1828 e 1847, chegando a instituir medidas educativas no regulamento de 1842. Mas tais alterações seriam de fato implementadas apenas com Ladislau Netto e seu regulamento de 1876, para depois serem abandonadas no regulamento de 1888, de sua mesma gestão, e retomadas enfim na direção de Lacerda.

Referindo-se ao empréstimo de material do laboratório do Museu aos cursos da Faculdade de Medicina da Corte, Custódio Serrão não admitia a sua aplicação específica às ciências médicas. Prestando-se o laboratório a um “curso geral de Química”, defendia sua concepção de museu, desde o início da década de 1830, como “um museu com atribuições de escola pública, de nível técnico e superior, que abarcasse os diversos ramos das ciências e da ‘indústria’ e conseguisse maior alcance popular do que as escolas superiores da Corte” (LOPES, *op.cit.*, p.76).

De acordo com seu ideal, defendia mesmo um projeto apresentado à Câmara, de criação de uma escola de Ciências Naturais no Museu Nacional, que reunisse os cursos já existentes e dispersos, vinculando explicitamente as funções dos museus ao ensino formal. No “centro das atenções dos que pensaram os novos rumos para a educação e as ciências no país”, o museu integrava as discussões que pensavam o processo civilizatório do Brasil - inclusive no contexto do debate sobre a criação de uma Universidade brasileira. Um dos defensores dessa idéia, o Ministro Joaquim Vieira da Silva e Sousa, consideraria “que daí resultariam muitas vantagens à classe trabalhadora, aos agricultores e artistas, fornecendo aos brasileiros por intermédio da instrução meios de competirem com os estrangeiros nos objetos de ‘primeira indústria’” (p.79).

O que seria também uma tentativa de maior reconhecimento do Museu e das Ciências Naturais no país, frente a outros campos que então gozavam de maior prestígio, competência, e de fato não vigorou, com a elite médica e de engenheiros - que permaneceu a formadora dos bacharéis e doutores no âmbito da Instrução Pública. E o Museu Nacional permaneceu, não propriamente como centro de ensino formal tal qual a Escola Militar, mas como uma instituição aos moldes do *British Museum*, de caráter enciclopédico e metropolitano, tendo na formação de suas coleções a principal atividade. Ainda que continuasse a ceder suas salas e materiais para cursos como o de Química Aplicada às Artes, da SAIN, em 1849, ou às aulas de Física, Química e Zoologia do Ginásio Brasileiro, em 1850.

Outras contribuições nesse sentido se dariam em meados do século, nas salas do Museu, como: o curso gratuito de Medicina Legal oferecido pela Faculdade de Medicina, de 1850 a 1852; as exposições de Pedro de Alcântara Lisboa de seus instrumentos para o estudo de Geometria, Ótica e Eletricidade, em 1852; a visita aberta aos alunos de Metalurgia da Escola Central para examinarem as amostras de minerais metalíferos, em 1859; ou ainda as diversas coleções cedidas à Escola de Medicina, ao Imperial Colégio Pedro II e à Escola Politécnica (p.123-124).

Desse papel auxiliar ao ensino formal, a “ruptura do modelo” vigente de museu ocorreria com a gestão de Ladislau Netto, que buscou implementar os ideais de Custódio Serrão instituindo-os no Regulamento de 1876. Além de agir em favor da transferência do Museu para o Ministério da Agricultura em 1868 - pasta de maior prestígio entre os ministérios -, lutou, dentre outras metas, pela criação dos cursos e a equiparação do museu às escolas superiores da Corte. Desdobramento do fim primeiro de colecionar e compendiar “todas as riquezas” do país, a segunda missão do Museu seria, segundo Netto, “instruir o povo inoculando no espírito da mocidade estudiosa o gosto pelas pesquisas científicas, alentando ou guiando a indústria nacional e tornando-se finalmente o árbitro de todas as questões relativas aos tesouros contidos em nosso vasto território”<sup>51</sup>. Inspirava-se, assim, nos cursos livres que frequentara no *Muséum de Paris* em meados do século, modelo que seguidamente buscou adequar à realidade brasileira.

O que parecia ser agora de interesse do governo, a abertura dos cursos, foi negociada com os ministros e finalmente ocorreu, pela primeira vez em 1875, sendo

---

<sup>51</sup> Netto, L. “Relatório dos trabalhos efetuados e das aquisições e presentes feitos por este estabelecimento no decorrer do ano próximo passado”. Museu Nacional: Rio de Janeiro, 1871 *apud*. LOPES: 1997, 145.

antecedida pelas conferências públicas de Henri Gorceix e Charles Hartt. De 06 de julho a 07 de outubro desse ano, aconteceram os cursos de Botânica e de Arqueologia e Etnografia, com grande aceitação e divulgação na imprensa. Esses cursos continuaram nos anos subsequentes, em geral nas noites de março a outubro, com pelo menos uma aula semanal. Na opinião de Netto, os Cursos de Ciências Naturais, ministrados pelos diretores e sub-diretores das seções, eram “inquestionavelmente o mais agradável e profícuo método doutrinário de quanto possui a instrução superior do Império na sua capital” (LOPES: 1997, 184).

Participavam destes, senhoras - às quais era ainda vedado o ingresso nas faculdades -, estadistas, médicos, advogados, jornalistas, “todos os que prezavam as boas letras e as ciências naturais”, nos quais incluía-se também o próprio Imperador. Os cursos, relativos às pesquisas desenvolvidas nas respectivas seções do museu, valiam-se dos recursos de “estampas murais”, quadros explicativos, projeções de imagens e demonstrações práticas. Compreendiam lições de Botânica e Zoologia, Geologia, e Antropologia e Mineralogia - em geral com a duração de dois anos. Em 1880 ganhavam um auditório reformado, com melhor iluminação e 121 cadeiras, e suas aulas eram divulgadas - algumas com seus resumos - no *Jornal do Comércio*.

Em 1885, no entanto, o próprio idealizador dos cursos julgava-os agora dispensáveis, tanto aos objetivos do Museu quanto ao interesse do público - que compareceria às seções por mera curiosidade, muitas vezes em função da presença do Imperador, e sem acompanhar seus ensinamentos. E, de fato no próximo regulamento, de 1888, promulgado pelo substituto de Netto, os cursos seriam substituídos por conferências extraordinárias, condizentes com as novas finalidades estabelecidas nesse estatuto. Estas, se permaneciam as mesmas de 1876 quanto ao “estudo da História Natural, particularmente da do Brasil”, no entanto as referentes ao ensino eram suprimidas. Uma hipótese de Lopes, no que se refere à perda de interesse nos cursos regulares do Museu ao fim da década de 1880 por seu diretor, seria justamente o fato de que, vivendo seus “anos áureos”, a instituição não necessitaria mais de desdobramentos como esses para manter um *status* que, de fato, já adquirira (p.188).

Juntamente com os cursos regulares, se encarregava da divulgação e reconhecimento das atividades do Museu, a publicação dos *Archivos do Museu Nacional*, revista criada também em 1876 por Ladislau Netto - o diretor que mais atuou pela consolidação do prestígio da instituição. Em sua época não existiria ainda uma publicação



regular e duradoura exclusivamente voltada às Ciências Naturais no país, enquanto que na Europa e EUA tais órgãos de divulgação se multiplicavam e estabeleciam as bases do diálogo científico. Assim que foram criados, os *Archivos...* logo refletiram a intensa produção do Museu, eram enviados às diversas instituições científicas do exterior, com as quais estabeleceu permutas e conquistou repercussão internacional. Em 1895, na gestão de João Batista Lacerda, a publicação teve seu nome alterado para *Revista do Museu Nacional*, retornando posteriormente ao título antigo.

Embora importante órgão de divulgação das atividades da instituição, os *Archivos...* não podem ser considerados ainda como um meio de “vulgarização” aos moldes do que seria feito na década de 1920 e 30, para o público leigo. Os *Archivos do Museu Nacional* em realidade, tratavam exatamente das pesquisas científicas ali realizadas e em seus termos específicos, sendo dirigidos aos seus pares, daquela comunidade especializada.

No século XX, iniciativas maiores pela difusão do conhecimento - que serão melhor abordadas no capítulo seguinte - vão tornando-se cada vez mais frequentes, orientação que parece culminar na mudança de subordinação do Museu Nacional ao Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930. Criado nesse ano pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas, a vinculação a esse ministério reafirma o empenho educativo que vinha sendo empregado pelo Museu anteriormente. Já em 1922, como veremos mais adiante, ainda sob os auspícios do Ministério da Agricultura e Comércio, Bertha viajara aos EUA incumbida da divulgação do ensino de agricultura e economia doméstica naquele país.

Em 1927, era criada no Museu uma 5ª. Seção: o Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural, por Edgard Roquette-Pinto. Esta Seção, desdobramento do serviço educativo anteriormente criado, dedicava-se a atender escolas e diversos estabelecimentos de ensino primário e secundário. Fornecendo material didático a professores como dispositivos, gravuras em cores, filmes etc., contava também com uma sala de projeção no Museu Nacional<sup>52</sup>. Em 1931 Roquette-Pinto é nomeado Professor Chefe da 5ª Seção, ao mesmo tempo em que era também Professor Chefe da 4ª. Seção, de Antropologia e Etnografia (nomeado em 03/10/1924) e, Diretor em comissão do Museu.

Personagem atuante no campo educativo nessa época, Roquette ainda teria criado a Rádio Sociedade em 1923, preconizado a *Revista Nacional de Educação* em 1932 (durante sua gestão na diretoria do Museu) e dirigido o Instituto Nacional de Cinema Educativo

(INCE - do Min. Ed. e Saúde), de 1937 a 1945. Além desses ícones do campo da divulgação científica, também atuou como Professor Assistente de História Natural da Escola Secundária, do Instituto de Educação, em 1932, e como Chefe da Seção Técnica de Museus Escolares e Radiodifusão, do Departamento de Educação (Prefeitura do Distrito Federal), de 1934 a 1937<sup>53</sup>.

Em 1937 ocorre uma nova mudança estrutural no quadro científico do Museu, que parece ir contra essa tendência educativa: o cargo de Professor de seção é extinto, sendo substituído pelo de Naturalista, então criado. O que poderia parecer uma volta à dedicação exclusiva às pesquisas em ciências naturais, por outro lado, justamente nesse ano, o Museu foi anexado a uma instituição de ensino superior - a Universidade do Brasil, recém criada. Assim, Heloisa Alberto Torres, até então Professora Chefe da 4ª Seção e também vice-diretora da instituição, passa ao cargo de Naturalista Classe L do Quadro nº 1 do Ministério da Educação e Saúde. Roquette-Pinto, Professor-Chefe da 5ª Seção, é nomeado na mesma categoria.

Bertha Lutz, por sua vez, parece ter se beneficiado dessa alteração funcional para deixar o posto de Secretária e ingressar definitivamente no quadro científico da instituição. Segundo dados lançados em seus assentamentos do Livro III (fl. 200v) em 18/02/1938, foi por Apostila, de 16 de novembro de 1937 que, “em seu título de nomeação de Secretário do Museu Nacional, foi declarado ter passado a exercer efetivamente o cargo de ‘Naturalista’ da classe K, do Quadro I, do Ministério da Educação e Saúde, *ex-vi* da lei nº 284, de 28 de outubro de 1936”. Já no ano seguinte, em 1938, passa à classe L, chegando à classe N na década de 1950<sup>54</sup>.

### **1.3 - Ciência, política e feminismos no Museu Nacional - a atuação de Bertha Lutz.**

Se o ingresso de Bertha Lutz no Museu gerou discussão e discórdia até a decisão final de sua nomeação, após tal episódio, o debate seguiu-se na imprensa, associando ciências e feminismos e mesmo envolvendo a figura do Diretor da instituição à época do concurso, Bruno Lobo (LOPES, 2008). Margaret Lopes, analisando as crônicas mordazes

---

<sup>52</sup> BR MN MN.DR. Classe 146.5 – Serviço de Ass. Ens. Hist.Nat. Relatório de 1929.

<sup>53</sup> BR MN ERP.DEP 20 e DEP 27.

<sup>54</sup> BR MN MN.DR Ass.5 – Livro de Assentamentos nº III. Tendo ingressado no Quadro I, passou ao Quadro Permanente em 1941.

de Lima Barreto, identifica sua crítica a um “feminismo elitista, branco, burocrático, em prol de cargos públicos, corporificado por ele em Bertha” (p.78).

Diversas vezes, Lobo é apontado pelo cronista como o responsável pelo ingresso de Bertha, “arvorando-se em Congresso Nacional”, mediante “influências brunísticas”. Era o “feminismo a Bruno Lobo”, que desde aquele concurso abriria as portas às mulheres - “arautos do feminismo burocrático, o que elas querem é ser escrituárias”, como tenta ironizar a conquista de Bertha no Museu. Quando não “a Carlos Chagas”,

“esse descobridor do mel de pau em ninho de coruja, que nos impingiu umas ‘americanas’ mais ou menos alouradas, a fim de nos ensinar a dar lavagens e clisteres, obedecendo a métodos científicos, como se elas, apesar de louras e de seus olhos azuis, tivessem alguma idéia do que seja ciência, mesmo aquela esbodegada que tem referido o Chagas”<sup>55</sup>.

Crítica ferrenha e criativa, muitas vezes manipuladora, como atenta Lopes, tais crônicas apresentam uma visão sobre aspectos da trajetória de Bertha Lutz em seus anos iniciais de profissionalização e de militância. Barreto retirou qualquer autonomia de Bertha, em ambas as dimensões, e diminuiu também as competências científicas de seu “patrono” o qual, em realidade, foi o responsável por modernizações nas áreas de pesquisa e de campo do Museu Nacional (LOPES, 2008: 80). Dentre outras atividades em sua gestão, como explicita Lopes, promoveu e participou pessoalmente da “Expedição Barroso” que mapeou a Ilha da Trindade (RJ). O local foi o tema principal da edição comemorativa do Centenário do Museu nos *Archivos do Museu Nacional* (vol.XXII, 1919), justamente no qual se inclui a primeira publicação de Bertha Lutz.

Uma das primeiras atividades de Bertha, recém ingressada na instituição -, foi organizar o índice “por títulos e autores” dos artigos publicados pelo periódico desde o primeiro volume, de 1876, até o então presente (1919). O mesmo índice parece ter sido novamente publicado em separata<sup>56</sup> em 1920, ano cujas atividades foram elogiadas pelo Diretor, Bruno Lobo. Em telegrama<sup>57</sup> de 19/02/1921, diz: “Estando terminados os trabalhos

<sup>55</sup> BARRETO, Lima. “Uma atuação de Dona Bertha”. *Careta* (06/07/1922). Apud. LOPES, 2008: 81. Chagas, também criticado por Lima por implicar “feminismo” na ciência era colega de profissão e amigo de Adolpho, pai de Bertha, e parecia não se opor ao “avanços femininos” na área. Sobre a construção de identidades profissionais das educadoras sanitárias e enfermeiras de saúde pública na primeira metade do século XX, que teve em Carlos Chagas um importante valorizador desse trabalho feminino, ver o artigo de Lina Faria (2006).

<sup>56</sup> Citado em seus Assentamentos Particulares (MN.DR - Classe 121/ Trabalhos publicados) como: “Índice dos Archivos do Museu Nacional” *Archivos do Museu Nacional*. Vol. XXII, p.277-290, 1919. No Fundo “FBPF” do Arquivo Nacional há um exemplar de outra publicação, em separata, de 1920: *Índice dos Archivos do Museu Nacional organizado por Bertha M. J. Lutz. Volumes I-XXII.(1876-1919)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920. pp.01-08.

<sup>57</sup> A.N. Fundo “FBPF”. Cx.11.

referentes ao ano de 1920 com a apresentação de relatório a V.S. Ministro da Agricultura, aproveito ensejo para agradecer dedicação e esforços inteligentes do secretário do Museu. Saudações”.

O ano seguinte parece ter sido de atividades burocrático-administrativas para Bertha, nas quais já demonstra o rigor em relação às suas próprias obrigações e às dos funcionários a sua volta, característica pessoal tão comentada em diversas ocasiões<sup>58</sup>. Como podemos ver em suas próprias palavras ao encaminhar ao diretor o relatório referente ao exercício de 1921,

“(…) acompanhado de anexos relativos ao movimento do Arquivo Pessoal, Tipografia bem como de relações, dos objetos ofertados às diferentes seções e das principais publicações enviadas à Biblioteca através da Diretoria. Outrossim, (...) cumpre-me levar ao vosso conhecimento a necessidade de assegurar maior continuidade de esforços a assiduidade por parte dos funcionários da Secretaria, a fim de garantir a execução integral e eficiente dos trabalhos entregues aos mesmos”<sup>59</sup>.

À parte dos comentários, talvez exagerados, da pena de Lima Barreto, a estima de Bruno Lobo em relação a Bertha Lutz e seu trabalho está documentada em folha oficial do Museu Nacional, segundo suas palavras, em 25 de janeiro de 1923:

“Secretário.

Ao deixar a direção do Museu Nacional, na qual, durante oito anos, pude testemunhar a dedicação e honestidade dos funcionários desta casa, tenho especial prazer em apresentar-vos os meus agradecimentos pela contribuição que trouxestes, pessoalmente à minha ação administrativa.

É-me sobremodo, grato reconhecer e atestar os bons auxílios provenientes do vosso labor e da vossa competência, e o espírito de cordialidade com que sempre soubestes atender às necessidades da boa colaboração.

Com este meu sincero testemunho dos vossos méritos, tenho o prazer de renovar-vos o oferecimento da minha amizade e dos meus modestos préstimos.

Saúde e Fraternidade.

Bruno Lobo. Diretor”<sup>60</sup>.

É do mesmo ano da saída de Lobo da diretoria que data o primeiro estudo de cunho especialmente naturalista de que temos notícia de Bertha Lutz, fruto de uma tentativa de também deixar o Museu, para ingressar na Escola Superior de Agricultura e Medicina

<sup>58</sup> Ver, por exemplo, o depoimento de Esmeraldino de Souza: “Bertha Lutz na visão de um técnico aprendiz”. In *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Adolpho Lutz e a história da medicina tropical no Brasil. Vol.10, nº 1, jan.-abr./2003, pp.413-419. Ver também LOPES (2006a), dentre outras publicações, em que assinala a constante preocupação de Bertha com a falta de recursos para a conclusão de seus trabalhos, não aceitando ser criticada por incompetência.

<sup>59</sup> A.N. “FBPF”. Cx.11. B. Lutz a B. Lobo. 10/01/1922.

<sup>60</sup> A.N. “FBPF”. Cx.11. Bruno Lobo a Bertha Lutz. 25/01/1923.

Veterinária<sup>61</sup>/ Departamento do Ministério da Agricultura. “Estudos sobre a biologia floral da *Mangifera Indica L*” (1923) é sua tese de concurso apresentada para pleitear o cargo de Professor da Cadeira de Botânica daquela instituição. Revista e ampliada, a tese foi reimpressa nos *Archivos do Museu Nacional* de 1926<sup>62</sup>. Com esse trabalho, sobre a flor da popularmente conhecida árvore da mangueira, foi classificada em primeiro lugar pela banca examinadora em 1923, embora o concurso não tenha, ao fim, se efetivado.

Em sua documentação depositada no Arquivo Nacional encontramos uma série de correspondências<sup>63</sup> que esclarecem em parte este episódio, através das quais Bertha solicita o apoio de um amigo familiar, acionando uma rede de influências que poderia alcançar mesmo o então presidente do Estado de São Paulo, Washington Luís.

Seu primeiro interlocutor é Carlos Meyer, da Demografia Sanitária (em 1923) de São Paulo e que desde essa época se encarregava de receber os vencimentos de Adolpho Lutz por procuração no Tesouro do Estado e enviá-lo para o Rio de Janeiro. Frequentemente se referia a Bertha com interesse, mandando recomendações da família e felicitando-a pelas suas atividades<sup>64</sup>. Em 04 de outubro de 1923, Bertha escreve-lhe confidencialmente explicando o caso do concurso, “muito desejosa de sair do Museu e de obter um posto de natureza mais técnica e de mais autonomia”. Enfatiza sua preferência “não só pela vantagem muito maior do novo cargo, como por tratar-se de posto de lente em Escola Superior”, ademais, estaria àquele tempo, afastada temporariamente do Museu<sup>65</sup>.

Nessa carta afirma ter recebido a maioria dos votos da mesa examinadora, não obstante, a votação pela Congregação da Escola elegeu outro candidato, mais desejável por ser agrônomo, segundo Bertha<sup>66</sup>. Constando ter havido irregularidades no processo,

---

<sup>61</sup> Instituição que em 1911 possuía vínculos com o Museu Nacional, em cujos laboratórios eram dados seus cursos de especialização, como consta em LOPES (1997: 229), e já citado aqui.

<sup>62</sup> Citado em seus Assentamentos Particulares (MN. Classe 121/ Trabalhos publicados). A referência da publicação é: LUTZ, B. “Estudos sobre a biologia floral da *Mangifera Indica L*”. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Vol. XXVI, 1926. pp. 125-158.

<sup>63</sup> A.N. Fundo FBPF. Cx11. B.Lutz a C.Meyer: 04/10/1923; 09 e 24/11/1923. C.Meyer a B.Lutz: 07 e 11/11/1923. B.Lutz a P.M.Barros: 07/11/1923; 04/12/1923. P.M.Barros a B.Lutz: 22/11/1923.

<sup>64</sup> A.N. Fundo “FBPF”. Segundo correspondências de C.Meyer a Adolpho Lutz. SP, 26/07/1923; 09-23/01/1934. Em uma das cartas, posterior a esse episódio, Meyer manda felicitar Bertha pelo “brilhante resultado colhido na Conferência de Montevidéu e pelo seu feliz regresso ao nosso país” (09/01/1934). Essa conferência, que será referenciada no capítulo seguinte, estaria no âmbito de suas atividades feministas, em 1933.

<sup>65</sup> De acordo com seus assentamentos no Museu, desde 1922 estava em “serviço externo” do gabinete do Ministro da Agricultura, sendo que a partir de janeiro de 1923 era designada para ali servir na “comissão de remodelação do ensino agrônômico”. Foi dispensada dessa comissão em 1 de maio de 1924 e, retornando ao exercício de seu cargo de secretária do Museu, foi logo designada a servir na Seção de Botânica, em 7 de maio desse ano.

<sup>66</sup> O concurso teve 6 candidatos, sendo eleito o agrônomo Antonio Agesilau Bittencourt. Em outro

inclusive alguns concorrentes teriam mesmo solicitado a anulação do concurso, Bertha apela a seu interlocutor que providenciasse apoio político para que o Ministro da Agricultura a nomeasse – “e o apoio de São Paulo é evidentemente dos mais poderosos”. Pede, então, a Meyer o intermédio do Deputado Federal Altino Arantes, o qual, se não estava em situação política confortável para obter o empenho de Washington Luís, ao menos seu próprio “prestígio junto aos Ministros de Agricultura e Fazenda e do Governo, assegurariam certamente atenciosa acolhida a uma solicitação sua” (BL, 09/11/23).

Outro contato paulista acionado, e que parece ter tido mais êxito no empenho, foi o sanitarista e político Paulo de Moraes Barros, que se encarregou de encaminhar o exemplar da tese de concurso de Bertha a Washington Luís. Além disso, achando-se “um tanto afastado da política”, em vez de escrever a este, o fez “diretamente ao Dr. Calmon [Miguel Calmon Du Pin e Almeida, o Ministro da Agricultura em exercício<sup>67</sup>], mesmo porque terá a solicitação maior probabilidade de alcançar o destinatário antes da nomeação”. Tendo Bertha Lutz também recorrido ao Deputado Carlos de Campos, que “muito bondosamente se encarregou do caso”, Moraes Barros prognostica que a intervenção deste, “o sol nascente, esta valerá pela do Dr. Washington” (MB, 22/11/23).

Esse pequeno episódio exemplifica uma prática comum de nossa sociedade, permeada pela “lógica do empenho” e o acionamento de uma rede de relações inclusive de nível político, *stricto sensu*. Meyer chega mesmo a sugerir que Bertha procurasse Altino Arantes aproveitando sua passagem pelo Rio, “em trabalhos de Congresso”, afirmando: “É muito acessível e delicado; o que puder fazer para os amigos, sempre faz”. E finaliza “desejando que obtenha bons resultados nos seus mais que justos desejos” (CM, 11/11/23). Envolvendo figuras proeminentes do cenário político que se tornaram sucessivamente os três Presidentes de Estado de São Paulo, também um certo regionalismo pode ter dado sentido ao apelo, escolhendo seus “conterrâneos”, como sempre enfatizava em suas cartas.

Ao fim, a despeito de tão poderoso artifício, sua nomeação não foi efetivada – tampouco a do candidato escolhido pela Congregação da Escola – sendo anulado o concurso e nomeado o lente interino, que não se submetera à prova<sup>68</sup>. No entanto o caso

---

documento em que Bertha relembra o caso, afirma que teria obtido notas apenas inferiores às do candidato que praticara a fraude, que desistira do concurso antes de terminadas as provas (BR MN BL. Carta de B.Lutz a Washington Luis. 07/05/1929).

<sup>67</sup> Engenheiro, foi nomeado para o Ministério de 16/11/1922 a 15/11/1926. Paulo de Moraes Barros será, posteriormente, o titular desse ministério, de 25/10 a 03/11/1930 (www.agricultura.gov.br).

<sup>68</sup> A resolução foi dada “em virtude da lei especial votada no ínterim pelo Congresso Nacional”. A.N. “FBPF”. Requerimento que contém dados biográficos, ao Exmo. Sr. Prof. Diretor do Museu Nacional.

demonstra também o interesse inicial de Bertha Lutz pela Botânica, desejosa de exercer oficialmente as atividades de seu campo de formação. Em uma das correspondências com seu pai, em geral escritas em língua inglesa e nas quais freqüentemente conversavam sobre temas dessa área científica<sup>69</sup>, Adolpho a incentiva: “*If you want to go in for the concurso, you may probably not find much competition*”.

O trecho a seguir da mesma carta exemplifica a constante troca de informações sobre suas pesquisas e demonstra estar Bertha em uma das frequentes viagens a que se destinava, em comissão. Além disso, também inserido no campo de interesse de ambos, Adolpho faz referência a uma expedição de Carlos Chagas, que teria lhe enviado um cartão da Suíça<sup>70</sup>.

*“Dear Bertha.*

*If you get this letter you must be already quite near, so that we can leave most matters for direct conversation. I may tell you however that I got some airroots of Rhizophora and Avicennia and fixed them in formol. I also got some Pistia and other waterplants with airspaces in their roots for comparison. I have thought of a few other botanical subjects witch might be examined in a short time and for wich the material is at hand. I wrote for two articles on the mangrove vegetation.*

*(...) Hoping to see you soon in good health, I remain*

*Your loving father*

*A.L.”.*

A proteção à natureza, tema a que irá melhor se dedicar posteriormente, já a preocupava também desde então, como demonstrado nas mesmas cartas enviadas a Moraes Barros acerca da questão do concurso de 1923. Além de solicitar o empenho na solução de seu caso pessoal, mostra-se interessada em seus trabalhos sobre as Secas do Nordeste, “um dos graves problemas do Brasil”, reconhecendo que o autor tem assim, “muito feito pelo progresso da Agricultura”. Barros, nas mesmas correspondências, informa-lhe que suas palestras seriam publicadas pela Sociedade Rural e que lhe enviaria um exemplar assim que possível. Finalmente, referindo-se à tese de concurso que Bertha lhe remetera – sobre a biologia floral da *Mangifera Indica L* -, agradece e a cumprimenta pelo “brilhante

<sup>69</sup> A.N. “FBPF”. Carta de Adolpho a Bertha (05/07/1923). Bertha é freqüentemente lembrada pela eterna colaboração com os trabalhos do pai. Em 1922 diversos deles já resultavam da documentação que a filha reunia e arquivava, tendo o acompanhado em suas excursões “de 1921 em diante”. A partir dos anos de 1930, Bertha assumiria para si a continuidade de algumas de suas pesquisas (LOPES, 2006a). Mais tarde, em 1941, afirmará que esteve sempre encarregada das coleções zoológicas e botânicas do Professor Adolpho Lutz, do qual era “colaboradora voluntária” (MN. “BL”. Assentamentos particulares. 1941). Ver também BENCHIMOL et alli (2003), sobre a ascensão da “dedicada” filha ao “ocaso” do pai, em seu projeto de “edificar, dilatar e imortalizar a memória de Adolpho”.

<sup>70</sup> Em carta anterior, Adolpho fala da expedição de Chagas que teria acabado de partir, levando diversos objetos para exposição, dos quais muito se ocupariam os funcionários. A.N. “FBPF”. “*Today the expeditition of Chagas and Co. is leaving. They take away a lot of objects for exposition. For the last time everybody was occupied with the preparations*” (Rio, 03/05/1923).

trabalho”.

Nos primeiros parágrafos da publicação de 1926, o interesse do estudo é justificado principalmente em função de suas particularidades biológicas, não deixando de ressaltar também a “utilidade agrícola para o Brasil e para todos os países tropicais” dessa espécie e seus frutos. Explica que em geral a árvore da mangueira, na época propícia, apresenta exuberante floração, devida a sua numerosa inflorescência<sup>71</sup> - que se constitui como um “véu nupcial” acima de suas “vestes habituais constituídas de folhas coriáceas e sombrias” (p.125). Promessa de vigorosa frutificação, no entanto, muitas vezes a produção permanece aquém do esperado e a causa desse baixo rendimento é justamente o objeto da pesquisa de Bertha, cujos resultados poderiam inclusive oferecer subsídios aos processos da sua cultura.

Para esse problema, além de suas próprias observações de diversos espécimes no Estado do Rio de Janeiro, Bertha Lutz lança mão da única literatura existente a respeito da produção da mangueira – o estudo desenvolvido por uma mulher, especialista no assunto, que indica com autoridade a média de uma boa safra. O trabalho sobre “A Cultura da Mangueira”, da Srta. Alda Pereira da Fonseca<sup>72</sup>, apresentado à Sociedade Nacional de Agricultura, apontado aqui como referência, acaba ainda por enaltecer a capacidade feminina de que Bertha Lutz certamente se esmerava em enfatizar.

O detalhamento do método empregado por Bertha em seu estudo – utilizando-se de observações macroscópicas no campo e no laboratório, bem como do “exame a olho armado” – as diversas técnicas empregadas por ela para o preparo do material e o domínio da bibliografia a respeito, demonstram suas habilidades no campo científico que vão além de sua função na secretaria do Museu. Atenta às pesquisas mais recentes, além das já consolidadas, cita as tendências assinaladas por Darwin “que nos últimos anos tem merecido a atenção de muitos investigadores ilustres”, acerca da formação de variantes nas plantas cultivadas (p.127). Não deixa também de citar e utilizar-se dos trabalhos de seu pai, Adolpho Lutz<sup>73</sup>, adaptando para a Botânica, o preparo técnico introduzido por ele em Zoologia, como o uso do fenol ou dos tubos capilares para a observação microscópica.

Partindo de generalidades acerca da *Mangifera indica* e de estudos específicos sobre

---

<sup>71</sup> Estrutura floral em que há mais de uma flor num pedúnculo (*Dicionário Aurélio – Século XXI*. Versão eletrônica 3.0, nov./1999).

<sup>72</sup> FONSECA, Pereira da (Alda). “A Cultura da Mangueira” (Conferência realizada na Sociedade Nacional de Agricultura). *Apud* LUTZ, B. (1926). Alda da Fonseca era também membro da FBFF.

<sup>73</sup> LUTZ, A. “Um novo método de incluir objetos pequenos para exame microscópico”. *Folha médica*. Vol.I, n.7, 1920. *Apud* LUTZ, Bertha (1926).



sua inflorescência, conclui apontando uma série de fatores que poderiam condicionar a causa do desequilíbrio entre a produção de flores e a de frutos da mangueira. Seriam esses relacionados a “particularidades morfológicas e fisiológicas dos elementos reprodutivos das fanerógamas” e também à acentuada “tendência à formação de variantes”, acusada pela sua organização floral – variações essas até então “inteiramente ignoradas pela bibliografia ao nosso alcance, constituindo um capítulo dos mais interessantes da sua biologia” (p.141). Descreve então suas conclusões, aparentemente inéditas, a partir de seus próprios esforços de preparo, observação e análise dos espécimes e com base em diversa bibliografia científica – nas quais encontramos ainda outra representante feminina: Mlle. Mayoux e seus estudos desenvolvidos na Universidade de Lyon<sup>74</sup>.

Esta pode ser considerada uma “fase inicial” dedicada à Botânica na trajetória profissional de Bertha Lutz, traduzida pela sua transferência à Seção de Botânica do Museu Nacional em 1924, onde realizaria “estudos científicos”<sup>75</sup>. De uma maneira geral<sup>76</sup>, estas primeiras atividades naturalistas no Museu, desde pelo menos 1922, consistiram na coleta de espécimes florais em excursões diversas, além da organização de fichas e determinação de material. Depositando inúmeros exemplares no Herbário do Museu<sup>77</sup>, colaborou com sua parte também na formação das coleções dessa instituição.

Solicitada pelo Professor Chefe daquela Seção, foi então designada pelo Diretor Arthur Neiva em 07 de maio de 1924, primeiro ano de sua gestão, depois de Bruno Lobo, com as seguintes palavras:

“Conhecedor da vossa dedicação ao trabalho e comprovada competência, não hesitei sequer um momento para atender ao pedido acima, crente que a vossa cooperação nos trabalhos técnicos daquela seção será de real proveito para a atividade científica deste Instituto<sup>78</sup>”.

Seguindo as diretrizes de Arthur Neiva no Museu Nacional, “sob cuja direção está

<sup>74</sup> MAYOUX (Mlle.) *Recherches sur la production et la localisation du tannin chez les fruits comestibles des Pomacées* – Univ. De Lyon, refér na Rev. Gén. des Sciences – 1894. *Apud.* LUTZ, B. (1926).

<sup>75</sup> Como enfatiza em um de seus diversos documentos pessoais depositados no Arquivo Nacional (“FBPF”. Cx.11).

<sup>76</sup> As informações citadas aqui e nos parágrafos seguintes, acerca das atividades de Bertha na botânica, foram retiradas de documentos diversos do fundo “Bertha Lutz” do Museu Nacional (“Assentamentos particulares” e “Relatórios de atividades”) e fundo “FBPF” do Arquivo Nacional (“Documentos pessoais” e “Bertha Lutz a serviço do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio nos EUA, depois da Conf. De Baltimore em ab. 1922; na Europa, depois do Congresso de Roma, em maio de 1923”).

<sup>77</sup> Em 1941 Bertha estaria ainda organizando um Herbário da Flora Carioca Fluminense, “preliminar indispensável ao conhecimento, publicação e divulgação da flora desta região” (BR MN MN.DR - Assentamentos particulares). Em carta para D. Heloisa também afirmara, em 1954, “tenho boa biblioteca botânica e muito amor ao trabalho herbárico” (CCHAT/ “HAT”). Cf. LOPES, 2006a.

este tomando tão amplo desenvolvimento, sempre empenhado em todas as medidas que possam concorrer para intensificar a produção científica do estabelecimento a seu cargo”, encontramos, por um lado, palavras de méritos pessoais (com direito a evocações feministas) como tais:

“Não é de surpreender esta medida que vem confirmar a capacidade científica da mulher brasileira, na pessoa de sua líder, pois a Srta. Lutz, além do brilhante concurso que a colocou no lugar de secretária do Museu (...), tem sólidos conhecimentos científicos, revelados em conferências e publicações”<sup>79</sup>.

Por outro lado, investigando seus rascunhos de palestras posteriores, Margaret Lopes (2008) depara-se com a versão da própria Bertha relativa à sua transferência. Esta atribuiria à desconfiança de Arthur Neiva em função de suas relações com Carlos Chagas – que era amigo de seu pai, e diretor do Instituto Oswaldo Cruz – a favor de quem Bertha poderia fazer “espionagem”, palavras suas, sobre Neiva<sup>80</sup>. Lopes atenta para as “sutilezas das disputas acadêmicas” daquele ambiente científico (pág.85), que poderiam talvez ter impulsionado Bertha em sua carreira. Nesse mesmo documento afirma que, quando entrou no Museu, “ficou logo estabelecido que quando houvesse oportunidade, sairia da secretaria para trabalhar numa seção técnica”. A princípio para a Seção de Botânica – onde teve a oportunidade de trabalhar com o prof. Sampaio – e, de lá, “[foi] parar na Zoologia, não [tendo que] voltar para esse cargo sumamente aborrecido que era ser secretária do Museu”.

Dentre os marcos do que Maria Margaret Lopes assinala como indicadores de “fases” da carreira de Bertha Lutz, o ano de 1940 é apontado pela própria protagonista, a partir de quando passaria a dedicar-se aos trabalhos em homenagem ao recém-falecido pai. Inclusive ocuparia grande parte de seu tempo entre excursões e o antigo laboratório de Adolpho no IOC e viria a se especializar mais tarde na área da Zoologia (LOPES; SOUSA; SOMBRIO, 2004)<sup>81</sup>.

<sup>78</sup> A.N. “FBPF”. Cx.11. Cópia do ofício 383, de 07 de maio de 1924.

<sup>79</sup> A.N. “FBPF”. Cx.11. Documento sem autoria, s/d.

<sup>80</sup> Rascunhos das Palestras Culturais do Museu Nacional, de 08/07/1958, sobre “Traços biográficos do Dr. Alberto José de Sampaio – Chefe da Seção de Botânica do Museu Nacional” (A.N. “FBPF”. Cx.1). *Apud.* LOPES, 2008: 86.

<sup>81</sup> Bertha apontaria tal marco em 1954, em uma das correspondências com a já diretora do Museu Nacional, Heloisa Alberto Torres: “A Sra. não me levará a mal de dizer que não posso aceitar de me considerar como incapaz de elaborar método de trabalho eficaz. Depois de 1940 publiquei entre 15 e 20 trabalhos zoológicos bem recebidos pelos colegas (...)”. CCHAT/“HAT”. (31/05/1954). *Apud.* LOPES, et alli (2004). Consideramos também a fase pós-1940 como um momento de consolidação da autoridade de Bertha como naturalista do Museu, período abordado através de suas produções científicas em Lopes e Sousa (2007). A dedicação aos trabalhos do pai, no entanto, não constituiu a única atividade de Bertha nesses tempos, como

Na Seção de Botânica, desde 1924, a então secretária continuaria servindo após sua mudança de cargo para naturalista, em 1937. Esse longo exercício seria “interrompido apenas pelo desempenho de diversas comissões honrosas que lhe foram confiadas pelo governo”, segundo requerimento<sup>82</sup> de 1937, em que ela solicita ser designada oficialmente para aquela Seção<sup>83</sup>. Atendida sua solicitação, em dezembro de 1937, exercerá ainda o cargo de Chefe da referida Seção, substituindo até dezembro do ano seguinte o Naturalista L, Dr. Alberto José de Sampaio que se ausentara em licença-prêmio<sup>84</sup>.

Uma das interrupções nesses longos anos em que servia nessa área, seria justamente a sua transferência, durante a direção de Roquette-Pinto, de 01 de fevereiro de 1927 a 31 de outubro de 1930, para o Jardim Botânico onde serviria em comissão como Assistente<sup>85</sup>. Nessas atribuições, segundo seus assentamentos, de junho a dezembro de 1928, excursionaria à “zona florística do Nordeste, principalmente na Paraíba do Norte” onde deveria “coletar material botânico para os herbários desse Jardim Botânico”<sup>86</sup>.

Já em 1922, enviada aos EUA em comissão do governo<sup>87</sup>, antes ainda de ser transferida à seção de botânica, teria feito uma “excursão pessoal” ao Gran Canyon do Colorado, “desde a boca até os fundos daquele grande precipício”. As plantas colhidas foram determinadas e oferecidas àquela seção, como também fará em 1925, novamente em comissão governamental, em que aproveita para excursionar ao Estado da Virgínia. Nessa ocasião, porém, lamenta ter colhido “apenas 19 espécies, sendo poucas as plantas que florescem naquela estação primaveril”, de acordo com o relatório entregue em segunda via

---

vemos, por exemplo, sua atuação no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, entre 1939 e 1951, analisada por SOMBRIO (2007). Por outro lado, se consideramos uma “fase” zoológica consolidada a partir da década de 1940, anteriormente já atuava nessa área, simultaneamente às diversas frentes a que se dedicava. Como exemplo, citamos a cooperação com Adolpho no IOC desde 1918 e também a nova tentativa de Bertha, em 1929, em ingressar na Escola Superior de Agricultura, dessa vez na cadeira de Zoologia (lente interino) – expressa em carta escrita ao Presidente da República Washington Luis, em que Bertha expõe seus anseios em ocupar cargo científico de acordo com seus estudos e as “inclinações tradicionais” de sua família, não tendo conseguido, como afirma, “somente por não depender de esforço meu” (BR MN BL. 07/05/1929).

<sup>82</sup> A.N. “FBPF”. Cx.11. Requerimento.

<sup>83</sup> Na vaga do falecido naturalista de sua mesma classe K, Dr. Julio César Diogo.

<sup>84</sup> A.N. “FBPF”. Cx.11. Ofício nº629. 08/12/1937. Diretor Alberto Betim Paes Leme. Museu Nacional.

<sup>85</sup> BR MN MN.DR - Classe 121. B.M.J.Lutz. Naturalista classe L. QP- Museu Nacional. Comissões: “1927- Por ofício do Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, foi designada para, em comissão, servir como Assistente da Seção de Botânica do Jardim Botânico. Serviu nessa comissão até 31-10-1930, em virtude do Aviso circular nº 2.476, de 29 de outubro de 1930, apresentou-se na repartição, reassumindo o seu cargo [de “secretário” no Museu Nacional] a 1º de novembro de 1930”. 5/11/1942.

<sup>86</sup> BR MN MN.DR - Livro de Assentamentos de Funcionários (nºIII, p.201).

<sup>87</sup> Essas comissões governamentais, frequentemente referenciadas aqui, serão exploradas no capítulo seguinte, acerca da atuação de Bertha Lutz em questões educacionais e de divulgação científica.

ao Prof. Chefe da seção de botânica, J. Alberto de Sampaio<sup>88</sup>.

Ainda sobre o ano de 1925, listamos as atividades realizadas em botânica, relatadas por Bertha em nota ao prof. Sampaio<sup>89</sup>: “Excursão de 15 a 30 de janeiro à Serra da Bocaina, com colheita de material, determinação do mesmo e entrega de 63 espécimes para o Herbário do Museu Nacional; Viagem aos EUA, onde fiz estudos: sobre as árvores frutíferas das regiões tropicais e sub-tropicais, principalmente aquelas em cultivo no Brasil. Uma excursão a Mount Vernon, estado da Virgínia, com colheita de 19 espécimes da flora primaveril, e onde obtive o envio de uma coleção de 553 cogumelos, outra de 299 plantas norte-americanas e uma coleção de insetos que atacam as árvores frutíferas tropicais”. Afirma ainda ter “em cultivo vários exemplares de *Arachis nhambiquarae*, por determinação da Diretoria, não tendo sido possível fazer observações completas sobre a primeira série, plantada em 1924 devido à deficiência da germinação”.

Dentre os trabalhos em andamento, cita ainda: “notas sobre a flora do Distrito Federal e outros trabalhos botânicos, bem como a organização de fichas para a Seção de Botânica e a determinação de material colhido que ainda não deu entrada na Seção”. Após agradecer as “facilidades de trabalho” concedidas por Sampaio, aponta também tais condições no início de seu relatório: “Continuando em 1925 a usufruir do laboratório na Seção de Botânica deste Instituto, colocado à minha disposição pela Diretoria do Museu Nacional e do professor Chefe da Seção referida, procurei realizar vários trabalhos botânicos, que passo a relatar”.

Detalhando suas atividades daquele ano, no caso dos espécimes provenientes da excursão à Serra da Bocaina, afirma os ter determinado totalmente, “na maioria dos exemplares até a espécie, [e] naquelas para os quais não tinha suficiente material de comparação e dados bibliográficos até o gênero”. Entregues estes ao herbário, ofereceu ainda ao Horto Botânico várias espécies de plantas vivas daquela região. Além dessa excursão, fez várias outras pequenas no Distrito Federal, das quais dedicava-se ainda à determinação dos exemplares colhidos para futuramente incorporá-los ao herbário.

Em relação aos trabalhos executados nos EUA (em comissão de 01 de abril a

---

<sup>88</sup> BR.MN.MN.DR. Classe 121. Bertha Lutz (1926-1931). “Relatório dos trabalhos executados em 1925” (11/01/1926). Teria apresentado à diretoria do Museu Nacional, e em segunda via para o chefe da seção de botânica, de acordo com suas explicações em 15 de janeiro de 1926. Onde finaliza: “Prevalendo-me do ensejo, para agradecer as gentilezas de que tenho sido alvo e as facilidades de trabalho que me foram por vos concedidas na Seção ao vosso cargo, durante o exercício findo (...)”.

<sup>89</sup> BR MN MN.DR. Classe 121. Nota fornecida ao Exmo. Sr. Prof. Chefe da Seção de Botânica, por Bertha Lutz. 09/01/1926.

princípios de julho), cita seus “estudos sobre árvores fruteiras das regiões tropicais e subtropicais” cultivadas em diferentes estações experimentais do governo norte-americano. “Que incluem a maior parte das nossas espécies brasileiras, e sobre as quais possuem os vários ramos do Departamento Federal de Agricultura da Republica Norte-Americana riquíssima messe de observações e a vasta documentação bibliográfica, que nos falta quase totalmente”. Foram estudos de “biblioteca, laboratório e campo” sobre “os métodos de propagação, cultura e aperfeiçoamentos, mais apropriados às diferentes espécies de fruteiras tropicais; os diversos grupos de doenças e pragas que atacam essas espécies e os meios mais eficazes de combatê-los; e a standardização, transporte, acondicionamento e aproveitamento comercial de frutos etc. etc.”.

Em um item dedicado às permutas, explicita em seu relatório as principais contribuições vindas dos EUA não só à seção de botânica. A esta, teria vindo do Museu Nacional de Washington uma coleção trazida por Bertha em 1922, em troca da qual a secretária levaria outra messe de material proveniente de sua instituição, três anos depois. Em seguida, o museu norte-americano teria oferecido ainda mais 299 espécimes. Também da seção de Entomologia desse instituto, Bertha levou ao Museu “uma coleção típica dos coleópteros que lesam as árvores fruteiras, principalmente o abacateiro e a mangueira em outros países”, ao qual deveriam enviar permuta. A Seção de Fitopatologia do Departamento Nacional de Agricultura Americano teria também se oferecido a proceder com a determinação de cogumelos parasitas, dada a especialidade daquela instituição, tendo o Dr. James Weir enviado uma coleção de 553 espécies.

A preocupação com o material científico, uma questão que inclusive envolveria as diversas instituições em seus inter-relacionamentos, também marcou – e talvez excessivamente – a atuação de Bertha Lutz no Museu Nacional. Afonso Taunay, do Museu Paulista, em carta “Reservada” a Roquette-Pinto discorria, ainda que no costumeiro tom amigável de suas correspondências, sobre a impossibilidade de empréstimo de material à instituição carioca – que dessa vez, teria sido solicitado para estudos de Emilia Snethlage. Além de alegar as dificuldades de transporte e despesas, e lembrar a demora na devolução de exemplares anteriormente emprestados, refere-se de maneira irônica à cautela necessária para tal operação, a exemplo de como já procedera Bertha em 1926:

“E depois como fazer eu para entregar esse enorme material ao Museu Nacional? Precisaria tomar cautelas as mais sérias, enfadonhas, como a de enviar aí um naturalista, etc. O próprio Museu Nacional me ensina a ser cautelosíssimo. A Sra. Lutz trouxe-me em agosto uns

couros de papagaios, com mil e uma preocupações, foi à minha casa para m'os entregar em mãos, pediu conferência do material, exigiu recibo imediato da entrega, em presença de testemunha, que era o Dr. Celestino Bourroul, um pouco admirado deste luxo de precauções. Também fiz questão de restituir o material,  pessoalmente [g/doc], como te lembras em outubro próximo passado. E no entanto eu poderia objetar que os nossos 4 ou 5 mil peixes aí estão como garantia, de sobra, às 12 aves. Mas achei que este excesso de escrúpulos era cabível e por isto não pus dúvida em aceder aos desejos do Museu Nacional, procurando agora imitar os seus exemplos”.<sup>90</sup>

Paralelamente Bertha procedia ainda com um esforço bibliográfico, preparando uma relação de revistas e publicações periódicas em botânica que o Museu Nacional possuía e relacionando as faltantes para sua obtenção. Finalmente, suas atividades nessa área resultaram em publicações próprias<sup>91</sup>, algumas das quais apresentam-se como artigos de divulgação científica.

A primeira delas – que não é uma obra de divulgação – foi o estudo já citado sobre a biologia floral da *Mangifera indica* (*Archivos do Museu Nacional*, 1926), revisado com base na literatura - “que me fizera tanta falta em minhas observações” -, obtida na viagem de 1925 aos EUA, segundo o relatório referente a esse ano. Também resultado das excursões de 1925 e anteriores, preparou “The flora of the Serra da Bocaina”, que apresentou ao Congresso Comemorativo do Bi-Centenário da American Philosophical Society of Philadélfia, “a mais antiga agremiação científica do continente”<sup>92</sup>, e foi publicado em seus anais (*Proc. Amer. Phil. Soc.*, 1926). Em 1925, segundo seu relatório, o trabalho estaria em “via de impressão” por determinação da diretoria do Museu, sob o título de “Contribuições ao conhecimento da flora da Serra da Bocaina”.

Além desses, encontramos referências a outros trabalhos, ao longo da documentação, ainda que sem as respectivas datas de publicação. Da década de 1920, são seus “Apontamentos decorrentes do Herbário do Museu Nacional e de observações feitas no litoral”, dentre as publicações avulsas do Museu<sup>93</sup>. Em 1938, citando retrospectivamente seus trabalhos na seção de botânica, aponta o que pode ter sido o início desses esforços, quando juntou diversas “coleções de espécimes para o Herbário do Museu Nacional,

<sup>90</sup> A carta deixa transparecer também um desentendimento existente entre Bertha e Roquette: “Pelo Neiva soube das infâmias que tens sofrido por parte da Lutz. Fala ao Alarico, é um grande caráter. Desejo que ponhas a bichinha em seu lugar de uma vez por todas”. (Museu Paulista. Diretoria. “Reservada”. Taunay a Roquette-Pinto. São Paulo, 17/fev./1927). ABL. RP. Pasta 28-1-12.

<sup>91</sup> A partir de 1938 suas publicações tornam-se mais frequentes na área da zoologia, ainda que continue dedicando-se às pesquisas botânicas (LOPES, 2006a; LOPES e SOUSA, 2007).

<sup>92</sup> A.N. Cx.11. Requerimento. Nesse congresso Bertha Lutz participou como delegada do Brasil e sua publicação se deu através de distinção pela Sociedade.

<sup>93</sup> Consulta no site da Biblioteca do Museu Nacional. Catálogo das Publicações do Museu (monografias – separatas – folhetos).

iniciadas em 1920, pouco após a nomeação (...) para o cargo de Secretário, e continuadas através dos anos abrangendo material botânico de Minas, São Paulo, Serra do Mar, principalmente a Serra da Bocaina, os EUA e o Uruguai”<sup>94</sup>.

Quanto às observações provenientes do litoral, provavelmente resultavam de seus estudos sobre a “flora das restingas cariocas, principalmente [ilegível] e Jacarepaguá, empreendidos através de vários anos e estações, compreendendo 4 caixas de espécimes de herbário”. Os quais foram fichados e classificados por gênero e espécie, por ela “ou por determinações feitas no Museu Nacional de Washington, espécimes esses acompanhados de notas para publicação de uma monografia e de um estudo comparado com as coleções de botânicos do século passado” - especialmente a flora de Cabo Frio de Ernesto Ule<sup>95</sup> -, ainda de acordo com o requerimento de 1938.

No mesmo requerimento cita ainda “outros trabalhos de vulgarização, fichamentos etc., executados de acordo com o chefe da seção, o eminente Professor J. A. Sampaio, como sejam um sumário em português acessível aos estudantes, dos princípios de Botânica Científica de Engler e Prantl”. Analisando os principais trabalhos dessa Seção no início do século XX, Margaret Lopes aponta a influência de Sampaio, que preconizava o sistema de Engler – o “mais universalmente aceito sistema de classificação das plantas” -, e que em 1919 se orgulhava de ter o Museu completado a tarefa de reorganizar todas as coleções botânicas segundo esse método (LOPES: 1997, 234-235).

Terminada a comissão de 1925, apresenta-se ao Diretor do MN a 13 de junho, “reassumindo o exercício das funções do cargo para o qual fora designado na Seção de Botânica”. Em 23 de novembro de 1926, reassume novamente seu cargo de Secretário do MN, “do qual se achava afastado”, para em 1929 seguir em comissão ao Jardim Botânico. Após deixar o Jardim Botânico e reassumir seu cargo em 01 de novembro de 1930, no ano seguinte, por Apostila de 06 de abril de 1931, do Ministro da Educação e Saúde Pública, passou a exercer o cargo de Secretário de Redação - Tradutor, “de acordo com o Regulamento aprovado pelo Decreto 19801 de março de 1931”. Em outubro de 1931 entra em licença por motivos de saúde e, retornando em março de 1932, é autorizada a partir em viagem de estudos aos EUA, em comissão, a convite da *American Association of Museums*, em proveito do prêmio recebido pela Carnegie Corporation.

Ao fim do ano de 1937, após sua curta experiência como Deputada na Câmara

---

<sup>94</sup> A.N. Cx.11. Requerimento.

<sup>95</sup> Ule (1854-1915) teria sido contratado como naturalista-viajante do Museu Nacional em 1891 e, entre 1895

Legislativa Federal, retorna ao Museu - agora como Naturalista classe K do Quadro I. No ano seguinte, promovida à classe L e a Chefe de Seção, excursiona pelo trajeto Rio-Minas<sup>96</sup> coletando material para o museu e tem seu último trabalho na área botânica: “Flora Fluminense do Litoral”, apresentado na I Reunião Sul Americana de Botânica. No mesmo ano publica o primeiro de muitos artigos que teriam como base as pesquisas iniciadas por seu pai<sup>97</sup> - nas quais se apóia para especializar-se no campo da zoologia, particularmente, em anfíbios anuros.

---

e 1900 tornava-se assistente da Seção de Botânica. LOPES, op.cit., 234 (nota 12).

<sup>96</sup> Essa excursão durou 8 dias, em novembro de 1938. LOPES, 2006; BR MN MN.DR. Classe 121. Assentamentos Particulares e LUTZ, Bertha. Organização de registro de Excursões (1937-1945).

<sup>97</sup> Em co-autoria com Adolpho Lutz, publica “*Hyla aurantica* Daudin. Duas Hylas aliadas do sudeste do Brasil”, nos *Annaes da Academia Brasileira de Sciencias*. Tomo X, nº2, 30 de junho de 1938.



## Capítulo 2

### “Honrosas comissões” e o papel educativo do museu moderno

Ao longo da vasta documentação acerca da atuação profissional de Bertha Lutz no Museu Nacional, encontramos com frequência a referência textual a “honrosas comissões” a que se dedicou, incumbida pela instituição e diretamente pelo ministério a que este se subordinava, a funções alheias à da secretaria do museu. Um de seus registros pessoais, já citado no capítulo anterior<sup>98</sup>, lista suas principais atribuições até o ano de 1924, como as:

“*honrosas comissões* que a levaram como representante do Brasil ao estrangeiro, nas Conferências de Baltimore e de Roma e [a] posição técnica que ocupou no gabinete do Exmo. Sr. Dr. Pires do Rio<sup>99</sup> enquanto Ministro da Agricultura”.

Tais comissões, que não pararam em 1924 e que significaram muitas vezes uma “dupla missão” de Bertha Lutz – como também é referenciado textualmente em meio à documentação, denotando sua atuação tanto no campo científico como no da militância feminista -, serão aqui abordadas. Trata-se de sucessivas viagens aos EUA e Europa, nos anos de 1922, 1923, 1925, 1929 e 1932, nas quais, dentre outras atividades, buscou atualizar-se em métodos educativos que pudessem ser implementados pelo Museu Nacional. Dessas viagens, ressaltamos seus relatórios como base de análise de sua atuação – alguns deles disponíveis nos acervos consultados, outros apenas referenciados em documentos diversos, dando-nos uma percepção da temática pela qual se empenhou.

Assim, temos ciência da elaboração por Bertha dos seguintes relatórios inéditos, exclusivamente acerca de questões educacionais: um sobre “os sistemas de ensino e divulgação de Economia Doméstica e suas aplicações à Agricultura” (1922), “O Ensino Doméstico e Rural na Europa” (1923), “O Ensino Doméstico nos EUA” (1925), e “O Papel Educativo do Museu Moderno” (1932)<sup>100</sup>.

Em 1929 foi também à Alemanha, onde estudou os “progressos do ensino

<sup>98</sup> A.N. “FBPF”. Cx.11. Doc. s/título, s/autoría. Em referência ao ofício n° 383, de 7 de maio de 1924 (Arthur Neiva, Diretor do MN), que designa Bertha Lutz a servir na Seção de Botânica do Museu Nacional.

<sup>99</sup> João Pires do Rio, engenheiro, exerceu interinamente o cargo de Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio entre 24/05 e 15/11/1922, em função da exoneração do titular Ildelfonso Simões Lopes. A ele seguiu o exercício de Miguel Calmon Du Pin e Almeida no Ministério, de 16/11/1922 a 15/11/1926.

<sup>100</sup> Os relatórios de 1923, 1925 e 1932 estão citados em BR MN MN.DR. Classe 121. LUTZ, B.M.J. (1941-1977). Assentamentos particulares. “Questionário”. Desses, tivemos acesso apenas ao relatório de 1932 que se encontra em meio ao acervo de Bertha Lutz no Museu Nacional (BR MN BL.MUS) e está atualmente no prelo, a ser publicado pela instituição. As atividades de 1922 e 1925, nos EUA, e as de 1923, na Europa, puderam, no entanto, ser avaliadas através de diversos documentos que fazem referência a essas ocasiões.

doméstico”, enviada pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio/ Diretoria Geral da Agricultura, por decreto de 10 de junho de Lyra Castro<sup>101</sup>. Durante a mesma viagem, representou o Brasil na “Conferência da Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino” em Berlim e recebeu do governo alemão a condecoração da “Cruz Vermelha”. No mesmo ano, ainda teria feito uma “*tourné* de estudos” sobre o Ensino Doméstico Rural na Bélgica, a convite da Rainha Elizabeth, como aponta em uma das versões de seu currículo. Nesse documento, aponta também que ali, em 1929, tornara-se membro correspondente do *Office International pour la Protection de la Nature* e que em 1923 já teria recebido do Rei Alberto I da Bélgica “Medalha por Serviços Especiais à Agricultura” (BR MN MN.DR Classe 121; e BL.DP – *Currículum Vitae*).

Nesses empreendimentos nota-se uma continuidade de objetivos, desde 1922, que avaliamos em termos dos interesses governamentais, institucionais (do Museu Nacional) e também pessoais, de Bertha Lutz – que incluem aspectos profissionais e feministas de uma maneira mais ampla. Todos esses perfeitamente condizentes com o contexto político, científico e social das décadas de 1920 e 30.

O ensino de economia doméstica – essencialmente voltado às mulheres -, vinculado às atividades educativas do museu, está relacionado também com o seu empenho em termos da divulgação científica. Seria uma forma de aplicação da ciência nesse campo, o “ensino de história natural aplicado à economia doméstica” que por sua vez se aplicaria às questões agrícolas e relacionadas à natureza de maneira geral. Muitas vezes tais atividades de Bertha detinham-se no meio rural e vinculavam-se ao ensino agrícola – outro tema que se punha em evidência em sua época. Também a proteção à natureza e o estímulo ao ensino nesses princípios foi uma preocupação da comunidade científica e a isso se dedicou também a secretária do Museu. Além disso, a preocupação com o público infantil era um dos alvos mais especiais dos projetos educacionais dos quais o Museu Nacional partilhava, e também interesse do movimento feminista liderado por Bertha Lutz, que relacionava as funções femininas com o cuidado maternal, das crianças.

É na tribuna, alguns anos depois, que Bertha se pronuncia justamente acerca da interconexão desses temas. Presidindo a Comissão Especial de Elaboração do Estatuto da Mulher, na Câmara Legislativa, defendeu a criação de um Departamento Nacional da

---

<sup>101</sup> Segundo seus Assentamentos (BR MN MN.DR - Livro de Assentamentos n° III, p.201). Geminiano Lyra Castro era o titular daquele Ministério entre 16/11/1926 e 23/10/1930 ( [www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br) ).

Mulher de caráter ministerial<sup>102</sup> – ao que se opunha outra parlamentar, Carlota Pereira de Queiroz. Esta achava que as questões relativas à população feminina deveriam estar inseridas na alçada do Ministério da Educação e Saúde, sendo indesejável uma pasta exclusiva às suas necessidades. Bertha argumenta que reunir todos os serviços referentes à mulher em uma unidade maior (como o Ministério do Lar, reivindicado pelas eleitoras norte-americanas) seria essencial e aponta que tais questões nem mesmo se limitariam ao problema da Educação, atingindo também a preocupação de outras secretarias, por exemplo, a da Agricultura:

“Quanto aos problemas do Lar, estariam tão bem localizados no Ministério da Agricultura como no da Educação, pois ao Ministério da Agricultura incumbem as questões de abastecimento, de fixação dos preços dos gêneros de primeira necessidade e outras que interessam de perto as donas-de-casa, assim como um problema de magna importância para a nacionalidade, o da elevação do padrão de vida rural” (p.36847).

Atuando também no campo da divulgação científica, além dos trabalhos em Botânica, já citados no capítulo anterior, Bertha escreve suas observações de campo sobre o tema “Nossos bosques têm mais vida”, que foram traduzidas para o inglês e publicadas em 1932 sob o título “Wild Life in Brazil” no *Natural History* (vol. XXXII, nº6), periódico do Museu Americano de História Natural<sup>103</sup>. Esse artigo pode ter sido também um desdobramento do tema da palestra proferida por ela em 1921, no âmbito das *Conferências do Curso Jacobina*, ocorridas no salão nobre da Biblioteca Nacional<sup>104</sup>.

Este ciclo de palestras se mostra como exemplo das iniciativas disseminadas naquele contexto pela divulgação científica, das quais se incumbiram diversos cientistas, inclusive do Museu Nacional. E nessa empreitada o alvo original seria justamente as mulheres – ex-alunas do Curso Jacobina –, além de serem oferecidas ao público em geral.

<sup>102</sup> Estaria em discussão na comissão o anteprojeto apresentado pelos Deputados Prado Kelly e Bertha Lutz de criação do Depto. Nacional da Mulher. COMISSÃO ESPECIAL DE ELABORAÇÃO DO ESTATUTO DA MULHER. “Ata da reunião ordinária, realizada em 29-9-1937” [provável erro de digitação, já que o mês indicado no título é 9, embora a reunião tenha ocorrido em julho, como descrito no documento]. *Diário do Poder Legislativo*. 24 a 31/07/1937. p. 36843-36851. Biblioteca da ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>103</sup> Essa informação é dada pela própria Bertha Lutz em diversos documentos em que ela reúne suas atividades e publicações. Ver, por exemplo, “Requerimento” (A.N. Cx.11. 1938) ou “Assentamentos particulares” (MN MN.DR. Classe 121. 1941). “Wild Life in Brazil” teria sido ainda reeditado em 1958 para *The Illustrated Library of the Natural Sciences* (1: 476-485, 13 figs.). No Fundo “FBPF” do A.N. (Cx.11) encontramos um texto de 23 páginas que pode ser uma versão desse artigo. Escrito em inglês, intitulado “Fauna of Brazil”, inicia em sua primeira linha, com a famosa frase da *Canção do Exílio* de Gonçalves Dias, “Nossos bosques têm mais vida”, e continua fazendo referências ao poeta e sua obra, ressaltando a riqueza não só das espécies vegetais como também animais de nosso país.

<sup>104</sup> Folheto das *Conferências do Curso Jacobina* para o inverno de 1921 (julho-setembro), no salão nobre da

Recomendadas como “preciosas diversões intelectuais”, estavam todas ligadas pelo tema da nacionalidade, essencial e frequente nos debates públicos da época, e podiam ser contempladas pela pequena quantia de 2\$000.

“O ‘Curso Jacobina’ animado com a aceitação que teve a sua série de conferências de inverno de 1920, e contando com a simpatia do seu benévolo auditório, resolveu recomençar as palestras de inverno que, desta vez, serão realizadas no salão da ‘Biblioteca Nacional’ às 4 ½ horas da tarde das sextas-feiras dos meses de Julho, Agosto e Setembro, a começar no dia 8 de Julho vindouro. **Essas preciosas diversões intelectuais organizadas especialmente para as antigas alunas do ‘Curso Jacobina’ e oferecidas ao público em geral, continuarão ainda este ano a versar sobre assuntos da nossa Pátria.** Conferencistas eméritos foram convidados para dissertar sobre os diversos capítulos do nosso programa, **apresentando de um modo ameno e atraente as particularidades interessantes da nossa História, os progressos da ciência e da arte da palavra no Brasil.** A Diretora, Izabel Jacobina Lacombe” (g/n).

Consultando o programa, as questões acerca dos “progressos da ciência” parecem ter sido alocadas no mês de agosto<sup>105</sup>. Iniciando essa gama de discussões, Henrique Morize (“Diretor do Observatório Astronômico e Lente da Escola Politécnica”) discursava sobre “O céu do Brasil – ‘Nosso céu tem mais estrelas’”; Armando Frazão, professor do Jardim Botânico e livre docente da Escola Politécnica, expunha sobre a “Flora do Brasil – ‘Nossos campos têm mais flores’”; ao que seguia Bertha Lutz (“do Museu Nacional”), com o título “Fauna do Brasil - ‘Nossos bosques têm mais vida’”; e fechando o mês, Roquette-Pinto (“do Museu Nacional”), discorria sobre “Nossa gente – ‘Nossa vida mais amores’”.

Por volta de 1933, Bertha Lutz, como afirma em outro documento, teria proferido palestra no *Rotary Club* sobre a devastação das florestas brasileiras, em conjunto com o Professor Chefe da Seção de Botânica do Museu Nacional, Alberto Sampaio. Citando os principais estudos científicos existentes a respeito, procuravam conscientizar o público da necessidade de medidas de proteção à natureza. Em 1939, num discurso de inauguração da exposição de aquarelas de flores de Priscila Gurney na Sociedade de Cultura Inglesa, Bertha abordaria temas de história natural. Suas palavras proferidas nessa ocasião, que

---

Biblioteca Nacional. ABL. RP. Pasta 27-3-27.

<sup>105</sup> O mês de julho se dedicava à história do Brasil, com Agenor de Roure (secretário do Presidente da República e membro do Instituto Histórico e Geográfico) sobre o governo de D.João VI; o membro da Academia de Letras e do Inst. Hist. e Geog., lente da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, e Consultor Geral da República, Dr. Rodrigo Otávio, tinha como tema “A Independência e seus Precursores”; o Dr. Daltro dos Santos, lente do Colégio Militar e professor da Escola Normal, discorria sobre o II Reinado; e o engenheiro militar e membro do Inst. Hist. e Geogr., Dr. Barbosa Lima, abordava a Abolição e a República. Já no mês de setembro, a “arte da palavra” era divulgada com “Machado de Assis e os prosadores brasileiros”, pelo membro da Academia de Letras Alfredo Pujol; a poetisa Maria Jacobina Rabello discorria sobre Gonçalves Dias; Dr. Cláudio de Souza veiculava “O Nosso Teatro”; e finalmente, o “eminente brasileiro” Conselheiro Ruy Barbosa fechava o ciclo de palestras com “A Eloquência no Brasil”. Folheto das

contou com a presença da Embaixatriz da Grã-Bretanha, foram também divulgadas, na íntegra, num periódico de língua inglesa.<sup>106</sup>

Outro trabalho de Bertha Lutz da ordem de divulgação é “Naturalistas Britânicos no Brasil”, que também fora tema de conferência, realizada na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa e impressa no *Jornal do Comércio* (s/d). Proferida em inglês em 23/11/1939, *British Naturalists in Brazil* teria sido publicada por aquela associação em 1941, o “que dela fez uma publicação particular”<sup>107</sup>. O convite ao certame conclamava a assistir os interessados e suas famílias.

Neste trabalho<sup>108</sup>, Bertha refere-se ao “espírito aventureiro” inerente à humanidade, manifestado de formas variadas, de acordo com as épocas e ídoles diversas. Nas sociedades primitivas seria encarnado pelo caçador ou o guerreiro; pelo turista espectador, em épocas pacíficas e prósperas; ou ainda expresso pelo construtor de Impérios e Nações Livres, norteado pelo ideal de Paz e Civilização. Nos “espíritos emancipados”, a aventura se expressaria também através da Ciência, influenciando o curso da história e ultrapassando qualquer iniciativa marcial – conduzindo os naturalistas “aos recantos mais longínquos do mundo, onde a natureza segue suas próprias leis”.

Com essa pequena introdução, Bertha discorre acerca dos diversos naturalistas britânicos que, “seduzidos pelo encanto das nossas terras virgens e pelos conhecimentos científicos que o seu estudo encerra”, aventuraram-se pelo território brasileiro, “desde Lindley, que aqui esteve antes de D. João VI, até o Coronel Fawcett, que há pouco mais de uma década se perdeu em regiões ignotas do interior”. Reconhece o interesse britânico pelo nosso país desde 1625, quando em Londres o editor Samuel Purchas publicara um trabalho de Fernão Cardim acerca do tema, apreendido em um navio português pelo corsário Francis Cook de Dartmouth<sup>109</sup>, e aponta a curiosidade que os viajantes ingleses

*Conferências do Curso Jacobina...* (ABL. RP. Pasta 27-3-27).

<sup>106</sup> “O Reflorestamento do Nordeste. A Mulher Brasileira e a Proteção às Riquezas Naturais do Brasil” (A.N. “FBPF”. Cx.10); “Discurso pronunciado na inauguração da exposição de flores brasileiras da Srta. Priscila Gurney” e “*Miss Priscila Gurney’s exhibition of water colours of brazilian flowers*”. *Anglo-Brazilian Chronicle. Friday, 10<sup>th</sup> november, 1939* (recorte de jornal). A.N. “FBPF”.

<sup>107</sup> BR MN MN.DR Classe 121. “Assentamentos Particulares”; “Bibliografia. III -História Natural (em Geral)” - envelope CNPq; Docs. Dra. Bertha Lutz. Em outro documento, o convite à conferência emitido pela Sociedade, a data apontada é 21/out./1939 (A.N. “FBPF”. Cx.10).

<sup>108</sup> Notas em português de “Naturalistas Britânicos no Brasil” (A.N. “FBPF”. Cx.10).

<sup>109</sup> “*A Treatise of Brazil written by a Portugal, which had long lived there*”, segundo outro texto, em inglês, provavelmente uma das versões para publicação: Instituto Brazil-Estados Unidos. *Distributed by The Nature Study Group. “British Naturalists in Brazil”. Lecture given at the Anglo-Brazilian Cultural Society. December 1939, By Dr. Bertha Lutz* (A.N. “FBPF”. Cx.10). Notar o envolvimento de Bertha Lutz com mais um grupo de interesse no tema do patrimônio natural, o Grupo de Estudos da Natureza. A publicação de Bertha teria sido também enviada por ela à biblioteca da BBC, que foi comentada por uma mulher, P.

despertavam em nosso povo – notadamente entre as crianças paulistas e as mulheres nortistas, em São Luis.

Ao elemento feminino, novamente destaca o espírito científico, apontando a inglesa Mary Grahan, “que alcançou dentro das poucas oportunidades então reservadas [àquele] sexo, pelo seu primeiro casamento com um oficial da marinha, o seu desejo de correr o mundo [e] escreveu um dos primeiros livros ingleses sobre o Brasil”. A Sra. Grahan teria sido inclusive, ressalta Bertha, citada por Martius, em *Flora brasiliensis*, dentre os 23 nomes britânicos de botânicos, herborizadores e autores de livros de viagens sobre o nosso país.

Bertha considera o interesse especial pelas Ciências Naturais existente entre os ingleses, “ao contrário do que soe acontecer em outros ramos, como sejam de Medicina Tropical, em que predomina a contribuição da Escócia, ou das armas em que a Irlanda sempre se distinguiu”. Assim, cita diversos “devotos do Culto à Natureza” para o caso inglês - “desde modestos chefes de cultura e jardineiros, até professores de Universidades e homens cuja inteligência estava fadada a imprimir diretrizes novas ao pensamento humano” -, e instituições – como os Kew Gardens, a Universidade de Edinburgh ou a Real Sociedade de Horticultura.

Detém-se melhor nas viagens do século XIX, não só porque antes das aberturas dos portos ao comércio “nem sequer os naturalistas de renome, como Humboldt, logravam o direito de entrada e muito menos as facilidades, que seriam prodigalizadas aos estudiosos pelo Brasil-Império”, mas especialmente por considerar esse o “século áureo da Biologia”. Ressalta mesmo ter sido precisamente alguns desses naturalistas que nos visitaram em meados dos oitocentos, os que levaram a ciência natural ao seu apogeu, não deixando de citar Darwin, sobre o qual faria, posteriormente, uma palestra no Museu Nacional amplamente divulgada na imprensa.

## **2.1 – Primeiras excursões: museus e instituições de ensino de economia doméstica**

Em carta de 15 de abril de 1922, o professor Sérgio de Carvalho escrevia do Rio de Janeiro a Bertha Lutz, que estava nos EUA, oferecendo, com os seus “atenciosos cumprimentos, os votos de feliz permanência nesse país e de completo êxito no Congresso

a que ides prestar vossa inteligente e profícua colaboração”<sup>110</sup>. Demonstrando grande interesse e boa vontade em ajudá-la no que fosse preciso, termina a carta honrando-a com as seguintes palavras: “Acredito no muito que fareis, na dupla missão que vos foi cometida, ajudada de vossa brilhante cultura e do vosso talento”.

A “dupla missão” de Bertha Lutz citada por Sérgio de Carvalho, remete a um pressuposto inicial desta pesquisa: a observação de “políticas” e “ciências” como dimensões inseparáveis da vida de Lutz. No caso da carta citada acima, em 1922, essa característica se concretizara na viagem de Bertha, sob a incumbência do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, aos EUA, onde teria sido encarregada de permutar material científico, visitar e estreitar relações nos museus e também em instituições de ensino de Economia Doméstica. Ao mesmo tempo, a viagem lhe serviria para participar, como delegada do Brasil, da Conferência Pan-americana de Mulheres, em Baltimore – movimento feminista norte-americano encabeçado pela Liga das Mulheres Eleitoras, da NAWSA (*National American Woman Suffrage Association*)<sup>111</sup>.

Ainda que “considerada em serviço externo”, o Museu Nacional não deixou de lhe incumbir atividades. O ofício no. 256 de março de 1922<sup>112</sup> explicita, pelas palavras de seu Diretor, Bruno Lobo, as funções a que Bertha Lutz se encarregaria nos EUA. Condizentes com os objetivos a que se prestava a instituição, como enfatizado no capítulo anterior, tais seriam:

“De acordo com a solicitação do Professor Edgard Roquette Pinto e a determinação do Sr. Ministro da Agricultura, ficais incumbida da distribuição das duplicatas do material etnográfico oferecido pela Comissão Rondon e que se destina aos Museus Norte-americanos”. Além disso, “roga[va-lhe] aceitar a incumbência de estudar os meios de intensificar as permutas de material e o estreitamento de relações científicas entre o Museu Nacional e os Museus norte-americanos, a organização de ambos, os processos administrativos e sua aplicação ao nosso país, com especial referência à divulgação dos conhecimentos de História Natural e ao papel didático no ensino dos diferentes ramos da mesma”.

<sup>110</sup> A.N. “FBPF”. Cx.11. Sérgio de Carvalho a Bertha Lutz (15/abr./1922).

<sup>111</sup> “Comissão: Por aviso do Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, de 11 de março de 1922, foi considerada em serviço externo, em vista de ter de seguir para os Estados Unidos da América do Norte em 24 desse mesmo mês em comissão daquele ministério. Regressando daquela comissão continuou em serviço externo, no gabinete do Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio”. BR MN MN.DR. Livro de Assentamentos. “Bertha Lutz”. Fl.199. Em outro documento, assim expõe suas atividades de 1922, dentre suas “Missões no Exterior”: Viagem aos EUA para representar o Brasil na I Conf. Interamericana de Mulheres. Nomeação do governo. Despesas custeadas pela *National League of Women Voters*. Em seguida, completa com uma “*tourné* remunerada de conferências pelos Estados Unidos até a Califórnia”. BR MN BL.DP-Curriculum Vitae.

<sup>112</sup> A.N. “FBPF”. Cx.11. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Museu Nacional do Rio de

A solicitação do Professor da seção de Antropologia e Etnografia, Roquette-Pinto, que teria sido autorizada pelo diretor por meio do Ofício nº 257 de 23 de março, referia-se a uma das principais expedições empreendidas pelo Museu Nacional, da qual também Roquette participara. A Comissão Rondon, que objetivava a ligação, reconhecimento e controle dos territórios noroestes brasileiros,<sup>113</sup> foi responsável pelo incremento considerável das coleções do museu, as quais pretendia-se divulgar e permutar com exemplares de outras instituições.

Assim, Roquette envia a Bertha Lutz, no mesmo dia de sua autorização, “quatro listas das duplicatas do material etnográfico destinados aos Museus Norte-Americanos”<sup>114</sup>. Trata-se de 4 coleções constituídas de arcos, flechas, cestos, peneiras e adornos dos índios da Serra do Norte/ Mato Grosso (Nhambikuaras), provenientes das excursões do próprio Roquette em 1912, além de dois machados de pedra adquiridos pelo Ten. Severiano Godofredo de Albuquerque em 1910, também pela Comissão Rondon na Serra do Norte (Veado Branco - Campos Novos)<sup>115</sup>.

Além dessas, a carta do Gabinete do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio do mesmo dia 23 de março de 1922, assinada pelo Ministro Ildefonso Simões Lopes e endereçada à secretária do Museu, atribui-lhe ainda mais funções, acerca dos estabelecimentos de ensino de trabalhos manuais e de economia doméstica:

“Comunico-vos, para os devidos fins, que resolvi incumbir-vos de visitar e estudar, tanto quanto permitir a permanência que fizerdes nos Estados Unidos da América, os principais estabelecimentos de ensino de trabalhos manuais e de economia doméstica, quer os privativos de cada sexo, quer os filiados no regimen de co-educação, tão generalizado na pedagogia norte-americana. A própria cidade de Baltimore, para onde vos dirigis, oferecer-vos-á grandes oportunidades à execução da primeira parte dessa incumbência, desde as diversas hierarquias do curso primário até ao Instituto Politécnico.

Quanto à instrução teórica e prática de economia doméstica, deparareis em quase toda a União americana modelos dos mais valiosos, que vão do ensino elementar às Faculdades de Ciência doméstica incorporadas nos Institutos Pratt, Drexel, Amour, Lewis e outros.

As escolas primárias rurais, mormente as complementares (rural School

---

Janeiro. Of. Nº 256 [Diretoria]. Bruno Lobo a Bertha Lutz (março/1922).

<sup>113</sup> Roquette-Pinto participou da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915), uma das expedições lideradas pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon para a construção de linhas telegráficas com intuito militar-estratégico, por diversos estados brasileiros. Sobre a “Comissão Rondon”, ver: LIMA (1998) e a edição fac-símile do diário de campo de Roquette-Pinto nessas expedições, publicada pela Editora Fiocruz (ROQUETTE-PINTO, 2005).

<sup>114</sup> A.N. “FBPF”. Cx.11. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Museu Nacional do Rio de Janeiro. Seção de Antropologia e Etnografia. Roquette-Pinto a Bertha Lutz (23/março/1922).

<sup>115</sup> A.N. “FBPF”. Cx.11. “Relação dos artefatos entregues a D. Bertha Lutz, com destino a America do Norte, conforme ordem do Snr. Diretor”.



Consolidated) que, em breve, serão ensaiadas no Brasil, merecem, por igual, vossa atenção e delas vos ocupareis, como dos demais estabelecimentos, no relatório que deveis apresentar a este Ministério”.<sup>116</sup>

A cidade de Baltimore, para onde se dirige em primeira instância, seria também palco da Conferência Pan-americana de Mulheres, realizada em abril pela Liga de Mulheres Eleitoras, da NAWSA. Essa Conferência é vista como o marco inicial de uma “aproximação continental” de mulheres e a partir de então o movimento feminista organizado tomaria uma dimensão mundial<sup>117</sup>. É nessa ocasião que Bertha Lutz conhece a líder da NAWSA, Carrie Chapman Catt, que lhe ajudaria na fundação da FBPF, no Brasil, no mesmo ano de 1922. Naquele congresso, ainda, Bertha junta-se a outras delegadas latino-americanas para formar o núcleo da futura União Interamericana de Mulheres, da qual seria eleita presidente em 1925.

Se a partir da primeira viagem é fortalecida a rede de relações do movimento feminista encabeçado por Bertha Lutz, ela estabeleceria também sólidos contatos com a comunidade científica internacional. E algumas vezes tais contatos estariam de fato interligados em ambas as dimensões. O bilhete de 22 de maio de Mrs. Porter, por exemplo, diz a Bertha que todos apreciaram muito seu discurso no *luncheon* (“almoço formal”) da Liga das Mulheres Eleitoras e completa dizendo que a essa altura ela já deveria estar em trânsito em sua viagem “pelo continente” - fazendo referência às seguidas visitas que Bertha faria por diversas instituições norte-americanas.

Junto ao bilhete, Porter encaminha, para seu conhecimento, uma nota elogiosa que Mr. Chauncey Hamlin, da *Buffalo Society of Natural Sciences/ Layes School*, lhe remetera em 18 do mesmo mês, sobre a participação de Lutz num certo jantar. Em papel timbrado daquela instituição, os dizeres de Hamlin sugerem que Bertha teria sido indicada pela feminista e cientista Porter ao referido encontro: “*Miss Lutz made the hit of the evening at the dinner! Thank you so much for the suggestion*”<sup>118</sup>.

<sup>116</sup> A.N. “FBPF”. Cx.11. Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Gabinete do Ministro. Simões Lopes a Bertha Lutz (23/mar./1922). Ildefonso Simões Lopes (1866-1944), engenheiro, foi o ministro nessa pasta de 28/07/1919 a 24/05/1922. Com sua exoneração, foi nomeado interinamente José Pires do Rio, que exerceu o cargo de 24/05 a 15/11/1922 ( [www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br) ). Em outro documento do acervo de Bertha Lutz, faz-se referência à “posição técnica que ocupou no gabinete do Exmo. Sr. Dr. Pires do Rio, enquanto Ministro da Agricultura” (A.N. “FBPF”. Cx.11. Doc. s/título, s/ autoria, 1924).

<sup>117</sup> Como expõe em seu discurso publicado em *D.Bertha Lutz. Homenagem...* (1925).

<sup>118</sup> A.N. “FBPF”. Cx.11. *Buffalo Society of Natural Sciences. Layes School of Natural Science*. Old Museum and Office in the Public Library Building. New Museum 1231 Elmwood Avenue. Buffalo, New York, USA. Mr. Chauncey Hamlin para Mrs. Melvin P. Porter (18/mai./1922). O bilhete de Porter foi escrito à mão sobre o papel em que continha a carta de Hamlin (Mrs. Marion Porter a B.Lutz, 22/mai./1922). Em 1932 em seu

É possível que este tenha sido o discurso que Bertha fizera como oradora do banquete oficial anual da Associação dos Museus Americanos, que se realizara em 1922 em Búfalo, tendo recebido também o título de membro correspondente do Museu Americano de História Natural - “título até agora concedido apenas a 64 cientistas no mundo inteiro e que no Brasil é possuído além da Senhorita Lutz pelo seu pai, o eminente sábio Dr. Adolpho Lutz (...)”. Além disso, na mesma ocasião dessa viagem, Bertha teria sido “homenageada por todos os grandes museus americanos”<sup>119</sup>.

As correspondências encontradas no acervo da FBPF, no Arquivo Nacional, referentes à viagem, são diversas<sup>120</sup>. Em Nova York, recebeu uma carta de Margaret Ferdde, do Departamento de Economia Doméstica do *College of Agriculture / The University of Nebraska* (Lincoln), em 18 de maio. Após uma visita de Bertha, Margaret afirma que o Serviço de Extensão daquele instituto estaria à sua disposição para enviar boletins de seu interesse, dos quais já teria encaminhado alguns. Bertha teria recebido também um catálogo do *Barnard College (Columbia University, New York)*, através da secretária da instituição, Mary Labby, ciente do interesse de Bertha nas publicações acerca dos “*American Colleges*”, dispunha-se a acompanhá-la visitando os *Students Halls* e diversos dormitórios da Universidade, numa próxima visita. Da Escola de Economia Doméstica do *New York State College of Agriculture at Cornell University (Ithaca, New York)*, receberia igualmente os boletins publicados pela instituição, como assegura a encarregada da Escola, Martha Van Rensselaer.

Dessa documentação, notamos o empenho de Bertha em reunir publicações acerca dos estabelecimentos de ensino de Economia Doméstica, escolas que, em geral, eram

relatório acerca dos museus norte-americanos, ao abordar o Novo Museu de Ciências de Buffalo como exemplo de um “museu planejado”, Bertha refere-se a Hamlin, que seria seu organizador e com quem travou contato durante aquela excursão: “cidadão de alto espírito cívico, dedica sua grande fortuna ao progresso cultural de Búfalo. É presidente honorário mas muito efetivo do museu” (Cap.III, p.1). Chauncey Hamlin será, nos anos de 1923 a 1929, presidente da Associação Americana de Museus, e fundador do ICOM – Conselho Internacional de Museus, em 1946 ( <http://icom.museum/founders.html> ). Bertha Lutz participará, em 1959, do II Congresso Nacional de Museus/ ONICOM (Organização Nacional do ICOM), em São Paulo, onde apresentou a comunicação “Museus de ciências no Brasil e no estrangeiro”, baseada em seu relatório de 1932. Heloisa Alberto Torres seria então a presidente da ONICOM, e comunica, em carta, a Bertha que seu trabalho seria publicado nos Anais do Congresso. BR MN BL.MUS.25.

<sup>119</sup> A.N. “FBPF”. Cx.11. Documento sem título/sem autoria, acerca da transferência de Bertha Lutz para a Seção de Botânica do Museu Nacional, em 1924.

<sup>120</sup> A.N. “FBPF”. Cx.11 - *The University of Nebraska. College of Agriculture. Home Economics Department. Lincoln.* Margaret Ferdde (Chairman Dept. Home Economics) a B.Lutz em N.Y. (25/mai./1922); *Barnard College. Columbia University. New York.* Mary Labby (Secretary to the Committee on Admissions) a B.L no R.J. (06/jun./1922); *New York State College of Agriculture at Cornell University, Ithaca, New York. The School of Home Economics.* Martha Van Rensselaer (in charge of the School) a B.L. (08/jul./1922).

vinculadas a Faculdades de Agricultura ou Universidades norte-americanas e possuíam relações também com seus museus.

Mas não apenas a esse respeito, a Bertha interessava também publicações acerca dos métodos expositivos, preparo de material e outras questões técnicas em museus, como demonstra a carta de R.C. Murphy, do Museu Americano de História Natural<sup>121</sup>. De modo que contribuía, paralelamente, a essas atividades, com a formação das coleções do Museu Nacional, mesmo nos EUA, excursionando, por exemplo, ao *Grand Canyon*, como referenciaria retrospectivamente, em seu relatório de atividades de 1925. Em 30 de maio de 1922, obtém uma permissão para esse e o dia seguinte, do superintendente daquele parque, para ali “coletar espécimes florais e outras”<sup>122</sup>. Providenciou também, em permuta, espécimes etnológicos com Clark Wissler, do Departamento de Antropologia do *American Museum of Natural History*, e o envio de espécimes etnológicas da *Cornell University*<sup>123</sup>.

Ao Diretor do Museu Nacional, Bertha entregaria, em 14 de agosto de 1922, “alguns exemplares das rochas acessíveis encontradas na vizinhança imediata de ‘Niagara Falls’ por mim colhidos, por ocasião de uma rápida visita àquela catarata”, que desejaria serem remetidos à Seção de Mineralogia do Museu<sup>124</sup>. Também relataria, em comunicado do mesmo dia, os resultados da permuta pelas coleções etnográficas de Roquette-Pinto, com os seguintes museus: *Museum of the American Indian Heiye Foundation*, *American Museum of Natural History*, *U.S. National Museum*, e *Field Museum of Natural History* de Chicago. Interessada pela qualidade da aquisição, explica que “o material foi escolhido pelos diferentes museus acima aludidos de forma que no conjunto das quatro coleções fosse representado o maior número de tribos e que houvesse o menor número de duplicatas”. Dessa forma, o Museu de Chicago contribuía com material das Ilhas Filipinas, enquanto os outros se referiam aos norte-americanos<sup>125</sup>.

As relações dos objetos incluídos nas coleções, a “fatura consular” e uma carta do Sr. Consul do Brasil em Nova Iorque para o Inspetor da Alfândega, seriam devidamente encaminhadas por Bertha ao Diretor, de acordo com os trâmites necessários ao trânsito de

<sup>121</sup> A.N. “FBPF”. Cx.11. *Whitney South Sea Expedition. American Museum of Natural History*. Robert C. Murphy (*Associate Curator of Birds/ Museum Committee*) a B.Lutz (em N.Y). 11/jul./1922.

<sup>122</sup> A.N. “FBPF”. Cx.11. *Department of the Interior. National Park Service. Grand Canyon National Park. Grand Canyon, Arizona. Office of the Superintendent*. W.W.Crosby, Supt. (30/mai./1922).

<sup>123</sup> A.N. “FBPF”. Cx.11. *American Museum of Natural History*. New York. Clark Wissler a Bertha Lutz (19/jul./1922); Telegrama de J. Chester Bradley a B.Lutz . Ithaca, NY, 20/jul./1922.

<sup>124</sup> A.N. “FBPF”. Cx.11. Bertha Lutz (secretário) a Bruno Lobo (diretor), em 14/ag./1922 [I].

<sup>125</sup> A.N. “FBPF”. Cx.11. Bertha Lutz (secretário) a Bruno Lobo (diretor), em 14/ag./1922 [II]. A Roquette-Pinto, teria enviado um cartão-postal do *Washington Monument* (Washington, D.C.), em 07 de abril, com

material. Ainda preocupada com a finalidade a que se propôs, salienta, “quanto às coleções de culicídeos enviadas pelo Museu Nacional, cumpre-me comunicar-vos que, infelizmente chegaram a maioria dos tubos em estado que excluía a possibilidade de permuta, conforme podereis verificar pelos espécimes juntos, o que talvez foi devido ao acondicionamento dos mesmos”. Procedeu assim com a entrega de alguns tubos à *Rockefeller Foundation*, em Nova York.

No dia seguinte, entregaria ao diretor do Museu novos exemplares, agora botânicos – aqueles colhidos por ela no *Grand Canyon* em maio, “no correr de uma rápida excursão a cavalo até o fundo do grande corte geológico de origem erosiva”<sup>126</sup>. Seriam esses “de 40 a 50 espécimes, representando 19 ou 20 famílias, 23 gêneros e 28 espécies”, cuja classificação fora feita em conjunto com a Doutora Eastwood, chefe da Seção de Botânica da Academia de Ciências de São Francisco, Califórnia. E lamentaria, ainda que com esperança de continuar contribuindo satisfatoriamente às coleções do Museu, que:

“Devido às condições difíceis da viagem e transporte de material, não pude dispensar todos os cuidados necessários às plantas, entretanto como representam o seu conjunto uma grande parte da flora do Canyon que até certo ponto da floresta do deserto em condições de ser determinada na época em que tive a oportunidade de visita-lo, ousou esperar que não sejam de todo desprovidas de interesse para o herbário da Seção de Botânica do Museu Nacional”.

Finalizando seu comunicado de 14 de agosto<sup>127</sup>, referir-se-ia à sua função acerca das questões educativas: “a fim de cumprir do melhor modo ao meu alcance a honrosa incumbência que me foi dada por essa diretoria de visitar Museus de História Natural, principalmente sob o ponto de vista didático, visitei numerosos museus nos Estados Unidos e vos apresentarei dentro de alguns dias um breve relatório sobre o assunto”.

Ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Miguel Calmon du Pin e Almeida, anexados em carta de 21 de abril de 1923, Bertha envia os seguintes resultados de sua excursão: “relações das publicações referentes, a) ao Ensino de Economia Doméstica nos EUA (e entregues a Miss James, funcionária contratada desse Ministério), b) assuntos agrícolas, (entregues ao Sr. Prof. Sérgio de Carvalho), por mim selecionados durante a minha estadia nos Estados Unidos com o intuito de colocá-los à disposição desse

---

suscintas “Saudações, B.Lutz”. (ABL. RP. Pasta 27-5-18).

<sup>126</sup> A.N. “FBPF”. Cx.11. Bertha Lutz (secretário) a Bruno Lobo (diretor), em 15/ago./1922. Inclui uma lista descritiva em termos de família, gênero e espécie, das “Plantas provenientes do Grand Canyon do Colorado/Arizona, Estados Unidos. Colecionado por Bertha Lutz (Maio, 1922)”.

<sup>127</sup> A.N. “FBPF”. Cx.11. Bertha Lutz (secretário) a Bruno Lobo (diretor), em 14/ago./1922 [III].

Ministério”<sup>128</sup>. Ao professor Domingos Sérgio de Carvalho fora enviado, por intermédio do substituto do Diretor Geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, para “vossa apreciação”, relatório de D. Bertha Lutz sobre “os sistemas de ensino e divulgação de Economia Doméstica e suas aplicações à Agricultura”, em janeiro do mesmo ano<sup>129</sup>.

No ano seguinte à sua primeira viagem aos EUA, Bertha é agora enviada à Europa, como informa a seção do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio do *Diário Oficial* de junho de 1923 (p.18267)<sup>130</sup>. Pelo expediente do Sr. Ministro de 15 de junho, é solicitado ao Ministro da Fazenda o pagamento de 3:000\$ réis como ajuda de custo à secretaria, que estaria em Londres, para, “na Europa estudar a organização do ensino de economia doméstica sob o ponto de vista agrícola” (aviso nº3.388). Bertha, em realidade, teria sido enviada a Roma, onde participara do IX Congresso Internacional pelo Sufrágio Feminino, ou simplesmente “Congresso de Roma”, em maio de 1923. Com o encerramento no dia 19 desse mês, Bertha partira no mesmo dia à Inglaterra.

Antes de partir do Brasil, Bertha teria enviado telegramas de despedidas ao chefe da Seção de Botânica do Museu Nacional, Alberto J. de Sampaio, de quem recebe os “votos pelo maior brilho possível da importante comissão de que está encarregada e pela sua felicidade pessoal”. Também, e novamente, comunicara-se com Sérgio de Carvalho, que igualmente lhe responde com o “sincero desejo de ver plenamente correspondidos os propósitos com que se apresenta ao grande certamen”, o Congresso de Roma<sup>131</sup>. Informa que fará o “quanto me caiba por satisfazer seu pedido em relação à ajuda de custo” e envia uma carta de recomendação de Bertha, da parte do Professor Splendore, ao Diretor Geral de Agricultura em Roma, o Dr. Brizzi.

Mas paralelamente à participação sufragista, Carvalho lhe relembra ainda suas próprias solicitações durante a estadia de Bertha na Europa, novamente interessado nas publicações “sobre o ensino agrônômico, inclusive o ensino doméstico agrícola, sem esquecer as estações experimentais, Programas, relatórios, trabalhos especiais”. E ressalta: “**tudo me interessa**”. Sérgio de Carvalho, em realidade, seria o mentor desse

<sup>128</sup> A.N. “FBPF”. Cx.11. Secretário do Museu Nacional em Comissão no Ministério da Agricultura. Ao Sr. Ministro Exmo. Sr. Dr. Miguel Calmon Du Pin e Almeida. M.D. Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 21 de abril de 1923.

<sup>129</sup> A.N. “FBPF”. Cx.11. Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Indústria e Comércio. 2a. Seção. N.38. Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1923.

<sup>130</sup> A.N. “FBPF”. *Diário Oficial*, 1923.

<sup>131</sup> A.N. “FBPF”. Minist. Agric., Ind. E Com. Museu Nacional do Rio de Janeiro. Seção de Botânica. A.J.Sampaio a B.Lutz (05/05/1923); Sérgio de Carvalho a B.Lutz (24/04/1923).

empreendimento a que Bertha se destinava, servindo ao gabinete da Agricultura desde janeiro de 1923 até maio do ano seguinte. Como consta em seus assentamentos, aos 22 do primeiro mês de 1923, fora designada a “auxiliar a representação do ensino agrônômico”, do qual estaria encarregado o professor Domingos Sérgio de Carvalho. Trata-se da “comissão de remodelação do ensino agrônômico”, promovida por aquele ministério.<sup>132</sup>

De maneira muito semelhante ocorreu nova viagem de Bertha Lutz aos EUA, de 01/abril a princípios de julho de 1925, por atribuição do Museu Nacional. Em seu relatório de 1926<sup>133</sup>, referente às atividades do ano anterior no Museu, explicita com franqueza seu ímpeto de aproveitar a viagem profissional aos EUA para participar da Conferência Interamericana de Mulheres em Washington, lembrando ter feito o mesmo em 1922, quando participara da Conferência Pan-americana de Mulheres em Baltimore. Nessa ocasião de 1925, Bertha é eleita presidente da União Interamericana de Mulheres, cujo núcleo fora formado em 1922, durante o evento de Baltimore.

Os dados de seus assentamentos informam que teria sido posta à disposição do gabinete do Ministério da Agricultura, de março a setembro daquele ano. No entanto, tendo sido autorizada a seguir “para a América do Norte a fim de tomar parte na segunda conferencia Pan Americana de Senhoras e realizar ali alguns estudos de interesse para o Museu Nacional”, teria deixado, com isso, de servir explicitamente àquele ministério. Terminada a comissão em que se encontrava, reassume “o exercício das funções do cargo para o qual fora designado na seção de botânica”<sup>134</sup>, em 13 de junho de 1925.

Naquele país, além das atividades em botânica já citadas no capítulo anterior – como a excursão a *Mount Vernon*, na Virgínia, com colheita de espécimes florais ou o estudo sobre árvores frutíferas cultivadas no Brasil (como a mangueira) – e das permutas com diversas instituições, afirma dar seguimento aos objetivos iniciados em 1922, com visitas e estudos dos museus norte-americanos:

<sup>132</sup> BR MN MN.DR – Livro de Assentamentos nº3, fl.199. Domingos Sérgio de Carvalho (1866-1924), engenheiro agrônomo, Professor-Chefe da 4ª.Seção do Museu Nacional – Antropologia e Etnografia. Desde 1911 servia no gabinete do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, encarregado do “estudo das questões relativas ao ensino agrônômico” (Livro de Assentamentos, nº3. Fls.85-88).

<sup>133</sup> MN. Arquivo. Relatório. 09/01/1926.

<sup>134</sup> “Comissão: Por aviso numero 72 de 20 de março de 1925, do Sr. Min. de Estado da Agr., Ind. e Comércio, foi posta à disposição do seu gabinete até 22 de setembro desse ano, conforme ofício nº733, de 23 de março, da Diretoria Geral da Agricultura. Por ofício n. 769, de 28 de março de 1925 foi autorizada a seguir, para a América do Norte a fim de tomar parte na segunda conferencia Pan Americana de Senhoras e realizar ali alguns estudos de interesse para o Museu Nacional, ficando, por isso, sem efeito o aviso n.72, de 20 de março, conforme o ofício n. 837, de 4 de abril, da Diretoria Geral da Agricultura”. (BR MN MN.DR Livro de Assentamentos, III. fl.199-199v).

“Aproveitei o ensejo para continuar as investigações acerca dos métodos mais recentes de preparo de material para mostruários e organização dos mesmos, bem como sobre os métodos de divulgação do ensino de História Natural pelos Museus Americanos, notadamente entre a população escolar, de acordo com a incumbência que me fora dada por ocasião da primeira viagem à grande república setentrional” (Relatório dos trabalhos executados em 1925, p.iv)<sup>135</sup>.

Assim, visitou “com grande interesse” os museus para crianças do Brooklin e de Boston, os quais julgou ser “o mais belo elemento de educação da infância, contribuindo para o desenvolvimento dos dons de observação e servindo de estímulo à bondade dos pequeninos, proporcionando-lhes ainda horas cheias de alegria e de encanto”. Sugere, enfim, a implementação dessas instituições, na forma de seções de museus, no Brasil, onde, “dada a percentagem de analfabetos, seriam mais instrutivos do que as Bibliotecas populares para crianças” (Relatório de 1925, p.iv).

Uma carta de Anna B. Gallup, do Museu Infantil do Brooklyn, desse mesmo ano, trata do tema de interesse de Bertha. Lembrando terem se conhecido “há alguns anos” em Buffalo (provavelmente em 1922), e sentindo não terem se encontrado em 1925 em Nova Iorque, é com prazer que lhe informa que três das crianças atendidas pelo museu são brasileiras, do Estado do Pará – e se sobressaiam por suas qualidades: “*You will be glad to know that three of our nicest museum children are Portuguese from Para. They are good students, clever workers, and refined beyond anything one sees. Their mother is a little soldier*”.<sup>136</sup>

Ainda sobre os estabelecimentos de economia doméstica, prossegue em suas investigações: “Em seguimento aos trabalhos de que me incumbira em 1922 o Dr. Simões Lopes, então Ministro da Agricultura, sobre os métodos de divulgação do ensino da Agricultura e da Economia Doméstica nos EUA, visitei as seções recém-criadas e tomei nota dos desenvolvimentos posteriores a 1922” (Rel.1925, p.iv). E finaliza assegurando ter em andamento a confecção de um relatório detalhado acerca de tais atividades (p.vi).

Nos Hortos Botânicos também “colheu idéias novas” sobre sua organização de forma a “evidenciar a morfologia comparada e as normas da evolução das plantas, devendo louvar a organização dos Hortos de Brooklin e da Seção de Botânica da Faculdade de Ciências da Universidade de Johns Hopkins em Baltimore” (Rel.1925). Em nota fornecida ao chefe da Seção de Botânica do Museu Nacional, assim afirma: “Fiz também estudo

<sup>135</sup> BR.MN.MN.DR. Classe 121.

<sup>136</sup> BR MN BL.MUS.2. A.B.Gallup (Curator-in-Chief of Children’s Museum. The Brooklyn Institute of Arts and Sciences. Brooklyn, N.Y.) a B.Lutz. 19/ag./1925.

sobre preparo e organização de mostruários para museus de história natural, métodos de divulgação da mesma e a organização de hortos botânicos”, demonstrando a interligação entre as práticas técnico/científicas e de divulgação (Trabalhos realizados em 1925 e em andamento. 09/01/1926 - MN MN.DR - Classe 121).

## **2.2 – O Relatório de 1932: “O papel educativo dos museus americanos” e os ideais escolanovistas da década de 1920.**

Em 1932, Bertha Lutz recebeu um “prêmio de viagem” conferido pela Carnegie Corporation e Endowment for International Peace, por intermédio da União Pan-Americana e da Associação Americana de Museus<sup>137</sup>, para visitar os diversos museus norte-americanos. Embarcou em 1 de abril desse ano e permaneceu ali por dois meses e meio, apresentando-se à repartição [Museu Nacional] em 31 de junho. Foi autorizada pelo Ministério da Educação e Saúde Pública com a condição de que apresentasse um relatório de suas observações feitas naquele país, de acordo com os dados lançados em seus Assentamentos (Livro III, fl.200).

Assim, encaminhou ao Diretor do Museu Nacional, Edgard Roquette-Pinto, o que tem sido frequentemente referenciado em seus documentos pessoais como um verdadeiro tratado sobre técnicas museológicas voltadas à educação, fartamente ilustrado e baseado em diversa bibliografia<sup>138</sup>. Em um rascunho da carta que encaminha o documento ao diretor, finaliza “fazendo votos de que este trabalho, empreendido sem preocupação outra

---

<sup>137</sup> A Associação Americana de Museus é uma “agremiação vivaz e dinâmica” que congrega o conjunto de museus norte-americanos e é secundada pela Carnegie Corporation. Segundo as observações de Bertha Lutz, essa associação viria tomando a frente das mais inovadoras iniciativas em relação às técnicas e atividades museológicas. Promove convenções anuais das quais Bertha teria participado em 1932, ocorrida de 14 a 18 de maio na cidade universitária de Cambridge, sendo oradora do banquete. Ali, segundo relata, expôs também a iniciativa do Museu Nacional brasileiro acerca dos seus serviços prestados à educação (LUTZ, B. Relatório 1932. Introdução, p.3).

<sup>138</sup> A versão que utilizamos, como indicado em seu Índice, está estruturalmente dividida em Introdução, duas Partes e Palavras Finais (embora não tenhamos encontrado estas últimas). A Primeira Parte contempla o Capítulo I, sobre “A Evolução do Museu”, que se desenvolve em três sub-capítulos: “o conceito clássico e o conceito moderno de museu”; “fatores evolutivos e diretrizes”; “marcos decisivos”. A Segunda Parte, sobre “O Museu Atual”, abrange os capítulos II ao V. Capítulo II - “O Museu em Si”, discorre sobre propaganda, localização, arquitetura, instalações etc., em seus sub-ítems. Capítulo III - “Metodologia Educativa do Museu”, desenvolve-se nos itens: Educação visual; Métodos complementares; Métodos dinâmicos. Capítulo IV - “Educandos e Educadores”, dedica-se a esses dois sujeitos do processo educacional e ainda ao papel da mulher no museu. Capítulo V - “O Museu em Ação”, aborda as atividades centrais; atividades extensivas; o museu ao ar livre; e a relação entre a criança e o museu. Sua localização no fundo “Bertha Lutz” do Museu Nacional é: BR MN BL.0.MUS.22/2 – I.



senão a de servir à ciência e à educação, e sem ônus para o Museu Nacional, possa apresentar alguma utilidade aos mesmos”<sup>139</sup>.

Em muitas ocasiões manifestou sua decepção por nunca ter sido publicado esse relatório<sup>140</sup>. Atualmente, quase 80 anos depois, permanece sob a guarda do Museu Nacional para publicação, mas continua inédito, sendo analisado previamente por Maria Margaret Lopes. Esta, que contou com nossa colaboração em suas pesquisas, representando um ponto de partida para a análise aqui exposta<sup>141</sup>, em seu artigo notou que ali “estão referenciados os trabalhos clássicos das mais influentes personalidades de museus de então, os primeiros estudos de público do fim da década de 1920, a importância da propaganda científica pelo rádio, cinema e pela imprensa. Como não poderia faltar, suas observações sobre ‘a mulher no Museu’ mereceram um item à parte” (LOPES, 2006: 44).

Nos EUA, Bertha Lutz dedicou-se a estudar os departamentos e serviços educativos daquelas instituições – precisamente “58 museus em 20 cidades, percorrendo vários Estados, partindo de New York em direção a St. Louis, e daí a Chicago, voltando gradualmente a New York” (Introdução, p.1). De diferentes categorias, desde os de alcance geral em ciências, artes e história, até os “especializados ao último grau”, deu ênfase maior – devidamente orientada de acordo com os anseios educacionais também do contexto brasileiro -, àqueles de caráter especialmente educativo, incorporados às diretorias de Instrução Pública, e também àqueles dedicados às ciências naturais, à semelhança da instituição que Bertha representava<sup>142</sup>.

Do ponto de vista administrativo, os museus visitados eram os de toda ordem: nacionais – em geral reunidos em torno da Smithsonian Institution -, estaduais, regionais ou municipais. Diversificados também em relação ao público-alvo, abrangendo desde os museus universitários até os populares que, de fácil acesso e organização atraente,

<sup>139</sup> BR MN BL.0.MUS.22/1. Bertha (assinando “Secretário-Tradutor”) a Roquette-Pinto em 31/03/1933.

<sup>140</sup> Por exemplo, ao pleitear a vaga oficial na Seção de Botânica em 1937, lista suas principais atividades dentre as quais este trabalho, “cujos originais se acham no arquivo do nosso Instituto, aguardando publicação” (A.N. “FBPF”. Cx.11. Requerimento). Também em seus documentos pessoais, uma das versões de seu currículo aponta o ineditismo da obra com a seguinte nota: “o relatório, fartamente ilustrado, nunca foi publicado pelo Museu” (BR MN BL.DP – Curriculum Vitae).

<sup>141</sup> Lopes, M.M. “Bertha Lutz e a importância das relações de gênero, da educação e do público nas instituições museais”. *Musas. Revista Brasileira de Museus e Museologia*. IPHAN/ Depto. Museus e Centros Culturais, N.2, 2006, pp.41-47. Minha colaboração se deu como bolsista de apoio técnico (CNPq), no âmbito do projeto “A Contribuição dos Museus à Cultura Científica Brasileira”, coordenado por Lopes.

<sup>142</sup> Visitou também outras instituições dedicadas à história natural, como Jardins Botânicos e Zoológicos, Herbários, Planetários, além do Aquário de Nova Iorque, os quais seriam ricos em sugestões práticas também para a constituição dos museus. Da mesma forma, julgou os museus de arte mais avançados em termos de apresentação de material do que os científicos e chegou a afirmar que “a introdução dos elementos de arte nos museus de ciências pode ser feita sem eliminar a noção exata da verdade” (Cap.III, p.4).

capturavam o transeunte desinteressado – “*the man in the street*” (Introdução, p.2). Citando as formas que mais lhe chamaram a atenção, aponta para os museus ramais, que consistiriam na “etapa mais recente da evolução do museu”; os museus para crianças, “com feição menos disciplinar e mais recreativa”; e as trilhas da natureza e museus ao ar livre, “outro desenvolvimento altamente promissor”, os quais Bertha buscou difundir em nosso país.

Assim, estudando diversos museus norte-americanos, compartilhou seus ideais e propôs sua implementação no Brasil, especialmente no Museu Nacional onde trabalhava – o qual foi, com isso, alvo de algumas críticas feitas por Bertha, como veremos à frente.

O que seria, em sua avaliação, o marco decisivo da evolução atual dos museus partiria de sua descentralização, com a criação de ramais. Trata-se de um “processo de democratização em que o museu sacrifica a sua atitude majestosa de isolamento aristocrático para se colocar ao alcance da plebe” (p.13), ampliando sua esfera de ação na educação popular. Uma vez que o museu central de uma grande cidade não pode ser facilmente alcançado por todos, ele multiplica sua influência com a criação de museus menores e em maior número. “Eis a base científica que milita em favor da descentralização” (p.14), como demonstra o estudo de Paul Marshall Rea, até então inédito<sup>143</sup>, em que conclui que o comparecimento do público não aumenta proporcionalmente às despesas em manutenção e acréscimo da área dos museus, pois obedece a “leis determinadas”.

Comparando os grandes museus ao “labirinto do Minotauro”, Philipp Youtz também advoga pela organização de museus menores, uma vez que “ao percorrer salas de exposição sucessivas e intermináveis, o visitante vai ficando com o cérebro cada vez mais baralhado pelo número de imagens visuais, e com o corpo rendido pelo esforço físico de caminhar” (p.14). Subdividir-se em ramais, seria uma fase posterior à primeira, de adquirir os órgãos necessários para a divulgação, o que, para Bertha, deveria ser realizado também pelo Museu Nacional em nosso país. Lembrando que, de acordo com seu estudo, essas pequenas instituições não se tornariam rivais dos museus centrais, aliás, conduziriam novos visitantes, estimulados a os conhecerem, após um primeiro contato.

“Penso que seria muito interessante fazermos a tentativa de estabelecer um ou dois pequenos ramais do Museu Nacional. O Rio de Janeiro é hoje uma grande capital. Sua topografia torna as distâncias enormes, dificultando o comparecimento freqüente de toda a

---

<sup>143</sup> *The Museum and the Community.*

população carioca ao Museu Nacional. Uma pequena exposição etnográfica no Cais do Porto, em frente ao armazém 18 no edifício da Alfândega, onde poderiam ser distribuídos pequenos folhetos explicando os meios de alcançar o nosso Instituto e convidando a visitá-lo proporcionaria aos turistas um primeiro ponto de contato com a etnografia do Brasil.

A disseminação de coleções semelhantes em outros pontos de grande movimento na cidade, atrairia a atenção do público para o Museu, que como o prof. Roquette Pinto costuma dizer, é um Brasil em miniatura. Teria uma iniciativa de grande alcance para a educação popular. Poderíamos despertar também a atenção do nosso povo por exposições demonstradoras de princípios biológicos, convidando a visitar o nosso Museu a fim de travar conhecimento com a geologia, a flora, a fauna e a etnografia do Brasil” (Cap.I, p.18-19).

Nessas palavras, Bertha Lutz condensa suas observações feitas em duas instituições norte-americanas tidas como exemplos práticos da descentralização: o *Museu de Newark* (New Jersey), fundado por John Cotton Dana, cujos ramais visitou na companhia da encarregada desses pequenos museus, a Sra. Dudley. O primeiro deles, inclusive, fora estabelecido pela Sra. Beatriz Winsler, discípula de Cotton Dana, com quem Bertha continuou se correspondendo<sup>144</sup> nos anos 1930; e o *Museu de Filadélfia*, (“ramal 69”, do Museu de Arte da Pensilvânia), dirigido por Philipp Youtz, no qual “predomina a orientação científica do Dr. Paul M. Rea e do Sr. Rossiter Howard” (p.14)<sup>145</sup>. São esses os dois grandes exemplos norte-americanos que Bertha utiliza com mais frequência para ilustrar as condições ideais do museu moderno.

A partir de seu relatório, avaliamos aqui a contribuição de suas observações a respeito do papel educativo popular dos museus – que se mostrou especialmente voltado para o público infantil –, a importância das mulheres nessa função e, também, questões educacionais relativas à proteção à natureza relacionadas a um contexto de políticas pela conservação do patrimônio natural brasileiro.

As observações de Bertha Lutz acerca do papel educativo dos museus nesse relatório estão sintonizadas com os ideais escola-novistas, difundidos no Brasil a partir da década de 1920, que em muitos casos permeiam a orientação dessas instituições até os dias de hoje. Compartilhando desses ideais os museus passam a ter uma função essencialmente colaboradora da educação formal, escolar, e incorporam suas práticas pedagógicas –

---

<sup>144</sup> Ver, por exemplo, as correspondências existentes no Museu Nacional, de 1932 e 1938, em que Winsler envia publicações sobre o trabalho educacional mantido pelo *Newark Museum*. Bertha elogia a atuação dessa instituição, dizendo que deseja estar com os conhecimentos atualizados acerca do tema (BR MN BL.MUS).

<sup>145</sup> Teria sido mantido pela Carnegie Corporation durante seu primeiro ano, segundo informa Bertha no relatório.

embora sejam instituições atuantes no campo não-escolar/ formal<sup>146</sup>. Os museus, deixando a exclusividade da pesquisa científica para valorizar em grande parte o ensino e divulgação popular do conhecimento, acabam adquirindo um papel de complemento das escolas e muitas vezes chegam a propor mesmo a submissão do currículo escolar a seus programas educativos<sup>147</sup>.

Se o movimento da “Escola-Nova” propunha, antes da disseminação escolar no país, uma profunda reformulação interna – mais qualitativa que quantitativa – dessas instituições, em termos de seus métodos e práticas pedagógicas, os museus também assim o fizeram. Inseridos nesse contexto educacional, partilhando dos debates “da ordem do dia” dessa geração de educadores, também os que pensaram a organização museológica propuseram a essas instituições “a aplicação prática dos princípios da Escola Nova, ou seja, a transformação do seu interior, a serviço da melhoria da qualidade de ensino” (LOPES, 1991:445).

E foi o Museu Nacional, “pioneiro também no campo das atividades educacionais, [que] lançou as bases para o estreitamento das relações museu-escola no Brasil” (LOPES, 1988, p.33). Roquette-Pinto inovou tais práticas com a criação dos Serviços de Assistência ao Ensino (1927) durante sua direção na instituição e, se Venâncio Filho ficou impressionado, em 1935, com a importância dos museus dos EUA no campo da educação (LOPES, 1991: 445), Bertha Lutz teria ressaltado justamente tais características três anos antes que este. Mais de dez anos depois do relatório da secretária do Museu Nacional, Sussekind de Mendonça, em 1946, apresenta nessa mesma instituição o que veio a ser o “documento fundamental para a discussão da questão educacional nos museus no Brasil”<sup>148</sup>. Nesta que seria a monografia com a qual concorreu ao cargo de chefia da Seção de Extensão Cultural do Museu, recém-criada, Mendonça elevava a urgência do estreitamento de relações entre as escolas e os museus, como já constava das resoluções do

---

<sup>146</sup> Lopes (1988) enfatiza uma contradição inerente às instituições museais até os dias de hoje: “no discurso teórico, são tratados comumente no plano da educação não-escolar [i.e, não se inserem no sistema de ensino regular e oficial do país], mas suas práticas são impregnadas de metodologias do ensino escolar” (p.1-2). O que implica na tendência, negativa segundo a autora, de progressiva escolarização dos museus, embora “centros da educação não-escolar por excelência” (p.38).

<sup>147</sup> Margaret Lopes, criticando a escolarização dos museus – que culminaria numa confusão indesejável de papéis tanto dessas instituições quanto das escolas -, mas sem discordar da contribuição que aqueles oferecem à educação, aborda uma questão atual e que tem suas raízes na década de 1920. “Chamamos escolarização a esse processo de incorporação pelos museus das finalidades e métodos do ensino escolar, cujas manifestações iniciais surgiram com os movimentos escolanovistas e vêm se aprofundando no bojo das propostas de educação permanente para museus” (LOPES, 1991: 449).

<sup>148</sup> Cf. LOPES (1991: 445) sobre SUSSEKIND DE MENDONÇA, E. (1946). *A extensão cultural nos museus*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/ Imprensa Nacional.

Congresso da *Museums Association*<sup>149</sup> de 1936 (LOPES, 1991: 445) – instituição norte-americana com a qual sabemos, Bertha vinha travando contato nesses mesmos anos.

Mas, embora as práticas escolares tenham sido introduzidas nos museus brasileiros a partir do contexto escolanovista, o seu papel educativo não era, nas décadas de 1920/30, uma questão nova. Lopes e Murriello (2005) já ressaltavam a “necessidade de um aprofundamento teórico-metodológico sobre a história dos museus, em seus aspectos comunicativos, expositivos, educacionais e científicos”, que abordasse criticamente o processo de acumulação de objetos nesses espaços<sup>150</sup> (p.205).

As origens do seu caráter educacional é em realidade uma influência européia que se tornou mais marcante a partir da criação do Museu de História Natural de Paris<sup>151</sup>, em fins dos setecentos, que instituiu o modelo de museu a “serviço da instrução pública, apoiado na concepção de que a observação direta é a única fonte de conhecimento” (LOPES; MURRIELLO, 2005: 217). Foram os museus modernos europeus que inspiraram a criação dos primeiros latino-americanos durante o século XIX, inclusive o Museu Nacional do Rio de Janeiro, e imprimiram nestes o caráter público e educacional, a serviço da instrução em seu sentido mais amplo<sup>152</sup> (LOPES, 1988; 1997).

Para o caso dos EUA, LOPES (2003) ressalta que, na década de 1870, o modelo de instituição “onde simultaneamente se pesquisa e se educa” – que originou o lema ainda atual desses museus, tornados “democráticos”<sup>153</sup> – estava já consolidado (p.78). Ao que se seguiu, entre fins do século XIX e início do XX, um incremento sem precedentes de inter-

---

<sup>149</sup> Baseando-se na resolução desse Congresso e constatando a má recepção feita pelas escolas em relação à atuação dos museus no ensino, apelava para que estes passassem a ser considerados “sócios solidários na tarefa educativa, e não apenas – honra de que ele (o museu) declinava – sócio benfeitor”, (LOPES, 1991: 445).

<sup>150</sup> LOPES, M.M. e MURRIELLO, S. E. El movimiento de los museos en Latinoamerica a fines del siglo XIX: El caso del Museo de La Plata. *Asclépio. Revista de História de la Medicina y de la Ciencia*. Vol. LVII, fasc.2, 2005, pp.203-222. As citações são traduções livres do texto em espanhol.

<sup>151</sup> Originário do *Jardin des Plantes*, jardim Real (e, portanto privado) de plantas medicinais e dedicado à história natural, transformou-se no público e nacional *Muséum de Histoire Naturelle* em 1793, durante a Revolução Francesa.

<sup>152</sup> Como acentua Lopes, “os museus são atualmente considerados instituições de caráter público e do âmbito da difusão cultural. No entanto, nem sempre foram públicos, ou se interessaram por atrair um grande número de pessoas, nem tampouco a pesquisa científica ou a preocupação educacional foram uma constante em sua história” (LOPES, 1988: 13).

<sup>153</sup> O lema do Museu Americano de História Natural, discutido por George Brown Goode, em 1888, era “*For the people, for education, for science*” e pode sintetizar o “compromisso americano”, generalizado entre esses museus, com a construção da nação, articulando pesquisa e divulgação científica. Goode se tornaria o secretário assistente da *Smithsonian Institution* e responsável por seu Museu Nacional, além de autor de uma obra clássica, de grande influência em sua época, que marca uma postura e periodização acerca da história dos museus estadunidenses criticadas pelas autoras – justamente por desconsiderar todo o movimento formal dessas instituições anterior a 1870 (LOPES; MURRIELLO, 2005: 205-206).

relações institucionais em nível mundial, como constatou Laurence Vail Coleman<sup>154</sup> e caracterizou como o “movimento de museus” (LOPES; MURRIELLO, 2005). E foi nesse contexto marcado por amplas redes de intercâmbio – o que significou a comparação, cooperação e também disputas entre museus – que se disseminou um debate internacional acerca do papel educativo dessas instituições (LOPES; MURRIELLO, 2005: 208-209).

Coleman – que será justamente o organizador do itinerário de Bertha Lutz em sua excursão nos EUA<sup>155</sup>, em 1932 – foi diretor, de 1927 a 1958, da *American Association of Museums*, fundada em 1906 e que reunia o conjunto de museus desse país. Também as instituições latino-americanas aderiram a essa associação desde sua criação, perfeitamente inseridas nesse “movimento de museus” abordado por Coleman em 1939 (LOPES; MURRIELLO, 2005; LOPES, 1997). Em 1932, discursando no banquete da Conferência anual da associação norte-americana, Bertha refere-se à fundação de uma Associação Pan-Americana de Museus, que “permitisse o intercâmbio contínuo de métodos, resultados e informações” (LUTZ, B. Relatório 1932. Introdução, p.3). Na Inglaterra, a primeira Associação de Museus foi criada em 1888 (LOPES, 1988: 21).

Foi através do inglês William H. Flower – diretor (1884-1898) do departamento de História Natural do Museu Britânico (*British Museum*) e presidente da *British Association for the Advancement of Science* – que se disseminou mundialmente uma visão mais definitiva e clara acerca do “valor dessas instituições como agentes do grande movimento educacional de nossa época” (LOPES, 2003: 77; LOPES e MURRIELLO, 2005: 217), em fins do século XIX. Seu discurso na assembléia da associação que presidia, sobre o que considerava ser o papel dos museus de história natural, em Newcastle-Upon-Tyne, em 1889, foi amplamente divulgado, traduzido para o francês e espanhol<sup>156</sup>, influenciando a orientação de diversos museus de todo o mundo. Sua visão imortalizou-se na expressão cunhada por ele próprio, em 1893 da “*new museum idea*”<sup>157</sup> – que ainda seria referenciada

<sup>154</sup> COLEMAN, L. V. *The Museum in América. A critical Study*. Washington DC: The American Association of Museum (3.vols), 1939. Apud. LOPES e MURRIELLO (2005).

<sup>155</sup> “O Sr. Laurence V. Coleman, diretor da Associação [Americana de Museus], organizou, nas suas linhas gerais o meu itinerário deixando-me entretanto ampla liberdade de modificá-lo”. LUTZ, B. *O Papel Educativo dos Museus Americanos* (Relatório, 1932. Introdução, p.1).

<sup>156</sup> FLOWER, W.H. (1890-1) “Los Museos de historia natural”. *Revista Del Museo de La Plata*, I., Apud. Lopes e Murriello (2005). As autoras abordam mais especificamente os impactos das idéias de Flower na criação do Museu de La Plata/ Argentina, traduzidas por Francisco Moreno, diretor e idealizador da instituição (1884-1906).

<sup>157</sup> FLOWER, W.H. (1996) *Essays on Museums and other subjects connected with Natural History*. Londres, Routledge/ Thoemmes (Rep. Da ed. 1898). Apud. Lopes e Murriello (2005). Além do impacto em termos da questão educacional, as proposições de Flower discorriam também acerca de outros temas pertinentes aos museus e ao campo da história natural, como avaliaram as autoras.

em 1932, por Bertha Lutz, demarcando, de alguma forma, autoridade no assunto.

Discorrendo sobre a transformação pela qual passavam os museus em termos do espaço público que ocupavam, vinculados ao Estado, Flower conclui com a identificação de um duplo papel a essas instituições: colaboram simultaneamente com a educação e com a investigação científica. Funções que, admite em outro artigo<sup>158</sup>, já teriam sido apontadas e definidas por John Edward Gray em 1864, também do *British Museum* (diretor do Departamento Zoológico).

Tal ideia sustentou uma outra transformação significativa em termos das organizações de coleções, que acabou por generalizar-se como um princípio museológico: a separação definitiva dos materiais destinados à pesquisa e daqueles selecionados à exposição pública. O que, inicialmente permeou a construção dos novos museus alemães em fins do século XIX, também no Brasil foi adotado pioneiramente no Museu Paulista desde sua formação original em 1894, como enfatizava seu diretor, Hermann Von Ihering (LOPES; MURRIELO, 2005: 213). No Museu Nacional do Rio de Janeiro, Lopes (1997) salienta que durante o século XIX, as exposições constituíam quase o todo da instituição, uma vez que o acervo ficava inteiramente exposto (p.54).

Para Flower, a separação das coleções estaria também de acordo com as “duas classes de homens” a que os museus se dedicavam. As coleções de pesquisa, aos já instruídos e que atuavam na produção e pelo desenvolvimento/ progresso científico; e as de exposição pública – a que se olhava agora com mais atenção –, àqueles que buscavam no museu uma fonte de conhecimento, principalmente, àqueles que não tinham oportunidade outra de estudar a fundo qualquer ramo da ciência. O museu atuava, assim, como “facilitador para a instrução de um público não especializado”, ou do povo, de uma maneira geral (LOPES, 2003; LOPES; MURRIELO, 2005). De forma que “solucionava de maneira aparentemente democrática as tensões entre pesquisa e público” com que os museus se deparavam (LOPES, 2006: 43).

De forma semelhante, Bertha Lutz refere-se a diversas classes de “educandos” do museu, afirmando que os norte-americanos “procuram interessar todo o público, desde o geral até o especializado, proporcionando-lhe o tipo de informação educativa que melhor lhe convém” (Cap.IV, p.18). Dentre o público especializado, estão os doutorandos, o magistério e futuros técnicos destinados ao próprio museu; e dentre o não-especializado, se aborda de fato uma grande gama de visitantes, os que recebem uma atenção especial são as

crianças escolares.

A articulação entre investigação científica e educação, que influenciou também o debate acerca da separação das coleções, marcou – muitas vezes de maneira contraditória – o mundo dos museus de ciências na transição para o século XX (LOPES; MURRIELO, 2005; LOPES, 2003). Paradoxalmente, essa tendência acentuou, na prática, uma separação das atividades de pesquisa e divulgação, embora o “novo ideal” propusesse justamente a articulação entre as dimensões. Essas tensões internas, que já se mostravam ao longo do século XIX no Museu Nacional (LOPES, 1997), são discutidas em Lopes (1988; 1991) ainda para a realidade atual dos museus, no âmbito do fenômeno da “escolarização”. E na contribuição de Bertha Lutz aqui analisada, também podemos vê-las nas diferentes atribuições de que se imbuíram os membros do corpo técnico/ científico, por um lado e, por outro, os instrutores/ docentes do serviço educativo do museu.

Veremos mais à frente no relatório de Bertha Lutz, a proposição de algo que é justamente criticado atualmente por Lopes sobre a escolarização dos museus e as consequências em se deslocarem do “vasto campo cultural” para o ensino especificamente escolar:

“Os serviços educativos organizados para facilitar as relações museus-escolas geram, às vezes, distorções internas aos museus, aprofundando separações entre especialistas de áreas de conhecimentos específicos e responsáveis por tarefas educativas. Esses últimos são em geral professores de 1º e 2º graus licenciados de suas aulas e alocados nos museus, que atuam de modo totalmente desvinculado dos pesquisadores. Esses, por sua vez, mesmo trabalhando em museus, não dão prioridade às atividades de divulgação de seus trabalhos para o público leigo ou escolar. Para alguns museus ainda, atender um grande número de escolas, sem entrar no mérito de como se dá esse atendimento, é suficiente, pois permite, no final do ano, a elaboração de estatísticas em relatórios que evidenciam o cumprimento e mesmo a superação das metas e propósitos educacionais previstos” (LOPES, 1988: 56; 1991, 450).

Segundo uma proposta da década de 1980<sup>159</sup>, a contribuição educativa dos museus, assumindo sua função de complementaridade às atividades escolares, seria o oferecimento de “cursos de capacitação” aos professores – tornados agentes de intermediação entre os objetos expostos e o público<sup>160</sup>. É justamente pela aquisição de competências

---

<sup>158</sup> FLOWER, W.H. “Modern Museums” *apud.* LOPES e MURRIELO (2005, 213).

<sup>159</sup> LEGER, E.C. “Propuestas para un programa de capacitación de docentes para mejor empleo educativo de los museos” In. *Seminario-Taller: Nuevos enfoques educativos para la actividad Del Museo: participación, creatividad, comunicación.* UNESCO, OREALC. Apostila mimeografada. 1986. *Apud.* LOPES, 1988: 57.

<sup>160</sup> A crítica de Lopes (1988) a essa visão se faz no sentido de não localizar nos professores o centro intermediário entre museu e público, aliás, uma visão que reforça o caráter meramente “ilustrativo” de suas coleções para com os programas escolares. Compreendendo os serviços educacionais dos museus em “novas



especificamente no domínio científico dos museus, aliadas às capacidades didáticas desses agentes, que em 1932, Bertha Lutz propõe a cooperação – e especialização nesse sentido – das professoras do magistério público.

O debate que se intensificou internacionalmente a partir de fim dos oitocentos culminou, dentre outros aspectos, no estabelecimento de referências para a organização das exposições. Nesse sentido, Flower dava instruções precisas, para que se pudessem contemplar o papel de instrução aliada à pesquisa. Dentro da idéia fundamental da separação das coleções, se os objetos destinados à investigação deveriam ser numerosos e apresentados de maneira a possibilitar seu exame e comparação, o material das exposições públicas deveria ser cuidadosamente selecionado, evitando a sobrecarga (LOPES; MURRIELLO, 2005: 209; 214; 220)

Flower afirma que estas “não podem conter senão exemplares escolhidos, em vista das necessidades de uma classe especial de pessoas que devem visitar as galerias”, que “pretendiam oferecer aos visitantes as condições ideais para compreender as novas perspectivas científicas e a recém descoberta ‘ordem da natureza’. Para isso era fundamental abandonar a velha concepção de ‘quarto de reserva ou depósito’, que ainda predominava nos museus da época”<sup>161</sup>.

A identificação clara dos objetos era outra preocupação de Flower, recomendando etiquetas com informações sucintas, complementadas por catálogos e guias. Além dos cuidados com a boa administração, iluminação, pó e umidade, e as dimensões dos edifícios – devendo ser o número de peças “proporcional ao espaço disponível”. As autoras ressaltam a importância especial dada ao espaço onde se acondicionariam os exemplares, “tão caro aos museus da época”, que aparece na obra de Flower como um “requisito indispensável para uma adequada contemplação dos objetos” (LOPES; MURRIELLO, 2005: 220).

Nesse sentido, Lutz dedica grande parte de seu relatório aos métodos de

---

perspectivas”, afirma serem estes o “elo de ligação básico entre os pesquisadores e o público, escolar ou não; a articulação necessária entre a pesquisa da realidade museológica e sua divulgação pública”, e “não mais como serviços que se estruturam para desobrigar pesquisadores da relação com o público, deixando esta responsabilidade para os professores” (p. 61). Ademais, e fundamentalmente, ressalta que a proposta educativa dos museus é diferente daquela da escola: partem da observação direta dos objetos, da linguagem visual, e “organizam suas visões de mundo sobre aspectos científicos, artísticos, históricos, sem a mesma ordem seqüencial da escola, sem seus esquemas de urgências de aprendizado, de prazos rígidos ligados a planejamentos muitas vezes burocráticos, podendo possibilitar que as pessoas, por sua escolha – de museus, de trajeto no seu interior, de tempos dedicados a um aspecto ou outro, de preferências – entrem em contato com leituras da realidade muitas vezes diferentes ou nem mesmo veiculadas pela escola” (p.58-59).

<sup>161</sup> LOPES e MURRIELLO (2005:220), sobre FLOWER (1890-1).

organização e exposição das coleções, bem como sua relação com o edifício dos museus. E com os resultados dos então pioneiros estudos sobre o comportamento do visitante, Bertha conclui com novas tendências das técnicas expositivas, por exemplo, a melhor caracterização e disposição dos rótulos para os espécimes e a utilidade da distribuição de folhetos explicativos acerca das salas em geral. Tais verificações são feitas por “observadores discretos” diretamente nas salas de exposição, por exemplo, medindo com o auxílio de cronômetros o tempo despendido pelo público e seu interesse em cada rótulo e espécime.

Instigada pela pesquisa do Sr. E. Melton, do Museu de Arte de Filadélfia, acerca do trajeto empregado pelos visitantes nas salas de exposições<sup>162</sup>, “um gênero de descoberta que deve influir na instalação dos museus futuros” (Cap.I, p.11), Bertha Lutz verifica uma dificuldade semelhante no Museu Nacional. A observar duas séries de mostruários da mesma sala, ou ainda comparecer a duas salas paralelas, com duas filas de mostruários cada, obrigando o visitante a percorrer 4 vezes a mesma distância, lhe pareceu ser mais interessante dispor as exposições de maneira circular<sup>163</sup>, como no aquário de New York (Cap.I, p.11-12).

A propaganda é outra preocupação constante para a divulgação científica dos museus, devendo ser forte e diversificada, com cartazes espalhados em diversos locais da cidade, folhetos e notícias em jornais, publicando seus programas. É interessante sua observação acerca da propaganda institucional, que aponta para uma ligeira mudança da imagem e do papel do cientista, que também acabou por se remodelar em suas feições modernas:

“À primeira vista pode esta orientação repugnar um tanto a índole recatada ao verdadeiro cientista, cuja psicologia monástica o leva a fugir da publicidade ruidosa dos diários e da vida em público. Justifica-se entretanto perfeitamente pelo objetivo em mira. O público não pode adivinhar que existe uma instituição cultural desejosa de lhe prestar serviços se esta não o fizer sentir. Desde que a propaganda seja objetiva e não destina a reclame pessoal, nem use de recursos inverídicos, acho-a perfeitamente lícita e natural. Preparar programas de educação visual destinados ao povo e não proclamar a sua existência seria contribuir para o não cumprimento da missão educadora que o museu moderno avocou”. (Cap.II, p.2).

---

<sup>162</sup> Melton verificou que a maioria dos visitantes observa apenas a parede do lado direito do museu, o que está relacionado ao hábito dos norte-americanos de caminharem à direita. Apenas poucos atravessariam a sala para examinar os objetos restantes. Tal estudo completamente inovador fora apresentado na convenção da Associação de Museus, inclusive com “gráficos representando os passos de diferentes grupos de visitantes dentro do museu” (p.11).

<sup>163</sup> Sobre a galeria circular: “O espaço central ficaria reservado para os espécimes excepcionalmente interessantes, podendo ser examinados de todos os ângulos e mesmo de cima se as galerias tivessem mais de um andar e os objetos colocados contra a parede receberiam a atenção completa dos visitantes” (Cap.I, p.12).

Dentre as atividades extensivas, que complementam as atividades centrais atuando extra-muros, a forma mais eficiente e inovadora seria a difusão de programas educativos pelo rádio, de teor geral, que seriam muito bem aceitos pelo público, como lhe afirmara Chauncey Hamlin, presidente do Museu de Buffalo. Consciente das iniciativas radiofônicas de Roquette-Pinto, das quais Bertha também chegou a participar<sup>164</sup>, mais uma vez incita a instituição brasileira a ampliar sua missão com o uso da técnica: “Achando-se o Diretor do Museu Nacional à frente da Rádio-Sociedade, poderia o nosso Instituto dar amplo desenvolvimento a semelhante iniciativa” (Cap.V, p.22).

É, antes, a fundamentação teórica expressa por Lutz a respeito da concepção do museu desejado, profundamente coerente com o debate da época, que buscamos ressaltar. Em seu relatório, Bertha Lutz observa que os museus norte-americanos, partilhando ideais já difundidos pelo inglês Willian Flower e inspirados no *Deutsches Museum*, passam por um “momento evolutivo” que consiste em caminhar “no sentido da educação do povo e da democratização da socialização” (Cap.I, p.20). Assim, estão sofrendo “modificações profundas e radicais” – atravessando uma fase experimental, o museu moderno apresenta uma diversidade de temas, métodos e, principalmente, a “ausência de estandarização” (Cap.I, p.4).

O conceito “moderno” dessas instituições – dinâmicas e de projeção social -, concilia a função já arraigada de pesquisa com o incremento no papel educativo e popular – a divulgação científica. E seu dinamismo implica na “elasticidade” de ser capaz de lançar mão de meios “adaptados ao ambiente social e ao progresso científico”. Este novo conceito, como salienta Bertha<sup>165</sup>, fora expresso através da “*new museum idea*” nos “Ensaio, sobre os Museus”, de Sir. Willian Flower (Londres, 1898).

Especialmente sobre os museus de ciências naturais, Alexandre Ruthven expressaria em *A Naturalist in a University Museum*<sup>166</sup> (1931): “o museu ideal de ciências naturais não é uma mera coleção de espécimes, nem um relicário de objetos raros. Não é,

---

<sup>164</sup> No caderno que contém dados acerca da fundação da Rádio-Sociedade, em meio ao acervo de Roquette-Pinto, o nome de Bertha Lutz encontra-se listado entre os sócios (ABL RP. Pasta 27-5-08). Na documentação do Arquivo Nacional, uma carta de Heloisa Alberto Torres, que assina como secretário da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, informa a Bertha Lutz ter esta sido aceita como sócio efetivo daquela Sociedade, conforme seção do Conselho Diretor de 2 de agosto de 1923, e “por proposta do nosso consócio, Snr. Dr. Roquette-Pinto” (A.N. “FBPF”. Cx.10. HAT a BL, 17/10/1923).

<sup>165</sup> LUTZ, B. *Relatório 1932*. Cap.I, p.3.

<sup>166</sup> “Um naturalista num Museu Universitário”. Ruthven era então o presidente da Universidade de Michigan.

tampouco um edifício destinado a abrigar mostruários, ou uma instituição dedicada a pesquisas uniformes, nem sequer uma combinação de todos esses objetivos. É antes, **uma agremiação de pessoas cultas que procura alargar os horizontes dos conhecimentos humanos, e disseminar a ciência no seio das Nações**” (Cap.I, p.2-3).

Perfeitamente sintonizada com as principais publicações<sup>167</sup> a respeito, como o texto fundacional da “nova teoria” de museus difundida por Flower em fins dos oitocentos, ou o estudo contemporâneo de Ruthven, identifica ainda no texto de 1864 de Edward Gray a definição da dupla função dos museus: “Primeiro, difundir a instrução e contribuir para o recreio intelectual da massa do povo; segundo, proporcionar ao pesquisador científico o ensejo de examinar e estudar detidamente todos os espécimes que constituem as coleções do Museu.” (Cap.I, p.3). A referência a Gray, que não se encontra demonstrada na bibliografia do relatório de Lutz, pode ter sido retirada da própria obra de Flower, que também o cita.

No entanto apenas nas “últimas décadas”, observa Bertha, os museus têm se dedicado a esta que deveria ser a primeira das suas funções – não apenas nos EUA mas também na Europa, “notadamente nos países escandinavos, na Rússia e na Alemanha”. Embora não tenha visitado pessoalmente, aponta o *Deutsches Museum* de Munique como, “na opinião dos entendidos, não só o pioneiro mas também o idealizador máximo da teoria moderna do museu” (Cap.I, p.5).

É adotando essa postura que John Cotton Dana, diretor do museu da cidade de Newark, e considerado por Bertha “um dos espíritos precursores do museu moderno”, preceitua, em seu *Plans for a New Museum* (1920), “chamar à vida os corpos embalsamados das coleções” - citado na epígrafe do primeiro capítulo do relatório de Bertha<sup>168</sup>. Se os espécimens não criam os museus, há muito que ser feito para de fato o criar, já que estes não são meras instituições de salvaguarda das coleções, “templo das musas, relicário de troféus”.

Em entrevista<sup>169</sup> ao *Jornal do Brasil*, relatando suas observações referentes à viagem de estudos, Bertha teria afirmado:

“A impressão que tenho é que o museu americano não é mais instituto só de pesquisa, mas

<sup>167</sup> Como já observou Lopes (2006), “Bertha permaneceria atenta às discussões teóricas com que a museologia se defrontava” (p.42).

<sup>168</sup> “Os espécimens não criam o museu, constituem apenas as coleções. Precisamos chamar à vida os corpos embalsamados das coleções” (Cap.1, p.1).

<sup>169</sup> Recorte de jornal. Acervo “União Universitária Feminina”/ CEDIM.

também de divulgação. Eles promovem grandes programas de educação popular, difundindo conhecimentos científicos e o gosto pela arte na população yankee”.

E finaliza com um apelo à aplicação dos métodos ali empregados no Museu Nacional, referindo-se à atuação de Roquette-Pinto:

“Já que o nosso diretor se interessa sinceramente pela educação penso que muitas iniciativas poderão ser tomadas como resultado dos estudos que fiz. Num país com a percentagem de analfabetos que possuímos não poderá haver órgão de instrução pública mais útil do que o museu”.

Nos países latino-americanos, compartilhando desse disseminado debate acerca da questão educativa, vemos as iniciativas na década de 1830/40 de uma maior vinculação dos museus às universidades (ainda a serem criadas, no caso brasileiro, mas já existindo os cursos de ensino superior na Corte, com os quais o Museu Nacional se relacionava). E o debate “pesquisa/instrução” se intensificou cada vez mais a partir de 1870 até as primeiras décadas do século seguinte (LOPES, 2003). Como já apontamos no capítulo anterior, especificamente acerca do Museu Nacional do Rio de Janeiro, foi a partir de 1911, na gestão de Lacerda, que se estabeleceu ali sua função explicitamente escolar e, ainda em 1916, com Bruno Lobo, a tendência à escolarização é assumida mais claramente.

Já em 1911, durante três meses, o então diretor do Museu Nacional, João Batista de Lacerda, visitara as instituições museais de história natural da Europa, incumbido pelo Ministério da Agricultura<sup>170</sup>. E o que mais lhe chamou atenção foi exatamente o aspecto didático do *British Museum*, notadamente um dos mais ricos e influentes à sua época, e principalmente do *Muséum de Paris* – preferência declarada de Lacerda, inspiradora de sua atuação na entidade brasileira, ainda que já tivesse perdido sua hegemonia ante a instituição inglesa.

A organização de suas vitrines se prestaria perfeitamente à instrução e ao ensino, ao exporem “sem a preocupação da acumulação de gêneros e espécies” e sim demonstrando, por exemplo, “toda a evolução dos peixes, desde o óvulo até a idade adulta”, como no caso britânico. Ou como na Seção de Zoologia e Paleontologia do museu francês, onde os diversos espécimes mamíferos apresentavam-se “em posições naturais, agrupados em famílias, com a designação genérica e específica, e a procedência regional” (p.243). Na

---

<sup>170</sup> Teria se dirigido também a Londres para representar o governo brasileiro e o Museu Nacional no Congresso Universal das Raças. As impressões de Lacerda sobre os museus europeus aqui expostas foram retiradas de LOPES (1997: 243-248), que se baseou em seu relatório apresentado ao Ministro da Agricultura, Pedro de Toledo, em 1912.

galeria paleontológica “tudo estava disposto regularmente e de modo coordenado para se fazer as comparações necessárias”, inclusive com rótulos explicativos detalhados. Trata-se de mudanças conceituais na forma de exposição das coleções, ocorridas no interior do campo das ciências naturais, que refletiram também em alterações no sentido didático. É sobre esse aspecto que Lacerda enfatiza estar se tornando o museu “uma escola de ensino prático, sem professor” (p.244).

Lacerda observou também a prática vantajosa do Museu de Paris de ministração de cursos, o esquema de excursões e a preocupação com o mobiliário e os edifícios dos grandes museus. Estes, tendendo à expansão para acolher o aumento das coleções, mereceriam sua alocação em áreas vastas, longe dos centros das cidades, como em parques que colaborariam, inclusive, com o aspecto recreativo de suas visitas. No entanto, ainda que devessem instalar-se em prédios convenientemente projetados às necessidades museológicas, defende o uso de edificações monumentais dignas de sua importância, como os Museus de Viena e Berlim, ou ainda o Smithsonian.

Lopes identifica tais recomendações e problemáticas com a realidade do Museu Nacional do Rio de Janeiro, no palácio da Quinta da Boa Vista (p.244-245). Mas em relação às proposições contidas no Relatório de Bertha Lutz, vinte anos depois das observações de Lacerda, notamos que algumas dessas questões estariam em desacordo com o ideal moderno dos museus norte-americanos.

Outra diferença que desponta entre as observações de Lutz e o modelo idealizado por Lacerda – de influência européia e especialmente inspirado no Museu “enciclopédico e universal” de Paris -, é justamente a resistência à tendência, então em curso, de especialização. Esta que já vinha sendo defendida por Miranda Ribeiro, principal crítico contemporâneo de Lacerda, também parece ser vista com bons olhos por Bertha, ao veicular as diversas modalidades de museus para crianças, ao ar livre, ou ainda os específicos à aplicação da indústria e comércio, por exemplo.

Assim, no contexto a que Bertha pertencia, se o caráter público e de difusão cultural/ instrução dessas instituições já existia em seu “sentido mais amplo”, no entanto o Museu Nacional nas décadas de 1920/30 passava por um momento de reformulações em suas práticas educativas. E o que difere das inspirações educacionais anteriores é justamente seu aspecto especificamente mais didático, uma tendência cada vez mais pedagógica, proveniente dos ideais escola-novistas. Tais reformulações imprimiram a consolidação da importância do ensino prático, ou seja, do ensino a partir da observação e

manipulação dos objetos, e as hoje “tradicionais” visitas guiadas, principalmente escolares, aos museus, além da reprodução de seus materiais para sua disseminação nas escolas.

A maior preocupação com o aluno no processo educacional, como propõe a pedagogia da escola-nova, relaciona-se com o surgimento dos primeiros estudos de público nos museus, ou a atenção ao “elemento subjetivo”, como aponta Bertha Lutz. Nesse sentido, seu relatório dedica um capítulo inteiro ao tema dos “Educandos e Educadores” (Cap.IV).

### 2.2.1 – Profissionalização, escolas, mulheres e crianças

Bertha Lutz propõe uma participação efetiva do Museu Nacional no âmbito dos cursos superiores e de especialização. Baseando-se na categoria de visitantes do *Deutsches Museum* de Munich – o “protótipo do Museu Moderno” -, listada por Kerschensteiner, propõe a “chave da nossa lista de educandos”<sup>171</sup>, interessando “todas as categorias e camadas de seres humanos, desde a criança até o velho, desde o aprendiz até o pesquisador” (Cap.IV, p.1). Assim também o fariam os museus dos EUA visitados por Bertha, que oferecem seus serviços educativos “ao público em geral ou a grupos determinados de pessoas”.

Além da atenção especial dedicada aos paralíticos, surdo-mudos e cegos (com recursos inovadores, como uso do tato, por exemplo); à infância e mocidade; e da organização de “horas de estudo” para os empregados do comércio, e de atividades especiais para os associados e seus filhos (ao que mereceria uma campanha de recrutamento), ressaltamos algumas propostas especialmente relacionadas com a educação e profissionalização científica ou técnica. Bertha Lutz afirma ser “o auxílio científico aos que desejam se especializar, uma função perfeitamente compatível com as finalidades dos museus universitários e nacionais” (Cap.IV, p.4). Para o caso brasileiro e sua relação com a então Universidade do Rio de Janeiro<sup>172</sup>, que ainda não oferecia curso superior no domínio

<sup>171</sup> Na monografia do Dr. Kerschensteiner, sobre o *Deutsches Museum*, estariam listados: “o Técnico de outros ramos, que vem procurar no Museu fatos correlacionados com a sua própria atividade; o Professor, que deseja orientar os seus alunos para que eles possam observar o ambiente dos Museus e tirar ensinamentos úteis; o Profissional de ofício, que vem a procura de processos e de elementos estéticos adaptáveis à sua arte; o Aprendiz, aluno de escolas profissionais ou de Artes e Ofícios, ou de escolas técnicas e agrícolas” (Cap.IV, p.1).

<sup>172</sup> Criada em 7 de setembro de 1920 a fim de reunir as instituições superiores existentes: Faculdade de Medicina, Escola Politécnica e Faculdade de Direito. É reorganizada em 1937, quando muda seu nome para

das ciências naturais, Lutz é enfática:

“Logo que a nossa Universidade se resolva a criar uma Faculdade de Ciências, imprescindível para a formação profissional dos professores secundários e para a cultura científica de nossa gente, poderá e deverá mesmo aproveitar os serviços do Museu. Aliás já o vem fazendo em relação aos Cursos de Extensão Universitária” (Cap.IV, p.4).

Trata-se de uma atuação do Museu Nacional que já vinha desde o século anterior – a colaboração com os cursos de ensino superior existentes na Corte -, e que Bertha almejava intensificar ainda mais. O exemplo dos museus norte-americanos, que emprestariam seu material para “ilustrar”<sup>173</sup> palestras e cursos universitários ministrados em seus próprios anfiteatros, seria semelhante, como Bertha ressalta, à benéfica colaboração que o Museu Nacional já viria oferecendo às escolas normais e secundárias (p.4). Referindo-se à recuperação do potencial dos “velhos museus” para o projeto educacional no contexto escolanovista, estreitando as relações entre essas instituições e as escolas, Lopes (1988; 1991) salienta que o Serviço Educativo que se cria no caso do Museu Nacional volta-se cada vez mais para a produção de material didático, de empréstimo às escolas.

Quanto a essa questão, Bertha também se pronuncia. Ao abordar as diversas atividades extensivas dos museus, sua atuação “extra-muros”, defende a prática do empréstimo de material<sup>174</sup> em detrimento à doação. Possuiria um “valor psicológico” ao impor um prazo pré-determinado para sua devolução e, assim, uma maior valorização, além de multiplicar-se sua utilidade, circulando por um público diversificado (Cap.V,

---

Universidade do Brasil e a partir daí passa a criar demais cursos e faculdades. Sobre a sua fundação e o contexto de debates acerca da criação das universidades no Brasil, ver: PAIM, Antônio. “Por uma universidade no Rio de Janeiro” In. SCHWARTZMAN, S.(org). *Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: CNPq, 1982; e CUNHA, Luiz Antônio. “Ensino superior e universidade no Brasil” In. LOPES; FARIA FILHO; VEIGA (2003).

<sup>173</sup> Notar a semelhança com a crítica feita por Lopes (1988; 1991) em relação aos efeitos da “escolarização” dos museus que, passando à função de complementos do currículo escolar, sua contribuição passa a ser vista apenas em termos do uso de suas coleções para “ilustrar” as diversas disciplinas, facilitando a “fixação” dos conteúdos. O museu passa a ser, de uma instituição cultural em seu sentido mais amplo, propiciadora de diversas abordagens de conhecimento do mundo, a uma ferramenta didática e específica dos programas escolares, ou seja, confunde-se o campo de ação cultural dos museus (LOPES, 1988: 46/54; 1991: 452).

<sup>174</sup> A Divisão de Serviço Escolar do Museu Americano de História Natural ofereceria os seguintes materiais: preparações microscópicas e espécimes para laboratório; objetos, espécimes e modelos para a classe; e fitas cinematográficas, murais, mapas, diapositivos, aparelhos de projeção para as conferências. Em geral também seriam colocados conferencistas à disposição das escolas ou agremiações. O museu de Trenton também emprestaria animais vivos, e alguns jardins botânicos fornecem plantas. Um dos “empréstimos mais úteis é o de preparações microscópicas, porque é evidentemente uma forma de material difícil de preparar, requerendo uma técnica especial”. Ressalta também a iniciativa da *Carnegie Corporation*, que viria tomando a dianteira dessas práticas, adquirindo para os museus reproduções de obras de arte a serem disponibilizadas às escolas e associações diversas (Cap.V, p.24-25).



p.23). Haveria uma prática estabelecida de empréstimo em geral às escolas públicas e ao magistério, mas a “tendência mais moderna”, segundo Bertha, tem sido a de atender também a clubes, agremiações, famílias e mesmo a crianças, que podem levar o material para suas casas.

Tais iniciativas são permeadas por uma postura crítica, quase consensual entre as autoridades norte-americanas em museologia e compartilhada por Bertha, acerca dos Museus Escolares. Estes, organizados por instrutores não especializados, estariam condenados, ou melhor, “em plena fase de evolução regressiva”, sendo que o material a eles doado permanece geralmente no abandono (Cap.V, p.22-23). Como Bertha pôde constatar também no caso brasileiro já em 1921, quando viajou ao estado de Minas Gerais para avaliar o uso que os estabelecimentos escolares vinham fazendo do material recebido pelo Museu Nacional. Isso pode ter sido uma crítica direta ao Museu, já que a instituição através das atividades da 5ª. Seção incentivava a criação de gabinetes de história natural nas próprias escolas, onde as coleções científicas deveriam ser também “criadas pelas crianças, coletando, tratando e desenhando plantas e animais” (LIMA e SÁ, 2008).

Pelas observações de Bertha no estado mineiro, apenas dois dos estabelecimentos visitados teriam se utilizado de fato do material doado pelo Museu, e justamente por terem esses, naturalistas à frente do ensino científico. Ademais, conclui que, em geral, “se o museu escolar não for dirigido por técnico muito capaz, degenera em coleção de curiosidades composta por espécimes sem nexos”. O mesmo ocorrendo no Rio de Janeiro, finaliza afirmando que a escola deve “proscriver inteiramente” tais instituições (p.23) – deixando para os museus tradicionais a tarefa de estender sua atuação às escolas, através do empréstimo de material e, o que podemos deduzir, com a autoridade científica de sua supervisão.

Isso, inclusive, culminaria numa nova especialização museológica: o desenvolvimento dos Departamentos de Serviço Escolar nos grandes museus de amplos recursos financeiros, ou os Museus pertencentes à Instrução Pública, dedicados exclusivamente à atividade educativa e ao empréstimo de material às escolas. É o caso do Museu Educativo de St. Louis (cuja diretora seria uma mulher, Sra. Amélia Meissner), que atua como um verdadeiro “depósito” para distribuição de material atendendo todas as escolas públicas daquela cidade, abrangendo assim atividades unicamente extensivas. Trata-se de uma organização especializada no auxílio às escolas, liderada por técnicos competentes a tal função, consistindo no “último grau de especialização possível bem

como o mais afastado do conceito clássico de museu” (Cap.V, p.26) – ou seja, levando a cabo o seu papel moderno educativo que tem nas crianças escolares o mais importante público<sup>175</sup>.

Refere-se também ao ensino prático a doutorandos nas instalações do Museu Peabody de Antropologia e Arqueologia da Universidade de Harvard (p.5) e ao treino de técnicos de museus através de curso oferecido pela Universidade de Michigan com aprendizagem prática nas instituições museais universitárias de Ann Arbor (p.8).

Analisa mais detalhadamente o curso de “Métodos Museológicos”, de caráter de pós-graduação, sob a direção da “competente Dra. Chrystal Thompson”. A formação de técnicos exigiria uma especialização inicial, como em Botânica, por exemplo. Aprenderiam, primeiramente em linhas gerais, a “técnica em uso nos museus”, com “treino prático numa especialidade, como a taxidermia”, para depois – apenas àqueles que possuíssem “verdadeira vocação” – executassem um projeto de trabalho individual, com a “preparação e conservação de espécimes”, organização de um “museu em miniatura”, e elaboração de um projeto para o edifício dessas instituições, “em plano desenhado e todos os detalhes” (p.9).

O curso, teórico e prático, abordaria os seguintes assuntos: organização jurídica e administrativa; estudos de comunidade (reconhecimento sociológico da população); introdução ao serviço técnico de cada departamento; edifício e arquitetura do museu, salas de exposição, laboratórios, galerias, escritório, depósitos, proteção, iluminação, limpeza, aquecimento, etc.; aparelhamento (móveis e pertences); finanças; associados; métodos de impressão e propaganda (artigos, palestras pelo rádio, cartazes, boletins, etc.); docentes; rótulos; conservação e acondicionamento dos objetos; exposição e mostruários; plano de um museu pequeno (Cap.IV, p.10-11).

Pensando nas “aplicações possíveis” dos “principais métodos de preparo e utilização de técnicos” empregados nos museus dos EUA, Bertha afirma que “todos eles parecem altamente desejáveis e plenamente aplicáveis ao Brasil” (Cap.IV, p.13). Chega a propor mesmo a centralização em torno do Museu Nacional tornando-se, em última instância, o responsável pela profissionalização dessa carreira. Os cursos especializados oferecidos pelo Museu, que englobariam a rotação dos praticantes entre as diferentes

---

<sup>175</sup> Assim demonstraria o lema do Museu educativo de St. Louis, ressaltado por Bertha nas linhas finais de seu relatório: “*TAKE THE MUSEUM TO THE CHILD*”. LEVAI O MUSEU À CRIANÇA. Em outras palavras, colcai as manifestações múltiplas da terra, da arte, da ciência e da vida, ao alcance da população escolar” (Cap.V, p.26).

seções, o contato com o público, e palestras técnicas, seriam “preliminar indispensável” às futuras nomeações públicas:

“O Museu Nacional poderia, mediante acordo com os outros museus brasileiros, proporcionar cursos especializados para os desejosos de se dedicarem a carreira científica ou técnica nos Museus, tornando a sua frequência preliminar indispensável de nomeações públicas para qualquer Museu” (Cap.IV, p.13).

Mas uma questão, que se repetirá posteriormente ao longo de seu relatório, é a relação entre o magistério e o museu, que Bertha aborda “no domínio da colaboração entre o Museu e as Escolas Superiores” (Cap.IV, p.4). Refere-se a um curso de especialização oferecido pelo museu – reconhecido oficialmente pelas autoridades universitárias, como no caso de Nova Iorque e Brooklin – a ser ministrado às professoras, a fim de aumentar seus conhecimentos. É aqui que nos referenciamos à principal contribuição de Bertha, neste relatório, em relação à questão feminina e educação.

Ao fim do capítulo IV, sobre “Educandos e educadores”, Bertha dedica-se às “aplicações possíveis” do exemplo norte-americano na realidade brasileira. No caso da atuação feminina nesse sentido, compreende que, “dada a orientação esclarecida da atual diretoria de instrução pública” (Cap.IV, p.13), seria perfeitamente possível e desejável a colaboração das professoras do magistério nas atividades educativas em ciências naturais do museu. Assim, propõe o treinamento dessas mulheres – um dos públicos-alvos dos museus enquanto educandas -, através de cursos de ciências naturais, oferecidos pelos próprios museus, para então passarem à outra ponta do processo educativo desempenhado pela instituição: atuariam como educadoras também no museu, colaborando dessa forma como divulgadoras da cultura científica. Seria esse um “método quantitativo” de prestar serviços à educação popular e um dos mais úteis (Cap.IV, p.5), uma vez que o professorado atuaria como multiplicador dos conhecimentos produzidos pelas pesquisas do museu.

Como no caso norte-americano, em que a diretoria de Instrução Pública de Nova Iorque oferece aumentos salariais anuais àquelas professoras que se dediquem a tais cursos de especialização, propõe que o mesmo se faça no ambiente brasileiro. Devidamente treinadas, emprestariam suas capacidades didático-pedagógicas atuando no próprio serviço educativo dos museus, principalmente ao público escolar. Seria este um projeto de colaboração entre Museu e Magistério, coadjuvado pela Diretoria de Instrução Pública, que colocaria seu professorado à disposição daquelas instituições para todo o trabalho que se faça junto às escolas:

“parece-me oportuno o momento para repetir aqui que qualquer trabalho empreendido pelo museu junto às escolas deverá ter como ponto de partida a colocação pela Diretoria de Instrução Pública de Professoras a disposição dos Museus a fim de serem preliminarmente orientadas pelos técnicos, quanto às noções de ciências ou de arte, antes de serem encarregadas da realização prática dos serviços educativos do museu junto ao público, principalmente junto à população escolar” (Cap.IV, p.5).

Nos EUA, seria um sistema que havia se generalizado com ótimos resultados e tinha no Dr. Paul Rea um dos principais idealizadores. Dotadas da experiência pedagógica, as professoras garantiriam maior eficiência do programa educacional museológico, inclusive poupando os pesquisadores e pessoal técnico do museu – que não teriam aptidão para explicações ao público leigo -, desse serviço. O aproveitamento das aptidões pedagógicas das professoras na obra educativa do museu partiria, segundo Bertha, do princípio compartilhado pelos norte-americanos de que, embora a divulgação popular deva se basear no programa científico, é

“desnecessário colocar o especialista em contato direto e permanente com o público. Objetam muito justamente que obrigar o cientista a administrar ele mesmo as aulas, é desviá-lo das suas atividades legítimas e incorrer ao mesmo tempo nos perigos de tornar as palestras por demais técnicas para serem acessíveis e aproveitáveis para o leigo, que não voltará ao museu se este não conseguir distraí-lo e interessá-lo” (Cap.IV, p.12-13).

Ainda de acordo com suas palavras,

“As vantagens são recíprocas, permitindo maior eficiência pedagógica no programa educacional museológico e dando ao museu o ensejo de servir a educação popular sem sacrifício dos seus serviços técnicos nem de seu pessoal científico, aliás muitas vezes pouco apto a fornecer explicações simples aos leigos” (Cap.IV, p.5).

Podemos ver claramente aqui as conseqüências, criticadas por Lopes (1988), presentes meio século depois, do processo de escolarização dos museus, no que se refere à desarticulação, contraditória, entre pesquisa e ensino existente nos seus serviços educativos.

Mas se, para Bertha, no papel educacional dos museus, as vantagens seriam recíprocas, tanto para o seu corpo técnico/ científico quanto para o público, por outro lado notamos que a proposta de colaboração entre essas instituições e o magistério ofereceria ainda uma outra “vantagem”: uma profícua conquista à causa feminina à sua época, no sentido da oportunidade de uma especialização científica às mulheres, ampliando seu campo de atuação no mundo público. Passa-se, assim, a dotar o magistério de qualificação especializada.

O mesmo pode ser avaliado em relação ao treino de técnicos de museus, abordado

acima. Ao discorrer sobre a experiência norte-americana, enfatizando um aspecto em conformidade com suas aspirações feministas, Bertha Lutz ressalta que a matrícula nesses cursos, em geral pequena, dado o grau de especialização, ocorre proporcionalmente entre homens e mulheres (Cap.IV, p.9).

Mais à frente, discorrendo sobre as atividades centrais dos museus – justamente os serviços de docentes ou instrutores, que deveriam possuir capacidade pedagógica, personalidade agradável e simpática, e manter-se em constante aperfeiçoamento<sup>176</sup> –, é novamente às mulheres que Bertha Lutz atribui o papel principal. Talvez buscando apartar-se de seu perfil conhecidamente feminista, é não apenas pelas suas próprias observações, mas também apoiada na autoridade de um especialista da área, que afirma:

“embora possa parecer suspeito o que vou dizer, verifiquei que em regra geral as mulheres revelam aptidões superiores para esse gênero de trabalho. Minhas observações, embora despretensiosas, coincidem perfeitamente com a opinião do Dr. Paul Marshall Rea que o trabalho pedagógico com o público e a mocidade deve ser feito por professoras fornecidas pela Diretoria de Instrução Pública” (Cap.V, p.3).

Se o museu ideal de Lacerda, referindo-se ao Museu de Paris em 1911, tornava-se uma “escola sem professor”, na instituição moderna de Bertha Lutz, este profissional – e no gênero feminino -, traria certamente uma evolução em seu papel educativo. Mais uma vez é enfática na defesa da necessidade desses agentes:

“O serviço de docentes é importantíssimo, porque nada justifica que em instituições de arte ou de ciência as únicas pessoas que se acham à disposição do público para fornecer-lhes explicações sejam os guardas do estabelecimento ou os cicerones profissionais, que não podem evidentemente ser especialistas na matéria” (Cap.V, p.3).

Atuando nas hoje “tradicionais” visitas guiadas, estas docentes, especializadas, seriam aptas a manter um grupo heterogêneo interessado e guiá-lo instrutivamente através das salas de exposição<sup>177</sup>. Evitar o rumo de visitantes a esmo, sem nexos, foi uma dificuldade notada por Bertha na realidade dos museus a que, ao que faz parecer seu relato,

---

<sup>176</sup> Novamente deixando transparecer percepções acerca da “nova pedagogia”, Bertha observa: “alguns museus e autores preferem chamar os docentes de instrutores ou instrutoras, achando outros que o termo instrutor dando a idéia de disciplina, afasta o público, que vai ao Museu em fins mais recreativos”. Sobre as aptidões necessárias à escolha desse profissional, foram especialmente expostas pelo Dr. Huger Elliot do Museu Metropolitano de New York, com quem Bertha teria travado “conversa memorável” (Cap.V, p.2).

<sup>177</sup> Quanto à acessibilidade desses serviços, Bertha aponta que são gratuitos aos associados; “em certos casos” ao público em geral, por exemplo, aos domingos e feriados; e também, no Museu Metropolitano, ao magistério e classes de alunas. Nas diversas situações são fornecidas mediante o pagamento de uma pequena quantia, em grupos de 5 a 20 pessoas (Cap.V, p.2).

não era ainda dada a devida atenção.

Para isso, valem-se de diversos artifícios (Cap.V, p.1-4). Acompanham os visitantes através das salas e “vão apontando os objetos de interesse maior, dando explicações”; fazem pequenas palestras ambulantes – as *gallery-talks*, programadas e divulgadas previamente quando nos grandes museus, ou ainda acolhendo os visitantes não agendados, através dos Serviços Informativos; fazem demonstrações com espécimes e modelos animados, “um dos métodos museológicos mais atraentes para o leigo”; e dão verdadeiras aulas práticas nas próprias salas de exposição como, por exemplo, o ensino de desenho utilizando-se do material exposto como modelo.

Dentre esses meios instrutivos, ressaltou a atuação de uma das docentes do Museu de Trenton em *New Jersey*, que teria lançado mão de “um expediente bastante imaginoso”: retirando uma cotia da gaiola e fazendo uma pequena palestra em redor dos hábitos das serpentes, iria assim concentrando ao seu redor diversos visitantes, inclusive atraindo aqueles que se encontravam em outras salas (p.1).

Também fora das galerias, em anfiteatros, auditórios e salas especiais, os docentes – dentre os quais mulheres – ofereceriam conferências, aulas-palestras e explicações, podendo preceder a visita às coleções (Cap.V, p.4-5). Nesses espaços, a “palavra falada” é novamente incrementada com a informação visual da qual o museu não poderá nunca abster-se, ressaltando a utilidade das projeções de diapositivos como pano de fundo das palestras, ou os cinematógrafos – que causam maior sensação popular. Ainda que este requeira maiores recursos, à medida que seja viável à instituição, Bertha afirma ser sempre vantajoso, como a organização de séries inteiras durante o inverno pelo Museu de Ciências e Indústrias de Nova Iorque, que passa fitas durante o horário do almoço.

Tais atividades extra-sala “interessam sobremodo o público”, oferecendo diversas modalidades de recreio cultural. Devendo variar em número de seções de acordo com a severidade da matéria, atenta ainda para as “verificações experimentais” do elemento subjetivo de Nita Goldberg, que demonstrariam que:

“o essencial é não sobrecarregar a atenção. Em conferências demasiadamente longas e insuficientemente ilustradas, verifica-se que as crianças ficam inquietas, começam a se mexer nas cadeiras, a bater com as pernas, enfim a dar demonstrações de fadiga. (...) Creio que quase o mesmo se aplica *mutatis mutandis* aos adultos” (Cap.V, p.5).

Como já notou Lopes (2006: 44), Bertha verifica com interesse, “como é grande o número de mulheres que [no museu] exercem sua atividade”. Dedicando um item à parte

em seu relatório, sobre “A mulher no museu” (Cap.IV, p.14), identifica desde os “mistérios mais humildes (...) até aqueles que exigem elevado grau de cultura e preparo técnico superior”. Dentre os primeiros, se Bertha Lutz reconhece no “exército” de serventes o papel tradicional da mulher no lar, enfatiza que agora já o desempenhava no mundo público:

“Demorando-me certa tarde, além do horário do expediente, nos laboratórios de Herpetologia do Museu Nacional em Washington(...), assistimos na saída uma verdadeira invasão do estabelecimento por um exército de mulheres de cor, humildes, vestidas de uniformes de serventes, empurrando batalhões de carrinhos de mão munidos de vassouras e enceradeiras automáticas, sugadoras de pó, etc. Era a mulher dentro do tradicional papel de arrumadeira – que antigamente exercia em casa – mas, que já desempenha nos escritórios e repartições públicas” (Cap.IV, p.14).

Mas o exemplo da Dra. Doris Cochran, “que atingiu o posto respeitável de assistente chefe da Seção” de Herpetologia do Museu Nacional de Washington, além de outras especialistas citadas em seu relatório, apontam também para o reconhecimento profissional das mulheres em outras atribuições.

Uma segunda categoria de Educadores atuantes no museu, os “psicólogos residentes”, é também representada no relatório de Bertha Lutz por uma mulher, a Sra. Nita Goldberg, do Novo Museu de Ciências de Buffalo. Trata-se de um novo cargo técnico, que estaria ainda em expansão nos museus dos EUA, “fruto dos resultados surpreendentes colhidos pelo estudo do elemento subjetivo, o visitante”. Ressalta que um “projeto psicológico” estaria ampliando seus trabalhos, com novas nomeações, naquele país, e recomenda ser “muito interessante introduzir um deles no nosso Museu Nacional” (Cap.IV, p.11-12).

Essa importante classe de psicólogos estudaria o público “fazendo observações e experiências sobre as suas reações” e, “em vista disso aconselham as modificações técnicas aptas a aperfeiçoarem o rendimento dos museus”. (Cap.IV, p.19). Segundo Bertha, os estudos de Goldberg, doutoranda que se dedica a “pesquisas científicas de grande alcance” e rigor, “estão para mostrar que será baldada toda a obra educativa empreendida pelos museus, se estes estabelecimentos não se acomodarem à psicologia do público, ao invés de procurarem habituar o público a aceitar a idéia clássica e preconcebida do museu” (Cap.IV, p.16-17).

Citando diversos nomes femininos em postos de comando, dentre “docentes, instrutoras, pedagogas e diretoras de departamentos educativos” dos diversos museus por

ela visitados, não faltaram elogios às suas capacidades (Cap.IV, p.14-16). A Srta. Horton, docente chefe do Museu de Arte de Cleveland, teria apresentado uma explicação em sua galeria “que foi um primor”. Miss. Mabel McCormick, especialista de “tardes recreativas” para crianças do Museu de Providence/ R.I., apresentara uma narrativa ilustrada com projeções de uma lenda índia, numa seção da Convenção da Associação Americana de Museus (Cambridge), que manteve o auditório “em estado de êxtase”.

Sobre Miss. Annie B. Gallup, ressaltou sua eficiente atuação como diretora do Museu de Crianças de Brooklin, um “verdadeiro centro de recreação educativa”, onde a “petisada aprende biologia e história por meio de jogos infantis”. Outra mulher em cargo de direção, Miss. Amélia Messner, do Museu Educativo das Escolas Públicas da Municipalidade de St. Louis – aquele de especialidade máxima, pela distribuição de material às escolas -, impressionaria “pelo seu ponto de vista claro, pela sua visão de conjunto e capacidade extraordinária de visualizar e encaixar os menores detalhes dentro do programa geral, tudo prevendo”. Inclusive esta instituição, vinculada à Diretoria de Instrução Pública, seria “quase que inteiramente dirigido e administrado, mesmo no ponto de vista técnico, por professoras”.

Aponta ainda a Sra. Grywacz, diretora em Trenton no Museu Estadual de New Jersey, que “organizou um pequeno museu de primeira ordem”, e a Sra. Beatriz Winsler, “personalidade vivaz e dinâmica”, que ocupa a diretoria do Museu de Newark além da diretoria geral de todas as bibliotecas da cidade. Naquele museu, muito “interessante sob o ponto de vista da mulher”, dentre o grande número de funcionários, o único homem seria o porteiro. E ao preocupar-se com o “trabalho pesado”, o de transportar mostruários, Bertha admira-se ao notar que é feito por elas mesmas, com o auxílio de uma máquina, os *case lifters*<sup>178</sup>, que teriam sido construídos pelas próprias técnicas daquele museu (Cap.IV, p.17 e Cap.II, p.15). Sobre tais ferramentas, “que operam sobre o mesmo princípio que o chamado ‘macaco’ dos automóveis”, é categórica ao afirmar:

“é fato que sublevam e transportam qualquer mostruário, mesmo o mais pesado. Posso afiançá-lo sob palavra, porque eu mesma o experimentei e transporte um mostruário grande de um lado para o outro com a mesma facilidade com que se empurra um carrinho de criança” (Cap.IV, p.17).

Como acentuou Lopes (2006), são observações “marcadas pela historicidade de

---

<sup>178</sup> Bertha comenta a inovação desses “aparelhos extraordinariamente curiosos” dentre o mobiliário do *Museu de Newark*, o qual distribuiria folhetos explicativos “para que qualquer um possa fabricá-los” (Cap.II, p.15).



suas lutas feministas, que advogam a mais irrestrita participação das mulheres no mercado de trabalho, mesmo que mediadas por metáforas de seus papéis tradicionais maternos” (p.45).

Marcando também suas aspirações militantes, considerou como “uma das maiores vitórias da mulher” a série de estátuas de bronze que estariam sendo elaboradas pela Sra. Malvina Hoffmann, e que seria o “maior contrato que até hoje se tenha dado a um artista, desde que a arte existe”. Retratando as raças vivas em 117 esculturas, sua obra deveria equipar a Sala do Homem – que Bertha ia “percorrendo em passo apressado” -, a ser inaugurada no *Field Museum* de Chicago na ocasião da próxima feira internacional, como informou o chefe da Seção de Antropologia daquele museu (Cap.IV, p.16). Ainda no campo artístico, ressalta que o “bastante interessante” Museu de Arte de Montclair, pequena cidade de New Jersey, foi criado por iniciativa do Club Feminino de Arte, notando que os diversos clubes femininos norte-americanos aparecem frequentemente tanto entre o público interessado como também entre os idealizadores e colaboradores dos museus.

Finalmente enfatizando, no caso brasileiro, a participação das “senhoras que aqui trabalham” – criticando aspectos do Museu Nacional quanto ao oferecimento de condições para sua atuação -, sugere a utilidade de melhoramentos em suas instalações. Como a criação de uma pequena copa, cozinha, sala e banheiros específicos para este sexo, vinculando a comodidade e conforto com o aumento de produção. E ressalta, assim, características próprias das mulheres que seriam trazidas à tona talvez pela própria experiência de Bertha: “Tenho a certeza que longe de diminuir o rendimento do trabalho, viriam melhorá-lo, pois a noção de dever inerente ao sexo feminino revelado no funcionalismo público brasileiro, vincular-se-ia ao reconhecimento para manter, e quiçá aumentar sua produtividade” (Cap.II, p.17).

Uma especificidade norte-americana que Bertha ainda ressalta, “além da atividade profissional administrativa e técnica que a mulher desempenha tão brilhantemente no museu” (Cap.IV, p.17), são os Conselhos Femininos Auxiliares que atuam, de forma voluntária, no desenvolvimento educativo dessas instituições, principalmente as destinadas às crianças. Esses grupos de senhoras da sociedade organizam atividades sociais e campanhas para obter dinheiro e apoio material aos museus, além de divulgar sua utilidade e atrair o público – atuam como “representantes diplomáticas” dos museus perante o povo. O diretor do Jardim Botânico de Brooklin enaltece sua contribuição, como as exposições,

chás e tardes organizadas pelo seu conselho feminino, nas épocas de floração de determinadas plantas.

A Sra. Maldrid Porter, do Departamento Infantil de *Peabody Museum* de Newhaven, também salienta como tais associações produziram uma fita cinematográfica acerca das atividades e serviços de sua instituição destinados aos jovens. Também a Sra. Anna B. Gallup do museu de crianças de Brooklin, aponta que sua sede inicial e novas dependências são devidas aos esforços de conselho similar, que fazem do museu um “centro de alegria e felicidade para a petisada, onde passa longas horas assimilando a ciência enquanto se distraem”.

Conclui dizendo ser uma “idéia nova” e frutífera, aconselhando sua introdução no Museu Nacional embora, novamente descrente da índole “pouco associativa dos nossos patrícios”, reconheça a dificuldade de sua implementação, principalmente tratando-se de um estabelecimento oficial (Cap.IV, p.18).

### 2.2.2 – Os Museus Infantis

Ressaltando a diversa atuação de mulheres na atividade educativa dos museus, é interessante notar que estas senhoras tendem a dedicar-se, em sua grande maioria, à educação infantil – o que estaria relacionado à maternidade, essencialmente feminina. O relatório aponta as variadas contribuições de mulheres nesse sentido de “caráter prático”, como a aplicação de jogos didáticos<sup>179</sup> para o ensino de história natural, que seriam, no entanto, dotadas de “notável rigor científico”.

É também com a autoridade que Bertha vinha consolidando através de sua experiência no Museu Nacional e de estudos sistemáticos, como este feito nos EUA, amplamente baseado em observações diretas e em bibliografia especializada, que propõe a criação dos Museus Infantis. Trata-se de uma evolução das “salas especiais para crianças” montadas dentro dos museus norte-americanos. Partindo de uma das “iniciativas embriões”<sup>180</sup> que estariam “fadadas a desenvolvimentos verdadeiramente colossais”,

<sup>179</sup> Ao final de 1931, Bertha Lutz, sintonizada com esses métodos então inovadores, oferecia ao Museu Nacional uma “série de jogos educativos” que teriam sido encaminhados por Roquette-Pinto à 5ª. Seção (Hist.Natural – Serviço de Assistência ao Ensino). BR MN MN.DR – Classe 121. Of. 556. 23/dez./1931.

<sup>180</sup> Uma segunda iniciativa promissora destacada por Bertha, seria as “trilhas internas” dos museus de história natural cujo “desenvolvimento lógico” conduziria à organização dos Museus ao Ar Livre, que serão abordados no próximo capítulo.

considera essas instituições dedicadas inteiramente ao público infantil como “formas especializadas e sumamente vivazes ao museu atual” (Cap.V, p.5).

Nesse sentido, Mônica Schpun (1999: 348), em seu artigo sobre a médica paulista e primeira deputada mulher no Brasil, Carlota Pereira de Queiroz, comenta brevemente o seu envolvimento com Bertha num projeto de criação de um Museu da Infância em São Paulo, na década de 1930. O relacionamento entre ambas pode ser compreendido pelo fato de Carlota ter morado no Rio de Janeiro entre 1923 e 1926, quando estudava medicina, além de terem se envolvido na luta pela eleição de uma mulher para a Assembléia Constituinte em 1933. Posteriormente, ambas legislaram no Congresso, onde compartilharam alguns ideais pela causa feminina e divergiram em algumas instâncias, entre 1936 e 37, quando Bertha assume seu mandato de Deputada Federal.

Denise Studart<sup>181</sup> discorre acerca da influência das teorias educacionais na conformação dos museus educativos que tiveram como alvo especial o público infantil, entre fins do século XIX e início do XX. Situa desde as idéias de Pestalozzi e Froebel, até as de Dewey e Montessori, para a criação de ambientes educativos e participativos a partir de experiências com os alunos. Estimula o desenvolvimento das habilidades individuais do educando no processo de construção de conhecimento, enfatizando a importância do brincar e do manuseio dos objetos num ambiente adequado para isso, além da importância da interação social na vida da criança. As experiências sensoriais seriam o ponto de partida do processo cognitivo, especialmente estimuladas a partir dos jogos educativos, como também defendiam Vygotsky e Bruner (STUDART, 2006: 6-7).

As primeiras atividades educativas em museus no século XIX, nos EUA e Europa, baseavam-se nas “visitas escolares” e no “ensino com objetos” e influenciaram a criação dos “museus das crianças”, dos quais o do Brooklyn (EUA) foi o pioneiro (1899). Studart enfatiza que até 1930 houve uma proliferação dessas instituições naquele país, não ocorrendo o mesmo na Europa durante esse período, e que sua organização esteve frequentemente relacionada com profissionais das áreas da educação artística ou científica, como no caso dos museus de Boston e Detroit, além do de Brooklyn. Afinal, “arte e ciência são assuntos que envolvem percepção e experimentação, intuição e razão, pensamento indutivo e dedutivo” (p.10-11).

Nesse país, a primeira “sala das crianças” dentro de um museu tradicional foi criada

---

<sup>181</sup> STUDART, Denise C. *Exposições Participativas e educativas em museus*. Cadernos Paulo Freire. Volume VIII. Fortaleza: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará/ Museu do Ceará, 2006.

em 1901 no Castelo Smithsonian (Washington, DC) e, segundo Studart, diferenciava-se da proposta pedagógica dos museus criados especialmente para esse fim, embora tenha inovado ao posicionar os mostruários de acordo com a estatura infantil. Na Europa, na primeira metade do século XX, destaca o pioneiro “Museu para a Educação” na Holanda (Haia, 1904), as novas abordagens comunicativas do *Deutsches Museum* (Munique, 1903), a “Galeria das Crianças” do Museu da Ciência de Londres (1931) e o “Palácio das Descobertas” em Paris (1937).

A autora finaliza seu artigo com considerações acerca do caso brasileiro, enfatizando que apenas na década de 1980, a criação de centros de ciências interativos se intensificou e que, ademais, o conceito de “museus das crianças” não encontrou receptividade aqui (STUDART, 2006: 30). Mas em 1932, Bertha Lutz, acerca das instituições norte-americanas que visitou, e que desejou encontrar semelhantes no Brasil, já observava que os museus “tudo fazem para atrair os pequeninos”. No capítulo acerca dos educandos, afirma:

“O museu compreendeu perfeitamente que o período mais amável da vida humana é o da infância e mocidade (...) É verdadeiramente encantador assistir a invasão de um museu por um bando de crianças do jardim de infância que (...) enchem o ambiente com seus gritinhos agudos de admiração e os ouvidos das instrutoras com as suas perguntas muitas vezes desconcertantes, mas sempre lógicas e pertinazes” (Cap. IV, p.3-4). Assim, os museus organizam exposições e programas especiais às crianças e jovens, de acordo com “todos os graus de sua formação intelectual (...), desde o jardim da infância e escola primária, até as escolas secundárias e superiores” (Cap. IV, p.18).

Se em outros momentos, em seu relatório, Bertha aborda a atuação dos museus em colaboração com a educação formal em relação à infância, os subsídios ao ensino e à instrução pública, no sub-capítulo III do Cap.V ela discorrerá acerca de uma outra modalidade que contempla esse público – “mais recreativa, que ensina enquanto diverte”. A epígrafe desse item do relatório explicita justamente essa característica: “*Make education fun* – faça da educação um prazer” (p.14). É com esse enfoque que os docentes desses museus orientam as crianças “deixando-lhes bastante autonomia para que não tenham a impressão de disciplina escolar”.

As atividades incluem palestras, projeções, cinemas, jogos, confecção de modelos, desenhos, teatros, festas e programação musical. Estimulam também a agremiação de crianças em clubes que se dedicam a estudar temas de interesses comuns, como os índios americanos, modelos de aeroplano, selos ou pássaros da região, por exemplo. Outra prática

estimulada é a associação dos pequeninos à instituição, os quais, pagando uma pequena quantia como 10 cts. por ano, passariam, assim, a “considerarem-se donos dos museus” (Cap.V, p.14).

Os jogos, como os *game cards* – cartões com questionários e palavras incompletas que devem ser preenchidas – são um dos métodos mais apreciados e despertam a participação das crianças. Devem ser realizados a partir da observação dos espécimes e rótulos dos museus e são muito empregados no Museu de Búfalo. Outro método, especialmente preconizado no Museu Infantil de Brooklyn, seriam os quebra-cabeças (*puzzles*) com imagens a serem montadas aumentando-se o grau de dificuldade de acordo com a idade da criança. A montagem de modelos animados, como uma “pedreira que explode” com dinamite, a moagem de trigo e outros experimentos, seria outro artifício que encanta o público infantil e estimula a aprendizagem (Cap.V, p.16).

Bertha cita ainda os laboratórios para crianças instituídos em New-Rochelle (N.Y) e as “salas de natureza”/*nature-room* do Museu de Trenton, que “está sempre cheio de pequenos que achatam seus narizinhos contra as paredes de viveiros de cobras, rãs e pescam nozes dos bolsos para dar aos esquilos” (Cap.V, p.17). As feiras infantis organizadas anualmente pelo Museu Americano de História Natural, promovem a concorrência das crianças em assuntos variados, como “as pererecas e sua proteção pela cor; o rato das florestas; confecção de uma mina; e adaptação das sementes para sua disseminação”. Essas atividades são finalizadas com avaliações em termos da orientação científica, material empregado, rótulos, número e idade dos colaboradores (p.17).

O exemplo do Museu de Newark, que separou uma seção com o nome de *Junior Museum*, dinamiza os elementos expostos de maneira a torná-los mais sugestivos às crianças. O material permanente chama a atenção pela cor e tamanho, como um modelo de uma aldeia de índios, e pela presença de animais vivos, como os aquários. O material “transitório” está sempre relacionado às estações do ano e ao cotidiano dos visitantes e seus interesses, como bonecos e selos. Dos museus inteiramente infantis, Bertha Lutz ressalta quatro que estariam “entre os dez mais memoráveis” de sua *tourné*: o de Cambridge, de Boston, New Heaven e Brooklin (p.18-21).

O pequeno museu no interior da cidade universitária de Cambridge parece uma “casa de bonecas”, um “ninho adorável onde a diretora e docentes recebem as crianças”, segundo as observações de Bertha Lutz. Ali aprendem os nomes das flores que crescem nos campos vizinhos e brincam com animais vivos, aquários, herbários e bonecos vindos

de diversos locais do mundo. Como uma “cabana encantada”, Lutz ressalta a capacidade em conter os ânimos dessas crianças: “sossegam-nas com livros cheios de aventuras quando por demais vivazes e gastam suas energias na construção de aldeamentos indígenas” (p.19).

Se esta instituição encontra-se quase escondida numa ruela entre os campos de tênis e os edifícios imponentes de Cambridge, já o *Children’s Museum* de Boston localiza-se no interior de um soberbo jardim público, não deixando Bertha Lutz de notar a proximidade com uma cratera causada pelas “geleiras que Agassiz descreveu tão bem” (p.19). Considerando um estabelecimento modelar, ressalta que é uma “organização poderosa, com *trustees*, [dotada] de uma diretora muito eficiente, pessoal técnico feminino treinado e muitos auxiliares”. Teria se originado do *Teacher’s School of Science* e da Sociedade de História Natural de Boston, e contaria ainda com a colaboração de associações femininas, culturais e autoridades.

Denise Studart (2006) ressalta que, ainda na década de 1960, essa instituição teria inovado com novas abordagens educativas sob a direção de Michael Spock, “mais aberto a teorias psicológicas do que outros profissionais da área”, provavelmente por ser filho do Dr. Benjamin Spock, famoso psicólogo infantil. Baseando-se no pensamento de Piaget, aplicara as teorias de aprendizagem nas exposições, partindo do ideal de que as crianças seriam construtoras ativas de seu próprio conhecimento. Desenvolveu assim as exposições participativas e a prática do entrelaçamento de gerações (propiciando o contato dos pais com o processo de aprendizagem das crianças), que se estenderam aos diversos museus infantis do mundo (p.18-19).

Se aí foi instalada, na década de 1960, uma exposição simulando as dificuldades de indivíduos com necessidades especiais, como a “E se você não pudesse...”, e estimulando o uso de diversas capacidades, Bertha, em 1932, já ressaltava as atividades dessa instituição destinadas aos cegos, por exemplo. Destacava também a grande acessibilidade do museu, aberto diariamente das 9h às 17h, assim como nas tardes de domingo, e a frequência “extraordinária” de visitantes (atingindo a 151.000 crianças em 1930). Suas atividades incluíam palestras nos museus e nas escolas, seções cinematográficas, visitas com docentes, passeios com “ensino ao ar livre” e desenvolvimento de clubes. Dentre estes, cita os mais concorridos, acerca de temas indianos (*Pow Wow*), botânicos (*Plant- Life Club*), ou ainda o *Nature Club* e um clube de recortes de revistas. Possuiria ainda um hino próprio, e editaria folhetos e revistas.

O *Peabody Museum* de História Natural da Universidade de Yale (*New Heaven*), possuiria um departamento destinado ao vínculo com as escolas e um museu infantil próprio, dirigido pela Sra. Mildred Porter, com quem Bertha Lutz visitou a instituição. Notou desde sua entrada os cartazes aludindo à estação primaveril que estimulariam o amor pela natureza e o pátio com quatis e gambás que “fazem o encanto das crianças”. Um modelo animado demonstraria com “chuva verdadeira” o efeito das águas sobre as florestas; a projeção de filmes, bem como a *story-hour*, contariam sobre os hábitos dos mamíferos locais; e uma “trilha da natureza” no jardim também estimularia o apreço à história natural.

Finalmente, o Museu Infantil de *Brooklyn*, reconhecido por Bertha Lutz como “o pioneiro”, seria dirigido por Miss Annie B. Gallup, com quem Bertha já se correspondia pelo menos desde 1925. Em seu relatório, a descreve como uma “senhora interessantíssima que imprime o cunho de sua atividade ao estabelecimento, que vive cheio da algazarra alegre da criançada de Brooklyn” (p.21). Denise Studart (2006) também atribui o pioneirismo da instituição museal especialmente voltada às crianças, fundada em 1899, a partir do curador de Belas-Artes do Instituto de Arte e Ciência do Brooklyn, prof. William Henry Goodyear. E sobre Gallup, professora de Biologia e primeira curadora desse Museu das Crianças, parece confirmar as observações de Bertha Lutz, afirmando que “dera à nova instituição o seu perfil: estimular e satisfazer a curiosidade natural das crianças. As exposições eram expressamente planejadas para o público infantil e os objetos estavam disponíveis para manuseio” (p.9).

Ainda segundo Studart, a idéia central do museu, desde sua criação, era a de oferecer assistência às escolas e funcionar como um lugar atrativo para as crianças e seus familiares, atuando como um centro educacional e ao mesmo tempo de lazer (p.9). Seguindo essa linha de pensamento, é justamente de Gallup a epígrafe, utilizada por Bertha, que relaciona educação e prazer, como nos conta em seu relatório e, de fato, ainda segundo suas observações, os visitantes passariam “um dia tão memorável que um pequeno chegou a dizer na hora da despedida: ‘o céu deve ser como este museu’” (p.21).

Bertha salienta que a diretora convida as escolas particulares e públicas a trazerem suas crianças, as quais, chegando no local, “manda soltá-las nos museus”. Ali assistem filmes, jogam, passeiam pelas salas em grupos com instrutoras, almoçam no parque em baixo das árvores, estudam na biblioteca. Ao fim da visita, são permitidas ainda a levarem espécimes para casa e despedem-se, nas conclusões de Lutz, com o firme propósito de

retornarem posteriormente. Denise Studart (2006) ressalta ainda que este museu contemplava também as crianças que não frequentavam as escolas e buscava a inclusão das recém-imigrantes do Brooklyn. Seu pioneirismo se dera também no sentido de estabelecer uma relação com a comunidade do entorno (p.10).

As preocupações e atividades de Bertha Lutz que entrelaçavam a educação, a ciência e o feminismo podem ser observadas também em outros campos de atuação, que examinaremos a seguir.



### Capítulo 3

#### Educação e políticas – outros espaços

Bertha Lutz, desde os anos iniciais de sua carreira, adquire um reconhecimento público pela sua atuação profissional e também feminista, ambas passando pelo empenho em prol da educação das mulheres. Mesmo nos EUA – onde não viveu mas estabeleceu uma ampla experiência –, foi noticiada em diversos jornais de diferentes estados, os quais relatam sua atividade militante, relacionada também à imagem científica<sup>182</sup>. Frequentemente apresentada como cientista do Museu Nacional, essa instituição é, em muitas das notícias, comparada ao *Smithsonian Institution*, de Washington – o que talvez conferia a Bertha maior autoridade – e mais de uma vez foi apontada pela “surpreendente força e lógica” em seus discursos.

É interessante notar a inserção de Bertha na comunidade norte-americana, tanto na esfera política quanto científica, além de seus temas de atuação. Um exemplo importante é a notícia de sua “liderança em campanha educativa” no Brasil para o combate à febre amarela através do extermínio do mosquito, colaborando com autoridades sanitárias via palestras no rádio (*The Charleston Gazette*. Charleston, West Virginia. 1929).

Outra notícia, de 1932 (*Times Herald Magazine Page*, Middleton/NY), relata que, segundo Bertha Lutz, contrariando qualquer estereótipo, a mulher brasileira estaria “avançando rapidamente nos negócios e profissões, e tendo brilhante sucesso em campos como engenharia, ciência, medicina e direito”. Ela mesma, seria graduada em história natural pela Sorbonne e secretária do Museu Nacional, como sabido.

Já em 1922, com o epíteto de autoridade “Dona” Bertha Lutz, teria afirmado que “a mulher brasileira não precisa mais assumir uma relação de dependência ao homem para viver” (*The Washington Post*), e ainda que seu país teria gasto mais dinheiro com um grande programa educativo do que com armas. Nesse propósito, apontara a importante atuação de mulheres no serviço público em saúde (*The Bridgeport Telegram*, Bridgeport/Connecticut).

---

<sup>182</sup> Seleção de recortes de jornais coletados e gentilmente cedidos por Maria Lucia Mott (Instituto de Saúde/ SESSP – São Paulo, SP), no *site* de pesquisa documental *Newspaper Archives*. Agradecemos encarecidamente sua contribuição, desde as suas observações feitas em simpósios temáticos de que participei e especialmente no último, no qual foi me concedida essa documentação: *XIX Encontro Regional de História – ANPUH/ SP (FFLCH/ USP)*, São Paulo, 08-12/set./2008. Trata-se de um vasto material do qual não pude analisar sua totalidade, e apresento aqui apenas algumas considerações pontuais. As citações que se seguem são traduções livres dos textos originais, em inglês.

Um importante contato feminista e profissional de Bertha Lutz, cujas correspondências também são recorrentes em meio ao acervo do Museu Nacional (BR MN BL) – a professora Mary Wilhelmine Willians é citada no *Daily Northwestern* de 1927 (Oshkosh, Wisconsin), colaborando com o “avanço da mulher latino-americana”. Em comunicado à Associação Americana de Mulheres Universitárias, a professora do Goucher College estaria em busca de candidatas da América Latina a bolsas de estudos nos EUA. O acesso a escolas secundárias e preparatórias é apontado como o principal fator de progresso da mulher e alcance ao ensino superior, o que viria sendo conquistado também pelas mulheres de nosso continente.

No caso brasileiro, cita a própria Bertha Lutz, além da engenheira civil Maria Ester Corrêa Ramalho, que estudou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. A reportagem aponta como sendo uma das duas engenheiras existentes em nosso país, e o segundo nome poderia ser o de Carmem Velasco Portinho (1903-2001) – que se especializou posteriormente em Urbanismo, notabilizou-se pela introdução do conceito inglês de habitação popular no Brasil e assumiu a construção do Museu de Arte Moderna (MAM), cujo projeto era de seu marido, o arquiteto Reidy<sup>183</sup>. Esta foi a terceira mulher a se formar em engenharia no país, em 1925, também pela Escola Politécnica da Universidade do Rio de Janeiro<sup>184</sup>, e participou com Bertha da fundação de associações feministas como a FBPF e a União Universitária Feminina (UUF, posteriormente denominada Associação Brasileira de Mulheres Universitárias). A União teria sido fundada em sua casa, em 13 de janeiro de 1929, e contou com diversas mulheres que então se educavam e profissionalizavam.

No vasto acervo dessa organização, depositado no Conselho Estadual de Direitos da Mulher (CEDIM/ RJ), encontram-se os livros de atas, estatutos, correspondências, relações de associadas, recortes de jornais, fotos etc., nos quais frequentemente aparecem referências a Bertha Lutz. Bertha foi eleita membro componente do Conselho, juntamente com Joana Lopes (médica e cirurgiã ginecologista da Assistência a Alienados), Myrthes de Campos (primeira advogada a se formar no Brasil), Herminia de Assis (médica e representante feminina na Diretoria do Sindicato de Médicos) e Emilia Snethlage (naturalista, contratada do Museu Nacional, membro da Sociedade Internacional de Mulheres Geógrafas e “a maior autoridade sobre ornitologia do Brasil”).

---

<sup>183</sup> Carmem Portinho foi anteriormente casada com o irmão de Bertha, Gualter Lutz, e por isso na documentação dos primeiros anos da década de 1930, é frequentemente referenciada como Carmem Portinho Lutz.

<sup>184</sup> MARCOLIN, Neldson. “Sempre na vanguarda”. Seção Memória. *Pesquisa FAPESP online*. Abril/2007.

Estas, juntamente com a Primeira Diretoria da UUF – formada por Carmem Portinho (Presidente; engenheira civil), Heloisa Marinho (Vice-presidente; formada em Filosofia pela Universidade de Chicago), Ormindia Bastos (Vice-presidente; advogada), Nathercia da Cunha Silveira (Secretária; advogada) e Amélia Sapienza (Tesoureira; engenheira civil) – e demais companheiras, reúnem inúmeras mulheres empenhadas na educação e profissionalização feminina a exemplo de, desde então, médicas, engenheiras, advogadas, professoras etc. As “sócias” efetivas seriam as já diplomadas pelas universidades e escolas superiores, enquanto as estudantes ou diplomadas por estabelecimentos de ensino técnico superior poderiam afiliar-se como “associadas”<sup>185</sup>. Mais tarde, segundo registro de uma das reuniões da Diretoria da UUF de 1931, mantendo-se a par das mudanças no sistema educacional brasileiro, seria criada uma nova categoria: a de “sócia aspirante”, para as “moças que pela nova reforma do ensino, cursam o vestibular para as escolas superiores, que pode ser considerado como um vestíbulo da universidade”.

Segundo a ata de fundação, estariam presentes no certame todas as acima citadas, com exceção de Snethlage (cuja assinatura não consta no documento, e que viria a falecer nesse mesmo ano), e ainda Maria Ester Ramalho (engenheira civil), Maria Ferreira Chaves (advogada), Silvia Vaccani (engenheira civil) e Renée Roques (aduarista<sup>186</sup>). Os fins visados pela União seriam “precisamente, coordenar os esforços das mulheres diplomadas ou matriculadas em universidades e escolas superiores, no sentido de auxiliarem-se mutuamente na carreira, defenderem os interesses femininos nas profissões liberais, desenvolverem a intelectualidade feminina brasileira e colaborarem na solução dos problemas sociais”.

Na versão impressa do mesmo ano, a expressão “problemas sociais” seria substituída pelos “problemas relacionados com o progresso” e nos estatutos de 1937 declarava ainda propor-se a “incentivar e facilitar o intercâmbio cultural entre mulheres

---

<sup>185</sup> Estas informações e as do parágrafo anterior foram retiradas da Ata de Fundação da União Universitária Feminina (13/jan./1929), manuscrito, e de um dos inúmeros recortes de jornais do acervo (*O Imparcial*, “O feminismo em atividade. Fundou-se ontem, nesta capital, a União Universitária Feminina”, 15/01/1929). UUF/CEDIM-RJ. A organização passou a ser chamada de Associação Brasileira de Mulheres Universitárias em 1961. Em outro documento que lista as sócias fundadoras da União, estão explicitadas as diversas profissões exercidas por essas mulheres e são, de fato, tais ocupações as mais recorrentes. Encontramos também farmacêutica, química, naturalista, musicista, pintora, arquiteta, dentre outras, desde os anos iniciais da associação até a década de 1940.

<sup>186</sup> Conforme consta no documento. Não encontramos o significado da palavra, provavelmente uma profissão relacionada à cobrança de impostos. “Aduar(1) – cobrar imposto de adua sobre; (2) – dividir a água das regas em aduas; dividir terras de pastagem, demarcando aduas”; “Adua(1) – rebanho de bestas e bois, a cujo pastor se paga por cabeça; (2) – divisão de terras para pastagem; (3) – partilha de águas para irrigações, entre lavradores vizinhos” (Dicionário Aurélio Século XXI. Versão online, 1999).

universitárias do Brasil e do estrangeiro”<sup>187</sup>. Entre seus primeiros projetos achariam-se “várias medidas de apoio à mocidade feminina matriculada nas nossas Universidades e outras relativas à adaptação do ensino secundário feminino, de modo a permitir o maior número de mulheres adquirir preparo adequado, afim de matricular-se nas Escolas Superiores do país” (*O Imparcial*, 15/01/1929/ CEDIM).

Em entrevista a *O Jornal* (15/01/1929/ CEDIM), a presidente da UUF, cujas fundadoras foram retratadas nesta matéria como “senhoras e senhoritas da moderna geração intelectual”, expõe ainda:

“Fundando-a, tivemos o intuito de estimular o desenvolvimento intelectual da mulher brasileira, concitando-a a entrar para as escolas superiores, ampará-la enquanto cursar as universidades e faculdades, prover ao auxílio mútuo na carreira, defendendo os interesses femininos nas profissões liberais. Tencionamos, igualmente, concorrer com a nossa cooperação sincera e leal para o progresso da Pátria brasileira, estudando com carinho os magnos problemas que se relacionam com o desenvolvimento e a cultura nacionais”.

No mesmo ano, em novembro de 1929, seria fundada uma filial da UUF em Sergipe e, em 1933, outra em São Paulo. Em 1934 a associação central (Rio de Janeiro) é declarada de “utilidade pública municipal”, por decreto do Interventor Federal, Pedro Ernesto<sup>188</sup>. Mantida com base nas contribuições de suas associadas, receberia também subvenções do Ministério da Educação e Saúde, pelo menos desde 1941, como consta na documentação encontrada.

Em 1936, antes de assumir a Câmara dos Deputados, mas já tendo se envolvido diretamente no ambiente político formal, encontramos Bertha Lutz, como representante da FBPF, se correspondendo com a UUF, solicitando que intercedessem pelas mulheres perante o Ministério da Educação<sup>189</sup>. Segundo ela, “o questionário do Ministério não diz nenhuma palavra sobre a educação da mulher, apesar de estarem quatro professoras na comissão que o fez. (...) Como não fala em educação feminina, orientando-nos por ele pouco podemos fazer”. A estratégia elaborada por Bertha seria que a UUF enviasse ofício

<sup>187</sup> Impressos: *Estatutos da União Universitária Feminina e seus fins* (1929); e *União Universitária Feminina*. Janeiro de 1937. Os extratos de seus estatutos foram também publicados no *Diário Oficial* (“Sociedades Cívicas”), de 12 de fevereiro de 1930. (CEDIM. UUF).

<sup>188</sup> Decreto n. 5275, de 15 de dezembro de 1934. *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal (Rio de Janeiro) publicado pela Secretaria do Gabinete do Prefeito. 1934 - outubro a dezembro*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil. (CEDIM – acervo UUF).

<sup>189</sup> FBPF. Bertha Lutz a Dra. Carmem Portinho e amigas, UUF. 27/fev./1936 (UUF/ CEDIM). Em 1933, por exemplo, participou da comissão elaboradora do Anteprojeto da Constituição e continuou influenciando o andamento da Assembléia Constituinte, antes da promulgação da Carta de 1934, através do movimento feminista, que tinha em Carlota Pereira de Queiroz – a única mulher a compor aquela assembléia – sua representante.

à Federação “pedindo em termos polidos dizer ao Ministro o quanto estranhamos não haver nada” no questionário sobre o assunto. Ainda solicita que a União respondesse dois modelos elaborados pelas feministas – um sugerido por Ana Amélia (provavelmente da Ana Amélia de Queiroz, da Casa do Estudante) e outro que viria da Bahia, elaborado por D. Edith Abreu, da Diretoria do Departamento de Educação Cultural – para que Bertha remetesse ao Ministro.

O modelo de questionário anexo, enviado à UUF continha 7 questões, que abordavam os objetivos da educação feminina, a necessidade ou não de ser idêntica à educação masculina, a “vocação natural da mulher”, os temas – que competiriam tanto à esfera doméstica como à pública -, a participação feminina na elaboração e aplicação dos programas educacionais etc.:

“1). A educação da mulher deve ser absolutamente idêntica à do homem, ou atenderá também à vocação natural da mulher?; 2). Qual deve ser o objetivo principal da educação em geral e da educação feminina em particular?; 3). Em que deve consistir a educação da mulher para: a). desenvolver harmoniosamente a sua personalidade?, b). para o lar, c). para o trabalho que lhe permita subsistência honrada, d). para ser uma boa cidadã; 4). Em que grau ou espécie de ensino deve ser ministrada a educação feminina diferenciada da do homem, isto é, a educação feminina vocacional?; 5). Como, por quem?; 6). Quem deve preparar os programas e orientar essa educação. Quais as diretrizes principais que a devem nortear; 7). Qual o papel que as associações femininas e as mulheres de capacidade demonstrada poderão desempenhar na educação da mulher?”

Bertha, ao comentar nessa carta o emprego das verbas destinadas à maternidade, expõe um ponto de vista singular, colocando o êxito do exercício maternal essencialmente em decorrência da educação feminina: “Acho que a verba de maternidade só deve ser gasta para a educação da mulher, para que possa ser mãe esclarecida, e acho que às associações femininas compete dar as diretrizes gerais da educação da mulher”.

O Questionário do Ministério abordado pode estar relacionado ao Plano Nacional de Educação empreendido pelo governo<sup>190</sup>, no qual a UUF manifestara o desejo, em 1935, de inclusão de um nome feminino em sua elaboração, conforme carta enviada ao Ministro da Educação, Gustavo Capanema. Justificando sua inclusão, observa que a UUF acompanha “par e passo os movimentos de educação internacionais, mantendo mesmo um constante intercâmbio intelectual e estatístico com associações universitárias estrangeiras, principalmente femininas”.

E, novamente, em 1937, o Departamento Intelectual da UUF solicita “permissão

---

<sup>190</sup> Sobre o Plano Nacional de Educação, ver SCHWARTZMAN (2000).

para participar diretamente na elaboração do Plano de Educação”, informando que “vem acompanhando com grande interesse a organização das Comissões especializadas” que estudariam o Plano em seus diversos aspectos. Para integrar as citadas comissões especializadas, ainda a serem nomeadas pelo Ministro, garante dispor a UUF em seu quadro social “elementos de valor” diplomados pelas escolas superiores, que ofereceriam uma “colaboração desinteressada (...) à solução de um dos problemas mais importantes para o progresso do nosso país”.<sup>191</sup>

Os estatutos<sup>192</sup> da UUF, em 1937, declaravam ser a organização filiada à *International Federation of University Women (IFUW)*<sup>193</sup>, com sede em Londres, e manter intercâmbio com as instituições filiadas congêneres em diversos países no mundo todo: África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Bulgária, Canadá, Dinamarca, Egito, Espanha, Estônia, Estados Unidos, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Grécia, Holanda, Hungria, Índia, Irlanda, Islândia, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, México, Noruega, Nova-Zelândia, Palestina, Polônia, România, Suécia, Suíça, Tchecoslováquia, Uruguai e Iugoslávia – uma rede realmente difusa.

Ainda de acordo com esse documento, a UUF se constituiria de dois Departamentos (Intelectual e de Assistência) e duas Comissões (de Relações Internacionais e de Paz) – dispostos a prestar quaisquer auxílios às associadas, que deveriam ser portadoras de diploma ou estar matriculadas em universidade ou escola superior universitária “oficialmente reconhecida”. Ofereceria em sua sede “confortável em ponto central da cidade, em ambiente sadio de trabalho e alegria”: telefone, biblioteca, revistas do Brasil e do estrangeiro; e ainda a oportunidade de programas de passeios e excursões; auxílios e informações para viagens, contando com a assistência de suas filiais no exterior; bolsas de estudos e pesquisas; conferências e outras atividades culturais, sobre “assuntos científicos, artísticos, literários ou de grande atualidade”; aulas de línguas e outras matérias; e um órgão oficial de divulgação, de publicação quinzenal com artigos diversos e o noticiário das atividades da associação.

Para os programas de Bolsas de Estudos ou de Pesquisas (*Fellowships* ou

---

<sup>191</sup> Carmem Portinho, Presidente da UUF a G. Capanema, Min. Educação (23/ago./1935; 16/fev./1937). CEDIM/UUF.

<sup>192</sup> Impresso: *União Universitária Feminina*. Janeiro de 1937. (CEDIM. UUF).

<sup>193</sup> A partir de 1931, sendo que desde a publicação de seus estatutos em 1929, manifestava que “a UUF será filiada à Federação Internacional de Mulheres Universitárias”, além de ser parte integrante da FBPF. O art.21º, inclusive, declarava que “em caso de dissolução, que se dará somente se for de todo impossível à UUF o prosseguimento dos fins para que foi criada, os bens reverterão à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino”.

*Scholarships*), a UUF manteria contato permanente com o “Institute of International Education” (Nova Iorque) e diversas associações e universidades do exterior, que ofereceriam tais bolsas, pelo menos segundo os estatutos de 1937. Permitiriam a estadia durante um ano letivo numa Universidade da América do Norte ou Europa, “para estudo de especialização ou de pesquisa”, subsidiando a associada contemplada em todas as despesas de moradia, matrícula etc.

Todas as atividades de intercâmbio nos EUA seriam centralizadas pelo Instituto de Educação Internacional, citando ainda algumas das associações que, além dessa, ofereceriam bolsas de estudo: Federação Internacional de Mulheres Universitárias, Associação Americana de Mulheres Universitárias, e a Federação de Clubes Femininos de Ohio. Afirma ainda que, “nesses últimos anos” três universitárias brasileiras teriam seguido com bolsas de estudos aos EUA, recomendadas pela UUF.

Uma das sócias laureadas que encontramos no acervo, é Maria Luiza Bittencourt, secretária da UFF e também colaboradora da FBPF, que concluíra o curso de Ciências Jurídicas na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1931. A reunião das sócias da UUF de setembro desse ano foi dedicada à sua homenagem por ocasião de sua formatura, recebendo ali as congratulações do corpo discente daquela Faculdade e também de Alice Coimbra, que representava a FBPF (Ata da Seção/CEDIM). Tornada consultora jurídica da Federação e também deputada, recebe o prêmio de viagem pela Universidade de Radcliffe, nos EUA, em 1936 (*A Noite Ilustrada*, 22/01/1936).

Assim, em setembro de 1934, utilizando-se de termos especializados, a “secretária *ad hoc*” da UUF, Isabel do Prado, envia à filial de São Paulo os regulamentos recebidos pela *American Association of University Woman* para “mais uma” bolsa de Estudos referente ao ano 1935/36. Reconhecendo a importância dessa oportunidade, salienta também o incentivo encontrado no país norte-americano: “Peço fazer a maior propaganda possível sobre essa Bolsa, assim como para outras em geral, pois que sei, por experiência pessoal, que há um ambiente muito favorável ao Brasil nos Estados Unidos neste momento” (UUF a UUF/SP, 18/set./1934 - CEDIM/UUF).

Em seu acervo, notamos também uma relação estabelecida pela UUF com a Universidade do Rio de Janeiro. Em 1936, uma carta ao Reitor, Raul Leitão da Cunha, solicita a doação de revistas, publicações e monografias para a biblioteca da UUF. No mesmo ano ainda, solicitam ao mesmo Sr. Leitão o preenchimento de um Questionário sobre o “Estatuto das Mulheres Diplomadas das Universidades” – tratando da situação das

mulheres universitárias “em todos os seus aspectos” – a ser entregue à *International Federation of University Women* (Londres), documento que seria discutido em seção da Liga das Nações.

O questionário solicitava “dar um resumo histórico da preparação universitária das mulheres em nosso país”, considerando o seu estado civil, respondendo questões sobre: o ano em que o sexo feminino passou a ser admitido “sem restrições” nos cursos e exames das universidades; o progresso desse processo de inserção (momentos de crescimento e/ou estabilização de seu ingresso); porcentagem de universitárias em relação ao total de estudantes; e quais as Faculdades nas quais elas se concentram. Uma pergunta enfoca especificamente o ano de 1930, questionando se a partir daí a proporção de mulheres nas universidades teria se mantido ou se perceberia uma diminuição.

Ao mesmo Reitor, solicitariam ainda que a Universidade do Rio de Janeiro remetesse regularmente suas publicações à Associação de Universitárias Mexicanas, a pedido de suas associadas – o que demonstra mais um exemplo das relações do movimento feminista organizado. Todos os pedidos parecem ter sido providenciados, de acordo com as cartas e telegramas enviados por Leitão (set./1936- mar./1937).

Relembrando posteriormente sua trajetória, Carmem Portinho, em entrevista concedida a Vera Rita da Costa<sup>194</sup>, conta que buscara a profissionalização para alcançar a independência econômica e, na Escola Politécnica, pôde conhecer Maria Ester Corrêa Ramalho, que cursava o 3º ano do mesmo curso de Engenharia Civil quando ingressou na instituição e tomou conhecimento, também, de Edwiges Becker anteriormente na Escola. Ambas teriam trabalhado no setor público após se formarem, na prefeitura do Distrito Federal: Esther, na Diretoria de Viação e Obras; e Edwiges, na Diretoria de Portos de Mar. Carmem teria obtido um emprego como engenheira-auxiliar, também na Diretoria de Obras e Viação, no dia de sua colação de grau, homenageada pelo prefeito Alaor Prata, que fora o paraninfo da turma. Considera em sua entrevista que, “naquele tempo, o setor público era menos preconceituoso que o privado”, e veio a obter, através de indicação do Presidente Washington Luiz, uma promoção no cargo da prefeitura, de praticante técnica para “engenheira de segunda classe”.

Mas também enfrentando preconceitos, causou escândalo em 1925 quando, no último ano do curso, começou a lecionar no Colégio Pedro II – ainda um internato masculino, onde o Ministro da Justiça teria tentado impedir a docência de uma mulher. Da



mesma forma, na Diretoria de Viação e Obras, o engenheiro que liderava o cargo a incumbira de inspecionar o pára-raios do telhado da prefeitura, numa tentativa de desafiar suas capacidades. Já entre os colegas de curso, considera sua notoriedade na militância feminista como algo que contribuiu para seu reconhecimento na Escola, onde respeitavam-na e solidarizavam-se com sua causa.

Ali, lembra-se do professor de Física, Henrique Morize, diretor do Observatório Nacional, que levara Madame Curie – ícone do reconhecimento científico feminino, para proferir palestra na instituição em 1926, quando esta visitava o Brasil. Bertha Lutz, mais uma vez aliando sua figura política e profissional, também fizera sua homenagem a Curie, em 24 de janeiro de 1926, no Teatro Cassino, no Rio de Janeiro (TAVARES, 1999: 310), e a acompanhara, juntamente com Dona Heloisa e outros cientistas, em sua visita no Museu Nacional.

Na União Universitária Feminina, a estratégia inicial, como relata Portinho, era oferecer o “Chá das Calouras” para aquelas que ingressavam nos cursos superiores, e o “Chá da Vitória” quando de sua formatura. Em colaboração com a FBPF, dedicavam-se ao feminismo, que era “para nós uma luta muito importante. Chegamos a sobrevoar o Rio de Janeiro de avião, lançando panfletos em defesa do voto feminino. Isso no tempo em que nem aviões decentes existiam”. Aqui parece estar se referindo ao episódio veiculado pelo jornal *O Paiz*<sup>195</sup>, ocorrido em 11 de maio de 1928 e protagonizado por Bertha Lutz, Maria Amália Faria e Carmem Portinho (respectivamente presidente, secretária e tesoureira da FBPF).

A ornitóloga Snethlage (1868-1929) fora diretora do Museu Paraense Emilio Goeldi e também naturalista do Museu Nacional<sup>196</sup>. Reconhecida entre a comunidade científica, Bertha Lutz iria discursar acerca de sua contribuição à ciência – não deixando de ressaltar as barreiras impostas ao sexo feminino – em 1957, dentro das comemorações do 139º aniversário do Museu Nacional<sup>197</sup>. Já em 1927, o diretor do Museu Paulista, Afonso

---

<sup>194</sup> Canal Ciência, nov./1995. <http://www.canalciencia.ibict.br/notaveis/txt.php?id=24>

<sup>195</sup> “A propaganda feminista por via aérea”. *O Paiz* (coluna “Feminismo”). Rio de Janeiro, 14-15/maio/1928. Arquivo Adolpho Gordo. Arquivos Históricos do Centro de Memória (CMU) – Unicamp.

<sup>196</sup> Sobre Emilia, ver Mariza Corrêa (2003) e também o artigo de Miriam Junghans (2008), que apresenta notas parciais da pesquisa desenvolvida para dissertação de mestrado na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

<sup>197</sup> “Relatório do Museu Nacional, Referente ao Exercício de 1957, Apresentado Pelo Diretor da Instituição, Dr. José Cândido de Melo Carvalho, ao Magnífico Reitor da Universidade do Brasil, Dr. Pedro Calmon Moniz de Bittencourt.”, p. 39. Discurso proferido em 6/jun./1957, em Seção Solene de Comemoração ao 139º aniversário do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

de Taunay, respondendo a Roquette-Pinto por pedido de empréstimo de material<sup>198</sup> para seus estudos, assim se referiu a Emília:

“Porque não vem a Snethlage aqui ver o nosso material? Ela que varou do Xingu ao Tapajóz, que a cada momento percorre o Brasil de cabo a rabo, e vai para a Europa como quem vai a Praia Grande! Até hoje jamais encontrou 12 horas vagas para vir a São Paulo, a dois passos daí, ver um acervo que sabe que é muito rico! Nunca teve a menor curiosidade de o fazer!”

### 3.1 – Mulheres cientistas: “aventureiras” e feministas. O trabalho de campo e a proteção à natureza

Referindo-se à invisibilidade historiográfica das mulheres nas ciências e, mais especificamente, sobre o trabalho de campo das naturalistas, Margaret Lopes, nos desdobramentos de suas pesquisas, tem afirmado, para o caso de Bertha Lutz, que

“como diversas mulheres de sua geração, nossa ‘heroína’ arriscou-se muito mais no campo da política, do feminismo, do que nas redondezas do Rio de Janeiro, onde parece ter praticado com muito prazer a velha ciência normal de Kuhn, e daí, de fato decorra parte da invisibilidade de suas atividades científicas” (LOPES, 2006a: 223).

Tais instigantes observações, que discorrem também de toda uma discussão sobre o “heroísmo” e a “objetividade” das ciências, permeada por considerações de gênero sobre o trabalho de campo<sup>199</sup>, possibilitam lançar um olhar sobre a sustentação encontrada num

---

<sup>198</sup> O episódio marca uma questão importante e delicada, acerca da troca e posse de material científico entre os museus e, aqui, Taunay refere-se à anterioridade da questão, passando pela imagem de Ihering, Arthur Neiva e uma contenda antiga com Alípio [Miranda Ribeiro?]. Deixa transparecer também aspectos informais ou permeados pelas redes de relações, das formas de negociações entre as instituições: “No fundo bem compreendo o que é isto, é a Iheringofilia, a solidariedade, ou pelo menos a simpatia para com o velho ratoneiro que vendeu tantas coleções nossas e passou a cobres milhares dos nossos melhores livros (só este ano gastei 5 contos para preencher as lacunas de duas grandes coleções por ele indecorosamente truncadas nos tomos, em que havia artigos que lhe eram interessantes). E depois, velho amigo, tenho muito medo, que o material do Museu Paulista aí se eternize e volte lá para as proximidades do dia de São Nunca, fazendo-nos falta enorme e afinal prejudicando a eficiência do nosso Estabelecimento(...). Não imaginas quanto me tenho aborrecido esta história dos nossos peixes que o Alípio levou daqui há nove anos!! E ainda não voltaram! E são milhares. Não quero fazer carga ao Alípio, mas seja como for o prazo é imenso, excessivo, não achas? Já uma vez me dirigi ao Neiva e se não fosse ele fazer questão de amizade e o Alípio dizer-me que dentro em breve recomençaria o serviço, não teria conseguido sossegar as reclamações do pessoal daqui”. Suas observações continuam, citando a confiança que tinha em Roquette e em Arthur Neiva, do Museu Nacional, mas que já se ausentava da instituição, e ainda a cobrança de Luederwaldt e outros do Museu Paulista – “Quando vêm os nossos peixes? quando vêm os nossos peixes?”. Carta “Reservada”. Taunay a Roquette-Pinto. São Paulo, 17/fev./1927. ABL.RP Pasta 17/02/1927.

<sup>199</sup> Ver Lopes, M.M. “‘Aventureiras’ nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências no Brasil” *Cadernos Pagu*. (10). Pagu/ Unicamp, 1998; e Lopes, M.M. “Sobre convenções em torno de argumentos de autoridade”. In. LOPES, 2006c. Mariza Corrêa (2003) ao abordar a trajetória da naturalista Emília Snethlage,

saber científico que foi uma dentre as demais vozes idealizadoras da educação feminina, desde fins do século XIX no Brasil<sup>200</sup>.

Além de Emília Snethlage, outras cientistas aparecem em meio à documentação, correspondendo-se com Bertha Lutz, dando visibilidade a “mais mulheres do que estamos acostumadas a admitir” (LOPES, 2006c: 10). Obviamente não se trata aqui de quantificar a participação feminina no campo científico mas, antes de tudo, abrir a possibilidade de investigação acerca de aspectos dessa atuação. Paula Parreiras Horta Laclette, do Instituto de Química Agrícola (IQA), por exemplo, envia uma carta à FBPF, em 1940, remetendo os trabalhos que publicara sobre Botânica no Jardim Botânico, onde trabalhou anteriormente, e no IQA.

Nesta carta refere-se também a Dona Maria do Carmo Bandeira que, embora tenha sido também funcionária do Jardim Botânico, não deixara trabalhos publicados, mas especializou-se no estudo das muscíneas (um tipo de musgo) e teve seu nome dado, por outros especialistas, a algumas espécies de musgos coletadas por ela. Trabalhava em citologia e histologia vegetal, antes de deixar a instituição para adentrar ao Convento das Carmelitas. Segundo Molinaro e Costa (2001), entre 1923 e 1927, teria coletado e depositado, no herbário do Jardim Botânico, 17 espécies de briófitas do arboreto do Jardim. Com Agnes Chase, botânica norte-americana que visitou o Brasil no início do século, teria excursionado ao Corcovado, a Recife, Serra do Genipapo, Garanhuns, ao Rio São Francisco, Bahia e Minas Gerais, e escalado o Pico das Agulhas Negras, na Serra do Itatiaia<sup>201</sup>.

Notamos cada vez mais claramente a existência de um círculo de cooperação entre essas mulheres que se apoiavam mesmo nas instituições feministas para a execução de seus

comenta sobre o duplo sentido do conceito de “aventureiras” que, ao contrário do correspondente para o caso masculino, atribuído às mulheres que se dedicavam às expedições, implicaria numa conotação pejorativa, eivada de preconceitos de gênero.

<sup>200</sup> A geração de ilustrados darwinistas sociais, que teriam construído as bases do pensamento moderno para o século XX no Brasil, fundamentava teórica e cientificamente a importância da educação para as mulheres. Cf. LOPES, M.M. “Mulheres e Ciências no Brasil: uma história a ser escrita” In. SEDEÑO, E.P. e CORTIJO, P.A. (org.). *Ciencia y Género*. Madrid: Facultad de Filosofía de la Universidad Complutense, 2001.

<sup>201</sup> BR MN BL.FEM 1.86 – Paula Laclette (Inst. Química Agrícola). 30/set./1940. Um artigo sobre Agnes Chase, mais uma cientista proveniente do *Smithsonian Institution*, cita a contribuição de Dona Maria Bandeira em suas expedições: HENSON, Pamela. “A Invasão da Arcádia: as cientistas no campo na América Latina, 1900-1950”. *Cadernos Pagu* (15), 2000. Também citando Maria do Carmo Vaughan Bandeira, a monografia do curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: MOLINARO, Lianna de Castro e COSTA, Denise Pinheiro da. “Briófitas do arboreto do Jardim Botânico do Rio de Janeiro”. *Rodriguesia* 52(81): 107-124, 2001. Em [http://rodriguesia.jbrj.gov.br/Rodrig52\\_81/6-moll-1.pdf](http://rodriguesia.jbrj.gov.br/Rodrig52_81/6-moll-1.pdf).

estudos. Um exemplo é a carta de Maria Stella de Novaes<sup>202</sup> que, “continu[ando] às suas ordens para o que desejar”, envia a Bertha um “questionário de orquídeas, com as devidas informações”. Comenta estar “afogada” no trabalho do desenho minucioso de diversas e belas flores que a essa época brotavam – “imagine uma *Laelia grandis* com 0,22!...” – e solicita o apoio da FBPF para a aquisição de mais plantas:

“A Federação tem filial no Amazonas? Nesse Estado um fornecedor reservou-me uma coleção de plantas para estudo; falta-me apenas um correspondente que se interesse junto ao Lloyd, para a remessa. O fornecedor não entende do caso. Já organizei a correspondência com todos os Estados, faltando-me apenas Amazonas e Mato Grosso”.

Quando recebe a notícia do falecimento de Bertha, em 1976, escreve a Zuleika Lintz, uma das antigas companheiras da Federação, lembrando seu relacionamento e o pioneirismo de ambas em concurso científico:

“Nós tínhamos vidas paralelas; prestamos concursos científicos, quase no mesmo ano (parece que foi simultaneamente) e, desde então jamais deixamos de entender-nos. A residência dela, na Tijuca, impedia que nos víssemos, em viagens que eu fazia aí; mas a correspondência era constante e fraterna. Fomos as primeiras mulheres a enfrentar concursos científicos no Brasil. Apenas ela ficou num meio amplo e cercada de colaboradoras elevadas. Eu, suporrei a mentalidade de uma Ilha, e precisei sempre de reagir para evoluir. Ela dedicou-se à Zoologia, eu à Botânica, e estudei milhares de orquídeas do E.Santo. Bertha estava interessada na publicação de meus trabalhos. Tenho cartas dela, me entusiasmando sempre”.<sup>203</sup>

Inserida na intrincada rede de cooperação entre mulheres cientistas, também num nível internacional, a carta que Doris Cochran, do *Smithsonian Institution* (Washington, DC), – que também era feminista (LOPES, 2006) – escreve a Bertha, em 1930, introduz a antropóloga Elizabeth Steen, solicitando que a auxiliasse no que fosse preciso. Miss Steen desenvolveria um trabalho etnológico sobre os índios de regiões desconhecidas do Brasil<sup>204</sup>. Seu nome aparece também indicado por Bertha, entre 1931 e 32, como membro

<sup>202</sup> Maria Stella a “Querida amiga”. Vitória, 16/12/39. (A.N. “FBPF”. Cx.10). Patrona da Academia Feminina Espírito Santense de Letras, Maria Stella de Novaes (1894-1981), fez cursos de História Natural no Rio de Janeiro, além de francês, inglês, italiano, pintura e artes aplicadas, piano e violino etc. “Exerceu o magistério na Escola Normal “Pedro II” e Ginásio do Espírito Santo até 1936, quando se aposentou. Dedicou-se, desde então, a continuar seus trabalhos de botânica, estudou milhares de orquídeas do Espírito Santo, anotando espécies, variedades, anomalias e monstruosidades; o calendário e a distribuição geográfica, tudo ilustrado com aquarelas, desenhos e fotografias”. <http://www.poetas.capixabas.nom.br/AESL/membro.asp?id=10&academia=afesl>

<sup>203</sup> Maria Stella de Novaes a Zuleika Lintz. Vitória, 21/set./1976 (A.N. “FBPF”. Cx.84. Pac.3).

<sup>204</sup> Smithsonian Institution. United States National Museum (Washington, DC). Doris Cochran a Bertha Lutz (24/fev./1930): “My dear Bertha, this letter will introduce Miss Elisabeth Steen who wishes to do ethnological work among the indians in the untraveled parts of Brazil. Any suggestions which you may be able to give her will be gratly appreciated by her and by me(...). Your loving friend, Doris M. Cochran” (A.N. “FBPF”). Doris seria também colaboradora das pesquisas de Bertha e seu pai, Adolpho Lutz, mantendo com eles “um expressivo intercâmbio científico” (LOPES, 2006; BENCHIMOL e SA, 2004).

da *Society of Woman Geographers*, organização norte-americana fundada em 1925, que buscava congregar mulheres atuantes em diversas áreas das ciências naturais, privilegiando os trabalhos de campo, de exploração do mundo.<sup>205</sup>

Nesse espectro de atuação, também no acervo de Roquette-Pinto (ABL), é possível encontrar algumas mulheres colaborando com suas pesquisas no Museu Nacional. Em 1921, o Diretor da instituição, Bruno Lobo, recomendava quatro assistentes para proceder com a mensuração antropométrica dos representantes femininos da população, que consistia em importante campo da ciência antropológica da época. As medições deveriam ser feitas, como atenta Lobo, em diversos pontos, como associações femininas, escolas, ateliês etc.

“Tornando-se necessário a fim de que as mensurações antropométricas destinadas à determinação das características antropológicas da população brasileira sejam verdadeiramente representadas, completar as mensurações feitas em homens, por outras feitas em indivíduos do sexo feminino, apresento-vos as Sras. Laura Fonseca e Silva, Emilie Saldanha da Gama, Heloisa Alberto Torres e Noemia Salles, as quais deverão encarregar-se das mensurações em mulheres”<sup>206</sup>.

Aspectos da atuação de Heloisa Alberto Torres, que a menos de um ano assumira o cargo de Prof. Substituto da Seção titulada por Roquette no Museu Nacional (nomeada em setembro de 1925 para a 4ª. Seção – Antropologia e Etnografia), também transparecem em meio à documentação da ABL, aparentemente com bastante autonomia. Em junho de 1926, por exemplo, lhe escreveria do “sertão” de Engenho (Iguape/SP)<sup>207</sup>, onde haveria muito trabalho a ser feito e as dificuldades típicas do trabalho de campo. Como expõe, no freqüente tom amável de suas correspondências e, aqui incorporando conscientemente o linguajar local:

“Dr. Roquette. A sua carta trazida a este cafundó por um canoeiro que veio de Iguape,

<sup>205</sup> *The Society of Woman Geographers*. Washington, D.C. Harriet Chalmers Adams a Bertha Lutz (29/dez./1931 e 01/mar./1932). No entanto, apenas citada como Miss Steen, não podemos concluir com certeza que se trate da mesma pessoa. Bertha teria ainda solicitado informações acerca de publicações que tratassem de “temas sociais”, como exposto na resposta de Adams, que sente não poder ser útil por possuir a Sociedade apenas registros de temas científicos e geográficos. (BR MN BL.FEM). Sobre a Sociedade, existente até hoje, ver o site da organização, que teria sido fundada por 4 mulheres “exploradoras/aventureiras”: Margerite Harrison, Blair Niles, Gertrude Shelby e Gertrude Emerson Sem. O termo “geógrafas” seria tomado no seu amplo sentido, incluindo as disciplinas aliadas como antropologia, geologia, biologia, arqueologia, oceanografia e ecologia, interessando também aspectos de arte especializada (<http://www.iswg.org/>).

<sup>206</sup> Of.n. 730. Bruno Lobo, Diretor a Exmo. Sr. Prof. Roquette-Pinto. 18/07/1921. (ABL. RP. Pasta 27-6-25).

<sup>207</sup> Segundo o livro de Assentamentos, a viagem a Iguape (16/mai.-20/jun./1926), no litoral sul de São Paulo, teria sido a sua primeira excursão após a nomeação. A seguinte, após exercer a substituição de Roquette na seção, seguidamente de set./1926 até 1930, seria à Ilha de Marajó, de julho a dezembro de 1930. No ano seguinte, seria nomeada professora-chefe da 4ª. Seção (BR MN MN.DR Ass.5/ Livro III).

chegada à hora do jantar foi uma alegria imensa para o rancho. (...)Aqui nessas noites longas de sertão a gente fica maginando [grifo doc.] muita coisa. Saúde muita, trabalho muitíssimo. Só consegui, por muito favor, um camarada porque todo o mundo está empenhado na safra do arroz. A ocasião em que vim foi péssima: os brejos estão horríveis (tenho fartado de me atolar), bastante mosquito e nenhum camarada”.<sup>208</sup>

Discorre sobre seus temas de pesquisa – “o tal sambaqui é um caso sério... um buraco” – seus planos, realizações e frustrações de trabalho: “conto voltar para Iguape no dia 13 e estar em Santos a 20. Não posso me demorar mais por causa do tal curso no Backheuser (...) Fiquei radiante por saber que faço falta. Já vimos 9 sambaquis e algumas coisinhas. Fiquei desgostósissima de estar esmagado o crânio do esqueleto que encontramos”. Continua detalhando suas atividades, os materiais encontrados (um “belíssimo machado de pedra”, dois fragmentos da mesma natureza e outras “peças bem curiosas”), a recepção local com as alterações modernas da região e com a figura de Roquette. E, após deixar transparecer as condições de comunicação existentes, finaliza a carta com uma referência ao mais novo meio comunicativo, do qual participava: a Rádio Sociedade.

“Estou maravilhada com Registro, centro japonês. Eles vão transformar a zona e são muito queridos pelos nossos jecas. Os jornais da terra têm tecido muitos elogios à vossa pessoa. Vou guardando tudo para mostrar. Amanhã passa vapor na Barra do Itingussú, vou mandar uma canoa levar esta carta. Saudades ao pessoal da Rádio e à D. Roquetinha. Um grande abraço, Helô”.

Outras cartas continuam demonstrando a experiência de Heloisa, sua relação com Roquette e também com Cândido Rondon – que chefiava as expedições pelos sertões brasileiros empreendidas pelo Museu Nacional -, as constantes preocupações em saúde, como a ameaça amebiana etc., durante seus trabalhos de campo, em seus inúmeros detalhes<sup>209</sup>. Abordando outro aspecto da atuação da antropóloga, J. Montenegro Cordeiro, em correspondência com Roquette-Pinto, transmite sua satisfação pela assistência que dera à visita de alunas no Museu Nacional, dois anos depois, vislumbrando projetos educativos

<sup>208</sup> Helô a Dr. Roquette. Engenho, 06/06/1926. Pelo envelope, a carta teria sido enviada ao endereço da Rádio Sociedade (ABL. “RP”. Pasta 28-2-12).

<sup>209</sup> Como, por exemplo, o empréstimo de dinheiro para a execução de seus trabalhos: “Peço-lhe que deposite no B. do Brasil, em meu nome a importância de um conto de reis, com ordem telegráfica. Tenha paciência de me emprestar esse cobre; conversaremos sobre ele à minha volta (...) Desculpe a massada”. Ou ainda as condições de viagens nos cursos do rio Itingussú, afluente do Una, a requisição de passes para o transporte de bagagens pela estrada de Santos ao Juquiá, as saudades e ansiedades da volta – “quando eu me pilhar no Rio, nem acredito” (25/05/26). Sobre Rondon, uma breve passagem em outra carta (18/05/1926) a Roquette, talvez a primeira, no início de sua excursão, ao chegar em São Paulo: “O Rondon esteve hospedado aqui no *Terminus* e me fez muita festa. Está entusiasmado com a minha viagem. Partiu ontem para o Rio e me disse que ia lhe telefonar quando chegasse aí” ABL/RP.

na instituição que contemplariam também as mulheres:

“Venho agradecer o seu cordial acolhimento, bem como as atenções da Sra. Heloisa Torres durante a nossa visita ao Museu na última quarta-feira. As alunas gostaram muito da sua palestra em tom familiar, mas instrutiva e agradável. Foi pena que não se pudesse realizar o projeto sobre o qual me havia falado anteriormente de projetar uma série de vistas que dessem desde o começo uma idéia de conjunto do Museu, uma síntese preliminar que prepararia os espíritos para a observação minuciosa dos detalhes. Talvez os diapositivos ainda não estivessem feitos. Penso que deve insistir nesse plano, pois ele é de grande alcance educativo. Provavelmente em junho voltarei ao Museu com as mesmas mocinhas(...)”<sup>210</sup>.

Em constante intercâmbio com o Museu, inúmeras alunas de Roquette, com quem tiveram aulas de História Natural na Escola Normal, se talvez não viessem a se tornar exatamente cientistas ou expedicionárias, vinham de fato obtendo uma formação mais especializada nas ciências naturais. As homenagens de diversas turmas, por ocasião da conclusão de seus cursos, ao professor evocando sua “glória de educador e cientista”, (28/10/1927) marcam o momento de ingresso dessas mulheres em suas carreiras: “nós iremos à conquista de um futuro que tem, na ansiedade da incerteza, o suave encanto que o sobredoira” (27/10/1927). Nesse cenário de transformação do sistema de ensino, um dos documentos do acervo de Roquette-Pinto (ABL), inclusive, refere-se a uma turma mista de História Natural da Escola Normal já em 1917 (Pasta 27-6-21).

Em uma dessas homenagens, que passa também pela referência à conhecida iniciativa de Roquette nos programas radiofônicos, demonstra-se que absorviam as preocupações com a Natureza – tema caro no interior da comunidade científica – e suas concepções de educação como elemento norteador do progresso da nação:

“Não é discurso, porque sabemos que deles não gostais e que na Rádio Sociedade, que vive de vossa dedicação e de vosso idealismo, há mesmo uma amпуlheta fatídica com que costumais limitar o que se diz ao microfone. (...)nos lembramos com saudades [de suas aulas], por meio das quais nos despertastes o interesse para com a Natureza, que não conhecíamos e que hoje admiramos, tendo para cada cousa que ela nos apresenta um pouco de amor e carinho. (...) [sobre as palavras do professor] esforçar-nos-emos por fazê-las germinar, crescer, florir, frutificar, ensinando o que de vós aprendemos, procurando imitar o vosso exemplo de amor ao estudo e ao trabalho, concorrendo desse modo, modestamente para o progresso do Brasil”. – Homenagem da 1ª.turma, 1925. (ABL. “RP”. PASTA 27-3-35).

As elocuições do paraninfo<sup>211</sup>, no caso, na formatura de 1927 das alunas do Colégio Bennet, “seguro de que ali se ensina às nossas filhas todas as coisas que a cultura exige e

<sup>210</sup> Montenegro a Roquette. 28 de Cezar de 140/19 de maio de 1928 (ABL/RP).

também se mostra como se abrem as portas da vida prática” demonstram, por um lado, aspectos divergentes do que pregava Bertha Lutz, ao desconsiderar a atuação parlamentar feminina. Por outro lado, estão perfeitamente de acordo com suas considerações pautadas pela esfera do lar e da educação dos filhos. Além disso marcam, exatamente no sentido que temos buscado reforçar, uma alteração significativa no quadro do ensino destinado às mulheres – o acesso a disciplinas científicas, nas quais inclui-se a história natural:

“Da independência intelectual em que ali vivem as meninas, penso não posso dar melhor exemplo do que a própria escolha do meu nome, pela turma de 1927, para este lugar. (...) Prepararam-se ali as nossas filhas – não direi para futuras declamadoras de salão e representantes do povo no Parlamento – mas, certamente, para os grandes e arejados ambientes de trabalho doméstico, sublimes e pesados encargos, os mesmos que tornam a mulher, pelo coração, sempre escrava, não de um homem, mas da humanidade, que ela forma e aperfeiçoa. (...)Creio não fazer nenhuma injustiça afirmando que o Colégio Bennet foi, se não o primeiro, um dos mais eficazes centros em que a cultura, puramente literária, das meninas, encontrou um complemento científico e técnico que os tempos exigem. Quem ousará afirmar, hoje, que há menos poesia na transformação de uma larva em borboleta? Que mais lindo poema do que a eclosão de um fruto, em que revive o cadáver de uma flor? No entanto, isso mesmo, tão admirado quando lido em lindos versos... é quase desprezado quando visto a céu aberto! As distintas moças que hoje recebem o diploma, foram acostumadas a encontrar a poesia em toda a natureza. Talvez, por isso, lembraram-se de um modesto naturalista, para o glorificar com a escolha que hoje me trouxe aqui”.

Apontamos ainda mais um interessante registro, uma carta de Helena Kubrig, outra ex-aluna de Roquette-Pinto, que escreve do sertão de Pedra (Pernambuco) em 1928, comunicando suas impressões, comparações e colocando-se à disposição para qualquer colaboração: “Dr. Roquette, interessa ao Museu alguma pesquisa? Aqui estamos prontos para fazer o que o senhor quiser e aguardamos as suas vontades com satisfação”. Embora não possamos compreender as circunstâncias pelas quais Helena estaria ali, se seria uma viagem a trabalho ou de outra natureza, suas palavras, se de início parecem apenas um saudosismo intelectual das aulas de Roquette<sup>212</sup>, logo demonstram o domínio do tema e uma perfeita interação com as pesquisas científicas do Museu Nacional.

Indagando a “gente do lugar, principalmente os velhos”, ela e um companheiro (Francisco) teriam tomado conhecimento de um lugarejo nas fronteiras de Pernambuco – Imburanas, onde a enchente de um rio ocorrida em 1906, levando as terras de sua margem, teria revelado material arqueológico. Interessada, pretendia ainda visitar o local “levando

<sup>211</sup> ABL/RP. PASTA 27-5-03.

<sup>212</sup> “Tudo é novo! O aspecto da catinga é tão diferente do das nossas matas do sul! (...)Fomos à Cachoeira de Paulo Afonso, fica distante de nossa casa 45 min. Que maravilha! Apreciamos todas as terras em volta da mesma, quanta novidade, quanta pedrinha interessante, quanta vontade de estudar, quantas aulas lembradas!”



uns picaretas para procurarmos alguma coisa mais inteira”. Sobre as informações obtidas, soube que:

“se encontrou aí uns cacos de barro, alguns potes perfeitos ou quase e que em alguns havia ossos. Dizem eles que nunca houve quem soubesse ao certo de quem eram, que uns falam em gente de outras eras, e que outros dizem ser dos flamengos. Francisco mandou apanhar o que houvesse de cacos por lá, nos trouxeram pedaços, quase todos pequenos, mas alguns com desenhos bem interessantes, todos de linhas retas e constatamos que é de índios aquele trabalho e o barro dos cacos é da mesma textura do terreno, temos também pedras de lá”.

A União Universitária Feminina, em maior ou menor grau de especialização, também apresentava oportunidades de estreitamento com os temas de história natural. Os “passeios e excursões” ofereciam às associadas a “oportunidade de conhecer as belezas naturais do Brasil, lugares pitorescos ou históricos”, cooperando a UUF com o “Centro Excursionista Brasileiro”, do qual as sócias seriam consideradas também seus membros (Estatuto UUF, 1937/ CEDIM).

Ao atuarem nesse sentido, mantinham muitas vezes relações com seus locais de pesquisa e trabalho, como é justamente o caso de Bertha Lutz. As atividades promovidas pelo “Departamento de Cultura” da União em 1932, por exemplo, consistiram em uma excursão à floresta da Tijuca no mês de abril e numa visita ao Museu Nacional em agosto. No ano seguinte, visitaram o Jardim Botânico, em atividade por ele organizada, onde assistiram palestras apresentadas pelos botânicos Brader e Bertha Lutz – “proporcionando às nossas sócias o utilíssimo contato com os vegetais”<sup>213</sup>.

Na primeira excursão realizada pela União, subiram de bonde ao Alto da Boa Vista e, a pé, seguiram pela estrada que levava à Cascatinha Taunay – “lugar onde os irmãos Taunay (artistas consagrados, contratados pelo governo para organização da E.N. de Belas Artes) possuíam uma casa [onde] passavam suas horas de lazer pintando ou descansando ao som da cascata no meio da floresta”. Rumaram então ao Mirante Excelsior e observaram a vista “da praia da Lapa até a baixada fluminense, nas imediações de Penha, estendendo-se pela Bahia de Guanabara afora”. Depois de pararem para “merendar e após uma hora de agradável palestra”, desceram a pé até o ponto de bonde, num percurso de 1 hora e meia, voltando ao centro da cidade, depois de terem “passado horas agradáveis e

---

Pedra, 15/nov./1928 (ABL/RP, pasta 27-6-14).

<sup>213</sup> Brochura que registra as primeiras atividades culturais da associação, com fotos e anotações. “Departamento de Cultura da União Universitária Feminina. Acampamentos, visitas e passeios”. A excursão à Tijuca, em 24/ab./1932, teria sido a primeira excursão da UUF, de acordo com o documento, num trecho em que se atribui a esse fato o pequeno número de participantes (cinco). CEDIM/UUF.

sadias”.

No mesmo ano de 1932, fariam ainda o primeiro acampamento, na Fazenda Ethel Mendes, no Estado do Rio, permanecendo ali de 26 de junho a 2 de julho. Novamente dedicaram-se ao contato com a natureza, acompanhado de exercícios físicos, literatura e... tricô, além de divertirem-se e enaltecerem o companheirismo que permeava a associação feminina.

“Apesar do tempo não ter sido muito camarada, andamos a cavalo, passeamos a pé pelo mato colhendo framboesas e fizemos ginástica ao ar livre. Durante a tarde lia-se em conjunto o Fausto de Goethe e fazia-se tricô; isto depois de uma boa sesta. À noite quase sempre ao som da vitrola tagarelava-se e deveras dançava-se. Na noite de S.Pedro fizemos sortes e soltamos um balão feito por nós, com os emblemas da U.U.F. e vários VIVAS! às acampadas. Na maior camaradagem terminou a semana que por ter sido tão agradável nos pareceu pequeniníssima”.

A proteção ao patrimônio natural é um tema a que Bertha Lutz também se dedicaria, e uma das estratégias seria estimular de maneira mais generalizada possível o que frequentemente aparece na documentação como o “amor pela natureza”.

Nesse sentido, Bertha dirigiria um grupo de Estudo da Natureza Carioca – principalmente da Flora Carioca-Fluminense, um de seus temas de pesquisa no Museu Nacional -, sob os auspícios do Instituto Brasil-Estados Unidos<sup>214</sup>. Durante o inverno, ministraria palestras e leituras, com explicações dadas em inglês e português, contemplando pessoas de ambas as línguas, “não só adultos, mas meninos e meninas também”, interessadas no estudo da História Natural. As inscrições seriam gratuitas, “já que o grupo se destina a estimular o interesse pela História Natural”. Dessa forma, a Dra. Bertha Lutz ofereceria “graciosamente os seus serviços a esta experiência que visa o conhecimento e o apreço da Natureza entre nós”.

Durante o verão, organizaria excursões mensais ou quinzenais, após verificar-se preliminarmente os assuntos de interesse dos inscritos, a “pontos típicos da Flora Carioca-Fluminense”. Estimularia também a produção de aquarelas, pequenos herbários e observações da fauna, quando fosse oportuno. Além disso, empreenderia visitas a “Instituições Científicas” (na versão do texto em inglês diria “*visits to Museum*”, muito provavelmente o próprio Museu Nacional), “que se preste[m] a colaborar conosco para

---

<sup>214</sup> Existem duas versões do programa, em português e em inglês: “O Estudo da Natureza Carioca”/ “*Nature Study Group*” (A.N. “FBPF”. Cx.10). A versão em inglês expõe que esta seria a primeira iniciativa de um grupo de estudos desse tipo. Como Bertha é apresentada como Naturalista do Museu, estimamos que se trate de uma iniciativa após 1937, quando assume esse cargo e, provavelmente, em torno de 1940, data de outra

estudo de material, comparação com espécimes determinados, exames de obras de Botânica, livros ilustrados, aquarelas, etc. Poderão ser organizadas visitas a coleções especiais”.

Uma carta de 1940 enviada à presidente e à secretária do Grupo de Estudos, agradecendo os elogios recebidos pela conclusão da primeira série de atividades, indicaria um envolvimento com a causa feminina nessa iniciativa, associado à sua percepção da importância da consciência ambiental. Escrevendo em folha timbrada da FBPF, Bertha afirma ter remetido tais homenagens aos arquivos da Federação, considerando ser um feliz registro dos primeiros esforços femininos em oferecer às próprias mulheres uma oportunidade de mostrarem-se cidadãs conscientes.<sup>215</sup>

O tema, que passava pela questão do uso dos bens naturais brasileiros, sua conservação e o crescente extravio para o exterior, foi amplamente debatido entre a comunidade científica e intelectual, associado ao interesse governamental, já na década de 1930. Inserido também num contexto de divulgação científica e de ampla mobilização popular, nas décadas seguintes o debate se intensifica e manifesta a proliferação de medidas e órgãos oficiais de controle e proteção ambiental.

Sobre esse assunto, Bertha recebera um questionário a ser respondido para a organização da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, a se realizar em março de 1933, promovida pela Sociedade dos Amigos das Árvores. Esta seria uma “associação que conta em seu seio ilustres representantes da ciência, das letras e das artes, cujo objetivo é o de promover o culto e proteção das árvores e bem assim a defesa do nosso patrimônio florestal”<sup>216</sup>. É interessante notar que, embora Bertha trabalhasse na área da Botânica no Museu Nacional e sua atuação já tivesse visibilidade como demonstrado em diversas matérias de jornal a seu respeito, o questionário lhe foi enviado como representante da FBPF. Como podemos observar, o movimento feminista vinha participando de atividades também nesse aspecto, tanto no que se refere à questão

---

correspondência acerca do tema existente no fundo consultado.

<sup>215</sup> B.Lutz (FBPF) a Mesdames Garcia Leão and John P. Curtis, President and Secretary of The Nature Study Grup, Inst. Brazil-Estados Unidos, Rio (06/07/1940). “*My dear Ladies, I hope you will forgive the delay in answering the very kind note sent to me (...). I trust you will agree with me that this was a good use to make of your gift, since coming from women to women it contributes to the maintenance of the record of what women have done, during a preliminary opportunity to give women even a slight beginning of a chance to show themselves good and conscientious citizens*” (AN. “FBPF”. Cx.10).

<sup>216</sup> A.N. “FBPF”. Cx.10. Questionário. *I Conferência Brasileira de Proteção à Natureza*. Promovida pela Sociedade dos Amigos das Árvores, a realizar-se em março de 1933. Circular. [Em nome do Sr. Presidente da Sociedade, prof. Leôncio Correia, assinado por Durval Ribeiro de Pinho, Secretário Geral]. Ao Exmo. Snr.: Dra. Bertha Lutz, Dna. Presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

ambiental de uma maneira mais geral, como nos debates públicos e de divulgação científica.

As instruções do questionário solicitavam que as “respostas deve[ria]m ser simples, sem preocupação de divagações ou termos científicos, convindo, ao contrário, serem rigorosamente usados os termos vulgares nas localidades com explicações à parte quando necessárias a um melhor entendimento”. A circular se “dirig[iria] a todos os municípios do Brasil”, buscando ser atendida “por quantos amam e desejam o progresso da nossa Pátria, interessando-se pela proteção à nossa natureza, amando-a e compreendendo-a com o mesmo entusiasmo e inteligência com que Goethe – o grande gênio, compreendia e amava a Natureza”. A referência a grandes nomes da literatura romântica associava os trabalhos de cunho científico e suas aplicações práticas que, como sabemos, era uma característica da comunidade intelectual do período.

No questionário, formulava-se questões sobre a existência, em seu município, de diferentes ocorrências vegetais e os principais problemas a elas relacionados, como devastação e a falta de replantio. Indaga-se ainda sobre a fauna, sua caça e regulamentação, utilidades medicinais das espécies e, finalmente, a existência de escolas de instrução primária com orientação às crianças pela preservação da natureza<sup>217</sup> - indicando que a preocupação com o tema envolvia também aspectos educacionais que alcançassem a conscientização pública, com especial atenção às crianças. Demonstrando também a presença de interesses da área antropológica, que vinha se tornando um forte do Museu Nacional, solicita, ainda que em Nota, o acréscimo de “outras valiosas informações” acerca da existência de tribos indígenas, suas condições de vida e a relação com os “civilizados”, bem como das indústrias sertanejas e seu folclore<sup>218</sup>.

Buscava-se com esse questionário reunir “a maior soma possível de indicações

---

<sup>217</sup> Das 16 questões postas, além de uma Nota com mais 7 itens, são as duas últimas as relacionadas ao ensino: “15. - Quantas escolas de instrução primária funcionam no município?; 16.- A instrução é orientada no sentido de ensinar as crianças a protegerem as árvores, não destruírem a fauna, não perseguirem os pássaros e as borboletas?”.

<sup>218</sup> “Nota - O presente questionário poderá ser acrescido de outras valiosas informações, como por exemplo: a.) Existência de tribos indígenas, relações com os civilizados, serviços de proteção que recebem; b.) Condições especiais da vida das localidades; c.) Indústrias sertanejas, aproveitamento de matérias primas; d.) Colheita e exportação de produtos florestais; e.) Particularidades sobre rios, ilhas, praias, lagoas, montanhas e serras em geral; f.) Folk-lore: canções, narrativas e episódios de cunho regional; g.) Será uma contribuição muito valiosa a remessa de fotografias documentando acidentes, paisagens, belezas naturais, etc.”. Notar que nesse contexto surgiam as primeiras iniciativas de criação de órgãos de proteção ao índio, como o decreto de 1910 de criação do SPILTN (Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais), que deu origem ao SPI posteriormente. A preocupação com a questão indígena e sertaneja envolveria profundamente os trabalhos de Heloisa Alberto Torres, Roquette-Pinto e Cândido Rondon, dentro e fora do Museu Nacional (CORREA, 2003; LIMA, 1998).

práticas, atinentes à defesa e reconstituição de nossa flora, fauna, sítios e monumentos naturais”. Além de orientar o debate da Conferência, tais informações serviriam para a criação de um “precioso” guia de turismo, “importante registro de nossas belezas naturais (...) cuja enorme utilidade é desnecessário encarecer”, como salienta o texto introdutório do questionário. Para tal instrumento, possivelmente contariam as imagens solicitadas no último item (g.) da Nota. É interessante ainda notar o grau de mobilização através da solicitação de indicações de pessoas especificamente dedicadas ao assunto, com as quais poderia ser travado contato<sup>219</sup>.

Devidamente autorizada e sob o patrocínio de Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório, a Conferência ocorreu apenas em abril de 1934, como indica o Relatório Geral exarado por A. J. de Sampaio, publicado no Boletim do Museu Nacional<sup>220</sup>. Além do envolvimento de Bertha, que estava lotada na Seção de Botânica do Museu, chefiada por Sampaio, encontramos referência à participação de outra representante da FBPF, e também cientista, nessa conferência. Seria justamente a Profa. D. Alda Pereira da Fonseca, “da Instrução Municipal”, cujo trabalho em botânica fora citado por Bertha em seu estudo sobre a *Mangifera indica* L.

Demonstrando ser esse mais um espaço de sociabilidade em que se engendram práticas científicas e políticas (e, dentre essas, práticas feministas), também Heloisa Alberto Torres ali participou, sendo esta Profa. da Seção de Antropologia do Museu, além de colaboradora da FBPF. Dentre outros cientistas do Museu, o documento cita também “o apoio do Prof. Roquette Pinto, Diretor do Museu Nacional, [que] foi por igual decisivo, registrando-se ainda os espontâneos aplausos, recebidos pela Sociedade dos Amigos das Árvores, da parte da Academia Brasileira de Ciências, do Instituto Histórico e Geográfico, da Associação Brasileira de Educação, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, da Associação Brasileira de Farmacêuticos, da FBPF, da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e do Instituto Histórico de Ouro Preto”<sup>221</sup>.

Estavam ainda representadas outras instituições como Associação Brasileira de Higiene Mental, Tijuca Tennis-Club, Instituto Nacional de Música, Associação dos

<sup>219</sup> Questão 14. - “Há no município muitas pessoas que se interessem pela proteção à natureza, pela defesa das árvores e dos animais, pelos problemas do embelezamento local? Pode indicá-las para que entremos em correspondência com elas?”. Parece indicar um momento exploratório de possibilidades.

<sup>220</sup> SAMPAIO, A.J. “Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. Relatório Geral”. *Boletim do Museu Nacional*. Vol. XI, n.1. Rio de Janeiro, março de 1935. Não encontramos nenhuma referência textual a Bertha Lutz nesse relatório, no entanto, dispomos apenas de parte dele, referente à Seção Técnica de “Educação”.

<sup>221</sup> SAMPAIO, 1935. Relatório Geral e Relatório-Conclusão.

Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, e a Sociedade Fluminense de Medicina e Cirurgia. Julgamos relevante citar tais associações, uma vez que sua participação oferece uma visão geral do grau de disseminação de debates como esses, além do próprio ambiente científico-político e seus espaços de sociabilidade.

O Ministério da Agricultura, ao qual o Museu Nacional se subordinara até 1930, estava ali representado na figura do Dr. Paulo Ferreira de Souza. Arthur Neiva, que já havia deixado a direção do Museu Nacional e era então Deputado, participa do comitê de honra representando o Instituto Oswaldo Cruz. Além do então Distrito Federal, participaram também representantes de outros locais do país, de diferentes esferas, como os Interventores dos Estados do Maranhão, Espírito Santo, Paraná e políticos de Minas Gerais; o editor proprietário da Revista *Chácaras e Quintais*, Conde Amadeu A. Barbiellini, de São Paulo; e ainda Affonso Taunay, membro da Academia Brasileira de Letras e também diretor do Museu Paulista.

Em seu discurso inaugural, o Professor Leôncio Correa, presidente da Sociedade promotora do evento, ao aludir uma “solução racional inteligente do problema florestal” explicita a utilidade científica na abordagem da questão – que seria “a preocupação suprema dos países civilizados do mundo” (p.9-10). Inserindo a iniciativa brasileira nesse contexto mundial, que demonstraria a inclusão de nosso país na esfera da civilização, salienta a ocorrência dos Congressos Internacionais de Proteção à Natureza de Paris em 1923 e 1931, pelos quais o Brasil deveria se pautar (principalmente contando com contribuições especializadas de diferentes instituições e seu corpo técnico). O ideal nacionalista estava sempre presente, aliado ao ideal científico e artístico na caracterização da Conferência – “esta festa memorável, que não é apenas festa de arte e festa de ciência, mas também festa de civismo, demonstração de amor pela nossa Pátria no que ela tem de mais grandioso” (p.11-12).

Dentre as principais preocupações citadas, destacamos: as devastações de matas em quase todos os Estados, para captação de lenha ou cultivo do café; as secas do Nordeste; o potencial dos rios e cachoeiras; as “riquezas minerais desbaratadas e desviadas para o estrangeiro sem as compensações devidas”; a criação de Parques Nacionais; a execução obediente do Código Florestal recém-criado (1934) e a instituição de um Conselho Florestal Federal – do qual Bertha seria membro, posteriormente. A manutenção de hortos, para se fornecer mudas ao plantio, também era questão abordada dentre as diversas soluções e precauções à questão ambiental.

Para a conscientização pública, investia-se principalmente nas crianças – frequentemente vistas como símbolos do futuro do país –, propondo-se a criação de uma cadeira de Silvicultura<sup>222</sup> nas escolas primárias e secundárias. Tamanha a importância dada à questão florestal, que seria “ao mesmo tempo um problema econômico, social, de higiene, de riqueza, de importância capital e de relevante transcendência” (p.15). Ao fim de suas proposições, conclui, em tom otimista e alegórico: “E, assim, galgaremos o cimo da montanha” (p.19).

O teor educativo dos trabalhos apresentados é apontado logo na introdução do relatório – uma preocupação cada vez mais constante da comunidade científica e política do Rio de Janeiro: “Os trabalhos recebidos, embora na maioria educativos, serão aqui divididos em sete seções: I. Educação; II. Proteção à Natureza em Geral; III. Solo e Subsolo; IV. Flora; V. Fauna; VI. Antropologia e Biogeografia (Habitat Rural); VII. Legislação e Métodos”. Como se pode observar, os temas contemplavam exatamente aspectos investigados pelas instituições de pesquisa em História Natural, como o Museu Nacional, além de sua aplicação prática no âmbito político-legislativo.

Dos questionários, enviados a diversos municípios, pessoas e instituições, 130 foram respondidos, além de 73 “notas ou comunicações” e 85 publicações estrangeiras recebidas. A *Seção Inaugural* aconteceu no Salão Nobre da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, em 08 de abril, e contou com manifestações poéticas e musicais sobre o tema. As *Seções Técnicas* teriam ocorrido no Museu Nacional (de 09 a 13 de abril), sob a presidência de Roquette-Pinto, tendo como secretários membros da Escola Superior de Belas Artes e do Liceu de Artes e Ofícios. Heloisa Alberto Torres e Alda P. da Fonseca teriam presidido algumas dessas seções. A *Seção de Encerramento* realizou-se em 14 de abril, na sede da Sociedade dos Amigos das Árvores, ao que se seguiu um passeio à Ilha de Paquetá, no dia 28 de maio, entre os conferencistas.

Abrindo a seção de Educação, foi publicado no relatório da Conferência um trecho de Goethe, “A Natureza”, traduzido por Roquette-Pinto. Dentre as diversas contribuições técnicas, algumas das quais teriam sido publicadas na imprensa e na Revista Nacional de Educação, ressaltamos as seguintes, por sua ligação direta com a atuação de Bertha Lutz ou por oferecer um quadro geral das principais abordagens sobre o assunto à época.

A proposta de “Arborização dos Morros e Subúrbios”, pela Professora da Instrução

---

<sup>222</sup> Ciência que tem por finalidade o estudo e a exploração das florestas. Dicionário Aurélio Séc. XXI (versão eletrônica).

Pública e representante da FBPF, D. Alda Pereira da Fonseca (p.32-33), incitando a conscientização de todos na proteção das matas e sua reconstituição, combatendo a indiferença da população e pensando nas gerações futuras, afirma, conclamando que todas as professoras façam o mesmo:

“Para isso, é mister que se eduque o povo, a partir da Escola, onde deve ser constante o culto pelas árvores, noção que a autora tem difundido nas escolas em que tem servido, plantando árvores, sempre que possível, inculcando ao mesmo tempo nos seus alunos o culto pela Natureza”.

Tendo um estudo especializado sobre a cultura da mangueira, apresentado na Sociedade Nacional de Agricultura – como citamos no Cap.1 -, oferece sua sugestão das espécies a serem plantadas: “Para sombras e frutos, recomenda o tamarindeiro, mangueiras, jaqueiras, uma pelo menos junto de cada casebre; pomares em profusão, onde possível”. D.Alda também discorreria sobre os “Parques Nacionais” (p.57-61), estudados em um “longo trabalho de 14 páginas datilografadas”, concluindo com a necessidade de sua criação nos principais Estados brasileiros, “não só como elemento estético e atrativo do turismo, como pelas grandes vantagens que traria ao reflorestamento do país”. Além desses, preconiza a criação de um grande Parque Nacional Brasileiro, à maneira dos existentes nos EUA, em que se reunissem “as famosas árvores da Flora Brasileira”, dispostas em grupos conforme as regiões territoriais. Propunha também a criação de um calendário com imagens de suas flores, a exemplo do Álbum editado pelo Serviço Florestal.

Edgar Roquette-Pinto também abordou, nessa Conferência, os “Parques Nacionais” (p.54-57), comunicação que fora publicada na *Revista Nacional de Educação* (ag-set./1933). Lembra o pioneirismo de André Rebouças que, em 1876, já demandava a criação desses parques, narrava a criação do “célebre parque de *Yellow Stone*”, e fazia apologia ao turismo – ou “viajantes ricos” – que atraía. Em seguida, Roquette expõe seu projeto de criação de um grande parque desse tipo, cuja superintendência estaria a cargo do Museu Nacional, elaborado com a contribuição de Laurence Vail Coleman, o diretor da *American Association of Museums*, com quem Bertha também se relacionaria.

Assim como Lutz, Roquette afirma ser membro da referida associação e preconiza tal empreendimento, que contemplaria “ao mesmo tempo o turismo e a pesquisa biológica”, além de servir como centros culturais e educativos. Compreendendo desde o fundo da Bahia de Guanabara até o topo da Serra dos Órgãos, prevê estudos de biologia



marinha na baía, a aclimatação de espécies amazônicas no ambiente “quente e úmido” da baixada fluminense, e outros aspectos vegetais e faunísticos à medida que se aproximasse do alto da serra. Dotado de estradas, monumentos naturais e pavilhões para observações científicas, o Parque atrairia também especialistas e doações nacionais e estrangeiras, como da *American Association of Museums*, cujo intercâmbio se mediará através do Museu Nacional.

Pinto salienta que o projeto brasileiro “mais completo” sobre os parques nacionais, de seu conhecimento, seria de Alberto J. Sampaio, publicado em 1931. Bertha Lutz, como veremos mais a frente, também se dedicaria ao assunto, partindo de suas observações sobre os grandes Parques e Museus ao Ar Livre norte-americanos, visitados justamente durante a viagem que fizera sob a orientação de Coleman (Relatório, 1932). Sobre esse empreendimento, salientaria o importante papel educativo no ensino de história natural e também na conscientização ambiental.

O Prof. Durval Ribeiro de Pinho (p.40-44) expôs uma palestra a ser dada para os alunos das classes primárias em que se exibiria espécimes botânicos, promoveria excursões a locais arborizados e explicaria as principais características de diversas plantas – enfatizando suas principais utilidades, pela alimentação, propriedades medicinais, climatização, construções e indústrias. Não uma “simples questão de embelezamento mas uma medida indispensável de higiene e salubridade pública”. Moisés Gikovate (p.44-45) veiculara a proteção da natureza através da literatura, que deveria ser propagada entre as escolas. Cita assim, Augusto dos Anjos, Alberto Rangel, Thomas Antônio Gonzaga, Van Bunin, Catulo da Paixão Cearense, Metchnikoff, Maeterlink, Gastão Cruels, Conan Doyle, etc. Finaliza suas conclusões associando a questão indígena, lembrando “na proteção à natureza, não esquecer o homem, os índios”.

Fábio Luz Filho, em comunicação que foi contestada por Raul de Paula, fez apologia às cooperativas escolares (p.46-47), lembrando os princípios básicos de Pestalozzi de “confiança em si” e organização em comunidade, o oferecimento de autonomia às crianças, aliados à assertiva de que “se aprende pelos olhos e pelas mãos”. Chama a atenção para aquelas cooperativas cujas atividades promovem o replantio de árvores, criação de animais, excursões e, ainda, a organização de Museus Escolares. Veicula aqui “a realização popular da escola nova” em seus “métodos ativos e construtivos”.

A Prof. Maria da Glória Valente expôs o tema, já por ela abordado na Sociedade de Amigos de Alberto Torres e publicado no mesmo número da *Revista Nacional de*

*Educação* que continha a comunicação de Roquette-Pinto (“Parques Nacionais”, *RNE*, 1933), sobre “O Museu da Escola Regional” (p.53) – “trabalho didático, ilustrado, eminentemente prático que deve ser recomendado, porque a organização de museus nas escolas regionais é um primeiro passo técnico para a Proteção à Natureza”. Como vimos no capítulo anterior, trata-se de uma iniciativa especialmente criticada por Bertha Lutz, em função da má organização científica desses museus, incorrendo no pouco aproveitamento educativo.

Alberto J. Sampaio publicou uma nota sobre a “Construção de choupanas pelas crianças em parques de Escola Primária” (p.39). Com base nos princípios da nova educação - referindo-se ao artigo de “*La nouvelle education*” (n.81, jan.1930) noticiado no Boletim de Educação Publica do Estado do Rio (junho, 1930) – preconizava o entendimento entre crianças escolares com os operários na criação de uma cabana no parque. Os benefícios seriam especialmente positivos no ambiente rural, outra preocupação da época, “tendo em vista melhorar as habitações rústicas”. Sampaio tratou também da organização de “Clubes Escolares de Amigos da Natureza” (p.50-51), por parte da Diretoria de Instrução Municipal do Distrito Federal, além de outros exemplos do “influxo mundial dos Pedagogos” na proteção ambiental. Enfatiza também a importância de órgãos e atos oficiais e particulares que atendam à questão, como a criação do Serviço e do Código Florestal, de Hortos e Jardins Botânicos, Estações e Reservas Biológicas, Festas e Clubes dedicados ao assunto.

Outras comunicações do Congresso referiam-se ainda a diversas iniciativas brasileiras e de outros países, como a atuação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, a criação de diferentes órgãos em diversos Estados do Brasil, os Monumentos Naturais da Hungria, a Estação Botânica de Brignoles (França), etc. Além disso, fez-se um mapeamento dos Congressos e Associações Internacionais existentes sobre o tema. Dentre esses, Bertha Lutz participou de um deles como membro correspondente do *Office International pour la Protection de la Nature* da Bélgica (1929), segundo consta em seus currículos. Nesse contexto, ao participar da elaboração do anteprojeto<sup>223</sup> da Constituição em 1933, Bertha apresenta suas “Sugestões para a Proteção à Natureza e o Patrimônio Biológico do Brasil”<sup>224</sup>.

---

<sup>223</sup> Ver BR MN MN.DR – Livro de Assentamentos, n.III (fl.200). “Comissão: Por decreto de 26 de outubro de 1932 foi nomeado para fazer parte da Comissão Organizadora do Ante-Projeto da Constituição, deixando, por isto, de comparecer à repartição desde 7 de novembro do mesmo ano até 31 de agosto de 1933”.

<sup>224</sup> “Requerimento que contém dados biográficos”. Bertha Lutz ao Exmo. Sr. Prof. Diretor do Museu

Dessa discussão teriam participado também outras mulheres, como Josefina F. Martins. A acervo da FBPF possui um texto de sua autoria acerca da “Riqueza do sub-solo do Brasil”, no qual consta ter sido entregue à Federação em 1933 para ser incorporado à carta constitucional (A.N. “FBPF”. Cx.10). Evocando o tesouro natural brasileiro, que estaria sendo extraviado por ingenuidade do nosso povo, prima pela sua guarda através de contratos rigorosos de exploração – de 10 a 15 anos, e estabelecidas as proporções de lucros. Ainda que em linguajar pouco formal, assim apresenta a sua percepção do que poderia ser a solução aos referidos problemas:

“Brasil (...), estas riquezas são e foram acauteladas pelos teus filhos, filhos estes que não são ambiciosos e nunca o foram. Por isso mesmo que facilitaram o bem estar alheio. As riquezas, os tesouros que se achavam no coração da terra brasileira foram binocolados pelos alheios. Propondo os grandes contratos para exploração da bendita terra(...), exploração da qual saem do Brasil muitos e muitos milhões de contos de réis. A meu ver podiam ser legalizados os ditos contratos, dando um tanto por cento do lucro, (...)que recompensasse o trabalho de justo valor dos exploradores, dando um tanto por cento aos cofres do Brasil. E que realizassem contratos mais curtos, pois um contrato de 90 a 100 anos é a mesma coisa que um dono de casa, por ser muito sincero e sem ambição, abre as suas portas aos outros e ele fica numa prisão. (...) Assim sendo, o ouro seria dividido, mas como está, o ouro vai embora, às toneladas”.

Após aludir à quase inesgotabilidade dos recursos naturais – como era comum acreditar em sua época, entre a opinião não-especializada – finaliza, como não poderia faltar, aludindo à contribuição feminina aos rumos do país:

“Mas não faz mal, porque o glorioso Brasil tem ainda muito tesouro debaixo da terra e agora que a mulher brasileira ajuda aos homens e dá-lhes as suas auxiliares idéias, veremos com prazer alguma melhoria no futuro. (...)Costuma-se a dizer que ‘quem guarda o que é seu não furta a ninguém”’.

É também aliando a preocupação com os bens naturais à colaboração feminina, que Bertha escreve, em torno de 1933, “A mulher brasileira e a proteção às riquezas naturais do Brasil”, enviado ao Ministro da Viação, José Américo de Almeida. Felicitando-o pelos serviços de “reflorestamento do nordeste” que vinha empregando, Bertha compartilha de suas preocupações – como ela teria exposto em palestra no *Rotary Club* do Rio de Janeiro, juntamente com o Prof. Alberto Sampaio, sobre a “devastação das nossas florestas e a necessidade de estender a proteção legislativa e prática às riquezas naturais do país”<sup>225</sup>. De

---

Nacional (A.N. “FBPF”. Cx.10).

<sup>225</sup> Segundo cita em “O Reflorestamento do Nordeste. A Mulher Brasileira e a Proteção às Riquezas Naturais do Brasil” (A.N. “FBPF”. Cx.10). Consideramos seu discurso proferido no *Rotary Club* uma forma de divulgação científica, como exposto no Cap.2. Já em 1923, na correspondência com Moraes Barros sobre o caso do concurso que prestara na Escola Superior de Agricultura, Bertha e Barros trocavam informações também sobre o tema da proteção à natureza e a região nordestina, como citado no Cap.1 dessa dissertação.

conhecimento dos trabalhos de especialistas no assunto, cita Gonzaga de Campos e Philippe Luetzelburg, que apontam a redução de mata do Estado da Paraíba de 36,5% para 0,8% de seu território.

Solicita, então, seu apoio em “outra modalidade de defesa da natureza”, cujas “linhas mestras” teria conhecido em viagem recente aos EUA. Seria essa a criação de parques e reservas biológicas, nacionais ou estaduais, e a instituição de Monumentos Naturais, que contribuem também para o recreio cultural e a aquisição de conhecimentos do povo – estudando diretamente na natureza. Lembra, para isso, a “colaboração eficiente do feminismo norte-americano que avocou a nobre tarefa de velar pelo patrimônio natural e histórico do país”, através de associações particulares, num esforço coordenado com as autoridades públicas e instituições científicas. E ressalta que tal medida de proteção, “além do interesse estético e científico, se revestiria de importância econômica e social”.

Aqui está fazendo referência à veiculação dos “Museus ao Ar Livre”, propostos no seu relatório de 1932, sobre o papel educativo do museu moderno, com base nas instituições norte-americanas, analisado no capítulo anterior. Naquele relatório, explicava que tais modalidades especializadas seriam um desenvolvimento direto proveniente de outra estratégia moderna museológica, que organizava as visitas de acordo com uma idéia de conjunto – as “trilhas internas”:

“Alguns museus de ciências naturais modificaram a praxe necessária nos grandes edifícios de mostrar determinados objetos aos visitantes, organizando uma pequena trilha interna através das coleções que venha destacar certos espécimes de acordo com um plano pré-determinado, por exemplo a fauna local” (Rel. 1932, Cap.V, p.6).

Dessa estratégia, partiu-se para as “trilhas da natureza”, feitas nos jardins dos museus, nos parques já existentes, enfim, estimulando o conhecimento ao ar livre – para o qual Bertha não deixa de evocar, na epígrafe do sub-capítulo destinado ao tema, a tão difundida frase de Agassiz, entre os que se dedicavam ao estudo da história natural: “Estudai na própria natureza, não nos livros”. Além disso, se estimularia assim o “amor

---

Na carta, Bertha indaga sobre seus trabalhos acerca do problema das secas do Nordeste e lhe envia sua própria tese acerca da *Mangifera indica*, “conhecedora do muito que V.S. tem feito pelo progresso da Agricultura e do interesse que dedica às questões que se referem à mesma”. A resposta de Barros elogiava seu “brilhante trabalho” e lhe informava que sua série de palestras sobre o Nordeste estaria em vias de ser publicada pela Sociedade Rural e que lhe remeteria um exemplar assim que possível. Sentindo-se reconhecida, Bertha agradece os elogios ao seu trabalho e o empenho de Barros no caso do concurso e completa dizendo, sobre os estudos nordestinos, que aguardaria “com impaciência que acabem de ser publicados (...) pois muito me interessam, esclarecendo de modo tão imparcial e sincero um dos graves problemas do Brasil” (A.N. “FBPF”. Cx.10).

pelas coisas rurais”. No campo musicológico, esse ideal estaria sendo levado adiante, segundo Bertha, demonstrando seu conhecimento das principais iniciativas e trabalhos sobre o assunto:

“De algum tempo pra cá, surgiu uma verdadeira escola de museólogos que acha, aliás, com muita razão que o estudo da história natural deve ser feito no seio da própria natureza. A primeira iniciativa dessa espécie foi a de Skansen, que se tornou célebre. Mas também nos Estados Unidos há muito seria já realizado nesse particular. Vários museus têm se distinguido no desenvolvimento do ensino ao relento, entre eles o Professor Hermon C. Bumpus, o Dr. Frank Lutz do Museu Americano de História Natural e mais recentemente uma plêiade jovem” (Cap.V, p.6).

Citando os programas educativos desenvolvidos em parques e monumentos naturais “existentes nos lugares de grande beleza natural ou de importância geológica extraordinária” – como os parques nacionais do *Grand Canyon* (ao qual já teria visitado), *Yosemite* [sic] e *Yellow Stone*, etc. - com o concurso das autoridades de parques e jardins, aborda os principais métodos. A criação de um caminho estreito “para uma só pessoa, com o comprimento de meia milha mais ou menos, cuja saída escondida para assegurar o regresso ao ponto de partida se acha ao lado da entrada, colocada muito em evidência” (Cap.V, p.7).

Rótulos “graciosos” convidam o visitante a percorrer a trilha, e outros, ao longo dela, chamam atenção para as plantas e fenômenos geológicos, aos rastros de animais, dão informações sobre a flora e fauna e apontam a diversidade de espécies e aspectos locais. “Invocando a poesia da natureza e procurando interessar os visitantes pela conservação da vida”. Afirmando a eficiência da experiência desse tipo, que tivera com um grupo de escoteiros e o Museu de Buffalo, também para seus próprios trabalhos científicos, assegura que obteve

“em menos de uma hora informações tão precisas que permitiram-me subseqüentemente identificar a maior parte da flora e das aves que tive a ocasião de ver durante a minha viagem em todo o território compreendido entre Washington DC e as fronteiras do Canadá” (Cap.V, p.7).

Os “museus ao ar livre” desenvolvem-se dessas primeiras iniciativas, de trilhas em parques naturais e, se o protótipo dessas instituições teriam sido constituídos por S. Kansen, estariam já “perfeitamente aclimatados e naturalizados nos EUA” (p.8). Bertha visitara o Museu ao Ar Livre de *Bear Mountain*, no *Interstate Palissades Park*, que contava com verbas da instituição filantrópica *Laura Spelman Rockefeller Fund*, com os

especialistas do Museu Americano de História Natural, além do auxílio da Diretoria dos Parques Estaduais. O Museu de *Bear Mountain* seria a instituição centralizadora de uma rede de trilhas e diversos outros museus regionais menores, organizados nos acampamentos de verão ocorridos no Parque, que receberia toda a população de Nova Iorque.

O próprio acesso ao Parque já ofereceria uma grande experiência de contato com a natureza uma vez que, além das “estradas de rodagem”, poderia-se alcançá-lo através de barcas subindo o Rio Hudson. Com o corpo docente do Museu Americano de História Natural – perfeitamente inserida nos grupos de sociabilidade científica -, Bertha empreendeu viagem ao parque, “em caravana de cinco automóveis” – ela no carro do diretor daquele museu, o Dr. Sherwood, como fez questão de assinalar. Sempre atenta a aspectos de sinalização dos museus, já pôde notar a existência, no próprio percurso, de placas “em estilo rústico” indicando a direção do Museu ao Ar Livre, além de apontar às flores e árvores do caminho.

Chegando ao seu destino, observou com interesse as diferentes trilhas oferecidas pelo museu ao ar livre, de acordo com as condições locais do ambiente: uma geológica, outra botânica e ainda outra histórica – contemplando os pontos de embate das lutas de independência contra os ingleses. À entrada do museu, observou novamente o estímulo à atenção do visitante, que se fazia através de um grande painel com reproduções de aves regionais indagando ao público “quantos pássaros comuns conhece e sabe identificar?”. No hall de entrada do museu um “placar naturalista” daria conta de “acontecimentos da atualidade”, informando em quadro negro sobre as “plantas em floração, os mamíferos vivos naquela estação e outras notas sociais” (p.9).

Nas salas de exposição, que continham apenas material vivo, a Seção de Botânica estaria organizada “de modo a evidenciar a teoria da evolução”. A de Zoologia apresentaria inúmeros invertebrados, batráquios e pequenos mamíferos dentro de cubas e viveiros, e um microscópio permitiria ao público “examinar a riqueza biológica de uma gota d’água dos aquários”, sua fauna invisível a olho nu. Um gabinete mineralógico dentro de um armário com gavetas para serem abertas, convidaria ao exame e comparação dos espécimes colhidos na região.

Na parte externa, observa ainda a existência de um lago artificial que se constituiu em função das árvores cortadas pelos castores que ali habitam, represando as águas do pequeno riacho de montanha do parque. Ali, pôde observar privilegiadamente um roedor

em seu próprio habitat. Outros estímulos foram criados, como um pequeno biotério de cobras, um poço com tartarugas, uma vala com plantas aquáticas e a manutenção de “dois corvos soltos” que se relacionam com o público.

Bertha ressalta o trabalho educativo feito pelos naturalistas do museu, que conduzem os visitantes pelas trilhas oferecendo-lhes explicações e estimulam o espírito de observação, “levando as pessoas a descobrirem por si mesmas os fatos que possam interessá-las” (p.10) – ao melhor estilo pedagógico que buscava difundir. A aplicação de questionários também não passou despercebida por Lutz. Outro aspecto interessante que observou foi a preleção dada “num pequeno anfiteatro natural, de pedras”, onde congregam-se os visitantes no meio da caminhada.

Sempre atenta aos rótulos, julga-os “uma parte essencial das trilhas da natureza”, e observa questões acerca de sua conservação, forma, tamanho, material, localização e conteúdo<sup>226</sup>. Um dos fatores a se considerar seria o poder de atração ao público, pela sua variedade, como os em formato de seta, de tábua, triangulares, pendentes ou rotativos – “trazendo dizeres em três faces”. De maneira semelhante a um estudo de público, Bertha conta que, segundo o diretor da instituição, o Dr. Carr, “em dias de grande movimento ouve-se bater o postigo dos rótulos escondidos continuamente, mostrando queavas sucessivas de visitantes procuram inteirar-se dos seus dizeres” (p.11).

Quanto ao seu conteúdo, salienta novamente o poder de atrair o interesse do visitante, estimulando suas próprias investigações, o cuidado da preservação e consciência ambiental, com dizeres retirados, em sua maioria, dos trabalhos pioneiros “*Nature Trails*” de Frank Lutz. Alguns deles: “*Enjoy, do not destroy*”, colocado em letras graúdas à entrada do museu; na sala de biologia – “Esta sala narra uma história, ilustrada com plantas e animais vivos. Podeis lê-la em 10 minutos, mas para alcançá-la em todas as suas minúcias, necessitareis 10 anos”; na legenda de um grupo de sementes – “Perdidas: as filhas de uma planta quando alguém colheu suas flores”; outros desencorajam o abandono de lixo, que “não aformoseiam a paisagem”.

Mas foram os que incitam a pequenas experiências que mais interessaram a Bertha

---

<sup>226</sup> Os rótulos – de fato, um elemento importante na comunicação museológica – parecem ser uma preocupação constante de Bertha Lutz, tendo, inclusive, levado alguns exemplares ao Museu Nacional. Sobre eles, tece suas considerações, parecendo ser mais favorável aos formatos mais tradicionais: “O *Museu de Bear Mountain* emprega rótulos de zinco com duas ou três mãos de tinta branca, dizeres em tinta nankin e duas camadas de verniz Velspar. Trouxe amostras dos rótulos empregados em *Buffalo* em cartão envernizado com moldura rústica imitando galhos de árvores. Acho que os primeiros são melhores, estando os segundos ainda em fase de experimentação” (p.10).

Lutz – deixando transparecer seu perfil da cientista prática -, como os dizeres de um frasco contendo moscas de frutas (*Drosophilas*): “Virando cuidadosamente este frasco, verificareis que as moscas procurarão o lado mais iluminado”. As informações científicas também diferem na maneira como são passadas, ou seja, avalia-se aqui aspectos do caráter comunicativo do museu. Uma forma inovadora, aos olhos de Bertha, seria: “14 espécies de fetos crescem nos cem metros que rodeiam este lugar. Se não quiserdes travar conhecimentos com todos eles, procurai ao menos apreender os nomes dos quatro mais comuns. São eles: o Feto de Natal, a avenca, a Sensitiva e o feto real”.

Lembrando que, em sua opinião – talvez adquirida com os estudos de público de Anita Goldberg citados no capítulo anterior -, os rótulos curtos seriam mais satisfatórios, apresenta ainda exemplos de informações mais completas, oferecidas pela conjunção de vários rótulos do mesmo tamanho. Como é o exemplo da “casa de cupins” que, ao que nos parece, se explicava de maneira lúdica:

“Uma cidade morta, abandonada pelos seus fundadores. Esta cidade foi começada há uns 30 anos por uma rainha, a *Formica exsectoides*; as operárias acumularam pausinhos e pedregulhos num ponto exposto ao sol, capaz de aquecer os filhotinhos, mas, as plantas cresceram e projetaram sua sombra sobre a construção, o musgo veio cobri-lo e a população enorme desta grande colônia minguou e morreu” (p.11-12).

Bertha, buscando esclarecer a “alma do movimento” (p.12) de criação de tais museus ao ar livre, apresenta trechos veiculados no caso de *Bear Mountain*. Destes, alguns dos quais citamos aqui, concluímos os princípios que buscava divulgar: a construção de conhecimentos pela observação direta da natureza, aliada a métodos pedagógicos então inovadores, que contemplassem a educação de um público amplo.

“Vocês já viram? Nas margens rochosas do Rio Hudson este pequenino prédio feito de lages arrastadas até aqui pelas geleiras se abriga à sombra das montanhas do Urso.”

“Os principais acontecimentos na vida dos animais e das plantas vos serão narrados, ao ar livre e no interior do museu. As rochas trazem a sua história gravada nos seus próprios semblantes.”

“Todos os anos de 1927 para cá, o Museu é franqueado ao público durante o verão, isto é, de maio até outubro.”

“A simplicidade é a nota dominante das trilhas naturais. A própria natureza vos fará a narrativa do seu conto de fadas, que vos encantarão”.

Atenta ainda às circunstâncias locais e citando outras iniciativas do tipo, Bertha comenta sobre o Museu de *Cleveland* e o de *Buffalo* os quais, ao contrário de *Bear*



*Mountain*, descentralizam suas atividades. Por não disporem de uma reserva como a do *Palissades Park*, fazem trilhas em diversos parques de bairros diferentes. Além disso, a instituição de *Buffalo* empreenderia, em conjunto com a Universidade do Estado de Nova Iorque, um projeto no “célebre *Alleghany State Park*” de especialização de técnicos em história natural, através de acampamentos. Para ela, “uma colméia de naturalistas semelhante às colméias de artistas tão comuns na França” (p.12-13).

Concluindo, como não se absteve de fazer ao longo de todo o relatório, dedica-se às sugestões da aplicação prática desses princípios no caso brasileiro. Refere-se, assim, às belezas naturais cariocas, aos resultados positivos possíveis e à necessidade de obter apoio governamental e de associações civis (possivelmente referindo-se às feministas) – em que, sabemos, de fato se empenhou:

“Seria muito interessante fazer a tentativa de criar trilhas e pequeno museu ao ar livre no Rio de Janeiro, cuja beleza natural sempre será um dos principais encantos. Caso fosse possível obter o auxílio da Diretoria de Matas e Jardins e o concurso de associações juvenis como a dos escoteiros, bandeirantes, movimento social brasileiro, etc, à semelhança do que se faz nos EUA, creio que alcançaria bastante êxito esta iniciativa interessando sobretudo os turistas estrangeiros e estimulando o gosto pela natureza na população urbana da nossa capital” (Cap.V, p.13).

### 3.2 – Educação e Pan-americanismo no movimento feminista e na Câmara

Outros indícios instigantes da colaboração da comunidade científica com os movimentos de mulheres são apontados pela forma como se realizariam diversas conferências feministas. A II Conferência Pan-Americana de Mulheres ocorrida em Lima, em 1924, seria uma seção anexa ao II Congresso Científico Pan-Americano, como consta no inventário do acervo da FBPF, no Arquivo Nacional. Aqui e em outros momentos, vemos também um outro fator muito presente: o ideal do “pan-americanismo”, que congregou os diversos países americanos, encabeçado pelos EUA, e estimulou também o movimento de mulheres do qual Bertha fazia parte.

A Conferência de Mulheres ocorrida em 1925, em Washington, foi sediada pela União Pan-Americana<sup>227</sup>, a mesma que, junto com a Associação Americana de Museus, intermediaria a premiação de Bertha com a viagem oferecida pela *Carnegie Corporation e*

---

<sup>227</sup> D.Bertha Lutz. *Homenagem das senhoras brasileiras à ilustre presidente da União Interamericana de Mulheres*. Rio de Janeiro: Typ. Do Commercio, de Rodrigues & C., 1925; p.11.

*Endowment for International Peace*, para seus estudos nos museus norte-americanos. Ao abrir seu discurso em que fora homenageada no Clube de Engenharia, voltando daquela conferência em 1925, já salientara a ocorrência de dois movimentos “decorrentes das tendências irresistíveis do progresso: (...) o movimento feminino e o de aproximação internacional”. Nessa solenidade, que contou inclusive com a presença do embaixador dos EUA, esse país foi constantemente homenageado como o grande mobilizador do ideal da paz e da civilização.

Essa visão, no entanto, enfrentava divergências também no interior do movimento feminista brasileiro, como documentado no acervo da União Universitária Feminina. Mais uma vez permeadas pelo forte caráter associativo entre os países americanos, além de Bertha, outra representante da UUF participa, em 1933, da VII Conferência Internacional Americana de Montevideu<sup>228</sup>. Apenas identificada como Karmen, o cartão postal que envia às suas companheiras, com a imagem do Palácio Legislativo uruguaio, segue com um comentário bastante desapontado:

“Queridas companheiras da UUF. Neste palácio é que inaugurou-se ontem a mais desorganizada Conferência que já assisti em toda minha existência à esta farsa de pan-americanismo a que estamos condenados a acompanhar. Aqui nem os mosquitos são acolhedores (...) e isso me põe ainda mais furiosa. A cidade é bastante bonita, mas também é só o que tenho a dizer dela” (04/12/1933).

A UUF estava intimamente relacionada com a FBPF, dirigida por Bertha, e teve sua primeira reunião mensal na sede da Federação. Nesta, algumas das primeiras associadas eram Maria Eugenia Celso, escritora; Ana Amélia Carneiro de Mendonça, primeira mulher presidente da Casa do Estudante; Maria Luiza Bittencourt, advogada; Joana Lopez, médica famosa, e muitas outras (entrevista Carmem Portinho – Canal Ciência). Fundada em 1922, depois que Bertha Lutz retorna dos EUA onde participara da I Conferência Pan-americana de Mulheres (Baltimore), a Federação contava também com Carmem Portinho (ainda estudante), Jerônima Mesquita, Stella de Carvalho Guerra Duval (fundadora da Pró-Matre), a Sra. Isabel Imbassaly Chermont, esposa do Senador Chermont, entre outras mais (*Curriculum Vitae*, BR MN BL.DP). Em 1933, Bertha e outras companheiras fundariam

<sup>228</sup> As referências encontradas sobre a participação de Bertha nessa conferência são apenas pontuais, como no Livro de Assentamentos n.III do Museu Nacional, fl200 (BR MN MN. Ass.5), que aponta ter sido “por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, nomeada em comissão por Decreto do Chefe do Governo Provisório, na qualidade de Assessor Técnico da Delegação do Brasil” naquela conferência, entre novembro e dezembro de 1933; ou nos diversos currículos elaborados por ela (MN/ A.N). O postal de Karmem é do acervo da UUF/Cedim - “correspondências antigas”.

ainda a União Profissional Feminina e a União das Funcionárias Públicas (site CPDOC/FGV).

A FBPF, desde sua criação, tinha dentre seus fins – o primeiro de uma lista de 7 itens – “promover a educação da mulher e elevar o nível da instrução feminina”<sup>229</sup>. Nesse sentido, Bertha Lutz – como delegada do Museu Nacional<sup>230</sup> e também representando as reivindicações das agremiações feministas nas quais atuava -, participa do Congresso de Educação no mesmo ano de fundação da FBPF, em 1922. No Congresso, defendeu e conquistou o acesso feminino no Colégio Pedro II, principal instituição de ensino secundário do Rio de Janeiro – e porta de entrada para o ensino superior – até então de matrícula exclusiva aos homens. (site CPDOC/FGV; BESSE, 1999).

Em 1922, durante as comemorações do Centenário da Independência, A FBPF recebe uma placa comemorativa oferecida pela Biblioteca do Conselho Nacional de Mulheres da República Argentina<sup>231</sup>. Ali, Bertha discursa veiculando a inserção feminina nas universidades, associando seus ideais de Ciência com aspirações feministas – ambas profundamente relacionadas também com o ideal de nacionalidade e progresso. Resultado das tendências do século XIX, que representara o desenvolvimento científico e as unificações nacionais, significando uma nova etapa rumo ao estabelecimento da Paz, o século seguinte demonstraria um novo momento histórico: as inovadoras descobertas da Ciência, o estreitamento de relações entre os países e, notadamente, a inclusão das mulheres em todos os seus direitos e responsabilidades (p.1).

Seu discurso, que evoca considerações evolucionistas, do papel da ciência num

---

<sup>229</sup> Os outros “fins” listados são: “2. Proteger as mães e a infância; 3. Obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino; 4. Auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão; 5. Estimular o espírito de sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público; 6. Assegurar à mulher os direitos políticos que a nossa Constituição lhe confere e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos; 7. Estreitar os laços de amizade com os demais países americanos afim de garantir a manutenção perpétua da Paz e da Justiça no Hemisfério Ocidental”. O artigo segundo de seu estatuto também deixava explícito o objetivo de educação feminina, declarando destinar-se a FBPF a “coordenar e orientar os esforços da mulher no sentido de elevar-lhe o nível da cultura e tornar-lhe mais eficiente a atividade social, quer na vida doméstica, quer na vida pública, intelectual e política”. *A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e seus fins*. (CEDIM. UUF).

<sup>230</sup> Provavelmente substituíra Roquette-Pinto que, segundo o Livro de Assentamentos, foi convidado para representar o Museu no “Congresso Nacional de Ensino Superior e Secundário, realizado na Escola Politécnica, no centenário da nossa Independência, havendo se desincumbido dessa missão” (BR MN MN.DR. Ass.5, Livro III). Na série “Feminismos” do fundo de Bertha Lutz do Museu Nacional, encontramos sua carteira de Membro do Congresso Brasileiro de Ensino Secundário e Superior (Presidente: Conde de Afonso Celso; 1º Secretário: J.B. Paranhos) Rio de Janeiro, 17/ago./1922. Na carteira, o nome de Bertha Lutz, escrito a mão provavelmente por ela mesma, aparece como representante do MN e da FBPF (BR MN BL.FEM).

<sup>231</sup> “Centenário da Independência. Pronunciado no Palácio das Festas por ocasião da oferta da Placa Comemorativa” (BR MN BL.FEM).

processo evolutivo rumo ao progresso, na consolidação de nacionalidades e da civilização, mostra, além da conformidade de Bertha Lutz com o pensamento da época, como esses temas estavam perfeitamente ligados também à questão feminina. Aliás, Bertha ressalta a feliz escolha do símbolo escolhido para a “placa comemorativa” entregue em questão: Princesa Isabel, a Redentora – uma mulher que teria mudado os rumos de toda uma nação, agindo em conformidade com os ideais femininos de esposa e mãe generosa, livre de egoísmos, mas também soberana (p.5-6).

Como fizera Isabel em seu século, Bertha conclama as suas contemporâneas ao cumprimento de seus papéis, devidamente contextualizados à sua época. Se a imagem maternal e de senhora do lar permanece em seu discurso feminista, agora, segundo suas palavras, os “horizontes se alargam” às funções da mulher:

“O lar não cabe mais no espaço de quatro muros – vai além. Lares são todos os palácios e casebres, fábricas, ateliês, repartições públicas onde palpitam corações de mães, opulentas ou operárias, economicamente independentes ou obrigadas a trabalhar pela sua subsistência. Lares são todas as escolas, onde se vão criando os filhos da Nação. A proteção à Infância, à mulher, à mocidade, não podem mais ser adstritas aos particulares, tem que ser criadas as instituições competentes; a pacificação do mundo e outras questões de magna importância tem que ser levantadas nas Assembléias Legislativas pela voz da mulher” (p.5).

Dessa forma, vemos um sutil deslocamento dos espaços reservados à mulher no discurso feminista, em relação à imagem tradicional instituída. No que se refere a sua educação – abrindo portas para novas formas de atuação -, a proposta de mudança aparece ainda mais claramente:

“A própria educação feminina carece de ser modificada; deve ser mais ampla e mais generosa a nossa orientação. O amor e a amizade não são mais suficientes, a mulher deve ao homem a sua colaboração: cumpre-lhe ser não só a sua companheira de ideais, mas de realizações” (p.9).

Nessa solenidade, estando presentes os representantes da Universidade de Buenos Aires e da Universidade do Rio de Janeiro, Bertha assim os homenageia, realçando suas contribuições ao progresso científico e feminino, também nos espaços educacionais:

“Sr. Decano da Faculdade de Direito portenha, a vossa presença, como também a presença do Reitor da nossa Universidade, são preciosos indícios da nossa época. Provam que a Universidade, ativa e escrupulosa, superiormente orientada como sempre, é a primeira, após ter registrado as conquistas das ciências no século passado, a estender no nosso, uma mão generosa para auxiliar a pacificação do mundo e a elevação da mulher” (p.2).

Em seu discurso, ainda, além de demonstrar o nível organizacional e de inter-relacionamento entre as diversas associações feministas, atribui também o papel da mulher, extrapolando o interior do movimento organizado, na cooperação entre as nações americanas. Assim, considera a homenagem feita pelas argentinas às brasileiras,

“não apenas uma prova de amizade dada por uma das mais prósperas associações femininas sul-americanas, cujo brilho ultrapassa a sua fronteira, à Federação que incorpora o maior número de associações femininas no Brasil. É um testemunho de que as idéias de fraternidade entre os povos estão encontrando um lar e um refúgio no coração das mulheres das duas maiores nações da América do Sul” (p.2).

Novamente, vemos aqui os ideais de cooperação internacional, orientação da União Pan-Americana que também permeou o movimento feminista organizado. A esse respeito, Alves (1977) nota que o item 7 dos estatutos da FBPF – “estreitar os laços de amizade com os demais países americanos a fim de garantir a manutenção perpétua da Paz e Justiça no Hemisfério Ocidental” – enfatizaria as relações pan-americanas, denotando a influência dos EUA também nesse campo<sup>232</sup>. No discurso de Bertha, assim expõe tais ideais:

“Enquanto os laços de amizade vincularem os sentimentos das mulheres brasileiras e das mulheres argentinas não haverá perigo de uma disensão continental. Quando este nobre-intuito que faz parte do programa da grande Associação Pan-Americana de Mulheres que fundamos em Baltimore encontrar um eco nos corações das mulheres de todas as nações, estará próxima a romper a aurora da Paz” (p.3).

Em 14 de julho de 1926, Bertha discursa no jantar da Associação Brasileira de Educação<sup>233</sup>, substituindo D. Maria Luiza Camargo de Azevedo, presidente da Comissão de Diversões Infantis da ABE. Discorrendo sobre as atividades dessa Comissão, refere-se aos numerosos trabalhos por ela apreendidos e seus “animadores” resultados, amplamente divulgados na imprensa diária do Rio de Janeiro. Em relação à reunião da ABE, salienta o “tão agradável convívio” proporcionado a todos. Cita a realização, por aquela Comissão, dos festivais denominados “Tarde da Criança”, que em São Paulo já teriam se instituído contemplando o público carente, e que estimulou as atividades de escoteiros – homenageando seus atos de bravura, sacrifício, abnegação e coragem – certamente relacionados ao amor à Natureza.

---

<sup>232</sup> Alves atenta para o fato de o estatuto da FBPF ter sido escrito, em 1922, com a colaboração da líder feminista norte-americana Carie Chapman Catt, numa época em que se dava a gradativa mudança do centro hegemônico da Europa para os EUA. A influência deste país no movimento sufragista brasileiro refletiria a sua dominação em curso sobre o continente americano (ALVES, 1977: 174-177).

<sup>233</sup> BR MN BL.FEM.1/9.

Sua importante missão social residiria principalmente no aperfeiçoamento da percepção artística das crianças, escolhendo “as diversões, jogos, brinquedos, literatura, e obras de arte e música”, formando seu caráter pautado por ideais puros e nobres. Evocando o jornalista Porto da Silveira, é novamente às mulheres que se atribui a infatigável tarefa de proporcionar o desenvolvimento das qualidades intelectuais e morais das crianças, através de exemplos, sem preocupações disciplinares e dogmatismos, constituindo-se no “mais moderno e útil dos processos educacionais”. Seu discurso passa pela questão da formação das “novas gerações”, essencial ao futuro e à construção da nacionalidade, que teria nas mãos maternas das mulheres seu principal instrumento: a educação das crianças. Mostrando-lhes o “terreno da arte e da ciência” e desenvolvendo a vida particular e pública, contribuiriam assim para a construção da Paz, do Progresso e da Civilização.

Na Rádio Sociedade, em 1931, Bertha Lutz iniciou a série de palestras semanais<sup>234</sup> “Cinco minutos feministas”, facultados à FBPF. Suas primeiras palavras, nesse poderoso veículo de divulgação, protagonizado pelo grupo de cientistas, intelectuais e educadores cariocas, explicitam sua meta: “O momento atual é altamente significativo para o progresso do sexo feminino no Brasil”. Como as principais conquistas nesse sentido, cita: um projeto de lei existente que visava o direito ao voto apenas àquelas dotadas de renda própria, e a permissão concedida ao exercício de funções públicas (provavelmente referindo-se a Maria José de Castro Rabello, que ingressara no Ministério das Relações Exteriores em 1917/18 e torna-se a primeira diplomata do Itamaraty).

Discordando do projeto de lei em questão, que não contemplaria todas as mulheres em absoluto, conclama às mães e donas de casa que se empenhem em sua independência econômica através do trabalho remunerado, para desfrutarem também dos direitos e deveres cívicos. Ao lado daquelas que já não mais se encerravam no mundo privado, considera a participação dessas senhoras do lar igualmente representativas, de “alto valor econômico e social”. Devendo lutar pelo seu reconhecimento, o exercício político e sua intervenção na formação das leis não significaria o descuido com seus lares e prole – ao contrário, beneficiaria a ambos.

Em 22 de junho de 1929, ao participar do Congresso de Berlim (Conferência da Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino), já se valera do recurso do rádio para propagação de seus ideais, dessa vez, na Alemanha. Pronunciado na chamada “Rádio Universal”, enquanto delegada brasileira daquele congresso, apresenta os principais

avanços conquistados pelo movimento feminista brasileiro. Nessa ocasião, dá-se ênfase à conquista do voto, citando a iniciativa pioneira do Estado do Rio Grande do Norte, por Juvenal Lamartine, que concedera esse direito antes mesmo de ter sido decretado em nível nacional (o que só ocorreria em 1932, por decreto de Getúlio Vargas). Também, outras características são expostas. Além do emprego ativo pela FBPF dos “elementos mais modernos de propaganda, como sejam o rádio e o avião”, salienta algo que poderia significar um avanço em termos educacionais, ao apontar o estágio da profissionalização feminina em nosso país – talvez exagerando um pouco o grau de seu alcance:

“Há muito se acham franqueadas todas as profissões às mulheres brasileiras. São aquelas que conseguiram estabelecer a sua independência econômica como advogadas, médicas, engenheiras, etc. etc. que se acham à frente das reivindicações políticas que permitirão a colaboração feminina nas questões de alcance público” (BR MN BL.FEM).

Em dezembro de 1929, a convite da FBPF, também a UUF fazia apelo através do rádio. Nathercia da Silveira discursaria no Radio Club “aos pais de família no sentido de estimularem a cultura superior entre as filhas” (“A União Universitária Feminina e a educação intelectual da mulher”, *O Combate*, 15/dez./1929).

O extenso acervo pessoal de Roquette-Pinto, depositado na Academia Brasileira de Letras, oferece um amplo panorama das iniciativas com as quais se envolveu, dentro e fora do Museu Nacional, na promoção de um projeto educativo popular – que mobilizava a comunidade científica também no sentido de construção de políticas públicas para o seu desenvolvimento. Além das diversas atuações já citadas, como a Rádio Sociedade e a edição da Revista Nacional de Educação, encontramos também referências às atividades da Casa do Estudante do Brasil e à regulamentação da formação dos professores primários, secundários e especializados – que transformou a Escola Normal em Instituto de Educação em 1932.

A Casa do Estudante era uma instituição com a qual Roquette-Pinto esteve envolvido. Em 1936 respondeu ao inquérito do redator-chefe do *Boletim Oficial da Casa do Estudante do Brasil* (fev.1936, ano1/n.2), Nelson Ferreira, “O que o rádio poderá fazer pela educação do nosso povo?”, que foi respondido também por Branca Fialho, presidente da ABE, e Villa-Lobos, chefe da Superintendência Musical e Artística da Prefeitura Municipal. No mesmo exemplar existia nota sobre a UUF.

Com essas questões, a UUF e a FBPF estavam também envolvidas, inclusive a

---

<sup>234</sup> BR MN BL.FEM. 1/26.

Casa do Estudante, que franqueava sua biblioteca às sócias da UUF (Estatuto UUF, 1937/CEDIM), além de sediar diversas palestras e eventos a seus membros, como o Chá das Calouras, por exemplo (*A Noite Ilustrada*, 18/04/1934). A presidente da Casa, Ana Amélia de Queiroz Carneiro Mendonça – a “sempre e para sempre consagrada rainha dos estudantes”<sup>235</sup> -, coordenara o Chá de 1934, na qual estaria presente também Carmem Portinho e a Dra. Hanna Rydh, arqueóloga sueca da Universidade de Estocolmo, dando uma breve palestra. A Dra. Elza Pinho saudou as calouras. Na verdade, como podemos avaliar pelo acervo da UUF, desde sua fundação esteve relacionada com a Casa.

São esses exemplos da diversidade de espaços de atuação e interação de mulheres, dos quais Bertha Lutz participou, em busca de uma maior participação feminina no mundo público. Uma rede intrincada na qual ciências e feminismos estão frequentemente associados.

---

<sup>235</sup> Texto acerca da comemoração do 5º aniversário da UUF, em 1934, provavelmente para ser enviado à publicação de algum jornal. O evento contaria ainda com representantes de universitárias uruguaias, com o Ministro da Educação, Dr. Washington Pires, o Dr. Octavio Ginle – “o grande amigo dos universitários”, que oferecera os salões do Palace Hotel para a comemoração, além da imprensa e de Bertha Lutz, entre outras representantes feministas (CEDIM/UUF – correspondências antigas).



### Considerações Finais

Com este estudo acerca de Bertha Lutz, pudemos avançar um pouco na compreensão de uma faceta até agora pouco explorada desta personagem. Apesar dos trabalhos publicados desde a década de 1970 até os atuais, que continuam não contemplando a atuação científica de Bertha Lutz ou o devido protagonismo em sua própria trajetória, acreditamos ter restituído a Bertha parte de sua contribuição à história da ciência do Brasil na primeira metade do século XX, bem como sua autonomia intelectual. Sustentar sua autonomia, no entanto, não significa considerar seu pensamento e ação descolados de contingências contextuais, como os interesses e compreensões científicas e feministas de sua época, e de influências pessoais – sua ampla rede de relações e, notadamente, Adolpho Lutz que foi, sem dúvida, importante para o treinamento científico de Bertha na fase inicial de sua carreira.

A contribuição de Bertha Lutz no campo científico foi, além de seus trabalhos botânicos e zoológicos e das proposições museológicas em educação popular de maneira geral, também a busca pela inserção de mulheres nesse domínio do mundo público, através da defesa da educação e profissionalização feminina. Com isso, sua atuação se dá tanto no âmbito da história educacional e científica do Brasil, como também no âmbito das relações de gênero, propiciando mudanças dos papéis femininos na sociedade. Militando, também no campo científico, por maiores condições de educação e profissionalização de mulheres, Bertha Lutz contribuiu para a criação de um novo papel social feminino.

Para essa atuação de Bertha Lutz, o Museu Nacional, além das associações feministas das quais participou, teve um papel decisivo. Apoiada institucionalmente num espaço privilegiado de sociabilidade e de construção de ideias e práticas científicas, Lutz pôde oferecer com autoridade sua contribuição a reformulações sociais. E o fez, não apenas como feminista mas também como cientista – assumindo a função desse grupo profissional que definia para si um papel no processo de desenvolvimento do país (Schwartzman, 2001). George Zarur (1994), abordando a relação entre ciência e estrutura social, identifica a lógica de formação de grupos científicos com a lógica familiar, e se utiliza desse conceito para a análise das instituições. Maria Amélia Dantes (2001) sustenta que mais do que lugares que abrigam cientistas, as instituições são espaços em que interesses sociais e científicos se encontram – não apenas sediam tais atividades, mas oferecem as próprias dimensões sociais da ciência.

No Museu Nacional, extrapolando suas funções na secretaria, Bertha Lutz buscou a atualização e implementação de novos métodos educativos na instituição, colocando-o na ordem do dia do “museu moderno”. Essas inovações em atividades educativas se deram também no âmbito do ensino de economia doméstica, essencialmente voltado às mulheres, e que muitas vezes referiam-se ao ambiente rural e à administração de gêneros alimentícios (agrícolas). Os estudos feitos nos EUA e na Europa a esse respeito estavam relacionados a interesses governamentais<sup>236</sup>, do Museu Nacional e também a aspirações pessoais de Bertha Lutz, ao considerar as mulheres tanto como agentes/ educadoras quanto como receptoras/ educandas nesse movimento de divulgação científica.

A atuação de Bertha nesse sentido se deu de forma continuada, desde 1922 – na primeira viagem que faz aos EUA – até 1932, quando faz seus estudos mais sistematizados acerca dos museus norte-americanos. Nessas viagens, Bertha Lutz associou, inevitavelmente, objetivos científicos e feministas – e, da mesma forma, integrou em sua rede de relações contatos profissionais e militantes. Perfeitamente à vontade na comunidade científica e compartilhando das teorias em voga, entrou em contato com personalidades influentes na área da museologia, como Laurence Coleman, Chauncey Hamlin, Philip Youtz, e participou de congressos e associações internacionais, como a *American Association of Museum*. Dentro desse grupo profissional, relacionou-se com muitas mulheres que trabalhavam na área, como a herpetologista Doris Cochran, a diretora do museu infantil do Brooklin, Annie Gallup, e a psicóloga Nita Goldberg, algumas das quais também discutiam temas feministas.

O Museu Nacional lançou as bases para o estreitamento das relações museu-escola entre as décadas de 1920/30 e Bertha Lutz, inserida nesse contexto, ofereceu sua colaboração na idealização dessas práticas – algumas das quais permanecem até hoje nas instituições museais, “escolarizadas”. Através do relatório de 1932 elaborado por ela percebemos que, no movimento pela popularização dos conhecimentos, empreendido a partir dos museus, o interesse voltou-se especialmente às crianças. Tais preocupações eram concernentes ao movimento escolanovista da década de 1920 e serviram muito apropriadamente aos ideais feministas de Bertha para defender a atuação de mulheres na educação infantil, baseando-se em características femininas tidas como “naturais” – a

---

<sup>236</sup> A serviço do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, nas primeiras viagens, Bertha Lutz foi designada a auxiliar na “comissão de remodelação do ensino agrônômico”, que estava a encargo do engenheiro agrônomo e professor da seção de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional, Domingos Sérgio de Carvalho. Carvalho servia àquele Ministério, para o estudo de questões relativas ao ensino

vocação materna.

Dentro da função educativa do Museu Nacional, além das inovações em técnicas expositivas e nos serviços prestados ao público visitante, Bertha Lutz também publicou artigos e proferiu palestras de divulgação, em geral sobre a fauna e flora do Brasil. Estas, muitas vezes, contemplavam questões que envolviam a defesa do patrimônio natural e o tema da nacionalidade, e seu público-alvo, novamente, incluía as mulheres como, por exemplo, no ciclo de Conferências do Curso Jacobina. Assim, a proposição de Bertha Lutz para a educação de mulheres encontrou sustentação num discurso científico vigente na geração a que pertencia – ciência e feminismo são indissociáveis em sua trajetória.

Dar ênfase à trajetória profissional de Lutz contribui para a desconstrução da “invisibilidade” historiográfica das mulheres nas ciências. A historiografia feminista, para sustentar a tese de que as mulheres estavam completamente excluídas desse campo de atuação, parece ter desconsiderado por completo os exemplos existentes. Bertha não só estabeleceu uma carreira científica coerente com a existente à época, como, ademais, não era a única. A partir da intrincada rede estabelecida por ela nos deparamos com diversas mulheres cientistas cujas trajetórias merecem ser analisadas, sob a ótica de gênero e da história das ciências.

Heloisa Alberto Torres, Emília Snethlage, as assistentes do Museu Nacional que permanecem desconhecidas pela posteridade, profissionais de saúde, professoras do magistério público que passavam por uma especialização científica, são alguns exemplos de novas possibilidades de pesquisa<sup>237</sup>. Integram uma rede crescente de mulheres e um círculo de cooperação, quer entre as que não se declaravam propriamente feministas, quer entre aquelas que se apoiavam nas associações de militância para a execução de seus trabalhos.

Assim, Bertha Lutz contou com uma ampla rede de mulheres que já se educavam e se profissionalizavam, e que lutaram para ampliar ainda mais as condições de acesso ao ensino e profissionalização do contingente feminino. No movimento organizado,

---

agronômico, desde 1911.

<sup>237</sup> Sobre Heloisa Alberto Torres, além do capítulo em *Antropólogas & antropologia* de Mariza Corrêa (2003), ver também o livro que reúne cartas recebidas pela antropóloga por expedicionários em campo, organizado por Mariza Corrêa e Januária Mello (2009), abordando sua contribuição, durante a diretoria no Museu Nacional, para a institucionalização da disciplina antropológica. A versão on-line (ebook) está disponível no site do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp: <http://www.pagu.unicamp.br/files/pdf/LivroHAT.pdf>. Sobre Emília Snethlage, também um capítulo de Corrêa (2003), e a recém-concluída dissertação de mestrado de Miriam Junghans: “Avis Rara: A Trajetória Científica da Naturalista Alemã Emília Snethlage (1868-1929) no Brasil”, desenvolvida na Casa de Oswaldo

relacionadas com instituições científicas e educativas nacionais e estrangeiras – assim como iniciativas feministas internacionais -, promoviam o incentivo, bolsas de estudo e o auxílio em suas carreiras. O movimento feminista do qual participava também se aproximava de temas de história natural e estava sintonizado com as preocupações acerca da proteção à natureza, questões pertinentes à comunidade científica da época.

Ao referir-se à situação de independência feminina no Brasil, Bertha cita o “grande programa educativo” promovido no país já em 1922<sup>238</sup>, e na década de 1930 essas mulheres continuavam se relacionando com órgãos do governo, especialmente o Ministério da Educação e a Universidade do Rio de Janeiro. Paralelamente, o Museu Nacional – que já contava com suas assistentes – vinha buscando um “projeto educativo de grande alcance” de ensino científico que contemplasse também as “mocinhas”<sup>239</sup>, sob a idealização de Roquette-Pinto. O que, no mesmo espectro de atuação, Roquette já vinha fazendo no Colégio Bennet e na Escola Normal, onde lecionava o curso de História Natural às futuras professoras do magistério público.

O que buscamos enfatizar aqui é que Bertha Lutz não era uma mulher excepcional, pois compartilhou valores, experiências e ações dentro da sua geração: de cientistas, de mulheres e de mulheres cientistas – que, naquele contexto científico, político, cultural e social, reformulavam seus papéis na sociedade. Essas mulheres, feministas ou não, buscavam maiores condições de atuação no mercado de trabalho e no mundo público, e atuavam em conformidade com os ideais de uma comunidade científica que, pregando a ampla difusão do conhecimento, inclusive para a parcela feminina da população, buscava também a afirmação de seus valores e do que considerava ser o seu papel para o desenvolvimento do país.

Sintonizada com as preocupações e interesses da instituição onde trabalhava, Bertha Lutz atuou pelo estreitamento entre instituições congêneres internacionais, pelo incremento das coleções, pela realização do papel didático dos museus e trabalhou com os temas de divulgação de história natural em voga. Ela e as associações de mulheres das quais participou pregavam a contribuição feminina na defesa do patrimônio natural, no desenvolvimento da civilização, na manutenção da paz e no progresso da nação. A solução

---

Cruz/Fiocruz.

<sup>238</sup> Reportagem em *The Washington Post* (EUA, 1922) a que nos referimos na primeira página do capítulo 3 dessa dissertação.

<sup>239</sup> Referência à carta de Montenegro Cordeiro a Roquette-Pinto (1928), citada no capítulo 3, sobre o plano de projetar no Museu Nacional uma série de diapositivos que “prepara[sse] os espíritos para a observação minuciosa dos detalhes”.

dos problemas sociais e “relacionados ao Progresso” estavam entre os próprios objetivos da União Universitária Feminina (UUF), o que se relaciona, novamente, com o papel que se buscava dar a essas mulheres atuando no mundo público.

Para a divulgação científica (e também feminista), utilizaram-se dos mesmos meios comunicativos que vinham sendo empregados por aquela geração intelectual – e notadamente no Museu Nacional –, como a imprensa, as conferências em espaços associativos e, principalmente, o rádio. A própria presidente da UUF, Carmem Portinho, identifica esse grupo de mulheres instruídas como pertencentes à “moderna geração intelectual”<sup>240</sup>, inserindo-as perfeitamente nesse grupo social comumente visto pela historiografia como exclusivamente masculino.

Orientada pelas teorias do “museu moderno”, com ênfase no didatismo, valorização das práticas pedagógicas e do público infantil, pela valoração do patrimônio e da história natural – ou seja, baseando-se em princípios caros à comunidade científica da época – Bertha Lutz propôs algo que consideramos inovador para as relações de gênero no Brasil: a especialização científica das professoras do magistério e a participação irrestrita das mulheres no mundo público.

Isso se fez muitas vezes com base em pressupostos tradicionais de “feminilidade” – as aptidões domésticas, a função maternal e o cuidado das crianças. No entanto, tais ideais são agora resignificados: como Bertha enfatiza mais de uma vez, o lar não se encerra mais dentro das quatro paredes da casa – sua esfera de atuação é a sociedade como um todo e mesmo os espaços políticos por excelência, como o Parlamento. Ao educar as crianças, as mulheres estariam cuidando do futuro da nação, do desenvolvimento da civilização. Nas propostas de Bertha Lutz e suas companheiras feministas, as mulheres passam a ter um papel fundamental no desenvolvimento do país, também através do discurso da maternidade – que não se restringia mais à esfera individual ou familiar, estava dotada de uma ampla e importante função social, a colaboração na construção da nação.

Assim, procuramos nos distanciar das interpretações que consideram a atuação política de Bertha Lutz como sendo dotada de um “conservadorismo” que implicaria numa manutenção dos papéis tradicionais femininos. Pelo contrário, identificamos em sua prática e em seu discurso, aspectos de ruptura de uma ideologia de gênero. Qualificar seu

---

<sup>240</sup> Reportagem de *O Jornal* (1929) citada do capítulo 3. Para análises baseadas no tema da geração de intelectuais, profissionalização da carreira científica e construção de identidades profissionais nesse contexto ver LIMA e SÁ (2008), que aborda a trajetória múltipla de Roquette-Pinto, e SÁ (2006) sobre diversos atores do processo de especialização do trabalho científico nas primeiras décadas do século XX.

feminismo como “conservador” seria não avaliar devidamente as condições históricas que permeiam sua trajetória – em última instância, um anacronismo. Além disso, seria não perceber o devido impacto que, acreditamos, sua atuação teve no sentido de reformulações da participação feminina no mundo público.

A própria experiência pessoal de Bertha e muitas dessas mulheres que se mobilizavam, aponta para mudanças dos papéis tradicionais femininos. Bertha Lutz nunca foi casada nem teve filhos, exerceu uma carreira numa importante instituição científica e figurou entre os espaços oficiais de definições legislativas do país, o que lança luz para a ocorrência de transformações em curso, mais do que permanências, na sociedade em que vivia.

Argumentos essencialistas, diversas vezes na história, foram utilizados para justificar uma dominação seja de classe, de raça ou de gênero. Por outro lado, a mesma arma também pôde ser empregada, no caso de Bertha, por exemplo, para legitimar no parlamento uma reserva profissional como a enfermagem, associada à natureza “maternal”, tanto das mulheres como da própria ocupação (SOUSA; SOMBRIO; LOPES, 2005)<sup>241</sup>. Essa mesma “essência”, embora reconhecida, foi rejeitada por Bertha Lutz na prática e mesmo em outros discursos, talvez mais à vontade entre suas colegas feministas, como na convenção organizada pela FBPF, em 1933, em que afirmou ser a maternidade um “encargo imposto à mulher pela natureza”<sup>242</sup>. Consideramos aqui que essas mulheres aceitaram seus papéis maternais talvez de uma forma mais ampla, simbólica – eram mães da Nação, da Humanidade.

Para finalizar, uma palavra sobre a polivalência desta personagem, tão “multifacetada”. As diversas áreas de interesse de Bertha Lutz estão completamente associadas. Se a “faceta” feminista de Bertha imprimiu em sua atuação científica a inclusão de mulheres no mundo da ciência, defendendo no Museu Nacional a educação e profissionalização feminina, seu *ethos* científico marcou a orientação de sua militância. Estabelecer uma ordem causal nessa articulação de dimensões é praticamente impossível e, mesmo, por que não dizer, desnecessário – o esforço que temos feito aqui é justamente não separar tais esferas de pensamento e atuação, considerá-las como partes indissociáveis de uma mesma trajetória.

---

<sup>241</sup> Sobre a construção da identidade profissional feminina na enfermagem e educação sanitária, ver FARIA (2006). Para uma análise acerca do discurso maternalista como sustentação de práticas públicas femininas, ver MOTT (2001) e FREIRE (2009).

<sup>242</sup> “Resoluções da I Convenção Nacional Feminina – Rio, 1933, posteriormente incorporadas à Conferência

Obras inspiradoras nesse sentido, ainda que abordem contextos diversos, são os estudos acerca das vidas de Galileu (BIAGIOLI, 2006) e de Mozart (ELIAS, 1995). Associando a experiência cortesã à atuação científica, para o primeiro caso, e artística, para o segundo, ambos os autores avaliam como aquela dimensão, comumente desconsiderada pela bibliografia, influenciou a construção de suas carreiras. Aqui voltamos nossas considerações tanto para a necessidade de uma visão menos compartimentada da experiência pessoal, humana, como, novamente, para a discussão geracional e as questões que dela derivam – os limites e possibilidades de atuação individual dentro de um “enquadramento” contextual. A partir das quais devemos pensar os processos de transformações históricas.

Bertha Lutz fazia parte de uma geração na qual tanto os cientistas quanto as mulheres definiam e negociavam seus papéis na sociedade – estes sujeitos estavam construindo para si uma função social. Para o caso de nossa personagem, que atuou em frentes diversas, como muitos dos intelectuais de sua geração, seus discursos e práticas retratam interesses tanto científicos quanto feministas, em sua trajetória “múltipla”. Integrando a constituição de uma elite letrada, em que eram poucas as mulheres, mas também os homens, numa sociedade que ainda recentemente abandonara o sistema escravocrata, Bertha Lutz não era exatamente uma exceção dentro da comunidade científica. Inclusive, pode-se mesmo afirmar que, no Museu Nacional, exercera com considerável liberdade “a velha ciência normal de Kuhn” (LOPES, 2006a).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Branca Moreira. *Em busca da nossa história: o movimento pelo voto feminino no Brasil – 1919/ 1932, fatos e ideologia*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1977.

\_\_\_\_\_. *Ideologia e Feminismo: a luta pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

AZEVEDO, Nara et al. Gênero e ciência: a carreira científica de Aída Hassón-Voloch. *Cadernos Pagu*. Campinas: Unicamp, v. 23, 2004.

AZEVEDO, Nara ; FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: Educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. *Cadernos Pagu*. Campinas: Unicamp, v.27, 2006.

BENCHIMOL, Jaime et al. Bertha Lutz e a construção da memória de Adolpho Lutz. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.10, n.1, 2003.

BESSE, Susan K. *Modernizando a Desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: EDUSP, 1999.

BIAGIOLI, Mário. *Galileu, Cortesão: a prática da ciência na cultura do absolutismo*. Coleção História e Filosofia da Ciência. Porto: Porto Editora, 2006.

CORRÊA, Mariza. *Antropólogas & antropologia*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_; e MELLO, Januária (orgs.). *Querida Heloísa/Dear Heloísa: cartas de campo para Heloísa Alberto Torres*. Núcleo de Estudos de Gênero, Unicamp, 2009.

CORADINI, Odaci Luiz. Grandes famílias e elite “profissional” na medicina no Brasil. *História, ciências, saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.3, n.3, 1996.

DANTAS, Regina M. M. C. *A primeira diretora do Museu Nacional – Heloisa Alberto*



*Torres*: algumas considerações administrativas. (Monografia de especialização em História do Brasil). Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2003.

DANTES, Maria Amélia. Fases da Implantação da ciência no Brasil. *Quipu*, v. 5, n. 2, mai-ago, 1988.

\_\_\_\_\_ (org.) *Espaços da ciência no Brasil (1800-1930)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

DE LUCA, Leonora. O “Feminismo Possível” de Júlia Lopes de Almeida. *Cadernos Pagu*. Campinas: Unicamp, v.12, 1999.

DICKENSON, John. Marianne North: uma naturalista do século XIX no Brasil? *Cadernos Pagu*. Campinas: Unicamp, v. 15, 2000.

DUARTE, Regina Horta. “Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte”: a *Revista Nacional de Educação* e a divulgação científica no Brasil (1932-34). *História, ciências, saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 33-56, jan-abr, 2004.

ELIAS, Norbert. *Mozart, Sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

FARIA, Lina. Educadoras sanitárias e enfermeiras de Saúde Pública: identidades profissionais em construção. *Cadernos Pagu*. Campinas: Unicamp, v.27, 2006.

FERREIRA, M. M. e AMADO, J. (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, (5ª. edição), 2002.

FREIRE, Maria Martha de Luna. “Ser mãe é uma ciência”: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. *História, ciências, saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.15, supl., 2008.

HAHNER, June E. *A Mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_ . *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil*,

1850-1940. Florianópolis: Edunisc, 2003.

HENSON, Pamela. A Invasão da Arcádia: as cientistas no Campo na América Latina, 1900-1950. *Cadernos Pagu*. Campinas: Unicamp, v.15, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

JUNGHANS, Miriam. Emilia Snethlage (1868-1929): uma naturalista alemã na Amazônia. *História, ciências, saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol.15, supl., 2008.

KOFES, Suely. *Uma trajetória, em narrativas*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ/UCAM, 1999.

\_\_\_\_\_ ; SÁ, Dominichi Miranda de (org.). *Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/Fiocruz, 2008.

LOPES, Maria Margaret. *Museu: uma perspectiva de educação em geologia*. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 1988.

\_\_\_\_\_ . A favor da desescolarização dos museus. *Educação e Sociedade*. Nº 40, dez./1991.

\_\_\_\_\_ . *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_ . “Aventureiras” nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil. *Cadernos Pagu*. Campinas: Unicamp, v.10, 1998.

\_\_\_\_\_ . (org.). *Cadernos Pagu*. Gênero, ciências, história. Campinas: Unicamp, v.15, 2000.

LOPES, Maria Margaret; SOUSA, Lia G. P.; SOMBRIO, Mariana M. de O. A construção da invisibilidade das mulheres nas ciências: a exemplaridade de Bertha Maria Julia Lutz (1894-1976) *Gênero*. Niterói: EdUFF, v.5, n.1, pp.97-109, 2004.

\_\_\_\_\_ ; COSTA, Maria Conceição. Problematizando ausências: mulheres, gênero e indicadores na História das Ciências. In: MORAES, Maria Lygia Quartim (org.) *Gênero nas Fronteiras do Sul*. Pagu/Unicamp, Coleção Encontros, pp.75-83, 2005.

\_\_\_\_\_ ; MURRIELO, Sandra Elena. El movimiento de los museos en Latinoamérica a fines del siglo XIX: El caso del Museo de La Plata. *Asclépio. Revista de História de la Medicina y de la Ciencia*. Vol. LVII, fasc.2, pp.203-222, 2005.

\_\_\_\_\_ . “Vencer barreiras”, até quando? Aspectos da trajetória científico-política de Bertha Maria Julia Lutz (1894-1976). In. SANTOS, Lucy W.; ICHIKAWA, Elisa Y.; CARGANO, Doralice de F. (orgs.) *Ciência, tecnologia e gênero: desvelando o feminino na construção do conhecimento*. Londrina: IAPAR, 2006a.

\_\_\_\_\_ . Bertha Lutz e a importância das relações de gênero, da educação e do público nas instituições museais. *Musas. Revista Brasileira de Museus e Museologia*. IPHAN/ Departamento de Museus e Centros Culturais, n.2, 2006b.

\_\_\_\_\_ . (org.). Sobre convenções em torno de argumentos de autoridade. *Cadernos Pagu*. Ciência, substantivo feminino, plural. Campinas: Unicamp, n.27, 2006c.

\_\_\_\_\_ ; SOUSA, Lia Gomes Pinto de. Pelas mulheres nas ciências. *Nossa História*, ano 3, n. 30, abr. 2006a.

\_\_\_\_\_ ; \_\_\_\_\_. La trayectoria política-científica de Bertha Julia Maria Lutz (1894-1976): Contribuciones para los estudios de Género y Ciencias y para la crítica de la construcción de la ‘invisibilidad’ de las mujeres. In. BOSCH; PÉREZ; GUZMÁN (comp.) *Los Feminismos como Herramienta de Cambio Social (I): Mujeres tejiendo redes históricas, desarrollos en el espacio público y estudios de las mujeres*. Treballs Feministes.

Palma de Mallorca: Universitat de les Illes Balears (UIB), 2006b.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Mulheres nas ciências naturais: produção científica de Bertha Maria Julia Lutz (1894-1976), a partir da década de 1940. In. SILVA, C. B.; ASSIS, G. de O.; KAMITA, R. C. (orgs.). *Gênero em movimento: novos olhares, muitos lugares*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2007.

LOPES, Maria Margaret. Proeminência na mídia, reputação em ciências: leituras sobre a construção de uma feminista paradigmática e cientista normal no Museu Nacional do Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.15 (supl.), 2008.

LOPES, E.; FARIA FILHO, L; VEIGA, C. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MAGALDI, A. N.; ALVES, C.; GONDRA, J. G. (orgs.). *Educação no Brasil: História, Cultura e Política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In. FORACCHI, Marialice Mencarini (org.). *Karl Mannheim: sociologia*. São Paulo: Ática, 1978.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *A medicina da mulher: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia no século XIX*. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH/ Unicamp, 2000.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classes dirigentes no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

MOREIRA, Ildeu de Castro; MASSARANI, Luisa. A divulgação científica no Rio de Janeiro: algumas reflexões sobre a década de 1920. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.7, n.3, 2001.

MOTT, Maria Lúcia. Maternalismo, políticas e benemerência no Brasil (1930-1945). *Cadernos Pagu*. Campinas: Unicamp, n.16, 2001.

NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira III. O Brasil Republicano 2. Sociedades e Instituições (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1978.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Rondônia: Anthropologia – Ethnographia*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

SCHWARTZMAN, Simon. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: MCT/CET, 2001.

\_\_\_\_\_. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/FGV, 2000.

SCHPUM, Mônica Raiza. Entre feminino e masculino: a identidade política de Carlota Pereira de Queiroz. *Cadernos Pagu*. Campinas: Unicamp, v.12, 1999.

SILVA, André Felipe Cândido. A campanha contra a broca-do-café em São Paulo. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 13, n.4, 2006.

SOIHET, Raquel. *Bertha Lutz e a ascensão social da mulher, 1919-1937*. Dissertação de mestrado. Niterói: ICHF-UFF, 1974.

\_\_\_\_\_. Mulheres em busca de novos espaços e relações de gênero. *Acervo*. Rio de Janeiro, v.9, n.1-2, jan-dez., 1996.

\_\_\_\_\_. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*, set.-dez., 2000.

\_\_\_\_\_. Transgredindo e conservando, mulheres conquistam o espaço público: a contribuição de Bertha Lutz. *Labrys, Estudos Feministas*, n. 1-2, jul.-dez., 2002.

\_\_\_\_\_. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

STEPAN, Nancy. *Gênese e Evolução da Ciência Brasileira: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.

SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira. *Traços da participação feminina na institucionalização de práticas científicas no Brasil: Bertha Lutz e o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, 1939-1951*. Dissertação de mestrado. Campinas: IG/Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_; LOPES, M. M.; VELHO, Lea. Práticas e disputas em torno do patrimônio científico-cultural: Bertha Lutz no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil. *Vária História*. Belo Horizonte, v. 24, n.39, jan.-jun., 2008.

SOUSA, Lia Gomes Pinto de; SOMBRIO, Mariana Moraes de O.; LOPES, Maria Margaret. Para ler Bertha Lutz. *Cadernos Pagu*. Campinas: Unicamp, v. 24, jan-jun., 2005.

STUDART, Denise C. *Exposições participativas e educativas em museus*. Cadernos Paulo Freire. Volume VIII. Fortaleza: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará/ Museu do Ceará, 2006.

TAVARES, Marita Arêas de Souza. Desenvolvimento científico e tecnológico: a mulher e o desenvolvimento científico e tecnológico. In: AUAD, S. M. V (org.) *Mulher: cinco séculos de desenvolvimento na América - Capítulo Brasil*. Belo Horizonte: CREZ/MG, Centro Universitário Newton Paiva, IA/MG, 1999.

VERGARA, Moema Rezende. A noção de excepcionalidade na história das mulheres: o caso da geração de Flora Tristan. *Cadernos Pagu*, Campinas: Unicamp, v.13, 1999.

XAVIER, M. C. (org.). *Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ZARUR, George C. L. Família e mérito: o processo de formação de grupos na cultura e na ciência brasileira. *A Arena Científica*. Campinas: Autores Associados, 1994.

### Fontes eletrônicas

*Canal Ciência*. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)/Ministério da Ciência e da Tecnologia.

<http://www.canalciencia.ibict.br/notaveis/txt.php?id=24>

*Dicionário histórico-biográfico das ciências da saúde no Brasil (1832-1930)*. Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>

*A Era Vargas: Biografias*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas: <http://www.cpdoc.fgv.br>

*ICOM – International Council of Museums*: <http://icom.museum>

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: [www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br)

*Querida Heloísa/Dear Heloísa*: cartas de campo para Heloísa Alberto Torres. Mariza Corrêa e Januária Mello (orgs.). Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp: <http://www.pagu.unicamp.br/files/pdf/LivroHAT.pdf>

*The Society of Woman Geographers*: <http://www.iswg.org/>

## FONTES PRIMÁRIAS

### Academia Brasileira de Letras (ABL)

#### Arquivo Roquette-Pinto

PASTA 27-3-23 – Boletim oficial da Casa do Estudante do Brasil. Inquérito promovido por Nelson Ferreira: “O que o rádio poderá fazer pela educação popular” (6/11/1934).

PASTA 27-3-27 – Conferências do Curso Jacobina para o inverno de 1921.

PASTA 27-3-35 – Homenagem da turma de 1925 a Roquette-Pinto.

PASTA 27-4-08 – “Atividades do Museu”:

- “Confere” de Bertha Lutz (Secretário/ seção de Botânica). 1920;
- Comunicado Bourguy de Mendonça para o diretor Bruno Lobo. “Confere” de Bertha Lutz (Secretário/ seção de Zoologia). 14/set./1920.

PASTA 27-5-03

- Discurso de paraninfo de Roquette-Pinto na formatura das alunas do Colégio Bennet, no Instituto Nacional de Música (1927);
- cartão de Maria Eugenia Celso, agradecendo livro, tourné de conferências etc.;
- cartão de Henry Leonardos (cônsul do Peru), sobre publicação de Alice em Botânica.

PASTA 27-5-06

- *Diário Oficial* de 18-01-1916. Decreto do poder executivo nº 11.896, de 14 de janeiro de 1916, que instituiu novos regulamentos para o pessoal, seções etc.;
- Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (impresso). Regulamento que baixou o decreto n.º 9.211, de 15/dez./1911. Museu Nacional, Imprensa Nacional, 1912.

PASTA 27-5-08 – Caderno com manuscritos de Roquette-Pinto sobre objetivos e histórico da criação da Rádio Sociedade.

PASTA 27-5-18

- cartão postal de Bertha Lutz a Roquette-Pinto (Washington Monument, Washington D.C. 07/abr./1922);
- carta das alunas do Colégio Bennet convidando Roquette-Pinto para paraninfo (01/11/1927).

PASTA 27-5-26 - Biografia intelectual de Roquette-Pinto com listagem das suas atividades ano a ano (1905 a 1933).



## PASTA 27-6-14

- Carta de J. Montenegro Cordeiro para Roquette-Pinto (28 de César de 140 / 19 de maio de 1928).
- carta de Helena Kubrig. Pedra, 15/nov./1928;
- carta de Emilia Snethlage para Roquette-Pinto, Diretor do Museu Nacional. Sta. Bárbara/RS, 12/julho/1928;
- Homenagem das alunas da Escola Normal a Roquette-Pinto, pela sua eleição na ABL. 28/10/1927;
- Felicitações pela inauguração de uma sala para o Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural. 19/out./1927.

PASTA 27-6-21 – Allocuções das alunas da Escola Normal – História Natural (out./1917).

PASTA 27-6-25 – Carta do Diretor do Museu Nacional, Bruno Lobo (18-07-1921).

PASTA 28-1-12 – Carta de A.Taunay a Roquette-Pinto (17/02/1927).

## PASTA 28-2-12

- Carta de “Helô” [Heloisa Alberto Torres]. Engenho, 06/06/1926;
- Carta de “Helô” [Heloisa Alberto Torres]. 18/05/1926;
- Carta de “Helô” [Heloisa Alberto Torres]. 25/05/1926.

### **Arquivo Nacional**

#### **Fundo/Coleção Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (em reorganização)**

Cx.10 e 11 - Série Bertha Lutz:

Cx.10

1. Participação na Câmara;
2. Atividades na ciência – até 1923 e posterior;
3. correspondência particular passiva.

Cx.11

4. Documentos pessoais;
5. Família;
6. Homenagem a Bertha Lutz;
7. Produção intelectual de Bertha Lutz;

8. Bertha Lutz a serviço do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio nos EUA, depois da Conferência de Baltimore em abril de 1922. Na Europa, depois do Congresso de Roma, em maio de 1923.

Cx.84

Pacote 1 – Ano Internacional da Mulher

Pacote 3 – Morte de Bertha Lutz. Manifestações e homenagens

### **Casa de Cultura Heloisa Alberto Torres (CCHAT)**

#### **Arquivo Heloisa Alberto Torres**

- Pasta “Museu Nacional. Concurso”;
- Pasta “Museu Nacional. Problemas”;
- Pasta “Museu Nacional. Relatório”;
- Pasta “Roquette-Pinto. Homenagens”;
- Pasta “ABE”;

### **Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM)**

#### **Coleção União Universitária Feminina (não organizado)**

- Ata de Fundação da União Universitária Feminina (13/jan.1929);
- Ata da primeira reunião mensal da UUF (01/out./1929) [incompleta];
- Pasta “Correspondências Antigas”;
- Estatutos e Anuário da UUF;
- Boletim da Prefeitura do Distrito Federal (Rio de Janeiro, out.-dez./1934) – Decreto n. 5.275, de 15 de dezembro de 1934, “Declara de utilidade pública municipal a União Universitária Feminina”;
- Relação das fundadoras e associadas da UUF;
- Pasta “Subvenções”;
- Livro de recortes de jornais (1929-1937);
- pasta com recortes de jornais (1934-1939);

- pasta “Centenário de Bertha Lutz” (1994);
- Álbum de fotos da União Universitária Feminina;
- Brochura: “Departamento de Cultura da União Universitária Feminina. Acampamentos, visitas e passeios”.

### **Museu Nacional – Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR)**

#### **Fundo Bertha Lutz (BR MN BL)**

##### **(parcialmente organizado)**

- Série Documentos Pessoais (BR MN BL 0. DP)  
BL 0.DP PES 1 – Pasta “Curriculum”.
  
- Série Produção Científica (BR MN BL 0. PC)
  
- Série Feminismo (BR MN BL 0. FEM)
  - OEA – Organização dos Estados Americanos;
  - Atuação Parlamentar;
  - Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.
  
- Série Museus (BR MN BL 0. MUS)
  - BR MN BL.0.MUS.1 – Newark Museum (1919-38);
  - BR MN BL.0.MUS.2 – Brooklyn Children’s Museum (19/08/1925- 04/1938);
  - BR MN BL.0.MUS.3 – The Educational Museum of the Saint Louis Public Schools (30/06/1927- 20/02/1934);
  - BR MN BL.0.MUS.4 – The American Museum of Natural History –New York (1929- 19/08/1938);
  - BR MN BL.0.MUS.5 – The Cleveland Museum of Art (1930-1932);
  - BR MN BL.0.MUS.6 – Milwaukee Public Museum (1931-1932);
  - BR MN BL.0.MUS.7 – Study of Educational Work Proposed for the Museum of the City of New York. By John V. Van Felt (Special Bulletin Series, 1). (02/1932);
  - BR MN BL.0.MUS.9 – The Children’s Museum of Boston (05/1932 – 11/1933);

- BR MN BL.0.MUS.10 – Carnegie Museum (30/06/1932 – 20/10/1932);
- BR MN BL.0.MUS.11 – American Association of Museum (01/07/1932 – 09/05/1938);
- BR MN BL.0.MUS.12 – Carta dando informações sobre as atividades educativas realizadas pelo United States National Museum (06/07/1932);
- BR MN BL.0.MUS.13 – Brooklyn Museum (07/10/1932 – 12/05/1938);
- BR MN BL.0.MUS.14 – Yale University. Peabody Museum of Natural History (08/07/1932 – 11/10/1932);
- BR MN BL.0.MUS.15 – Carta (cópia) enviando relatório referente à bolsa para estudo do trabalho educativo em museus norte-americanos – Carnegie Endowment for International Peace (08/07/1932);
- BR MN BL.0.MUS.16 – Buffalo Museum of Science (06/10/1932 – 1938);
- BR MN BL.0.MUS.17 – Carta agradecendo o envio de cartão postal (03/11/1932);
- BR MN BL.0.MUS.18 – Carta sobre envio de material do New Jersey State Museum e solicitando cópia de relatório sobre museus (13/12/1932);
- BR MN BL.0.MUS.19 – Correspondência solicitando informações sobre museus brasileiros para oferecimento de serviços de promoção de associações (14/12/1932 – 15/12/1932);
- BR MN BL.0.MUS.21 – Teaching Museum of Zoology. University of Michigan (1932);
- BR MN BL.0.MUS.22 – Função educativa dos museus: trabalho produzido a partir de prêmio oferecido pela Carnegie Corporation e pela Carnegie Endowment for International Peace para visita a museus norte-americanos (31/03/33);
- BR MN BL.0.MUS.25 – Organização Nacional do ICOM – International Council of Museum (12/1959 – 13/05/1965).

### **Fundo Edgard Roquette Pinto (BR MN ERP)**

- ARC 1-27 – documentação reunida para elaboração dos assentamentos de funcionário;
- DEP 1-45 – cartas e ofícios.

**Fundo Museu Nacional**  
**Série Diretoria (BR MN MN. DR)**

- MN. DR. ASS

Ass.3 – Livro de Assentamentos dos funcionários efetivos do Museu Nacional, n.II

Ass.5 – Livro de Assentamentos dos funcionários efetivos do Museu Nacional, n.III

- MN. DR. CLASSE 121.

- LUTZ, Bertha. Assentamentos 1926-1927/ 1928-1929.

- LUTZ, Bertha. 1945 (1938-1945). Organização de registros de excursões.

- LUTZ, Bertha. 1941-1977. Assentamentos/ Documentos Particulares.

- LUTZ, Bertha. 1926-1931. Relatório de 1925; Ofício de Roquette Pinto (23/dez./1931).

- Classe 121. nº.9. Dra. Lutz, Bertha Maria Julia – vida funcional.

- MN. DR. CLASSE 146.5 – Seção de Assistência ao Ensino de História Natural

- Relatório Exercício 1929;

- Relatório Exercício 1936.

**Publicações de Bertha Lutz (até 1940)**

LUTZ, Bertha. *Índice dos Archivos do Museu Nacional organizado por Bertha M. J. Lutz. Volumes I-XXII.(1876-1919)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, pp.01-08, 1920.

LUTZ, B. Estudos sobre a biologia floral da *Mangifera Indica L.*. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Vol. XXVI, pp. 125-158, 1926.

LUTZ, B. *Apontamentos decorrentes do Herbário do Museu Nacional e de observações feitas no litoral*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 54 p., [192?].

LUTZ, B. The flora of the Serra da Bocaina. *Proceedings of American Philosophical Society*. Vol. LXV, 5 suppl, 1926.

LUTZ, B. Wild Life in Brazil. *Natural History*. vol. XXXII, no. 6, pp. 539-550. New York: (Ed. Do Museu Americano de História Natural de Nova Iorque), 1932.

LUTZ, B. *Treze Princípios Básicos de Direito Constitucional. Sugestões ao Ante-Projeto da Constituição*. Rio de Janeiro: FBPF, 1933.

LUTZ, Adolpho e Lutz, B. *Hyla aurantiaca* Daudin. Duas Hylas aliadas do SE. do Brasil. *Annaes da Academia Brasileira de Ciências*. Tomo X. no. 2, 30 de junho de 1938.

LUTZ, B. Hylideos novos do Brasil. *Annaes da Ac. Bras. de Sciencias*. Tomo XI. 31.03.1939.

LUTZ, Adolpho e LUTZ, B. O gênero *Phyllomedusa* Wagler. *Annaes Acad. Bras. Sc.* Tomo XI, n.º 3. 30/set./1939.

### Trabalhos e Discursos de Bertha Lutz

*D. Bertha Lutz. Homenagem das senhoras brasileiras à ilustre presidente da União interamericana de mulheres. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1925.*

*Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Professor Dr. Roquette Pinto. M.D. Director do Museu Nacional sobre “O Papel Educativo dos Museus Americanos”. Por Bertha Lutz – Secretário. [1932] – inédito .*

*Flora Fluminense do Litoral. Apresentado a 1ª. Reunião Sul Americana de Botânica (1938).*

“Naturalistas Britânicos no Brasil”. Conferência realizada na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa e impressa no *Jornal do Comercio*. s/d.